

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

EGBERTO PEREIRA DOS REIS

**OS INTELLECTUAIS DA LIBERTAÇÃO E O INTERCÂMBIO EDUCATIVO:
UMA LEITURA GRAMSCIANA DA REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA
(REB) (1972 - 1986)**

**SÃO CARLOS - SP
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

EGBERTO PEREIRA DOS REIS

**OS INTELLECTUAIS DA LIBERTAÇÃO E O INTERCÂMBIO EDUCATIVO:
UMA LEITURA GRAMSCIANA DA REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA
(1972 - 1986)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de doutor em educação.

Orientador: *Prof. Dr. José Carlos Rothen.*

**SÃO CARLOS - SP
2014**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

R375iL Reis, Egberto Pereira dos.
Os intelectuais da libertação e o intercâmbio educativo :
uma leitura gramsciana da *Revista Eclesiástica Brasileira*
(1972 - 1986) / Egberto Pereira dos Reis. -- São Carlos :
UFSCar, 2015.
242 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2014.

1. Educação popular. 2. *Revista Eclesiástica Brasileira*. 3.
Princípio educativo. 4. Guerra de posição. 5. Intelectuais. 6.
Teologia da libertação. I. Título.

CDD: 370.193 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a defesa de tese de Doutor em Educação do candidato Egberto Pereira dos Reis, realizada em 21/11/2014:

Prof. Dr. Jose Carlos Rothen
UFSCar

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Monarcha
UNESP

Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini
UFSCar

Prof. Dra. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes
UFSCar

Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
UFU

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da Liberdade e da Vida, à minha família pelo carinho e apoio de sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, pela oportunidade de realização de um sonho nesta pesquisa de doutorado.

Aos amigos Ana Paula Duarte e Allan da Silva Coelho, pelo apoio constante e solidariedade na caminhada por um mundo mais justo e fraterno.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de doutorado sanduíche.

Ao meu professor e orientador, prof. Dr. José Carlos Rothen, pela orientação, compreensão, amizade e pelas fraternas conversas acadêmicas e cotidianas.

Ao prof. Dr. Michael Löwy pelo convívio, orientação e diálogos sobre as realidades da vida, numa perspectiva libertadora.

À prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes e ao prof. Dr. João Virgílio Tagliavini, pelas brilhantes contribuições ao texto na Banca de qualificação.

Aos professores da linha de Política, Estado e Formação humana, pelo apoio incentivo e comprometimento com a pesquisa em favor da vida humana.

Aos colegas Ana Lúcia, Aryane, Cláudia, Flávio, Jaime, Ivan, Andréia, Joelma, Letícia, Marcelo e Raini, que leram o texto com carinho e contribuíram com reflexões para o texto final.

À Abadia de Nossa Senhora de São Bernardo, em São José do Rio Pardo - SP, por disponibilizar as Revistas para minhas pesquisas.

Aos prof. Dr. Armindo Quillici Neto, Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Monarcha, prof^a. Dr^a. Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes e ao prof. Dr. João Virgílio Tagliavini por participarem de minha Banca Examinadora.

“Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e amar! Malditas sejam todas as leis amanhadas por umas poucas mãos para ampararem cercas e bois, fazerem a terra escrava e escravos os humanos.” (D. Pedro Calsadáliga)

RESUMO

Esta tese tem como objeto de pesquisa a Revista Eclesiástica Brasileira REB, no recorte de 1972 a 1986, e como um grupo de intelectuais se articulam fundamentados em um ideário, estabelecendo uma proposta educativa junto às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Levantou-se a hipótese de que o periódico pode ser uma fonte de compreensão e meio difusor da reforma intelectual e moral e também instrumento de busca pela hegemonia. Para tanto, como referencial teórico foi utilizado o pensamento de Antonio Gramsci que, nos *Cadernos do Cárcere*, desenvolve um precioso estudo sobre revistas. Para Gramsci, a importância dos periódicos supera a questão puramente acadêmica constituída pela dialética da relação entre os intelectuais e operariado. Utilizou-se principalmente o conceito de guerra de posição para compreender a busca pela hegemonia dentro da Igreja e diante do Estado. Assim, esta tese tem como objetivo explicitar como foi elaborando-se o ideário da Teologia da Libertação, suas principais fontes e os pensamentos e as correntes de ofereceram solidez teórica a essa teologia. Para compreender a questão do princípio educativo, foi analisado, a partir do conceito de guerra de posição, como se travaram as disputas por hegemonia, com relação aos intelectuais da REB, em um enfrentamento com a sociedade civil, e com a própria estrutura eclesial. Dessa forma, o conceito de intelectual orgânico foi o fundamento para identificar os intelectuais que publicaram na revista e atuaram na sociedade civil. A identificação desses atores contribuiu para analisarmos quais disputas realizaram e se, de fato, aconteceu a troca de saberes, produzindo, desta forma, o princípio educativo. A metodologia adotada foi a bibliográfica, tendo como fonte principal a própria revista, nos seus editoriais e artigos. Foi utilizada ainda a análise bibliométrica, como forma de "mensurar" a revista, levantando informações importantes para compreender o tipo de intelectual, sua titulação as temáticas abordadas, formando um grupo com um mesmo viés libertador. A tese procura demonstrar, através da REB, a existência de um grupo de intelectuais, que formam um movimento relativamente coeso, na busca pela libertação política, econômica e social. Para tanto, estabeleceu-se uma relação educativa entre o povo das CEBs e os intelectuais, isto é, o princípio educativo elaborado por Antonio Gramsci. Assim, a experiência educando/educador foi necessária para o intercâmbio de saberes, pois o intelectual aprende com o povo, estabelecendo a reciprocidade educativa. As consequências dessas disputas foram a presença de uma teologia que se tornou referência enquanto produção intelectual e, sobretudo, identificou-se com o povo das CEBs, em um movimento dialético do partido, segundo a noção de Gramsci. Os intelectuais da REB, com o povo das comunidades de base, formaram um partido comprometido com questões sociais, na tentativa de mudar a superestrutura.

Palavras-chave: Revista Eclesiástica Brasileira. Princípio Educativo. Guerra de Posição. Intelectuais. Partido. Teologia da Libertação.

ABSTRACT

This thesis has, as research objective, the Ecclesiastic Brazilian REB Magazine, during the period 1972-1986, and how a group of intellectuals interacts in a specific ideology, establishing an educational proposal together with the Basic Ecclesial Communities (BECs). It was raised the hypothesis that the magazine can be a source of understanding and a diffusing way of the intellectual and moral reform and, also, an instrument in search of hegemony. Therefore, as a theoretical reference, it was used Antonio Gramsci's way of thinking, who, in his work "Caderno do Cárcere" developed a valuable study of magazines. For Gramsci, the importance of the magazines exceeds the purely academic question constituted of the dialectical relationship between intellectuals and working class. It was used, mainly, the concept of war for position to understand the quest for hegemony within the church and state. Thus, this thesis aims to explain how the ideology of liberation of theology was elaborated, explaining its main sources and currents of thoughts, that offer theoretical soundness to this theology. To understand the educational principle, it was analyzed, starting from the concept of positional war, how are waged the hegemony disputes regarding the intellectuals from REB, in a confrontation with the civil society and with the church structure itself. Thus, the concept of organic intellectual was the foundation to identify the intellectuals who published in the magazines and acted in the civil society. The identification of these actors contributed to analyze which disputes were conducted and if in fact, happened the exchange of knowledge, producing, this way, the educational principle. The methodology used was the bibliographic literature having as main source the magazine itself with its editorials and articles. The bibliometric analysis was also used as a way to "measure" the magazine gathering important informations to understand the type of intellectual his titration on the issues addressed forming a group with the same liberating bias. The thesis seeks to demonstrate, through REB, the existence of a group, that forms a relatively cohesive movement in the search for political, economic and social liberation. In order to do so, it was set up an educational relationship between the people of CEB and the intellectuals, this is the educational principle elaborated by Antonio Gramsci. As a result the education/educator experience was required for the exchange of knowledge between the intellectual and regular people establishing this way, the educational reciprocity. The consequences of these disputes were the presence of a theology that became a reference for intellectual production and especially it identifies itself with the people of BEC in a dialectical party movement according to the Gramsci's notion. The intellectuals of REB, together with people of the grassroots communities formed a Party committed to the social issues in an attempt to change the superstructure.

Keywords: Ecclesiastic Brazilian Magazine. Educational Principle. War of Position. Intellectuals. Party. Liberation Theology.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição Dialética da Teologia da Libertação.....	123
Quadro 2: Sumário da Revista Eclesiástica Brasileira. Dez/1984.	198

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Autores com mais de 6 artigos publicados entre 1972 a 1986.....	81
Tabela 2: Autores com mais de 4 artigos publicados entre 1965 a 1971.....	83
Tabela 3: Distribuição dos artigos por autor/ano.....	85
Tabela 4: Formação Acadêmica	86
Tabela 5: Titulação.....	86
Tabela 6: Vínculo Institucional	87
Tabela 7: Temas mais Abordados.....	88
Tabela 8: Principais temas.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
REB - Revista Eclesiástica Brasileira
USP - Universidade de São Paulo
LSN - Lei de Segurança Nacional
DOI - Destacamento de Operações de Informações
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna
CIMI - Conselho Indígena Missionário
TFP - Tradição Família e Propriedade
PCI - Partido Comunista Italiano
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
SEDOC - Serviço de Documentação
RIBLA - Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americano
TFP - Tradição, Família e Propriedade
CFDT - Confederação Democrática do Trabalho
ITF - Instituto Teológico Franciscano
JUC - Juventude Universitária Católica
JEC - Juventude Estudantil Católica
JOC - Juventude Operária Católica
ITER - Instituto de Teologia do Recife
CEHILA - Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina
CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil
CLAR - Confederação Latino-Americana de Religiosos
ITESP - Instituto de Teologia de São Paulo
PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PSD - Partido Social Democrático
UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REVISTAS: MEIO DIFUSOR DE UMA NOVA MENTALIDADE E REALIDADE	23
2.1 O Periódico.....	23
2.2 A Composição da Revista	25
2.3 O Autor e o Editor/Redator	26
2.4 Funções Administrativas	32
2.5 Os Meios Materiais: Impressores e Expedidores	34
2.6 A Revista Crítico-Histórico-Bibliográfica	35
2.7 O Gênero Editorial.....	37
2.8 Revistas: Uma nova Concepção de Mundo.....	39
2.9 Guerras de Posição	42
2.9.1 Os Intelectuais e a Questão Educacional.....	44
2.9.2 O Escopo da REB.....	51
3. A EDITORA VOZES E A REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E A ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA	54
3.1 A REB, um ecoar da "Vozes".....	54
3.2 A Cidade de Petrópolis e os Franciscanos.....	55
3.3 Origens da "Vozes".....	56
3.3.1 Frei Cândido e Frei Inácio (1935 - 1941).....	58
3.3.2 Frei Tomás Borgmeier (1941 - 1952) crescimento e qualidade	59
3.3.3 Frei Ludovico Gomes de Castro (1953 - 1956).....	60
3.3.4 Frei Aurélio Stulzer (1956 - 1961).....	61
3.3.5 Frei Ludovico Gomes Castro (1962 - 1986)	62
3.3.6 Frei Arcângelo Buzzi (1987 - 1991).....	70
3.3.7 Frei Vicente Bohne (1991 - 1995).....	70
3.3.8 Frei Estêvão Ottenbreit (1996 - 1997).....	71
3.3.9 Frei Gilberto Piscitelli (1997 - 1998)	72
3.3.10 Colegiado Administrativo (1999 - 2001)	73
3.3.11 O centenário (2001- 2009)	74
3.4 As Revistas.....	75
3.5 A Revista REB	76
3.6 Análise Bibliométrica.....	79
3.7 Análise Bibliométrica Aplicada à REB.....	80
4. O EDITORIAL, OS ARTIGOS E O REDATOR: A RUPTURA E A CONSOLIDAÇÃO DO IDEÁRIO (1972 A 1975).....	93

4.1. O Redator e o Editorial: Um Panorama geral.....	93
4.2 A Ruptura no Primeiro Editorial.....	93
4.2.1 O Itinerário Intelectual de Leonardo Boff.....	96
4.2.2 O ano de 1972 e a Postura de Descontinuidade	99
4.2.3 Os anos de 1973 a 1975: Diversidade Cultural e a Formação do Ideário.	102
4.2.4 O Despertar do Ideário.....	104
4.2.5 Uma nova conjuntura.....	108
4.2.6 Os Primórdios.....	109
4.2.7 A Influência Europeia.....	113
4.2.8 A Releitura.....	119
4.2.9 Diálogo com diversas ciências.....	126
5. AS TRINCHEIRAS: A IGREJA, A SOCIEDADE CIVIL E AS GUERRAS DE POSIÇÃO (1976 A 1979)	133
5.1 Fortalecimento do Grupo: uma nova perspectiva.....	133
5.2 A Libertação.....	140
5.3 A Igreja e os Direitos Humanos.....	148
5.3.1 A Igreja do Brasil e os Direitos Humanos.....	153
5.3.2 Igreja Crmandade.....	153
5.3.3 A Igreja Tridentina: A Sociedade Perfeita.....	155
5.3.4 Povo de Deus: A Igreja que se converte.....	157
5.3.5 A Igreja profética: denúncias.....	159
5.4 Um Olhar Sobre Puebla, os Pontífices e o Grupo da REB.....	163
5.5 1979: Puebla e a Legitimação do Ideário.....	168
6. O INTERCÂMBIO: AS CEBs E O PRINCÍPIO EDUCATIVO (1980 - 1986).....	173
6.1 Os anos de 1980 e 1981: os Pobres, as CEBs e o intercâmbio de saberes.....	173
6.2 A Educação Popular e Política.....	181
6.3 Os anos de 1982 e 1983: Questões Eclesiológicas (Hierarquia: poder e povo).....	188
6.4 Cristianismo e Marxismo: uma batalha intelectual.....	191
6.5 Perseguição e Silêncio.....	197
7. Conclusão.....	203
REFERÊNCIAS	212
APÊNDICE (Biografias)	237

1. INTRODUÇÃO

Dentro de meu contexto eclesial, principalmente quando realizei os estudos filosóficos e teológicos, na década de 1990, emergiam duas tendências básicas de posicionamento, que comumente denominam-se conservadoras, voltadas para questões doutrinárias e progressistas, ligadas à ação social da igreja católica. Estes dois segmentos apareciam, de forma frequente, nos jornais, e mostraram que dentro da Igreja não existia um discurso unitário, mas divergências importantes que tinham reflexo dentro da sociedade. Convivi com conservadores de extrema apatia em relação aos problemas sociais, ligados a movimentos que rejeitavam qualquer referencial oriundo das Ciências Sociais, como embasamento para a prática cristã. Por outro lado, estive com pessoas com profundo interesse em entender as questões sociais e aceitar um referencial teórico, de caráter social que pudesse contribuir com uma prática libertadora.

Notava-se nitidamente um conflito interno eclesial em que, qual fosse a posição tomada, esta não poderia jamais ser neutra, com relação às questões de pobreza no Brasil e em toda América latina, lugares em que se vivenciavam regimes militares, regime este que se preocupava em neutralizar qualquer movimento ligado à esquerda. Houve um período de profundo otimismo, com relação a um movimento ou uma teologia denominada Teologia da Libertação, que propunha mudanças dentro da sociedade e da própria Igreja. Surgiram atores de grande expressão na hierarquia eclesial, intelectuais que elaboraram a Teologia da Libertação como referencial teórico a uma práxis libertadora, com profunda sistematização, sobretudo por meio das Ciências Sociais, com grande apelo nas teorias marxistas.

Identifiquei-me com essa teologia, com a qual tive contato nos meus estudos e com as diversas publicações, como livros, revistas, mas, em especial, a Revista Eclesiástica Brasileira (REB) que, em suas páginas, trouxe profícuos debates acerca dessa teologia. A REB, publicada pela Editora Vozes, nasceu com o objetivo de ser uma revista para o clero, que pudesse estabelecer um diálogo desse grupo dentro do território nacional. A revista propõe, como é próprio de sua natureza, ser religiosa, porém de cultura geral. Dessa forma, as problemáticas tratadas na REB têm conteúdos diversificados, como antropologia, sociologia, teologia, filosofia, educação, saúde dentre outros, ligados a questões religiosas.

A REB tinha papel singular para o estudo de teologia, pois a revista propunha, além de um conteúdo clássico e diversificado de ciências, a produção

teológica contemporânea. A atualidade da revista demonstrava o papel exercido pelos intelectuais, tanto conservadores como progressistas, e, simultaneamente, a atuação das bases, isto é, o engajamento do povo junto às questões sociais.

A palavra "povo", ao longo deste trabalho, possui dois significados essenciais: primeiro é o povo que semelhante ao da bíblia, como, por exemplo, os apóstolos que, apesar de estarem à margem da sociedade, e serem subalternos, tornam-se protagonistas ou atores de uma nova história. O segundo, que amplia a compreensão do primeiro, é a concepção de "povo de Deus", que sugere uma possível democracia no interior da Igreja, em que povo e intelectuais tendem a contribuir para a libertação a partir do princípio educativo, isto é, a busca da hegemonia entendida por Gramsci. Desta forma, a concepção elitista da própria instituição eclesial, de povo como ignorante, massa manipulável e subestimável, é superada no sentido de que povo contribui de forma determinante na reforma cultural e intelectual. O povo, aqui referido, trata-se principalmente dos membros das CEBs, que adquiriram uma nova concepção de mundo. No entanto, não temos a pretensão de afirmar que este mesmo povo, na sua forma abrangente, na totalidade, seja todo ele protagonista de uma nova ordem. Porém, é evidente que existe no seio dessas comunidades, uma politização que mereça uma atenção por parte dos intelectuais da REB, e também a "suspeita" de subversão dessas comunidades por setores eclesiais e estatais. Desta forma, compreendemos, como fez Gramsci, que o povo utiliza-se do bom senso que "é outro tipo de concepção do mundo que superou o senso comum, elaborada de forma crítica e consciente, ainda que dentro de limites objetivos restritos, e que participa ativamente e conscientemente na "produção da história do mundo" (BAPTISTA, 2000, p. 188).

A Teologia da Libertação despertou dois posicionamentos dentro do mundo eclesial. O primeiro foi de desconfiança, por adentrar na ciência teológica elementos marxistas, o que muitos julgavam incompatível à elaboração de um discurso teológico, feito a partir de pressupostos teóricos da esquerda, dado ao caráter ateu da doutrina e do conteúdo revolucionário. Este posicionamento tornou-se, por parte dos intelectuais tradicionais, um perigo a ser combatido, tanto no âmbito intelectual como na postura prática, buscando desqualificar os envolvidos com essa teologia. O segundo posicionamento foi o caráter apologético, procurando orientá-la a partir de um discurso sistematizado, rigoroso e que, ao mesmo tempo, pudesse resultar numa práxis libertadora.

Essa teologia extrapolou os muros da Igreja, sendo debatida dentro da sociedade civil, na academia e nos meios de comunicação; por um lado, era considerada necessária e atual, por outro, vista como perigosa e danosa. A sua práxis encontra-se nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O povo dessas comunidades assumiu uma postura politizada e tornou-se evidente o engajamento em diversos setores da sociedade civil, na busca de justiça social e garantia de direitos. Evidenciou-se a presença do "povo" das CEBs nos Sindicatos, nas Associações de Bairro, na Comissão Indígena Missionária (CIMI), na Comissão da Pastoral da Terra (CPT), nos Movimentos Sociais e nos Partidos Políticos, sobretudo, na formação destes dois últimos.

Nascia uma nova configuração eclesial, denominada CEBS, com atuação na sociedade civil. Essa almejava mudanças nas estruturas sociais, fundamentadas a partir da bíblia e de uma nova leitura social da realidade. Tanto os intelectuais como o povo encontraram dois inimigos (obstáculos) institucionalizados: o Estado, com seu aparato, e a própria Igreja. O Estado estava sob o comando de um regime militar duríssimo, que colocava sob suspeita todos aqueles que estivessem ligados a movimentações esquerdistas, como era entendida a Teologia da Libertação. A perseguição se dava na forma de prisões, torturas e extermínios. Por outro lado, a Igreja "oficial" travou uma disputa intelectual, tentando apontar os "erros" metodológicos dessa teologia, assim como procurou demonstrar que a ação por parte do "povo" das CEBs não era condizente com o que é ser cristão.

Ao ingressar no doutorado em Educação na UFSCar e cursar a disciplina *Políticas Educacionais e Atores Sociais*, pude melhor entender a atuação desses atores progressistas e conservadores e quais as relações de força que travavam. A REB tornou-se objeto de pesquisa desta tese e, ao mesmo tempo, a fonte principal para entender a relação que a revista estabelece entre o ideário, isto é, a Teologia da Libertação, as CEBs e a sociedade civil.

Nessa disciplina, obtive maior contato com o pensamento de Antonio Gramsci que, durante sua vida política, esteve à frente do editorial de algumas revistas, e principalmente do periódico *L'Ordine Nuovo*¹, que se tornou um vínculo entre o proletariado e os intelectuais que elaboravam a revista e escreviam nela. A revista *L'Ordine Nuovo* tornou-se parâmetro para o estudo da REB. O conceito de intelectuais

¹ O periódico *L'Ordine Nuovo*, foi publicado por Gramsci, Umberto Terracini e Palmiro Togliatti em 19 maio de 1919, como uma revista de cultura socialista e importante fonte para a educação dos adultos, principalmente da classe subalterna. (MAYO, 2007, p. 61).

orgânicos, na concepção de Gramsci, tornou-se fundamental para compreender a atuação dos intelectuais da REB que atuavam na revista e que, em conjunto com as CEBs, puderam estabelecer um intercâmbio de fluxo e refluxo do saber, o que foi sentido na prática.

O interesse de Gramsci pela imprensa tornou-se referência para compreender o papel da REB, uma vez que o pensador sardo dedica, nos *Cadernos do Cárcere*, várias páginas sobre os "Tipos de revista" (GRAMSCI, 2011, p. 79), um material valioso, com conteúdo importante para a compreensão do papel da imprensa e, em particular, do periódico, como fonte de análise crítica da sociedade. A importância que Gramsci dá aos periódicos supera uma noção somente acadêmica; a revista para ele torna-se elemento primordial de atuação política e, conseqüentemente, contribui para uma nova concepção de mundo. A revista torna-se fio condutor para os intelectuais que levam ao povo elementos para captar a própria realidade e, simultaneamente, este povo desperta nos intelectuais conteúdos de sua realidade ainda não captados por eles.

Nesse contexto, compreendemos a relevância de pesquisar em periódicos, uma vez que as revistas tornam-se expressão de um determinado grupo (DAVID, 2000, p. 19) ou partido, na concepção de Gramsci. As revistas oferecem elementos para a compreensão de determinada época, devido ao seu caráter documental, já que essas visam a um determinado tipo de leitor e criam uma nova concepção de mundo.

O objeto de pesquisa é a Revista Eclesiástica Brasileira e, a partir dela, o objetivo é defendermos a tese de que existe um grupo de intelectuais orgânicos que estabelecem, juntamente com o povo das CEBs, o intercâmbio de saberes, isto é, o princípio educativo de acordo com Gramsci e de que como a REB serviu de instrumento para estes intercâmbios. Diante desta informação verificamos que esses intelectuais produziram um movimento, a partir do cristianismo de libertação, que é anterior à própria Teologia da Libertação. Desta forma, a Teologia da Libertação, isto é, o ideário, estabelece de forma dialética a contínua apropriação dos saberes populares e simultaneamente elabora conteúdos a fim de oferecer às comunidades de base elementos para a atuação política. Podemos afirmar que o cristianismo de libertação permanece de forma constante, na reciprocidade educativa. Apesar das várias informações que esta tese apresenta, tais como o modo como a Editora Vozes se manteve, de forma "subversiva" num ambiente conservador e defronte ao regime

militar; a acentuação da liderança de Leonardo Boff como redator, a nossa pesquisa tem como foco específico o grupo de intelectuais e a radicalização do princípio educativo.

Assim, estudamos a REB, no recorte que escolhemos, do ano de 1972 a 1986. A escolha desse período é pertinente porque nele Leonardo Boff foi o redator da revista. A vida e obra desse intelectual possuem relevância, devido à militância exercida na vida acadêmica e também sua práxis nas CEBs e na sociedade civil. Porém, a importância dessa escolha se dá quando Leonardo Boff, ao assumir a REB como redator, no ano de 1972, no seu primeiro editorial, anuncia uma ruptura com as edições anteriores, sinalizando uma postura diferente que, aparece claramente nesse período escolhido para o presente trabalho.

Ao falarmos de ruptura, estabelece-se uma nova configuração, com o despertar de visões de mundo diversificadas, que podem estabelecer nova conjuntura de reflexão e atuação, que fornecerá a feição de um determinado grupo. Nos estudos elaborados sobre o periódico, em uma visão a partir de Gramsci, compreendemos que essa ruptura com editores antecedentes fornece nova concepção de mundo, na qual o periódico passa a ser um instrumento de coesão política, no interior do grupo que encontramos na REB.

Assim, pensamos na relevância deste estudo e identificamos a contribuição que esta pesquisa pode oferecer à vida acadêmica. Ao estudarmos um determinado período dentro da revista, analisamos se, de fato, houve o intercâmbio de saberes entre intelectuais e o povo assim como ocorreu na revista *L'Ordine Nuovo*. Identificamos o princípio educativo na REB e aqui tocamos em um dos pontos mais importantes da pesquisa, em que se procura a compreensão da educação em sentido amplo, que extrapola os muros da escola.

A educação que Gramsci propõe como princípio educativo pauta-se na necessidade da formação intelectual do operário, para tornar-se dirigente. Esse mesmo operário ofertará contributos educacionais, que se apreendem somente no cotidiano, e que o intelectual, ainda que orgânico, não será capaz de captar. Assim, na REB, observa-se o intercâmbio, as possíveis estratégias de lutas, narrativas de conquistas e novas formas de atuação. Nas páginas da REB, constata-se que o educando educa o educador, isto é, estabelece-se a busca da hegemonia cultural quando se fortalece a importância das reformas intelectual e moral. Dessa forma, compreendemos a amplitude do pensamento de Gramsci acerca da educação, pois há uma importante identificação do

trabalho com a educação, na qual o povo das CEBs elabora a análise da própria realidade.

A reciprocidade educacional, de fato, transcende as noções educacionais elementares, a partir do momento em que o povo, juntamente com os intelectuais, é capaz de captar, de forma realista, a ideologia vigente. Porém, esse processo educacional se alarga quando, além dessa elaboração gnosiológica, esses atores são capazes de transformar a realidade, como propunha Gramsci. A educação emancipatória, isto é, o povo, faz a sua autoeducação que é um processo contínuo do qual o povo desfruta, de modo que a educação não se fecha a uma concepção elitista, mas permeia as bases.

Como de fato ocorreu o processo educativo do povo das CEBs? Como aconteceu o intercâmbio de saberes entre o povo e os intelectuais? Quais os meios que intelectuais e o povo das CEBs, utilizaram para alçar uma análise que pudesse confrontar a própria realidade? Realidade que pode ser obscurecida pelo senso comum, criticada, outrora, pelo próprio Gramsci.

Para compreender esse processo educacional, recorreremos ao conceito de "guerra de posição", para a compreensão da própria realidade, como fizeram os operários e intelectuais da revista *L'Ordine Nuovo*, e o mesmo fez o povo das CEBs e os intelectuais da REB, buscando-se o "consenso" para mudanças profundas da sociedade, na tentativa da revolução permanente.

A busca por hegemonia por parte dos intelectuais da REB e pelo povo das CEBs dá-se em um campo de embates ideológicos, tendo em vista que essa postura exige uma reorganização social e cultural de grande complexidade, como exige a própria natureza da guerra de posição. Assim, esse grupo ou partido busca o consenso nos diversos organismos e grupos sociais para a formação do bloco histórico, que se caracteriza mais pela afinidade cultural do que pela identificação econômica e política. Nesse sentido, entendemos que intelectuais e povo estabelecem uma nova forma de coesão que, de maneira espontânea e com adesão livre, constitui aquilo que Gramsci denomina partido.

Com o propósito de explicitar ainda mais este trabalho, identificamos as "guerras travadas" dentro do periódico, quais estratégias foram utilizadas para levar com afinco um projeto intelectual e moral. O que se levanta nesta pesquisa é, se houve, de fato, a busca por estratégias dos intelectuais, diante da estrutura rígida eclesiástica e do próprio Estado. Como foram as guerras de posição que se fizeram dentro da revista?

Aconteceram de forma explícita ou implícita? Nas páginas da revista constata-se um constante debate em que se pensa no ideário libertador, jargão utilizado não só pelos intelectuais como também pelo povo das CEBs. O que se deve perguntar é qual o desfecho dessa "guerra", que se travou nas páginas da revista. Em um balanço geral, como se saíram os intelectuais e o povo das CEBs diante da superestrutura do Estado e da estrutura da Igreja oficial?

A correlação com a práxis acontece com o intercâmbio de saberes entre o povo e os intelectuais, em uma análise que busque compreender o papel desempenhado pela revista REB, na tentativa de se estabelecer o papel formativo do intelectual e do povo, para a compreensão da própria vida, do papel do Estado e de sua força coercitiva dentro da sociedade civil.

Este trabalho tem como metodologia a pesquisa metodológica bibliográfica, para discutir o pensamento gramsciano e a Teologia da Libertação como ideário da REB, no recorte de 1972 a 1986. De acordo com Lakatos (1991, p. 151), “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes, relacionados com o tema”.

Foi utilizada a análise bibliométrica para compreender a "medida" da revista, isto é, a sua composição, os intelectuais que nela escreveram e a quantidade de artigos, sua formação acadêmica, instituição de trabalho, títulos dos artigos, principais temáticas. Assim obtivemos uma ampla análise da revista e foi possível identificar elementos para uma análise crítica.

Com as possibilidades de aceitar o conteúdo produzido ou dialogar criticamente com o que foi escrito, a pesquisa bibliográfica/bibliométrica permite muito mais que a simples reprodução do que já foi dito, mas abre novas possibilidades de relações e/ou aplicações, isto é, permite o exame do tema, sob o ângulo de nossa hipótese de trabalho, o que propicia novas conclusões (LAKATOS, 1991, p.183).

Foi importante a utilização do método crítico de pesquisa, pelo qual nos propomos a identificar as categorias presentes na elaboração epistemológica em questão. Discutimos o quadro teórico numa tentativa de encontrar temas convergentes e questões recorrentes, permitindo desdobramentos teóricos, nos quais Demo destaca a importância de buscar e fundamentar se existem ou não incoerências e/ou contradições nas argumentações que legitimam a prática social, (DEMO, 1990, p. 116), no caso

deste trabalho, na possível afinidade eletiva entre pensamento gramsciano e a Teologia da Libertação.

Neste método crítico de pesquisa, os estudos sobre os intelectuais, a hegemonia, a Teologia da Libertação permitiram um profícuo debate entre as mais variadas áreas de estudos, sempre em busca da perspectiva da Educação dos subalternos, que encontraram na revista um aporte teórico para a práxis libertadora.

Para um estudo das "guerras de posição", utilizamos ainda a análise dos editoriais e artigos, que oferecem o panorama de cada revista e das particularidades de cada período. As questões políticas e disputas que emergem, tanto por parte dos intelectuais orgânicos, como dos intelectuais tradicionais permitem visualizar elementos da sociedade política e civil.

Na revisão bibliográfica, algumas obras tornaram-se importantes para a consolidação do conceito "guerra de posição". A primeira obra, *Catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*, tese de doutorado de Solange Ramos de Andrade David, que serviu de aporte para se compreender o caráter abrangente das ciências que são abordadas na revista. A segunda: *Entre a colonialidade e a libertação: Uma análise descolonial dos discursos das e sobre as CEB'S*, tese brilhante de Antonio de Lisboa Lustosa Lopes, e da maior relevância para este estudo. Procura esvaziar a atuação conjunta entre povo e intelectuais, demonstrando discursos divergentes entre os atores sociais. Neste sentido, a "guerra de posição" serviu como forma de superação desse suposto antagonismo existente no discurso dos intelectuais e das CEBs.

Outra obra que teve certa relevância nesta pesquisa foi a dissertação de mestrado intitulado: *Ordem e Justiça Social: A Igreja Católica e o Projeto de Reforma Agrária do Governo João Goulart (1961-64)*, de Guido Coelho de Magalhães Bastos, que utiliza dois periódicos católicos, a *Revista Eclesiástica Brasileira* e o *Brasil, Urgente*², como estes tratam de problemáticas que envolvem o avanço do capitalismo e uma possível chegada do comunismo no Brasil, no período de 1961 a 1964. Neste recorte, o autor procura demonstrar o despertar das questões sociais no seio da Igreja.

Com o intuito de demonstrar a relevância em pesquisar na REB, foi analisada a dissertação de mestrado: *Entre cruces e anéis; a Revista Eclesiástica Brasileira e as representações de família (1941-1965)*, de Débora Cristina Dal Molin,

² O periódico *Brasil, Urgente* (1963 - 1964) foi utilizado para divulgar a doutrina social da Igreja, propondo o engajamento na vida política e social aos católicos.

que trata sobre as concepções que o catolicismo tem a respeito do matrimônio e como preservá-lo e adaptá-lo às mudanças da sociedade.

Um artigo de Rodrigo Schlenker sobre a *Breve História da Revista Eclesiástica Brasileira* contribuiu para entendermos as configurações da REB, sobretudo quando o autor utiliza o conceito de "campo" em Bourdieu (2011), para explicitar as etapas da história da revista.

A presente tese está organizada em cinco seções. Na primeira discutimos o referencial teórico fundamentado sobretudo em Gramsci. Analisamos como se apresentam as guerras de posição nas páginas da revista, ou seja, os conflitos existentes em busca de hegemonia, a noção de partido, ou grupo que se forma dentro da revista, a concepção de intelectual e como se estabelece o princípio educativo, a revista como um "meio" que porta consigo a educação; ainda nesta seção estudamos o gênero editorial, as relações autor, editor, redator e leitor, as funções administrativas e a composição da revista.

Na segunda seção estudamos, de forma breve, a história da REB, juntamente com a Editora Vozes, que a publica. Nesse percurso histórico observamos como nasceu a revista, seu principal objetivo, os períodos que a caracterizam, tendo como referência seus redatores. Observamos ainda os acontecimentos que acompanham a revista, até chegar ao período de aprofundamento da mesma. Ainda nessa seção, fizemos uma análise bibliométrica do período pesquisado (1972 a 1986) e de um período anterior (1965 a 1971), detectando os autores dos artigos e comunicações, a formação acadêmica, os números de artigos publicados por autor, os temas mais tratados, as instituições às quais esses intelectuais estavam vinculados.

Nas três últimas seções utilizamos os editoriais e os artigos escolhidos, com a intenção de compreender a revista, a atuação dos intelectuais e das CEBs, visando ampliar e aprofundar o proposto anteriormente. Fundamentados na análise bibliométrica e nos estudos dos editoriais e artigos, subdividimos em três períodos o recorte de nossa pesquisa que concomitantemente são acompanhados por características e problemáticas específicas. No entanto, vale ressaltar que estas características ou problemáticas permeiam, ainda que de forma menos intensa, outros períodos.

De forma específica, na terceira seção (1972 a 1975), identificamos uma profunda ruptura com as edições passadas, levando à consolidação do ideário, à formação do partido e à presença dos intelectuais orgânicos, em contraposição aos intelectuais tradicionais. Assim, esses intelectuais compreendem uma nova conjuntura

quando se remetem aos primórdios do cristianismo e, através da influência europeia, buscam fazer uma releitura da pobreza e da injustiça na América Latina.

Na quarta seção (1976 a 1979), analisamos como se deram as guerras de posição dentro da sociedade civil. Essa guerra se dá mediante o aparato do Estado, sobretudo diante do regime militar e das necessidades sociais da população. A guerra de posição se dá também com a própria instituição eclesial, em uma busca contínua por hegemonia. Nesse capítulo visualizamos ainda o apelo à definição de libertação, e como a Igreja lidou com o regime militar e a questão dos direitos humanos.

Na quinta seção (1980 a 1986), analisamos a importância educacional da revista, mediante o princípio educativo que se concretiza nas CEBs, em uma forma intercambiável de saberes entre os intelectuais e o povo, em uma busca da revolução passiva mediante uma reforma moral e intelectual. Emergiram questões eclesiológicas, como as questões de poder, a opção preferencial pelos pobres e um tema espinhoso que é a relação entre marxismo e cristianismo, que gerou perseguição e silêncio.

Assim, abordamos os conceitos guerra de posição e princípio educativo como categorias para a compreensão da revista. Detectamos, ainda que de forma parcial, algumas disputas se passaram no recorte proposto. De fato, a REB, neste período, não foi somente um "lugar" para publicação, mas se tornou de fato um "campo de batalha" intelectual e político-ideológico, de tomadas de posição e busca por hegemonia. O que se percebe, ainda, é a passagem do campo teórico à práxis, sobretudo quando se refere às CEBs, nas quais se estabelece o intercâmbio educativo intelectual/povo.

2. REVISTAS: MEIO DIFUSOR DE UMA NOVA MENTALIDADE E REALIDADE

2.1 O Periódico

Na busca por compreender o objeto de pesquisa deste trabalho, cujo *corpus* se constitui na Revista Eclesiástica Brasileira, é necessário realizar, ainda que de forma breve, uma pequena história dos periódicos, ou seja, de “todas as publicações que reaparecem após certo lapso de tempo: jornais diários, trissemestrais, revistas mensais, quinzenais” (MARTINS, 2001 p. 25). De forma particular, procuramos entender a gênese do gênero revista, ao longo da história. O primeiro registro que se tem sobre periódicos ocorreu em Colônia, na Alemanha, no século XVI, quando o austríaco Michel von Aitizing lançou o primeiro semestral. Há notícias também de que o Imperador Rodolfo II havia publicado “Edições Mensais, noticiando feitos políticos, bélicos e cortesãos, fora do Sacro Império” (MARTINS, 2001, p. 38). Foi lançada, em Estrasburgo e Augsburg, uma gazeta semanal. Segundo Martins (2001), posteriormente, foram lançados periódicos hebdomadários³ em diversas partes da Europa.

De acordo com Martins (2001), os estudos sobre as origens dos periódicos apontam a França como “pioneira no periodismo literário” (MARTINS, 2001, p. 38), isto devido a dois jornais, o *Journal des Sçavans* e, posteriormente, *Journal des Savants*, que “circulou em Paris, de 1665 a 1795” (MARTINS, 2001, p. 38). Por outro lado, Cruz e Peixoto (2007) demonstram os caracteres social, histórico, cultural, tecnicista e linguístico, inseridos em conflitos que demonstram relações de poder e de interesses dentro da composição do periódico.

O jornal e a revista e outros veículos impressos não nasceram prontos. A própria configuração do que hoje entendemos como um jornal, ou uma revista, um gibi, uma revista semanal noticiosa, um jornal da imprensa sindical são elas mesmas produto da experimentação e da criação social e histórica. Nesse processo de configuração dos veículos, seus conteúdos e formas, as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o *fazer imprensa* a cada momento histórico. Indique-se também que jornais e revistas, tais como os conhecemos são artefatos da modernidade e, no processo de sua configuração enquanto materialidade, carregam para dentro de sua composição, dentro dos limites e possibilidades colocadas pela técnica da impressão, as linguagens e gêneros que foram aí inventadas (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.259).

Todavia, nosso objeto de interesse intelectual, a revista, teve os seus primórdios na Grã-Bretanha, com as revistas: *Edinburgh Review* (1802), depois a

³ Trata-se de publicação periódica semanal.

Quarterly Review (1809) e a *Blackwood's Magazine* (1817). “Estas publicações, contudo, são marcos sinalizadores tão-só do surgimento impresso 'revista', pois as primeiras edições periódicas estavam configuradas na forma de jornal” (MARTINS, 2001, p. 38). Na Itália, o precursor foi o *Giornale de Letterati*, com vários “textos literários” (MARTINS, 2001, p. 39), de 1668 a 1881.

No Brasil, o primeiro periódico a circular, de forma oficial, na corte de D. João VI, foi a Gazeta do Rio de Janeiro, datada de 10 de setembro de 1808, com a instalação da Imprensa Regente. No entanto, três meses antes, Hipólito da Costa, exilado em Londres, criou o Correio Braziliense, como forma de propagar, no Brasil, as ideias que circulavam na Europa. Existe, então, a controvérsia de que, para alguns, ele seria o fundador da imprensa brasileira.

Ao longo do século XIX, a revista tornou-se moda e, sobretudo, ditou moda. Sem dúvida, essa tendência tinha uma explicação, referendada na Europa pela conjuntura propícia, definido pelo avanço técnico das gráficas, aumento da população leitora e alto custo do livro; favoreceu-a, definitivamente, o mérito de condensar numa só publicação, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos. Intermediando o jornal e o livro, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. E mais – seu custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distinguia-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos (MARTINS, 2001, p. 40).

De fato, as revistas tornaram-se pontos de referências durante o século XX. Conforme exposto acima, elas se tornaram objeto de consumo intelectual pela diversificação de conteúdos, o que favorece ainda mais a ampliação cognitiva. O fato de se colocarem, num só número, diversos temas, com a possibilidade de se estabelecer um diálogo com temáticas e autores diferentes, e, nos próximos números posteriores, a possibilidade de ampliar ainda mais o conhecimento faz da revista um avanço nas informações culturais.

Neste sentido, Rothen explicita o que difere o livro da revista e como esta última pode exercer um papel diferente na produção e na divulgação intelectual.

Os livros e as revistas têm em comum o fato de serem veículos de transmissão da palavra impressa. A grande diferença entre eles é o fato de o livro ser uma obra fechada e a revista uma obra aberta. O livro é uma obra fechada, primeiro, por ser uma obra única e delimitada, isto apesar de o livro poder ser aumentado, reformulado e reescrito nas suas sucessivas edições; contudo, cada uma das edições caracteriza-se como uma obra única; segundo, por ter um número de autores finito e facilmente identificado. A revista, por sua vez, tem a dinâmica de ser construída a cada novo número. A identificação dos autores da revista não é tarefa fácil, pois ela constantemente incorpora novos autores, além de em determinadas circunstâncias não identificar os seus autores (ROTHEN, 2004, p. 105)

O fato de a revista possuir o privilégio de continuar a transformação a cada número, podendo haver rotatividade de autores, temas, debates e discussões diversificadas a tornam aberta. Diferentemente do livro fechado, a revista se “faz” e se “refaz” ao longo de sua existência. Desta forma, há grupos de intelectuais que compartilham de ideários semelhantes, estabelecem alianças e, da mesma forma, existem intelectuais que se tornam adversários, travam “batalhas” intelectuais que se fomentam especificamente na revista.

2.2 A Composição da Revista

Com o objetivo de fazer um estudo aprofundado sobre revistas e sua importância na construção do mundo intelectual, e a utilização destas para a prática da vida, sobretudo política, procuramos entender o papel que as revistas desempenham como construtoras de uma nova cultura, influenciadora de uma nova sociedade. Utilizamos a compreensão da história do livro para aplicá-la à revista e “seus contornos gerais.” Segundo Darnton, (1990, p. 111), tudo o que está ao redor da elaboração da revista, isto é, da relação autor/editor, até o leitor que “encerra o circuito, porque ele influencia o autor, tanto antes quanto depois do ato de composição” (DARNTON, 1990, p. 112). Durante o circuito, encontram-se os gráficos, fornecedores, distribuidores e livreiros. Explicitando estes pontos, “Darnton sugere algumas questões e linhas de pesquisa” (ROTHEN, 2004, p. 105). Procuramos estabelecer um diálogo profícuo com Gramsci, que faz uma proposta para a organização da revista, e com Darnton, que propõe estudar e aprofundar o cíclico da revista. Utilizamos também como referência, José Carlos Rothen, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto.

No início dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci elabora um projeto de estudos com diversos temas e dentre eles se propõe a pesquisar, de maneira específica, os “Tipos de revistas”, dentre os quais se compreendem três formas fundamentais de revistas: “teórica; crítico-histórico-bibliográfico; de cultura geral (divulgação)” (GRAMSCI, 2011a, p. 79). Enquanto Robert Darnton (1990) levanta questionamentos e propõe pesquisas posteriores que merecem atenção, Cruz e Peixoto (2007) indicam estudos realizados. Primeiro, elencamos como Darnton entende, o ciclo da revista e, concomitantemente, como Cruz e Peixoto (2007) a compreendem. Simultaneamente, para aprofundar ainda mais, utilizamos Nicolás González Ruiz (1953), como uma terceira via de compreensão deste estudo.

2.3 O Autor e o Editor/Redator

Gramsci elucida que as revistas teóricas "podem ser definidas pela combinação dos elementos diretivos que se encontram de modo especializado" (GRAMSCI, 2011b, p. 201), isto é, que possuam um grau elevado de intelectualidade e homogeneidade intelectual. Ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci elenca diversas atribuições à redação e seus editores, como forma de organização, e até mesmo elementos novos e estranhos que possam contribuir com suas atribuições (GRAMSCI, 2011b, p. 201).

Ao longo do texto são distribuídas as atribuições elaboradas por Gramsci. Por se tratarem de elementos que envolvem os subtítulos ordenados nesta secção, fá-lo-emos de forma ampla, para que o leitor possa compreender a problemática que existe na elaboração da revista. É mister salientar que o distanciamento dessas atribuições encontradas no texto se faz necessário, uma vez que o ato de simplificá-las pode levá-las à superficialidade de uma análise que requer profundidade e rigor.

A primeira atribuição é que a redação "deve ter estatuto escrito, o qual, quando coubesse, impediria as improvisações, os conflitos e as contradições (por exemplo: o conteúdo de cada número deve ser aprovado pela maioria da redação, antes de ser publicado)" segundo Gramsci (2011b, p. 201). Essa postura fez emergir a conhecida disciplina que tanto o pensador sardo⁴ demonstrara como necessária na vida de estudos, isto é, um empenho intelectual semelhante ao fordismo americano e ao taylorismo.

Um ano depois, ao escrever a Tânia a carta em que resolve suas dúvidas a propósito do americanismo, Gramsci dirá justamente que entende 'mecanização' em um sentido geral, como 'organização' científica do trabalho inclusive intelectual, e o trabalho intelectual considerado como 'aprendizado' retornará em uma de suas últimas cartas a Délio (MANACORDA, 2008, p. 135).

Esta noção organizacional é aplicada também à redação, através de normas que deixam claros os objetivos e os encargos de cada membro do grupo. A organização na vida como um todo se torna indispensável para a criação de uma nova sociedade. Na redação, existem grandes dificuldades em captar "a evolução do editor, como figura específica diferenciada do mestre livreiro e do impressor, que ainda demanda um estudo sistemático" (DARNTON, 1990, p. 123). Esses editores se aproximam dos proprietários, diretores, redatores e colaboradores, por estabelecerem

⁴ A expressão "pensador sardo", faz referência à ilha Sardenha, na Itália, local onde Gramsci nasceu.

ligações com negociações, com grupos que, de forma direta e indireta, estavam associados ao ciclo do livro ou da revista.

Como os editores firmavam contratos com autores, faziam alianças com livreiros, negociavam com autoridades políticas, tratavam as finanças, os fornecimentos, as remessas e a publicidade? As respostas a essas perguntas levariam a história dos livros a penetrar no território da história social, econômica e política, com benefícios mútuos (DARNTON, 1990, p. 124).

Na busca por compreender melhor o papel do editor, Ruiz (1953) oferece alguns estudos que podem elucidar ainda mais o papel desses atores, no mundo dos periódicos. A começar pelo editor, que é mais que um informador, pois se caracteriza por "rapidez de concepção e realização", a fim de ser "objetivo, realista e certo"⁵ (RUIZ, 1953, tradução nossa). A pessoa do editor parece ser uma das peças fundamentais no periódico, isto porque o editorialista pode ser nomeado como "filósofo da atualidade", uma vez que é capaz de captar "a origem e a finalidade última" (RUIZ, 1953, p. 190) da notícia. Apropriando-se de vocabulário filosófico, Ruiz (1953) compreende que o editor é capaz de captar as nuances que configuram o fazer, o elaborar e o construir o periódico, do início à sua finalidade específica, e sempre atento aos acontecimentos na sociedade que podem influir na construção do periódico. A objetividade e o realismo levam o editor a se portar de forma pragmática na organização e manutenção do periódico, para que a notícia, o artigo e as informações estivessem em conformidade com a realidade e suscitasse no leitor uma concepção própria de mundo.

Além do mais, a sua capacidade hermenêutica devia ser acurada, uma vez que sua função era interpretar as mudanças da realidade, porém com critério e consequentemente imbuído de senso crítico que o faz tradutor desta metamorfose aos leitores mais desatentos. Pelo próprio ofício, o editor necessita escrever de maneira constante e isto exige disciplina, "sofisticar argumentos para fazer verdadeiros malabarismos"⁶ (RUIZ, 1953, tradução nossa), além do mais, deve estar inserido na realidade humana. Neste sentido Darton indaga

Em que ponto os **escritores** se libertaram do patronato dos nobres e ricos e do Estado, para viverem de suas penas? Qual era a natureza de uma carreira literária, e como se a seguia? Como os escritores tratavam com os editores, os impressores, os livreiros, os resenhistas, e entre si? Enquanto essas perguntas não forem respondidas, não entenderemos plenamente a transmissão dos textos (DARNTON, 1990, p. 122-123). (*Grifo nosso*)

⁵ rapidez de concepção y realización, realista, objetivo e certero (RUIZ, 1953, p.189).

⁶ Sofisticar argumentos se hacen verdaderos malabarismos (RUIZ, 1953, p.190).

Sem utilizar de uma interpretação que seja forçosa ou mesmo tendenciosa, a questão pertinente levantada por Darnton (1990), sobre a relação dos escritores com o editor, e demais integrantes da imprensa periódica, é retomada e procura elucidar no "*quem fala*", isto é, os escritores/autores (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263). Na verdade, *quem fala* não o faz de forma simplesmente aleatória, mas implica "com que credenciais, em defesa de que projetos e com quais alianças". (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263). Este emaranhado de relações, alianças interesses, projetos e finalidades políticas cria uma tensão que "permite também refletir sobre a configuração interna de poder da empresa, relações de hierarquia, colaboração e mando entre proprietários e trabalhadores da imprensa" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263).

A segunda atribuição da redação é estar informada sobre "os erros mais difundidos, para informar as próprias fontes" (GRAMSCI, 2011b, p. 203), a fim de se corrigirem erros de informação e, sobretudo, de caráter científico e de conhecimentos gerais, tais como "as publicações científicas de baixo nível" e "ou dicionários enciclopédicos" (GRAMSCI, 2011b, p. 203). A terceira atribuição da redação, é a abertura a "elementos estranhos à redação (jovens e estudantes)" (GRAMSCI, 2011b, p. 213), que Gramsci justifica para que as redações se tornem como "verdadeiras escolas político-jornalísticas, com lições de temas gerais (de história, de economia, de direito constitucional etc.)" (GRAMSCI, 2011b, p. 213), como forma de resolver o problema da escola profissional, contando com a contribuição de "especialistas alheios ao jornal e que saibam compreender suas necessidades" (GRAMSCI, 2011b, p. 213). Os Livreiros e os Leitores podem ser enquadrados nos elementos estranhos, pois aparecem de forma indireta na composição da revista. Estes últimos encontram-se curiosamente na concepção de Cruz e Peixoto (2007), na tiragem, preço e formas de venda e distribuição. No entanto, a falta de informação com relação ao livreiro e seu papel na distribuição da revista/livro é salientado por Darnton, (1990, p. 126), quando afirma:

Mas é preciso estudar melhor o livreiro enquanto agente cultural, o intermediário entre a oferta e a demanda em seu principal ponto de conexão. Ainda não conhecemos muito o mundo social e intelectual de homens como Rigaud, seus gostos e valores, a inserção deles em suas comunidades.

O público leitor, que é o "escopo" das revistas e dos jornais, deve ser analisado, buscando-se como este compreende os escritos, isto é, como os lê, e de que forma influencia na publicação da revista/livro. No tocante ao assunto, Gramsci (1968) propõe que os leitores devem ser compreendidos a partir de dois pontos de vista.

1) como elementos ideológicos "transformáveis" filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos "econômicos", capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação (GRAMSCI, 1968 p. 163).

Uma vez que o leitor está aberto ou sujeito à leitura de um determinado periódico, ele se expõe a um ideário que o levará a uma mudança de concepção e postura diante do mundo. Desta forma é que Cruz e Peixoto (2007) entendem que os "leitores são mobilizados e se mobilizam pela leitura do periódico enquanto um campo de força". O aspecto econômico, isto é, quem pode consumir o periódico, fornece vestígios do tipo de leitor, nos quais se configuram suas "marcas da presença de interesses, valores e perspectivas desses grupos", (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263-264). Porém, Darnton demonstra que existe uma preocupação em detectar o tipo de leitor e a dificuldade em situá-lo em seu contexto histórico e social.

Como os leitores entendem os sinais na página impressa? [...] O historiador do livro pode empregar suas noções de 'públicos fictícios', 'leitores implícitos' e 'comunidades interpretativas'. Mas ele também pode achar que suas considerações são um pouco estáticas no tempo. Embora os críticos saibam percorrer a história literária (e são muito fortes no século XVII inglês) eles parecem presumir que os textos sempre afetaram a sensibilidade dos leitores de uma mesma maneira. Mas um habitante seiscentista de Londres vivia num universo mental diferente do de um professor americano do século XX. A própria leitura se transformou ao longo do tempo. Ela era frequentemente feita em grupo e em voz alta, ou em segredo e com uma intensidade que hoje talvez nem consigamos imaginar (1990, p. 127).

As "marcas", na composição editorial, feitas pelos leitores, possuem um movimento contínuo de fluxo e refluxo, que se estabelece num "diálogo constante com o universo social e o campo de forças constituído pelo público leitor" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 264). Assim, existe uma reciprocidade que, por vezes, aparece de modo paradoxal, em que na imprensa, de forma específica a revista, "busca conformar e, em aparente contradição, perscrutar interesses e perspectivas do público leitor" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 264). De fato, o exame minucioso de quem é o leitor constitui um elemento precioso na configuração do periódico, uma vez que ele "incide sobre seu projeto editorial" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 264). A incidência deste público leitor se dá de forma constante, sob formas de "pressão" e isto, talvez, devido ao que Rothen (2004) chama de "leitor imaginário", aquele a quem o diretor ou o escritor pensa atingir, e o leitor explícito, o que vai ler a obra de fato. Este último, segundo Rothen (2004), nos auxilia na compreensão da influência de uma obra em um determinado contexto social.

O estudo do leitor explícito pode ser feito tanto no sentido obra impressa/leitor ou no sentido oposto. O estudo do sentido da obra impressa/leitor busca a influência da obra sobre o meio social. Os estudos do sentido leitor/obra impressa são estudos que pretendem identificar quais obras têm importância na construção de uma determinada visão de mundo para um grupo social específico (ROTHEN, 2004, p. 108).

A distinção feita acima é de grande valia, no sentido de identificar, na Revista Eclesiástica Brasileira, a relação dos editores/autores, isto é, dos franciscanos responsáveis pela Editora Vozes com os intelectuais (escritores/autores), com seus leitores que é o clero, mas não somente este, também leigos⁷ e pessoas ligadas à Igreja, com um interesse mais aprofundado. Já o sentido leitor/obra nos auxiliou a ir "às fontes diretas que influenciam um grupo específico" (ROTHEN, 2004, p. 108). Aqui podemos pensar nas produções que concretizaram e fundamentaram teoricamente a Teologia da Libertação.

Analisar o público leitor implica, necessariamente, estudar a comercialização do periódico. Porém, numa verificação apressada, pode-se incorrer no risco de que os periódicos de grande circulação, com a venda de vários números que demonstram uma forte comercialização, sejam qualitativamente superiores. Um periódico com distribuição menor pode indicar somente um público restrito, devido à sua especialização, um grupo de leitores, "num âmbito social mais delimitado". (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 264). Este grupo social delimitado pode formar um grupo socialmente politizado, com interesses convergentes, o que pode indicar qualitativamente um periódico que tenha um grupo de intelectuais atuantes, uma vez que um grande periódico nem sempre tem premissas definidas nem um ideário a ser construído (RUIZ, 1953, p. 312). Em função do leitor, entendemos um circuito que compreende:

tiragem, preço e formas de venda e distribuição: levam à análise sobre as formas de distribuição e ao âmbito de circulação da publicação. Aqui a análise volta-se para a discussão dos **públicos leitores**, espaços sociais e redes de comunicação que se constituem na atuação do periódico (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263). (*Grifo nosso*)

Neste sentido, compreendemos que existe uma dificuldade em identificar o público leitor imaginário e explícito, mas, como afirma Rothen (2004), eles podem "convergir", tornando-se uma realidade. Em periódico que tenha grande número de leitores, é difícil a identificação do perfil desse leitor. Já, em periódico de menor alcance ou especializado, pode tornar-se mais fácil identificar o seu perfil político e intelectual.

⁷ A expressão "leigo" é utilizada para diferenciar os que não pertencem à hierarquia católica, os clérigos ordenados.

Assim, torna-se claro que "o leitor imaginário dos editores está vinculado a interesses mercadológicos e/ou políticos, e/ou intelectuais" (ROTHEN, 2004, p. 109). Por fim, de forma clara e lúcida, Rothen (2004, p. 109) afirma:

O leitor imaginário dos editores pode ser identificado pelas **concepções paradigmáticas** adotadas nos artigos e pelas divisões internas da revista. A identificação do leitor imaginário do editor consiste em responder a questões do tipo: quais informações/opiniões que o editor deseja divulgar aos seus leitores? Quais informações/opiniões que o editor acredita que seu leitor deseja receber pela revista? A relação entre o autor/editor e o leitor não é uma relação entre dois polos constituídos e isolados um do outro, mas sim uma relação de **Poder** entre esses elementos. O leitor influencia o autor/editor por meio de sua atuação como agente que irá adquirir ou não, ler ou não, o material publicado. (*Grifo nosso*).

O que Kunh chama de paradigma serve como fundamento para que determinada comunidade científica desenvolva pesquisas, que estejam de acordo com "uma teoria paradigmática" (REALE, ANTISERI, 2003, p. 1043). Assim, compreende-se o paradigma como um modelo explicativo do mundo (FORNERO, 2000, p. 243), modelo este que o editor procura transmitir a seus leitores que, conseqüentemente, podem vir a formar um grupo com uma concepção de mundo.

Para captar melhor esta relação autor/editor e leitor, podemos recorrer novamente a Gramsci, quando trata, nos *Cadernos do Cárcere*, a respeito das "relações de força". Para analisar atentamente uma estrutura, é necessário distinguir dois movimentos que, para Gramsci, devem ser aplicados a qualquer situação. O movimento orgânico e o movimento de conjuntura. O primeiro possui uma certa constância, adentrando num contexto histórico de longo alcance. O segundo apresenta-se de forma imediata e ocasional, isto é, vinculado ao momento, no qual a crítica política encontra-se de forma reduzida aos "pequenos grupos dirigentes e às personalidades imediatamente responsáveis pelo poder" (GRAMSCI, 2011c, p. 36-37).

Segundo Gramsci, esses movimentos se dão de forma dialética, já que os movimentos de conjuntura dependem dos movimentos orgânicos, devido à sua amplitude. Assim os leitores se portam, como movimentos ocasionais, pois nem sempre incidem no editorial, dependem da amplitude do periódico, como movimento orgânico, pois neste último é que se encontram "os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente" (GRAMSCI, 2011c, p. 37).

2.4 Funções Administrativas

Numa quarta atribuição, Gramsci ressalta a importância que se dá à redação, quando afirma que "as funções de um jornal deveriam ser equiparadas às funções correspondentes na direção da vida administrativa" (GRAMSCI, 2011b, p. 235), com a intenção de sair do amadorismo medíocre e tornar-se profissional, para "oferecer ao público informações e julgamentos não ligados a interesses particulares" (GRAMSCI, 2011b, p. 235).

A respeito dos diretores, poderíamos afirmar que esse grupo é o que "mantém a disciplina na redação, assume as responsabilidades que afetam o periódico (jornal) em seu aspecto político e legal, e se preocupa em aumentar a tiragem.⁸" (RUIZ, 1953, tradução nossa). Além da organização e sistematização do periódico, pautada por disciplina para manter sua regularidade, a identificação do diretor com o grupo social mencionado acima assemelha-se ao diretor que, "identificado com as ideias do partido, decide a orientação do periódico⁹" (RUIZ, 1953, tradução nossa). Entender a função do grupo social ou do partido se faz necessário, uma vez que este só existe quando há objetivos comuns, interesses convergentes, a fim de que haja identificação no interior do grupo, e se consolide de tal modo que seja reconhecido pela sociedade. No grupo social está contida a força social que representa o consenso do grupo, que conduz a uma ação social que busca e provoca mudanças. Deste ponto de vista, a análise de um grupo não se realiza em forma de um aglomerado, mas em uma teleologia que se torne o centro de coesão e convergência.

Os "proprietários, diretores, redatores e colaboradores" são tratados conjuntamente (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 263), sem se descrever a função de cada componente. Esse grupo, segundo Gramsci (1968), necessita de um "ponto de partida" por se tratar de dirigentes de periódico. Este princípio sugerido diz respeito a "um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral" (GRAMSCI, 1968 p. 162). A homogeneidade compreendida por Cruz e Peixoto (2007, p. 263) aponta que:

Proprietários, diretores, redatores e colaboradores indicam a constituição dos grupos produtores, enquanto **força social** que orienta e

⁸ "mantiene la disciplina en la radacción, asume las responsabilidades que afectan al periódico en su aspecto político y legal, y se preocupa de aumentar la tirada" (RUIZ, 1953, p. 307)

⁹ "identificado con las ideas del partido, decide la orientación del periódico" (RUIZ, 1953, p. 307)

propõe o **projeto político do periódico**. Aqui não se trata de uma análise meramente formal que identifica nomes de proprietários e de principais anunciantes, pois entendemos que o processo de **constituição de tais grupos enquanto grupos editoriais** não é exterior, nem anterior ao movimento de produção do próprio periódico. É no processo de produção da publicação que o grupo se constitui enquanto agente ativo, constituindo ao mesmo tempo aliados e adversários. (*Grifo nosso*).

Esses grupos editoriais vistos acima compreendem o chamado "edifício cultural", (GRAMSCI, 1968 p. 162), no entanto ele deve ser baseado em "princípios racionais", isto é, devem ser funcionais e ter como base premissas para alcançar determinados objetivos. O que diretores e redatores projetaram, de início, como orientação ao periódico, ou seja, as premissas assumidas, pode ser verificado, confirmado durante o percurso, e até mesmo modificado. Isto não quer dizer que as premissas iniciais se ausentem, ou sejam excluídas de forma definitiva, mas pode ocorrer que elas continuem presentes de forma contínua, e isto se dá pelo caráter dinâmico do próprio periódico e das necessidades que possam aparecer.

Uma quinta atribuição, que está intimamente ligada à anterior, faz com que as redações devam estar "ligadas a um movimento de base disciplinado" (GRAMSCI, 2011b, p. 237), isto porque as revistas devem ser "a força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa, isto é, cujos quadros não estão fechados" (GRAMSCI, 2011b, p. 237). Aqui aparece o aspecto principal da redação, dos redatores, dos editores e, sobretudo, das revistas que sejam orgânicas no trabalho interno e externo, para formarem uma esfera cultural, isto é, uma atividade intelectual, que cria em seu bojo um círculo cultural próprio, e cujas atividades todo organismo diretivo tende a cindir em duas: a deliberativa e a cultural-informativa (MANACORDA, 2008, p. 169). De fato, a classe dirigente no mundo moderno e industrializado se divide, e torna-se evidente que a atividade cultural-informativa cumpra o papel técnico-especialista, com a função de análises científicas, a fim de que as deliberações sejam tomadas sobre bases sólidas (DORE, 2007, p. 89). As funções administrativa e técnica não devem estar desassociadas do caráter próprio da revista, isto é, a informação cultural-intelectual, como constata Gramsci, essas duas tendem a se dividir, nas sociedades.

O modo de trabalhar das redações de revistas, em torno às quais se deveriam constituir um círculo de cultura, recorda-nos a experiência prática e os projetos que iam sendo elaborados por Gramsci: desde o Clube de Vida Moral, passando pelo programa do *Ordine Nuovo* quinzenal, até as considerações sobre a escola dos confinados. Tal como então, também agora Gramsci propõe, para essas instituições culturais, um tipo de trabalho colegiado planejado, que sirva para criar e reelaborar os trabalhos individuais

e conduzi-los à redação definitiva, e para isso fornece indicações metodológicas minuciosas e precisas (MANACORDA, 2008, p. 171).

A organização da cultura, a valorização do ser humano, a criação de uma nova "estrutura no corpo burocrático" (DORE, 2007, p.91) favorecem a elaboração de alto nível de sistematização intelectual dos periódicos e que, ao mesmo tempo, se desenvolva na prática uma nova concepção de mundo junto às instituições culturais, o que foi experimentado por Gramsci junto à revista *L'Ordine Nuovo*¹⁰, com os Conselhos de Fábrica. De fato, "a revista *Ordine Nuovo* pretendia ser tanto um órgão de luta política quanto instrumento de pesquisa cultural" (DORE, 2007, p.91).

2.5 Os Meios Materiais: Impressores e Expedidores

Os meios materiais compreendem os diversos aspectos da revista, como sua composição, produção e distribuição. Gramsci entende que a revista compreende diversos aspectos, como o seu exterior e a sua composição interna. "Tem grande importância o aspecto exterior de uma revista, tanto comercialmente como "ideologicamente", para assegurar fidelidade e afeição" (GRAMSCI, 2011b, p. 249). Pensar a aparência da revista significa torná-la apresentável e apreciável do ponto de vista estético, como:

Fatores: páginas, composição das margens, do espaço entre as colunas, largura entre as colunas (comprimento da linha), densidade das colunas, isto é, o número das letras por linha e do corpo usado em cada letra, do papel e da tinta (beleza dos títulos, nitidez dos caracteres devido ao maior desgaste das matrizes ou das letras manuais etc.). (GRAMSCI, 2011b, p.249).

A preocupação de Gramsci com a estética da revista visa à sobrevivência do próprio periódico, pois é necessário "assegurar uma venda estável (se possível em contínuo incremento), o que significa, ademais, a possibilidade de construir um pleno comercial (em desenvolvimento etc.)" (GRAMSCI, 2011b, p. 249). Apesar de o pensador sardo afirmar que o aspecto ideológico é de fato o mais relevante, isto é, "o elemento fundamental para o êxito de um periódico" (GRAMSCI, 2011b, p. 249), já que este irá satisfazer os anseios intelectuais e políticos de seus leitores. Gramsci justifica que a credibilidade de um periódico se dá pela demonstração da justeza ou pelo cuidado que se deve ter, tanto pelo "conteúdo ideológico e intelectual", quanto pelo "exterior" da

¹⁰ "Em Abril de 1919, juntamente com Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini, Gramsci lança em Turim uma resenha semanal de cultura" (COUTINHO, 1999, p.24).

obra (GRAMSCI, 2011b, p. 202). Assim, Gramsci entende que uma "boa" apresentação do periódico colabora para a sua divulgação e difusão nos diversos segmentos.

Os Impressores e Expedidores, segundo Cruz e Peixoto (2007), estão inseridos nas condições técnicas, isto é, estão ligados, de forma intrínseca, ao aspecto externo da revista. Contudo, estes podem onerar ou desonerar o livro ou o periódico, seja pelos materiais a serem utilizados, seja pela expansão das obras, ou mesmo arbitrariamente, assim como as "condições técnicas: tecnologias de produção e impressão, organização da redação e sucursais, e serviços de apoio que remetem às condições técnicas de produção da publicação" (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p.263)

São necessárias outras pesquisas para períodos posteriores, e poder-se-iam colocar novas questões: como os **impressores calculavam** os custos e organizavam a produção, principalmente após a expansão do jornalismo e da impressão de materiais volantes? Quais as alterações sofridas nos orçamentos do livro com a introdução do papel feito a máquina, na primeira década do século XIX, e do linotipo nos anos de 1880? De que maneira as transformações tecnológicas afetaram a condução do trabalho? E que papel desempenharam os oficiais gráficos, um setor excepcionalmente expressivo e militante do operariado, na história do trabalho (DARNTON, 1990, p. 125).

Dessa forma, a expedição desempenhava um papel que hoje é ocupado pelo setor de publicidade, que se preocupa com o *marketing*.

2.6 A Revista Crítico-Histórico-Bibliográfica

Para as revistas crítico-histórico-bibliográficas, Gramsci propõe que sejam feitos "exames analíticos das obras" (GRAMSCI, 2011b, p. 201), que tenham caráter sintético, para poder atingir um público de leitores que iniciaram a vida intelectual, e que não possam ler as diversas publicações, mas que necessitam de iniciação científica, uma vez que não possuem o hábito do trabalho científico especializado (GRAMSCI, 2011b, p. 202).

Para o segundo tipo de revista, Gramsci destaca sete pontos denominados rubrica¹¹, que são: dicionário enciclopédico político-científico-filosófico; rubrica das biografias entendidas em dois sentidos: a) seja na medida que toda a vida de um homem pode interessar à cultura geral de uma certa camada social, seja na medida que um nome histórico pode entrar num dicionário enciclopédico por causa de determinado conceito ou evento sugestivo; autobiografias político-intelectuais; exame crítico-histórico-bibliográfico das situações regionais; compilação sistemática de jornais e

¹¹ Parte ou seção regular de um programa ou publicação, geralmente temática.

revistas; resenhas de livros em tipos específicos: a) crítico-informativo, para o leitor médio, que não vai ler o livro em questão; b) teórico-crítico, que supõe que o leitor vai ler o livro; uma compilação crítico-bibliográfica ordenada por assunto ou grupo de questões. (GRAMSCI, 2011b, p. 202 - 205).

Outra temática desenvolvida por Gramsci e que se assemelha a Darnton é a questão da redação, isto é, como devem se portar aqueles que trabalham na direção do periódico. Aqueles que exercem essa função editorial "deveriam ser caracterizados por uma orientação intelectual muito unitária e não antológica, isto é, deveriam ter uma redação homogênea e disciplinada" (GRAMSCI, 2011b, p. 201). A univocidade tratada por Gramsci demonstra identificação profunda de um determinado grupo, isto é, os que compõem a direção da redação, pois a homogeneidade deste implica na coesão, ou seja, na elaboração intelectual elevada, que se propõe na construção de um edifício cultural, como requer sua natureza, tal como demonstra o próprio Gramsci: "fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e intelectual" (2011b, p. 201).

Quanto aos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci ainda elenca outras possíveis seções para integrarem a revista, as quais enriqueceriam ainda mais o periódico. São as seguintes as propostas do pensador sardo: Rubrica sobre as correntes científicas; Rubrica Gramatical-linguística; Resenhas críticas bibliográficas, por exemplo, sobre cristianismo; Série de guias e pequenos manuais para o leitor; Resenha sobre jurisprudência; Colaboração estrangeira que deve ser orgânica, e não antológica e esporádica ou casual; Correspondente do exterior, sendo que o tipo moderno mais completo é o publicista de partido, o crítico político que observa e comenta as correntes políticas mais vitais de um país estrangeiro e tende a tornar-se um "especialista" nas questões daquele determinado país, e que não é um mero repórter ou transmissor de notícias do dia; Todo fascículo de revista deveria ter dois apêndices: a) uma rubrica na qual todas as palavras e nomes estrangeiros pudessem ter sido usados nos vários artigos; b) uma rubrica na qual fosse dado o significado das palavras especializadas nas várias linguagens (GRAMSCI, 2011b, p. 206 - 245).

O terceiro tipo de revista é de cultura geral, que se caracteriza pela combinação de alguns elementos do segundo tipo com a composição do semanário inglês, como o *Manchester Guardian Weekly* ou o *Times Weekly*. Segundo Dore (2007), Gramsci faz referência aos suplementos destes jornais, pois "considera que um

cotidiano bem feito poderia ter suplementos mensais que penetrariam onde dificilmente um cotidiano penetraria" (DORE, 2007, p. 86)

Ele considera três tipos de suplementos. O primeiro é o literário, que deveria tratar de filosofia, arte e teatro. Esse suplemento deveria também ter uma parte dedicada à escola. O segundo deveria focalizar a economia, a indústria, o sindicato, aproximando-se de um semanário político, resumindo toda a política da semana. O terceiro teria uma parte especificamente agrícola, destinadas aos camponeses que não lêem os cotidianos. Além disso, deveria ter um suplemento esportivo (DORE, 2007, p. 86-87).

Em seus comentários sobre revistas, Gramsci ainda cita alguns tipos, mostrando a multiplicidade de publicações que visam a públicos leitores diversificados, tais como: Revista Moralizante do século XVIII, para o leitor médio, revista que fica entre religião e civilização moderna; Revistas humorísticas; Revista de bibliografia universal e enciclopédica; Revista Político-Crítica, que exigiria redatores especializados, material cientificamente elaborado e selecionado e certa homogeneidade cultural (GRAMSCI, 2011b, p. 208 - 209); Revista de Economia: a) economia mundial; b) economia e produção nacional; c) economias regionais; d) economias provinciais ou zonas provinciais. (GRAMSCI, 2011b, p. 232 -233)

2.7 O Gênero Editorial

Autores como Socorro Cláudia Tavares de Sousa (2009) e Nicolás Gonzáles Ruiz (1953) indicam a existência do gênero editorial, que possui a característica de ser abrangente, portanto, não tendo maior especificidade (SOUSA, 2009). O editorial procura traduzir, de forma geral, numa linguagem que seja acessível, o que se produz no periódico, a fim de introduzir o leitor que pode ser especializado ou não no universo do periódico com as suas diversas tratativas (RUIZ, 1953).

Para Carvalho (2008), o “editorial é enquadrado como gênero opinativo”, porém uma opinião incorre sempre em um risco, pois, além de conter a subjetividade do editorialista, há uma empresa a qual ele representa. Assim, devemos descartar a suposta neutralidade jornalística, principalmente no que tange ao editorial, uma vez que este emite uma opinião, representa uma instituição, uma ideologia e expressa os interesses de um determinado grupo e a sua visão da realidade (RUIZ, 1953).

Entendemos como editorial o gênero do discurso jornalístico que expressa a opinião do veículo de comunicação sobre fatos mais importantes no espaço político-social-econômico com abrangência local, nacional, internacional. Oferece o ponto de vista da instituição e, como consequência, a sua redação é afetada por certo protocolo, em que se emprega uma linguagem impessoal, concisão na apresentação de argumentos que defende, refutação de opiniões

opostas e conclusão que enfatiza o ponto de vista da empresa. Normalmente, ocupa um espaço fixo e costuma não ser assinado. Por tratar de temas da atualidade, tem como finalidade influenciar a opinião pública (CARVALHO, 2008, p. 72).

De fato, o editorial se reveste da *impersonalidade*, por utilizar a terceira pessoa, do singular ou a primeira pessoa do plural (CARVALHO, 2008). Neste sentido, Ruiz (1953) propõe e concorda que a impersonalidade dá o devido valor ao editorial. Pois este "percebe a radiografia da atualidade e, ao radiografá-la, a diagnostica. É uma visão no interior da notícia"¹² (RUIZ, 1953, Tradução nossa).

Além da impersonalidade, o editorial se realça de tópicos, assuntos tratados, principalmente nos artigos e comunicações que estão em voga no âmbito social e eclesial. A plasticidade é característica marcante nos editoriais que se "referem não à dogmaticidade dos enunciados. O editorialista precisa ter consciência de que está lidando com o transitório. Sua opinião não é verdade última" (CARVALHO, 2008, p. 83). O caráter transitório é específico dos periódicos e, por esse motivo, torna-se um lugar dialogal contínuo de exposições de ideias e pesquisas.

Contudo, Sousa (2009) afirma que é da natureza do editorial ser argumentativo e, explicitando de forma didática, sugere cinco etapas para se elaborar um editorial. Apesar de Sousa (2009) coloca-las como uma "organização retórica do gênero editorial de jornal", vamos aplicá-las ao estudo da REB.

- a) identificação do ponto de vista defendido pela empresa jornalística;
- b) identificação dos argumentos que sustentam esse ponto de vista.
- c) identificação dos segmentos textuais que não constituam argumentos ou conclusão;
- d) apresentação da ordem na qual as **informações foram distribuídas nos editoriais**, isto é, apresentação da sequência em que aparecem as unidades retóricas em todos os exemplares;
- e) apresentação de uma primeira versão do padrão da organização retórica (SOUSA, 2009, p. 140).

Apesar de ser um lugar de opinião, o editorial está associado a uma dimensão crítica, como requer a sua natureza: a posição ideológica do grupo de intelectuais, as suas concepções da realidade e a releitura da vida social e política, que são debatidas nas páginas do periódico. Em embate sobre a dimensão crítica: primeiro emerge a questão de quem financia o periódico, ou seja, um funcionário irá defender interesses de um determinado grupo. Desta forma, entendemos que existe uma tensão entre o editor e a própria empresa; segundo tem a "delicada função reguladora, exercida

¹² "saca la radiografía de la actualidad, y, al radiografiarla, la diagnostica. Es una visión por dentro de la noticia" (RUIZ, 1953, p. 183).

pelo bom senso das massas anônimas de leitores"¹³ (RUIZ, 1953, Tradução nossa). Função delicada, em se tratando do regime político vigente, como foi o militar no Brasil, que vai coincidir, em grande parte, com o período analisado da REB. O editorial, dependendo do periódico, pode ainda "servir" de manobra em algumas situações ao regime vigente, como ser útil contestá-lo (RUIZ, 1953).

Porém, a maior radicalidade da crítica encontra-se no distinguir no editorial o que é realmente necessário daquilo que se torna contingente. A decisão requer clareza de postura, tomada de posição e conhecimento dos interesses do próprio grupo. Nesse sentido, a persuasão torna-se um elemento importante no editorial e, levando-se em conta que o gênero editorial é argumentativo, buscar-se-á a adesão do público alvo do periódico, como revistas, jornais, além de outros meios de comunicação.

Ao estudarmos os editoriais, analisamos o que esse gênero editorial (CARVALHO, 2008) pode "dizer" sobre a postura da revista, em uma leitura atenta que busque, dentro de suas páginas e entorno, a sua "força ativa naquele campo da hegemonia e as articulações entre presente, passado e futuro que embasam sua perspectiva histórica" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 264).

Compreender a natureza do editorial pode nos remeter à compreensão do ideário vigente e situações históricas vividas, bem como a concepção política e social do grupo de intelectuais da revista em questão. Com esse estudo dos editoriais e dos redatores, queremos compreender as "indagações sobre suas posições e articulações sociais em um tempo histórico determinado" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 264). Assim, queremos identificar no periódico não só "as suas posições políticas", como também os "sujeitos sociais, espaços, temas" que nos "remetem à correlação de forças e ao campo das lutas sociais do movimento" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 264).

2.8 Revistas: Uma nova Concepção de Mundo

Ao estudarmos a revista e toda a sua importância dentro do mundo intelectual, vamos primeiramente nos remeter a Gramsci, principalmente quando este se refere, nos *Cadernos do Cárcere*, aos "Tipos de revistas", que ele estabelece como essencial para a organização da cultura, ou seja, as revistas servirão como aportes para a

¹³ "delicada función reguladora, que ejerce el buen sentido de la massa anónimas de lectores" (RUIZ, 1983, p. 181).

"atividade educativa" (DORE, 2007, p.97). Inicialmente não é a escola que desempenhará esse papel; no entanto, posteriormente, Gramsci irá tratar do princípio educativo sobre a importância da escola (DORE, 2007, p.97). Gramsci entende por cultura "um modo de pensar a realidade concreta, de intervir em sua transformação" (COUTINHO, 1999, p.24). De fato, a revista *L'Ordine Nuovo*, tornar-se-á o centro difusor de ideias de um grupo de intelectuais que irão alternando as "batalhas" na prática política e ao mesmo tempo divulgarão as suas ações de forma sistematizada, o que se intencionava no "fazer política" (COUTINHO, 1999, p.29).

Ademais, para Gramsci, a revista servirá como elemento fundamental para a elaboração e criação da "concepção de mundo" que, ao mesmo tempo, está na "base das revistas" (GRAMSCI, 2011b, p. 205). Este papel quem vai desempenhar será, sobretudo, o editorial, que teria como escopo buscar a "reforma intelectual e moral" nos diversos campos da sociedade, mas especificamente nas questões políticas e culturais (DORE, 2007, p.81).

De fato, Gramsci obteve a experiência, com *L'Ordine Nuovo*, de um centro de difusão que se demonstrou eficaz na divulgação de uma nova cultura, a fim de organizar a sociedade. O que Gramsci, de fato, desejava era uma nova civilização na qual as revistas são necessárias para "constituir um instrumento para reforçar as instituições culturais" (DORE, 2007, p.81).

A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que cada camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos modelos, isto é, com os mesmos métodos dos intelectuais profissionais (GRAMSCI, 2011b, p. 205).

O pensador sardo entendia a necessidade da organização da sociedade civil, e isto se dá somente com o advento de uma nova cultura. A organização da cultura torna-se eixo fundamental para a chamada reforma intelectual e moral (DORE, 2007, p.81). Gramsci pensava em um centro que fosse homogêneo, propagador e difusor de nova cultura, vinculada à questão educativa que requer estruturas, isto é, condições necessárias que evitem improvisações e amadorismos, e que as diversas iniciativas possam conduzir àquilo que Gramsci irá denominar como a busca de consenso.

Dando uma completa reviravolta na concepção de cultura como dimensão inteiramente subordinada à economia, dominante do movimento operário de sua época, ele entende que a fundação de um novo Estado depende de um processo muito mais amplo de criação de uma nova civilização. Por isso, considera imprescindível "organizar a cultura", ampliando os meios para

difundir novas concepções do mundo que permitissem às classes subalternas tomar "consciência de si", dos seus próprios fins e fazer sua história (DORE, 2007, p.80).

Segundo o pensador sardo, as concepções novas de mundo só seriam possíveis com uma nova concepção de cultura, que deveria abranger, sobretudo, as classes subalternas, oferecendo elementos para que os camponeses e operários pudessem se estruturar na "tomada de consciência" e na organização de um grupo que, de fato, pudesse se identificar como tal, para a prática política. Gramsci entendia que o Jornalismo, ao qual ele dedicara várias páginas nos *Cadernos do Cárcere*, teve uma atividade jornalística¹⁴ intensa, estando em liberdade, associada intrinsecamente com a sua atividade política.

A partir desse momento, a ideia de uma estruturação de poder que partisse da célula da comissão interna da própria fábrica e que fosse ampliada pelas massas de operários cada vez mais conscientes do próprio papel, passou a ser a mola propulsora de *L'Ordine Nuovo*. Desta forma, o problema da ampliação das comissões internas "tornou-se o problema central, tornou-se a ideia do Ordine Nuovo (...) tornou-se para nós e para todos os que nos seguiam, o jornal dos conselhos de fábrica"¹⁵ (tradução nossa). A revista passou a atuar, portanto, em um campo bem diferente daquele que era comum às outras revistas que já tivemos ocasião de mencionar. Atuou bem próximo dos operários, bem mais que a *Critica sociale*, até então a revista do partido socialista (ARRIGONI, p. 74, 1988).

De acordo com Peter Mayo, a revista *L'Ordine Nuovo* desempenhou papel importante na formação e educação dos adultos, quando se refere principalmente aos operários de Turim, uma classe subalterna, que obtiveram, por meio desse periódico: sustentação crítica e apropriação de elementos da cultura dominante, análise do ponto de vista do proletariado a respeito da sua própria situação cultural, representação de seus interesses e a capacidade "na elaboração dos elementos mais emancipadores da cultura popular, na perspectiva da criação de uma nova cultura proletária"¹⁶ (MAYO, 2007, tradução nossa). De fato, a revista *L'Ordine Nuovo* ofereceu elementos que alimentaram a classe operária, criando uma perspectiva de conhecimento da própria realidade e, claro, elaborando uma nova concepção de mundo, isto a partir de sua própria realidade.

¹⁴ Gramsci foi colaborador nos jornais *Il Grido del Popolo*, *L'Avanti* e principalmente *L'Ordine Nuovo*.

¹⁵ "divenne il problema centrale, divenne l'idea dell'Ordine Nuovo (...) divenne per noi e per quanti ci seguivano, il giornale dei consigli di fabbrica" (ARRIGONI, p. 74, 1988).

¹⁶ nell'elaborazione degli elementi più emancipatori della cultura popolare, in previsione della creazione di una nuova cultura proletaria (MAYO, 2007, p. 61).

2.9 Guerras de Posição

É nesse contexto que o conceito de guerra de posição emerge de modo a compreender a posição da revista *L'Ordine Nuovo*, que atuaria como fio condutor entre os intelectuais (redatores). E, em conjunto com os operários, na sociedade civil, tornar-se-ia fundamental para entender o processo revolucionário pensado por Gramsci que, como veremos.

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às "trincheiras" e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas "parcial" o elemento do movimento que antes constituía "toda" a guerra, etc. (GRAMSCI, 2011c, p. 24).

Na vida política acontece a mesma coisa que sucede na área militar. A guerra de movimento vai tornando-se cada vez mais guerra de posição. Gramsci se utiliza de termos bélicos e os aplica à arte política.

A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que em determinados momentos se transforma em guerra de movimento e, em outros, em guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e elementos combativos de assalto é guerra subterrânea (GRAMSCI, 2011c, p. 124).

Ao que tudo indica, a "guerra de movimento", num contexto histórico-político, não chega a ser determinante, já que uma greve não indica uma revolução de caráter socialista e permanente, como a ditadura do proletariado, mas apenas mudanças que pudessem favorecê-lo dentro do Estado burguês. Já na "guerra de posição" aparecem mudanças críticas, nova concepção de mundo, absorção cultural, isto é, os subalternos promovem mudanças estruturais, num sentido amplo que penetre no âmago de toda a sociedade, o que, de acordo com o pensador sardo, foi feito por Gandhi.

Para Gramsci, o espaço no qual pode ser contestada a hegemonia é o amplo território que o mantém (sustenta), isto é, a sociedade civil que é concebida como um lugar de luta. Ele argumentou que o Estado, como é de fato, sustentado pelas instituições da sociedade civil, não pode ser combatido frontalmente por aqueles que aspiram a transformá-lo, para desenvolver um novo sistema de relações sociais. Gramsci quer dizer que tipo de comparação como uma "guerra de manobra / frente". Em sua visão grande parte do processo de transformação do Estado e seu aparato coercitivo devem preceder e não perseguir (acompanhar) a tomada do poder. As pessoas que trabalham para a transformação social devem se engajar em uma "guerra de posição", um processo de organização social e influência cultural de amplo espectro dentro do qual é colocado precisamente a visão política de uma estratégia revolucionária, baseada na passagem da "guerra de manobra" e do ataque frontal a "guerra de posição" adequada às condições do Ocidente,

onde o exercício da hegemonia é confiada à conquista de um consenso em todas as grandes articulações da sociedade civil ¹⁷(SCHETTINI, 2008, tradução nossa).

Gramsci elabora uma distinção importante entre sociedade política e sociedade civil, já que esta última, como vimos acima, é o território propício onde se busca a hegemonia e se trava a guerra de posição. A sociedade política caracteriza-se por todo aparato que dá legitimidade ao Estado, como a força coerciva e dominadora que, em uma visão liberal, o Estado caracteriza pela "organização administrativa, jurídica e militar do aparelho fundamental, ou o Estado como 'guarda-noturno' e fiador de paz, segurança e ordem" (FONTANA, 2003, p.117).

Já a sociedade civil que, para o pensador sardo, é o campo específico onde se trava a guerra de posição, caracteriza-se pela busca do "consenso e da direção moral", e a sociedade política, para ele "está em oposição e contraste com a sociedade civil" (FONTANA, 2003, p.116). A "guerra de posição" se constitui por conflitos ideológicos e culturais, numa alta complexidade que envolve vários organismos e grupos sociais. Gramsci, de forma genial, "amplia o conceito de Estado" (FONTANA, 2003, p.116), principalmente quando cita a:

confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, que seria possível dizer, de que estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção (GRAMSCI, 2011c, p. 244).

Quando em determinado grupo ou partido, os subalternos, como o proletariado que busca mudanças profundas no Estado burguês, estão à procura da hegemonia, devem fazer uso da "guerra de posição", que é "um processo de organização social e de influência cultural de longo alcance"¹⁸ (MAYO, 2007, tradução nossa). É pela organização da junção de diversos grupos sociais, com vários segmentos da

¹⁷ "Per Gramsci lo spazio in cui può essere contestata l'egemonia è l'ampio territorio che la sorregge, cioè quello della società civile che è concepita come un luogo di lotta. Egli sosteneva che lo stato, poiché è di fatto sostenuto dalle istituzioni della società civile, non può essere affrontato frontalmente da quelli che aspirano a trasformarlo, per sviluppare un nuovo sistema di relazioni sociali. Gramsci intende quel tipo di confronto come una "guerra manovrata/frontale". Nella sua visione una gran parte del processo di trasformazione dello stato e del suo apparato coercitivo deve precedere e non seguire la presa del potere. Le persone che lavorano per la trasformazione sociale devono impegnarsi in una "guerra di posizione": un processo cioè di organizzazione sociale e di influenza culturale ad ampio spettro all'interno del quale trova posto appunto la visione politica di una strategia rivoluzionaria fondata sul passaggio dalla "guerra manovrata" e dell'attacco frontale alla "guerra di posizione" idonea alle condizioni dell'Occidente, dove l'esercizio dell'egemonia è affidato alla conquista del consenso in tutte le principali articolazioni della società civile" (SCHETTINI, 2008, p. 05).

¹⁸ "un processo di organizzazione sociale e di influenza culturale ad ampio raggio" (MAYO, 2007, p. 54)

sociedade, que se cria o "bloco histórico" (MAYO, 2007) que, para Gramsci, "não é cimentado apenas pela convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural" (COUTINHO, 1999, p.73).

Segundo Gramsci não se deve usar a "guerra de manobra/frontal", (MAYO, 2007, p. 54), por esta parecer de grande eficácia, sobretudo quando "aplicada à arte política" (GRAMSCI, 2011c, p. 71), podendo se efetivar em dois momentos: no primeiro, "o elemento econômico imediato (crises etc.) é considerado como armadilha de campo" (GRAMSCI, 2011c, p. 71). Talvez este seja o mais importante, uma vez que a vida está praticamente em função do mercado. E no segundo, "abrir a brecha na defesa inimiga" (GRAMSCI, 2011c, p. 71) com fatores ideológicos. Gramsci observa que a eficácia da "guerra de manobra" pode se desmantelar uma vez que:

(...) Estados mais avançados, onde a "sociedade civil" tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente a "irrupções" catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.); as superestruturas da sociedade civil são como os sistemas das trincheiras na guerra moderna (2011c, p. 73).

Fundamentado no argumento acima, Gramsci propõe "estudar com profundidade quais os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa, na guerra de posição" (GRAMSCI, 2011c, p. 73).

2.9.1 Os Intelectuais e a Questão Educacional

O tema da Educação foi para Gramsci um dos pontos centrais nas suas preocupações intelectuais. Isto é tão nítido, que o seu projeto político de transformação da sociedade passa necessariamente pela educação, sobretudo no tocante à formação dos adultos, quando ele se refere aos operários. Tanto Manacorda, quanto Paolo Nosella estão de acordo que a revista *Il Grido*¹⁹ contribuiu de forma expressiva para a formação educacional do proletariado. No tocante à revista *Il Grido*, Manacorda afirma que:

os temas da política escolar e das orientações pedagógicas tornam-se mais frequentes. (*Il Grido* desenvolveu uma campanha sistemática de renovação cultural e ideológica do partido socialista), e as iniciativas concretas dentro do campo educacional sucedem-se ininterruptamente (2008, p. 30).

A revista *Il Grido* tornou-se, de fato, condição necessária para que o proletariado adquirisse cultura, isto é, pudesse ter acesso a uma forma educativa, não no sentido positivista, mas que se tornasse tão eficaz a ponto de constituir organização interna, e que se libertasse dos intelectuais tradicionais burgueses. Paolo Nosella

¹⁹ *Il Grido del Popolo*, revista em que Gramsci foi colaborador no período de 1917 a 1918.

descreve que o "operariado nem sempre entendia que o aumento da produção e do emprego não é um valor absoluto. A produção é um meio e não um fim." (1992, p.27). Nesse sentido é que se faz necessário um "trabalho formativo" (NOSELLA, 1992, p.28), ou seja, educacional, a partir do qual os operários sejam capazes de captar que produzir armas e tratores não é a mesma coisa "[...] e "participar não apenas da política reivindicativo-salarial e sim também dar a direção política produtiva nacional" (NOSELLA, 1992, p.27-28). É nesse momento que a formação intelectual do operário se faz necessária, para "ultrapassar os limites do economicismo individual (egoísta-passional) para entrar, de forma amadurecida, no momento ético-político" (NOSELLA, 1992, p.28).

É, sem dúvida, árduo o trabalho que deve ser feito com o proletariado, sobretudo "pela heterogeneidade político-intelectual do operariado" (NOSELLA, 1992, p.29), porém, ao se estabelecer uma educação recíproca entre intelectuais e operários, elevar-se-á ainda mais a cultura a uma revolução do proletariado. Gramsci, por fim, não admitia que a educação fosse de baixo nível, mantendo-se no senso comum. O pensador sardo entende que se deva partir desse senso comum, mas permanecer somente nesse nível significaria fazer o que a classe dominante sempre fez, que era infantilizar os operários, numa conservadora educação. Para superar ingenuidades e idealismos, Gramsci propõe o bom senso "como atitude de desprezo pelas obscuridades e artificiosidades de certas exposições científicas e filosóficas (GRAMSCI, 2011a, p. 118). Assim, o bom senso desenvolvido pelo povo, tornar-se-á o primeiro passo para uma nova concepção de mundo buscando-se o progresso intelectual do povo.

A posição da filosofia da práxis é antitética a esta posição católica: a filosofia da práxis não busca manter os "simples" na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre intelectuais e os simples não é para eliminar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2011a, p. 103).

O que se deve fazer é uma educação de alto nível, para que operários e intelectuais possam, numa caminhada gnosiológica conjunta, atingir profundo conhecimento da ideologia vigente, a fim de transformar a sociedade.

Ampliar, criar e mudar a concepção de mundo, de fato, tornou-se uma realidade nas páginas da revista *L'Ordine Nuovo*. A experiência vivida pelos operários turinenses foi descrita no periódico, assim como as ações a serem realizadas estiveram estruturadas de forma que os trabalhadores tivessem fundamentos sistematizados para

possibilitar uma nova sociedade socialista, a da revolução do proletariado, como almejava Gramsci. A revista tornou-se uma extensão da própria fábrica, onde as lutas eram narradas e, ao mesmo tempo, as posições e determinações, descritas.

O *Ordine Nuovo*, o periódico do qual Gramsci, Umberto Terracini e Palmiro publicaram o primeiro número em 19 de Maio de 1919, foi concebido como uma revista de cultura socialista e, portanto, como uma importante fonte de educação de adultos. Constituía o meio pelo qual foram analisadas as produções culturais desse período na ótica da classe "subalterna", cujos interesses a revista se propunha representar²⁰ (MAYO, 2007, tradução nossa).

A educação em Gramsci possui um longo alcance, ou seja, a sua concepção educacional vai além dos muros da escola, quando se concretiza, principalmente, com o operariado. O tema da educação foi recorrente não só nos *Cadernos do Cárcere*, como nas cartas dirigidas à sua esposa e também à cunhada.

Pode-se dizer, portanto, que a ideia de educar a partir da realidade viva do trabalhador e não de doutrinas frias e enciclopédicas; a ideia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa da liberdade individualista e parcial, constituem a alma da concepção educativa em Gramsci. Esses princípios já foram expressos nas suas críticas à Universidade Popular de Turim e continuamente voltarão à tona até sua morte. Partir do terreno da experiência concreta do trabalho moderno é a marca do processo educativo historicista de Gramsci: à luz do problema produtivo atual, as informações dos eventos históricos passados (Luis Blanc, Eugênio Fornièrè, a Comuna de Paris, etc.) tomam sentido e vida (NOSELLA, 1992, p.36).

De fato, Del Roio (2006) compartilha com Nosella que a educação do proletariado inicia-se na realidade da própria existência, na experiência vivida, e desta forma é que se pensa em um sentido educativo mais amplo, em que o educando educa o educador. A imprensa e, de um modo particular, a revista *L'Ordine Nuovo* assumem a função educativa, isto é, "uma atividade de formação político-cultural" (MANACORDA, 2008, p. 134). A revista tornar-se-á um "instrumento de hegemonia cultural" (MANACORDA, 2008, p. 169).

No entanto, como é proposto e testemunhado na revista *L'Ordine Nuovo*, principalmente em um artigo publicado em 14/08/1920, quando o próprio Gramsci fala de um "golpe de redação" (*Ordine Nuovo*), constata-se que, até a citada data, a revista foi somente uma antologia, uma resenha de cultura abstrata e medíocre intelectualmente. Gramsci, juntamente com seus companheiros Terracini e Togliatti,

²⁰ "L'Ordine Nuovo, il periodico di cui Gramsci, Umberto Terracini e Palmiro Togliatti pubblicarono il primo numero el 19 maggio 1919, fu concepito come una rivista di cultura socialista e quindi come un'importante fonte di educazione degli adulti. Esso costituì lo strumento con cui furono analizzate le produzioni culturali di quel periodo dell'ottica della classe "subalterna", i cui interessi la rivista si proponeva di rappresentare" (MAYO, 2007, p. 61).

cofundadores da revista *L'Ordine Nuovo*, promovem uma mudança radical nos destinos do periódico, sem a aceitação de Tasca. De acordo com Gramsci, Tasca queria somente lembrar o que fazia a classe operária, pobre e inculta.

Com o "golpe", a revista *L'Ordine Nuovo* adquire uma nova orientação. A noção de educação assemelha-se ao trabalho, isto é, estabelece uma relação profunda do trabalho com a escola. A concepção de Gramsci neste ligame entre fábrica e escola dar-se-á, sobretudo, porque "os operários italianos, pela primeira vez na história, encontraram nos socialistas de *L'Ordine Nuovo* a determinação de concretizar, de colocar em ato, o que se vinha há tempos afirmando teoricamente" (ARRIGONI, 1988, p. 74). Dessa maneira, a revista *L'Ordine Nuovo* se aproxima de forma atuante do operariado e foi assim que, de dentro das fábricas, os operários conseguiram, de fato, fazer uma leitura da própria realidade, isto é, lhes foi despertado o desejo de saber, com a sua própria concepção de mundo, visualizada a partir da revista *L'Ordine Nuovo*. (106, 20, 20.12.1919)²¹.

O mesmo "Nova Ordem" constituía o instrumento mediante o qual foram analisadas as produções culturais daquele período do ponto de vista da classe "subalterna" e cujos interesses a Revista se propunha a representar. Na realidade, através dos círculos, os conselhos de fábricas, da imprensa, Gramsci sustentava a relação entre intelectuais e operários, no qual o primeiro, com base na formação teórica, agiam com uma capacidade diretiva com relação ao segundo e, ao mesmo tempo, consentiam a este último uma certa capacidade diretiva, alegando uma conexão ativa de relações mútuas, onde cada professor é sempre estudante e cada estudante é professor²² (SCHETTINI, 2008, tradução nossa).

Na revista *L'Ordine Nuovo*, aparecem elementos claros de revolução. Primeiro que se deve lutar contra a classe dominante que impõe seu domínio educativo, fundamentado no idealismo. Segundo, que se deve lutar contra o sindicato e o partido que está vinculado ao mundo burguês, por não serem capazes de "realizar essa educação para a emancipação, de organizar a auto-educação dos trabalhadores" (DEL ROIO, 2006, p. 313). Sem dúvida a educação dos trabalhadores tornou-se tema recorrente na revista, uma educação que fosse para a liberdade. Porém, a amplitude educacional do *L'Ordine Nuovo* causa espanto, uma vez que se propõe, para além da tecnicidade, um

²¹ <http://www.resistenze.org/sito/ma/di/ds/mdds-on130.pdf>

²² "Lo stesso "Ordine Nuovo" costituì lo strumento mediante cui furono analizzate le produzioni culturali di quel periodo dal punto di vista della classe "subalterna" e i cui interessi la Rivista si proponeva di rappresentare. In realtà, attraverso i circoli, i consigli di fabbrica, la carta stampata, Gramsci sosteneva un rapporto fra gli intellettuali e gli operai in cui i primi, sulla base della loro formazione teoretica, agiscono con capacità direttiva rispetto alle seconde ed allo stesso tempo consentono anche a quest'ultime una certa capacità direttiva, sostenendo un rapporto attivo, di relazioni reciproche, dove ogni maestro è sempre scolaro e ogni scolaro maestro" (SCHETTINI, 2008, p. 12-13).

conhecimento que seja cultural e humanista, a demonstração de que "os problemas econômicos e morais desencadeados pela guerra só podem encontrar solução definitiva com a solidariedade internacional dos trabalhadores" (NOSELLA, 1992, p.39).

Existe ainda a preocupação com o fato de o operariado ser de tal maneira formado e educado, que possa ser capaz de gerir a própria fábrica, mediante, é claro, "uma organização hierárquico-cultural para que se forme uma grande escola nacional, pela qual os trabalhadores de todos os níveis possam ser alcançados" (NOSELLA, 1992, p.39).

No entanto, não se tratava, para Gramsci, de fazer predominar o antigo grupo do L'Ordine Nuovo, no PCI, mas sim de construir um novo grupo dirigente, capaz de criar um "sistema educativo" novo e adequado às condições. Esse grupo deveria educar a si mesmo, na medida em que ele próprio se formava, superando o espírito de seita e, ao mesmo tempo, deveria ser capaz de assimilar a melhor expressão de cultura e ação política geradas no seio da própria classe trabalhadora. Além de se auto-educar, o educador deveria continuar sendo educado pelo educando. Assim, e somente assim, os riscos regressivos, do ponto de vista cultural e político, presentes nas diferentes posições de Bordiga e de Tasca, poderiam ser superados numa nova síntese teórica. (DEL ROIO, 2006, p. 313).

É nessa perspectiva que nasce um saber intercambiável, uma vez que Bordiga e Tasca percebiam um abismo entre as massas populares e os intelectuais, "e não percebiam como o educador pode e deve ser educado pelo educando" (DEL ROIO, 2006, p. 319).

Existe, de fato, a tentativa de desmistificar a figura do intelectual e de propor qual o seu verdadeiro e adequado papel na sociedade, analisando a questão proposta, à luz de Gramsci e, é claro, na revista *L'Ordine Nuovo*, o intelectual orgânico em detrimento ao intelectual tradicional. A concepção de Gramsci permitirá analisar o papel do intelectual tradicional, para pensarmos num intelectual orgânico que desenvolva a construção da consciência crítica dentro de seu bloco cultural.

Quais são os limites "máximos" da aceção de "intelectual"? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, consiste em se ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 1968, p. 6-7)

Gramsci procura demonstrar que os intelectuais devem ser vistos de acordo com suas relações sociais, e não de acordo com o que nos foi inculcado como intelectual profissional. Os intelectuais são formados de acordo com os vínculos de

grupos sociais que representam e que, de fato, são os mais importantes. Estes intelectuais “servem” aos grupos dominantes, por meio dos quais ocorre assimilação da ideologia vigente. Desta forma, de acordo com o nível cultural de um grupo, de seu desenvolvimento, será o formato do intelectual, ou seja, não só no aspecto quantitativo como também, sobretudo, no qualitativo.

Segundo Gramsci, os intelectuais tradicionais têm duas funções na sociedade burguesa: a primeira é estabelecer consenso por parte dos subalternos, como forma de submissão à classe dirigente; e a segunda é assegurar a disciplina dos grupos que não se submetem, em momentos de crise, à "coerção estatal".

Gramsci não só observa a vida intelectual, como também vivencia o que seja realmente um intelectual atuante. De fato, este intelectual orgânico, assim denominado pelo pensador sardo, atua de maneira criativa, como parte constitutiva da sociedade em que vive. O intelectual orgânico participa da sua realidade, plugado às vicissitudes da cultura, do trabalho e da política (SEMERARO, 2006).

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2011 b, p.53)

O intelectual não deve estar ligado às coisas separadas e distantes do mundo real, preso às abstrações que não acrescentam nem oferecem algo de concreto aos problemas e desafios sociais. Este ser “separado” vincula-se a um tradicionalismo intelectual que se porta de forma “superior”, com relação às classes subalternas.

Na realidade, Gramsci dá um salto na concepção de intelectual e valoriza o saber popular; propõe a organicidade na acepção do que seja o intelectual atual e atuante. Assim, quando Gramsci afirma que “todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer, então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função intelectual” (GRAMSCI, 1968, p. 36), por mais que alguém exerça um trabalho muscular, Gramsci salienta que este desenvolve um mínimo de raciocínio em seu ofício. O que se pode entender é que todos têm a ofertar uma contribuição no desenvolvimento da sociedade e do conhecimento e, quanto a isto, podemos entender que há o inevitável intercâmbio de saberes entre o povo, operariado e o intelectual.

É nesse contexto que aparece, com toda a clareza, a necessidade de se educar e de se preparar o educador das massas, o partido revolucionário. A fim de estruturar a frente única, o partido deveria subtrair a base de influência dos socialistas na classe operária, desorganizando essa agremiação, o que

demandaria capacidade orgânica na fábrica e no sindicato, isto é, capacidade intelectual e organizativa. A visão mecânica e positivista da burguesia, que impregnava o operariado, deveria ser batida. Para isso, seria necessária uma massa crescente de intelectuais orgânicos da classe operária, que tivesse o mais estreito vínculo com o processo de trabalho, pois lhe caberia conduzir o necessário controle social da produção, fundamento do objetivo revolucionário (DEL ROIO, 2006, p. 326).

Outra questão é o que o intelectual tem a oferecer. Aqui se trabalha o que tradicionalmente concebemos por ensinar, mas, na verdade, o intelectual estabelece uma legitimação em prol do Estado e da burguesia. O intelectual deve superar a noção de que somente ele detém conteúdos a ensinar. De fato, Gramsci espera que o intelectual se encontre participante na realidade concreta do povo, e que não se deve reduzir apenas à oratória e às grandes elaborações de pensamentos, mas dirigir e organizar, junto ao povo, uma nova forma de sociedade civil. A contribuição do intelectual encontra-se também no plano moral, pois a reforma que se pensa na sociedade é intelectual e moral. Na sociedade civil (como a imprensa, a Igreja, a escola, os sindicatos etc.), bem como no partido, deve-se pensar na liberdade e na consciência, principalmente crítica, como formas de condutas práticas na realidade.

Os intelectuais orgânicos podem servir, se são homogêneos à classe/grupo para mediar a unidade ideológica e política da hegemonia existente. Por outro lado, se são orgânicos para o grupo ou classe subordinada que aspira ao poder, se envolvem na guerra de posição que lhe permite fazer as alianças necessárias para ter sucesso. Se são orgânicos a um grupo subalterno, faz parte da sua missão contribuir para uma "reforma intelectual e moral", que Gramsci sentiu como necessário e urgente para estabelecer os fundamentos de uma sociedade mais justa²³ (SCHETTINI, 2008, tradução nossa).

Com acurada propriedade, Semeraro (2006) observa que “A interconexão do mundo do trabalho com o universo da ciência, com as humanidades e a visão política de conjunto formam, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base formativa do novo intelectual orgânico” (2006, p. 378). Essa conexão levará a uma reforma intelectual e moral que Gramsci entende estar conectada com toda a vida da sociedade. Desta forma, qualquer programa de reforma econômica, político-social estará coligada à reforma intelectual e moral.

Com efeito, a revista *L'Ordine Nuovo* tornou-se o lugar privilegiado de intercâmbio de saberes, uma vez que concentrou esforços para educar os Conselhos de

²³ "Gli intellettuali organici possono servire, se sono omogenei alla classe/gruppo dominante a mediare l'unità ideologica e politica dell'egemonia esistente. All'opposto, se sono organici al gruppo o alla classe subordinata che aspira al potere, essi si impegnano nella guerra di posizione che permette di assicurarsi le alleanze necessarie per avere successo. Se essi sono organici ad un gruppo subalterno, parte del loro compito è contribuire ad una "riforma intellettuale e morale", che Gramsci sentì come necessaria ed urgente per gettare le fondamenta di una società più giusta" (SCHETTINI, 2008, p. 09).

Fábricas já que, com um movimento educacional e simultâneo, os intelectuais passaram a aprender com os operários. Gramsci entendia que a unidade feita pelos trabalhadores, isto é, a classe subalterna ligada aos camponeses, tornar-se-ia o centro do processo revolucionário.

Para alcançar a hegemonia é necessária a organização da classe que busca a liderança, isto é, tornar-se a classe dirigente. Assim, visualizamos a importância do partido e do intelectual orgânico. Gramsci salienta o que é necessário para se ter um partido.

[...] para que um partido exista, é necessária a confluência de três elementos fundamentais (isto é, três grupos de elementos). 1) Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criativo e altamente organizativo. [...] 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isto mesmo) inventiva[...] 3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só “físico”, mas moral e intelectual (GRAMSCI, 1968, p.317).

A confluência desses três elementos é necessária para que o partido não seja destruído e mantenha-se na articulação e com integração. O elemento de coesão é o principal, donde brotam as elaborações e, sem ele, perde-se a unidade, o elemento difuso, em que circula e divulga as elaborações, e o elemento médio que faz “ponte” entre o primeiro e o segundo. Com esta organização e articulação de elementos que se agrupam forma-se um partido, no sentido empregado por Gramsci, no qual cada indivíduo supera o seu momento histórico particular, ou seja, as suas ocupações cotidianas, e busca as atividades abrangentes, que possuem um alcance nacional e internacional. (GRAMSCI, 1968).

2.9.2 O Escopo da REB

De acordo com os estudos feitos com relação à revista, de modo geral e como esta deve ser composta, segundo a concepção gramsciana, refletimos a partir de dados que emergiram, para compreender como a revista REB, à semelhança da *L'Ordine Nuovo*, ofereceu elementos consistentes que pudessem proporcionar uma prática, tanto dos intelectuais como do povo. É necessário salientar que este povo vai ser denominado Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que exercem uma função

semelhante aos conselhos de fábricas que proporcionaram aos operários, no caso das CEB's, trabalhadores em geral, compreender e transformar a própria realidade.

Nesse sentido, procuramos compreender como a REB estabeleceu um ligame entre intelectuais e povo, isto é, de que forma os primeiros aproximaram-se do povo, como intelectuais orgânicos, que veremos mais adiante, e como o povo exerce uma função formativa nesses intelectuais. É necessário ressaltar que buscamos demonstrar a possibilidade de um intercâmbio de saberes entre o povo e o intelectual e como a REB cumpriu esse papel.

Entendemos que o editor Leonardo Boff, juntamente com outros franciscanos, e em conjunto com os demais intelectuais da revista estabelecem uma guerra de posição, possuindo a sua própria organização interna, uma estrutura caracterizada por autonomia, que possui uma relação intrínseca e extrínseca com a obra, a própria REB. É nas guerras de posição que compreendemos uma linguagem própria e apropriada e tema abordado, sobretudo, quando pensamos a Teologia da Libertação, além das atividades exercidas pelos franciscanos enquanto dirigentes da Editora Vozes em particular da REB. Nesse espaço postularam a sua mentalidade, que nem sempre é homogênea, mas heterogênea.

A Revista REB tornou-se, no período de 1972 a 1986, um centro difusor de Educação, ligada às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estabelecendo intercâmbio entre povo e intelectuais, por meio do qual os intelectuais puderam se apropriar de novos conhecimentos oriundos do povo e, sem dúvida, houve uma "batalha" entre o grupo REB e os intelectuais tradicionalistas e com o próprio Estado.

A revista REB é também analisada, como um circuito, isto é, como "força social" mencionada por Cruz e Peixoto (2007), que indicam algumas características pertinentes ao grupo da revista. Por se tratar de um grupo solidamente estruturado, em cujo interior existem relações de interesses divergentes e convergentes, onde, ocorrem estratégias de atores das instituições que estão envolvidos nas guerras de posição e nas disputas literárias, em busca da hegemonia. É neste campo que o grupo, mediante a obra, terá maior capacidade de mobilização e persuasão, e proporá o projeto político do periódico, pois este se tornará a função dos grupos produtores (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Diante do que foi apresentado nesta seção, vamos analisar, nos seções sucessivas, a partir dos editoriais e artigos como se deu o intercâmbio de saberes educacionais entre os intelectuais e o povo, além de constatar se este, de fato, contribuiu

com algum aspecto na formação do intelectual; como foi a guerra de posição travada no campo da sociedade civil, entre o Estado e o grupo da REB; que estratégias foram traçadas; como essa guerra de posição se dá em um conflito maior e quando entra o elemento eclesiástico conservador. Por fim, no recorte escolhido, entre 1972 e 1986, qual foi o resultado dessa batalha e que elementos ajudaram a fortalecer a sociedade civil.

3. A EDITORA VOZES E A REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO E A ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

3.1 A REB, um ecoar da "Vozes"

Para compreendermos a importância da Revista REB, realizamos um estudo, ainda que breve, da Editora Vozes, especialmente dos atores que estiveram envolvidos no seu processo de expansão e amadurecimento, como uma editora de penetração nos mais diversos campos do saber. O foco, evidentemente, é o do periódico, que, das suas páginas, emergem importantes questões, debates, interesses, e mostra-se como um lugar privilegiado para refletir e lançar luzes a uma nova concepção de mundo.

Dessa forma, elaboramos um breve percurso histórico da Editora Vozes, seu nascimento e os diversos acontecimentos que envolvem essa importante editora, tanto no âmbito eclesiástico como na sociedade como um todo. Primeiro procuraremos fazer uma apresentação da relação da Editora Vozes com a cidade de Petrópolis - RJ, onde, até hoje, esta sua sede; depois a relação intrínseca com os franciscanos, a Ordem dos Frades Menores, que foram os idealizadores de tão prestigiada editora. Ainda que de forma sucinta, focalizamos também os administradores da editora, que se envolvem em problemas, soluções, empreendimentos, investimentos, fracassos e conquistas. Paralelamente a isso, vamos apresentar algumas publicações relevantes que marcaram a vida da Editora Vozes. Dentro dessas publicações, destacamos, de forma singular, a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), suas origens, seus redatores, suas particularidades, até chegarmos ao período de recorte da pesquisa, descrito anteriormente. Com o intuito de aprofundarmos na abordagem desse periódico, ainda utilizamos a bibliometria para "mensurar" e detalhar as singularidades existentes em seu interior. Com esse instrumento, levantamos dados que nos ajudaram a ter um panorama geral e, ao mesmo tempo, minúcias e informações, quantitativas e qualitativas. Dessa forma, foi possível aprofundar sobre a revista e analisar criticamente o que se elaborou, como se formou o grupo de intelectuais e como se fizeram as guerras de posição.

3.2 A Cidade de Petrópolis e os Franciscanos

Cidade de clima ameno e de agradáveis temperaturas, com montanhas e rios, no Estado do Rio de Janeiro, Petrópolis situa-se entre a capital fluminense e o Estado de Minas Gerais. A intenção da implantação da cidade era de fazer um elo entre os dois estados. Por causa da capital administrativa do país e o grande centro de mineração, o imperador D. Pedro I desejava construir uma residência de verão para a família imperial. Comprou, então, a fazenda Córrego Seco. O palácio de verão só se tornaria realidade com D. Pedro II que em 1843 arrendou as terras da fazenda Córrego Seco ao alemão, engenheiro e major Júlio Frederico Köeler, com algumas exigências: a construção do palácio de verão, urbanização da vila, construção da igreja São Pedro de Alcântara e construção de um cemitério. Em 1845, foi criado um povoado com o nome de Petrópolis (cidade de Pedro), cuja administração estava sob os cuidados de São José do Rio Preto. No ano seguinte, foi instalada a Paróquia de São Pedro de Alcântara e, finalmente, no ano de 1857, sem ser considerada vila - fato que se tornou exceção -, foi elevada à condição de município (TAULOIS, 2007).

Para a construção de Petrópolis, contou-se com a presença de imigrantes alemães, que chegavam ao país, devido a uma crise social e econômica pela qual a Alemanha passava. Esse fato motivou muitos germânicos a tentar a vida na América latina e principalmente no Brasil. Da Alemanha, vieram católicos e protestantes. Para os católicos, a maioria, foi necessário um sacerdote para dar assistência religiosa. Quem cumpriu essa função inicialmente foi monsenhor João Batista Guidi, conhecedor do idioma, o que o incentivou a procurar religiosos que se dispusessem a construir um convento e uma escola junto à igreja (TAULOIS, 2007).

Haviam chegado ao Brasil alguns frades franciscanos vindos da Alemanha, contatados por monsenhor Guidi, para que pudessem se instalar na cidade de Petrópolis a fim de oferecer assistência religiosa aos colonos alemães. A cidade de Petrópolis, no ano de 1896, acolhe os primeiros frades alemães: Frei Ciríaco Hielscher, Frei Zeno Wallbröhl e Frei Mariano. Com o auxílio sempre presente do monsenhor Guidi, construíram um convento e, junto a este, a Escola Gratuita São José. No ano de 1897, Frei Inácio Hinte, que viera de Salvador, “dirigiu uma pequena encadernação, onde procurava restaurar e conservar livros e cadernos antigos” (ANDRADES, 2001a, p.20) com o Frei Estanislau Schaeffe, que o ajudava na pequena “gráfica”. Atividade

esta continuada no convento em Petrópolis, onde havia três salas construídas para a educação dos filhos dos colonos alemães.

3.3 Origens da “Vozes”

No mesmo ano, Frei Inácio recebeu a doação, dos padres lazaristas,²⁴ de uma máquina impressora da marca *Alauzet*, que se encontrava em péssimo estado. Logo os frades se colocaram a restaurá-la, utilizando-a, em seguida, para a impressão de livros aos alunos da Escola Gratuita de São José. No entanto, somente no dia 05 de março de 1901 foi autorizado pelos provinciais da Ordem Franciscana o funcionamento da "Typographia da Escola Gratuita São José" (ANDRADES, 2001a).

Na época, existia precariedade de livros didáticos. Os frades tiveram uma iniciativa empreendedora: adquiriram as máquinas *Phoenix* e a *Sollo*. A produção tipográfica, com o empenho e dedicação do Frei Inácio, aumentou sobremaneira.

No ano de 1907, Frei Inácio criou uma revista católica de cultura. Frei Ambrósio sugeriu o nome de “Vozes de Petrópolis”, inspirado no jornal alemão *Stimmenn der Zeit* (Vozes do Tempo), do qual era assinante e leitor assíduo. Essa revista tornou-se um marco, pois não se restringia tão somente a assuntos relacionados à religião, mas tratava de diversos aspectos da cultura e do conhecimento. A revista tornou-se as “vozes” da Igreja, que defendia uma cultura católica, contrariando o processo de secularização e laicização com a República (TANNÚS, 2008, p. 134). O nome ‘Editora Vozes’, foi cunhado no ano de 1911, tomando emprestado uma parte do nome da revista.

A Editora Vozes foi se desenvolvendo com a publicação de diversos livros e revistas, contudo dificuldades e intempéries não faltavam, principalmente durante a Primeira Grande Guerra, em que alguns franciscanos fizeram apologia aos alemães, o que gerou vários protestos por parte de assinantes. Também foi motivo de comentários na imprensa em diversas regiões do país. De acordo com o próprio site²⁵ da “Vozes”, a editora suspendeu temporariamente as publicações no ano de 1917.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a Editora continuou a crescer e no ano de 1923 contava com um expressivo catálogo com 244 títulos, que compreendia: vida de Santos, devocionários, bibliografias, livros de religião, uma biblioteca universal,

²⁴ Congregação religiosa, fundada em Paris, no ano de 1625, por São Vicente de Paulo, também conhecida como padres vicentinos.

²⁵ <http://www.universovozes.com.br/editoravozes/web/view/Historia1910.aspx>

que contava com 25 volumes, sobre variados temas, como história, ciência, dramas, comédias, estudos sobre a sociedade, dentre outros. (ANDRADES, 2001a).

O ano de 1927 tornou-se um momento de expansão para a editora, com a aquisição de uma máquina americana, *Intertype*, e mais uma máquina para “dourar a fogo”, o que era muito utilizado com o impresso (livro) encadernado e com o título dourado na lombada (ANDRADES, 2001a). Como fruto desses investimentos, a Editora Vozes passou a inovar, tanto na propaganda e divulgação de seus produtos, como nas publicações. Foi lançada a publicação do jornal o *Arauto*, com uma tiragem de 50.000 exemplares, muito expressivo para a época. Tinha como público alvo os religiosos e as paróquias e nele havia resenhas de artigos, livros e propagandas do que era publicado pela editora. Foi lançado o *Pro-Luce*, - uma espécie de cooperativa de livros -, para que os leitores pudessem adquirir “livros bons e baratos” (ANDRADES, 2001a, p. 54). O jornal a *Voz de Santo Antonio*, além de ser distribuído de forma gratuita, oferecia descontos de até 20% em todas as compras.

Por causa da carência de recursos, algumas iniciativas dos frades estabeleceram uma "rede de comercialização" (ANDRADES, 2001a, p. 57) que se tornou bastante eficiente. A Editora Vozes criou "uma grande rede de distribuição e circulação, enviando seus livros e revistas para todas as regiões do país" (ANDRADES, 2001a, p. 57). O que conhecemos por *marketing* foi a colaboração por parte do clero, bispos e párocos, que recomendavam aos seus fiéis as publicações da editora, num sistema de "boca a boca", que se tornou eficiente como divulgação das obras da editora.

A grande iniciativa de divulgação surgiu em 1932, com o "atendimento ao cliente". Foi o Código de 'serviço telegraphico'" (ANDRADES, 2001a, p. 59), que favorecia a rapidez no atendimento aos pedidos feitos pelos leitores. Criaram-se códigos para saber a quantidade de exemplares e título da obra. Assim, para "pedir 50 exemplares do Segundo catecismo da doutrina cristã, por exemplo, precisava enviar apenas um telegrama com a palavra "madunos", sendo rapidamente entendido pela 'Vozes'. "Madu" é o código para o título daquele livro e "nos" é o código de quantidade para 50 exemplares" (ANDRADES, 2001a, p. 59). No ano de 1934, a Editora Vozes lança um novo "empreendimento editorial" (ANDRADES, 2001a, p. 58), a tradução integral de o *Novo Testamento*, "feita diretamente do texto original grego" (ANDRADES, 2001a, p. 58).

A preocupação com a logística foi se tornando realidade, uma vez que em 1932 foram expedidos "10.159 pacotes registrados pelo correio. No primeiro semestre

de 1933, foram despachados 8.000 pacotes e, no ano de 1934, esse número aumentou ainda mais. Foram despachados 20.743 pacotes, uma média de quase 70 encomendas despachadas para cada dia útil" (ANDRADES, 2001a, p. 60). Devido ao crescimento da demanda, no ano de 1934, foi adquirida uma máquina *Intertype* e uma impressora *Liliput*, "que imprimia 4000 folhas por hora" (ANDRADES, 2001a, p. 60). O primeiro automóvel foi comprado no ano de 1935, "um velho Ford bigode" (ANDRADES, 2001a, p. 60).

3.3.1 Frei Cândido e Frei Inácio (1935 - 1941)

Na administração de Frei Cândido e Frei Inácio, - ano de 1935 -, foram expedidos pelo correio, no território nacional, 25.540 pacotes, com vários títulos. "No mesmo ano, a Vozes contratou os serviços de uma transportadora 'Comissário Hugo', especialmente para fazer entregas na cidade do Rio de Janeiro" (ANDRADES, 2001a, p. 66). No ano de 1939, "41.724 pacotes foram registrados e enviados pelo correio" (ANDRADES, 2001a, p. 66). O crescimento da empresa é visível quando se verifica "um crescimento de 151% de 1932 a 1935 e de 310% de 1932 a 1940" (ANDRADES, 2001a, p. 66).

Nesta gestão, ainda, a fim de melhorar e facilitar a administração da empresa, a "Vozes de Petrópolis" transformou-se "em sociedade por cotas de responsabilidade limitada". "A razão social da empresa ficou então convencionada, desde 1939, como 'Editora Vozes Ltda.'" (ANDRADES, 2001a, p. 68). Foi na gestão dos dois freis que nasceram grandes publicações como a do *Novo Testamento*, "a criação da *Folhinha do Sagrado Coração de Jesus*" (ANDRADES, 2001a, p. 68), que, numa linguagem popular, "trazia todas as leituras bíblicas do ano, um calendário litúrgico, as principais datas comemorativas, vida de santos do dia, dicas de culinária, entre outras atividades. O sucesso foi enorme" (ANDRADES, 2001a, p. 70). Nesse período, ainda foram criadas a *Voz de Santo Antônio* e, em 1939, a *COR: Revista Eclesiástica Brasileira* (ANDRADES, 2001a, p. 68). A revista COR precede a REB. O "COR" da revista faz menção ao Sagrado Coração de Jesus e na capa de cada revista havia estampado um coração, com o subtítulo REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (REB). A partir de 1941, permanece somente REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, tendo, assim, um novo começo. Foi também

inaugurada uma filial a pedido do Cardeal Dom Sebastião Leme, a primeira filial na cidade do Rio de Janeiro.

3.3.2 Frei Tomás Borgmeier (1941 - 1952) crescimento e qualidade

Qualidade e crescimento caracterizam a administração de Frei Tomás. Uma das suas primeiras realizações foi a fundação da REB: Revista Eclesiástica Brasileira, em 1941, em substituição à revista COR, que ele mesmo fundara dois anos antes (ANDRADES, 2001a, p. 79). Outra das preocupações de Frei Tomás aconteceu em relação "à relevância e à qualidade dos livros publicados pela Editora" (ANDRADES, 2001a, p. 81), que "adotou critérios similares aos utilizados pelo mundo científico para a avaliação de obras sugeridas para a publicação" (ANDRADES, 2001a, p. 81).

Ampliando ainda mais a editoração, foi lançada, em 1941, a revista, *Música sacra*, que se caracterizava especialmente por canções litúrgicas. Foi impresso também o livro *Meu Missal Dominical*, quando "Frei Tomás viajou até os EUA, em 1945, e contratou os serviços de impressão da editora dos Irmãos Benzinger, a mesma que publicou o original inglês, com excelente apresentação gráfica". (ANDRADES, 2001a, p. 81). No ano de 1947, frei Tomás criou a revista *Sponsa Christi*, que mudou de nome em 1968, para o *Grande Sinal*. Trata-se de uma revista sobre espiritualidade.

Na cidade de São Paulo, no ano de 1942, foi aberta a terceira loja, que "contava com um gerente e mais dois funcionários" (ANDRADES, 2001a, p. 85). Os frades colaboravam com Frei Tomás na administração da empresa. Por exemplo, o Gerente geral era Frei Frederico e o subgerente era Frei Cândido Schutstal, também contador, com formação nesta área (ANDRADES, 2001a). Frei Tomás Borgmeier, no ano de 1943, assumiu "a redação da revista "Vozes". No mesmo ano entra na empresa um menino de 13 anos, que se tornaria o conhecido Sr. Ildefonso Luiz de Oliveira, "que chegou a ser coordenador ou chefe de vendas para toda a Editora Vozes, matriz e filiais, durante duas décadas" (ANDRADES, 2001a, p. 90).

Para se ter uma ideia da venda e produção, na gestão de Frei Tomás, no ano de 1943, "incluindo todos os livros impressos, (157 edições), a *Folhinha*²⁶ e as revistas, a Vozes imprimiu, em 1943, 1.284.954 exemplares" (ANDRADES, 2001a, p. 92). No ano de 1945, "a Vozes produziu 1.354.921 exemplares" (ANDRADES, 2001a,

²⁶ Folhinha do Sagrado Coração de Jesus.

p. 94), de livros e mais a Folhinha, 198.000 (ANDRADES, 2001a, p. 94). No ano de 1950, houve um aumento gigantesco na 'Vozes'.

Nesse ano, a Vozes ultrapassou a marca de dois milhões de livros produzidos. Foram 370.000 folhinhas (e assim mais de 30.000 pedidos não puderam ser atendidos), 631.808 livros de catecismo, 855.866 livros diversos e 265.396 exemplares de revistas e jornais. O escoamento da produção pelo Correio, sendo despachados, nesse ano, 53.615 pacotes. Para as filiais do Rio de Janeiro e São Paulo, foram despachadas 57.915 caixas de madeira pelas transportadoras "Comissário Hugo" e "Expresso Ring". (ANDRADES, 2001a, p. 96).

O crescimento e a rentabilidade refletiram também na vida dos funcionários que começaram a receber uma espécie de "14^a salário", como gratificação e participação nos lucros da empresa, além de obter "a facilidade que a Editora ofereceu aos funcionários para construir uma casa própria na Mosela²⁷" (ANDRADES, 2001a, p. 96).

No dia 05 de março de 1951, celebrou-se o Jubileu de ouro da Vozes, que teve como homenagens a Bênção Apostólica do Papa Pio XII e um livro comemorativo, o *Cinquentenário da Editora Vozes* (ANDRADES, 2001a). O livro, "ilustrado com 76 páginas, retrata os diversos setores da gráfica e da Editora e das filiais do Rio de Janeiro e São Paulo (ANDRADES, 2001a, p. 100)".

3.3.3 Frei Ludovico Gomes de Castro (1953 - 1956)

O aumento da produção editorial foi o diferencial desse período em que Frei Ludovico Gomes de Castro esteve à frente da Editora Vozes. No ano de 1953, "a produção total da Vozes foi de 2.515.988 publicações. O *best-seller* continuou sendo a Folhinha, com 461.000 unidades impressas e mais 100.000 encomendadas que não puderam ser atendidas" (ANDRADES, 2001a, p. 105). Já no ano de 1954, as *Folhinhas* venderam 688.753 e foram enviados "73.735 pacotes pelo correio e entregues 67,19 toneladas de produtos pela transportadora 'Comissário Hugo'" (ANDRADES, 2001a, p. 105).

Nesse período, trabalhavam na Editora Vozes 100 funcionários, quando houve grande investimento em máquinas para a oficina. Vieram "quatro máquinas *Kelly* (duas dos Estados Unidos e duas da Inglaterra) para a impressão da *Folhinha*; mais uma grande máquina de impressão, a *Garant*, da Alemanha; uma máquina de dobrar, da Suécia; e uma máquina de cortar papel" (ANDRADES, 2001a, p. 106). Esse período foi

²⁷ Na época tratava-se de um sítio, hoje é um bairro na cidade de Petrópolis.

realmente fecundo na produção editorial, a revista *Voz de Santo Antônio*, aproximando-se dos 20.000 exemplares e a REB, ainda que para um público específico, atingiu a expressiva venda de 4.141 exemplares (ANDRADES, 2001a, p. 106).

3.3.4 Frei Aurélio Stulzer (1956 - 1961)

A colaboração dos frades continuou na gestão de Frei Aurélio, sendo que a novidade se deu por conta de um conselho editorial e gestor. Nessa gestão, procurou-se uma maior democratização, pois "as decisões editoriais passaram a ser tomadas por um amplo conselho editorial" (ANDRADES, 2001a, p. 106). Em gestões anteriores havia certamente o conselho, porém, a partir do Frei Aurélio, encontram-se atas que atestam sua regularidade (ANDRADES, 2001a), momento em que o grupo se torna mais coeso. Observa-se ainda que, nesse período, uma maior "interação entre os frades do Convento do Sagrado Coração, do ITF²⁸ da Vozes" (ANDRADES, 2001a, p. 112). Inclusive foi aberta uma filial na cidade de Belo Horizonte, com expressivo aumento do parque gráfico.

Na área industrial, o balanço apresentado por frei Aurélio, em junho de 1958, mostra um crescimento de 8% sobre a produção do ano anterior. De julho de 1957 a junho de 1958, foram produzidos na Editora Vozes 3.756.489 exemplares entre livros, periódicos e a *Folhinha*. Foram impressos 900.000 exemplares da *Folhinha*, não tendo sobrado nenhum no estoque. "Os gastos ocorridos em matéria-prima e mão-de-obra foram de Cr\$ 3.001.286,00 e Cr\$ 3.201.192,00 respectivamente" (ANDRADES, 2001a, p. 118).

O Conselho Editorial aventurou-se em novas publicações "como literatura infantil, temas político-sociais e a coleção *Rerum Novarum*" (ANDRADES, 2001a, p. 112). Houve ainda a participação da Editora Vozes no Primeiro Curso de Jornalismo para Religiosos, promovido pela PUC-RJ e pela Conferência dos Religiosos do Brasil, demonstrando uma maior profissionalização na área (ANDRADES, 2001a, p. 112). Os investimentos prosseguiram e, nesse período, foram adquiridas mais duas máquinas norte americanas, *Intertype* e *Kelly*, e uma da Suécia, *Gema*, além da *Pavema*, da Alemanha, especialmente para confeccionar a *Folhinha do Sagrado Coração de Jesus* (ANDRADES, 2001a, p. 118).

²⁸ Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis.

3.3.5 Frei Ludovico Gomes Castro (1962 - 1986)

O retorno de Frei Ludovico marcou a Editora Vozes, com uma administração inovadora, aberta e corajosa, frente aos desafios dentro e fora do mundo eclesialístico.

Sua gestão marcou a história da Editora Vozes em vários sentidos: pela sua relação com os funcionários; pela formação de um competente grupo de assessores; pelos investimentos em um editorial cultural e religioso caracterizados pela ousadia e a pluralidade; pela expansão do parque gráfico e da rede de filiais da Editora; e por sua postura firme na defesa das opções da Editora frente às dificuldades encontradas com setores conservadores da Igreja e a repressão do governo militar (ANDRADES, 2001b p. 118).

Frei Ludovico se cercou de competentes profissionais: na área da contabilidade, contou com Antônio Lázaro Ferreira; na assessoria jurídica, com o Dr. Manuel Machado dos Santos, "advogado de renome e professor da Universidade Católica de Petrópolis" (ANDRADES, 2001b, p. 127); no setor comercial, contou com José Klôh Filho, ambos leigos, que agora faziam parte da cúpula da Editora Vozes.

Talvez o grande marco tenha sido a entrada de uma mulher na editora, Rose Marie Muraro, como produtora cultural e que havia trabalhado com o Pe. Hélder Câmara na CNBB (ANDRADES, 2001b). O que chama a atenção é que a mulher em questão é uma feminista, que publica livros "polêmicos" dentro da editora de uma instituição tradicional e conservadora. A Editora Vozes torna-se uma editora católica progressista, segundo Löwy (2000), quando desempenha o papel de transmissora de um conhecimento diversificado, inovador e refinado intelectualmente.

Como atesta Andrades (2001b), Rose Marie Muraro não só trabalhou como editora, dialogando com pesquisadores e intelectuais, como também se tornou uma importante escritora dentro da editora. A sua vocação como escritora aconteceu por força de dois personagens dentro da Igreja. Primeiro pelo Papa João XXIII, que afirmou ser "este é o século da libertação dos países subdesenvolvidos, da classe operária e das mulheres" (MURARO, 2000. p. 118), e frei Ludovico, que a incentivou a escrever sobre as mulheres, por ela ter conhecimento de causa, pelo simples fato de ser mulher. Com o impulso de um Papa "progressista" e de um frei inovador, à frente de seu tempo e com coragem, abriam-se as portas da Editora Vozes para um contato da Igreja com as mais diversificadas elaborações intelectuais contemporâneas.

De fato, "Frei Ludovico e seus sucessores, como Rose Marie, elevaram a Vozes à categoria de uma das maiores e melhores editoras culturais do país"

(ANDRADES, 2001b, p. 129). A própria Rose Marie Muraro, em uma entrevista ao *Jornal Folha da Região Online*, em Araçatuba - SP, comenta sobre frei Ludovico.

Frei Ludovico foi um gênio, foi quem nos fez, a mim e ao Leonardo Boff. Foi o padre franciscano mais ousado do Brasil. Foi ele que fez da Vozes a segunda editora do Brasil nos anos 70, que segurou o Vaticano, que segurou os militares (durante a ditadura), porque era muita gente contra nós. E foi por causa dele que fizemos tudo o que fizemos. Eu fui editora da Vozes durante 17 anos, ao lado de Leonardo Boff, tendo frei Ludovico como "patrão" (ENFOQUE HISTÓRICO, 2003).

Houve, nesse período, a modernização do parque gráfico, a implantação de um sistema de informática para controlar estoque, vendas e compras. No setor editorial, a Editora Vozes tornar-se-ia uma grande potência, com publicações "nas áreas de Antropologia, Economia, Administração, Educação, Comunicação, Tecnologia, História, Filosofia, Línguas, Linguística, e Teoria Literária" (ANDRADES, 2001a, p. 148 - 149). Intelectuais brasileiros como Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Mattoso Câmara, Nelson Sodré, Florestan Fernandes, Leonardo Boff, Rubem Alves, Octavio Ianni, Luis Carlos Bresser Pereira, entre outros, publicaram pela editora, que se expandia e ganhava crédito no campo intelectual.

Com a influência desses intelectuais, a Editora Vozes passou a traduzir e publicar obras de Michel de Foucault, Claude Lévi-Strauss, Noam Chomsky, Roland Barthes, Peter Berger, Umberto Eco, Roland Corbisier, Peter Drucker, Pierre Furter, Paul Ricouer, Júlia Kristeva, Carl Gustav Jung, Immanuel Kant, Bronislaw Malinowski. Rollo May, Tzvetan Todorov, Victor Turner, Irwing Goffman e Herbert Schiller, entre outros (ANDRADES, 2001a, p. 149).

O fato da Editora Vozes publicar obras de intelectuais brasileiros bem como de estrangeiros demonstra a importância que a Editora Vozes atribui ao desenvolvimento e propaga o do conhecimento. A Editora Vozes, com o dinamismo e visão de frei Ludovico não se fechou ao mundo religioso, mas teve a abertura necessária para que a editora se tornasse uma das mais importantes e expressivas no Brasil. Evidentemente, a abertura feita por frei Ludovico trouxe desconforto e reprova o de algumas pessoas, pelo fato da Editora publicar livros diversificados. Sentimento que pode ser percebido por frei Boaventura em uma entrevista.

A Vozes começou a publicar livros que não eram nada religiosos, livros que eu acho que a Editora Vozes nem publicar não devia e publicava; livros de protestantes. Hoje em dia, por exemplo, você vai lá tem um livro, o autor chama-se Moltman mas não diz que aquele autor   protestante. Você fica sem saber se esse Moltman   católico. É um livro sobre teologia, mas se um leigo quer comprar Moltman, ele pensa: "Bom, a editora   católica, então Moltman, têm   católico". Mas não é. A Vozes acaba publicando livros

que a gente não fica sabendo se está comprando um livro católico ou um livro protestante (ANDRADES, 2001b, p. 93-94).

Além da reprovação dos setores conservadores da Igreja com relação às publicações, havia também a repulsa de algumas pessoas envolvidas nesse processo de transformação e renovação da Editora Vozes. A não uniformidade de ideias e de pessoas do mesmo "gueto" gerou rejeição, principalmente por uma mulher, num ambiente extremamente masculino, se não machista.

O Frei Ludovico naturalmente introduziu uma nova mentalidade. Ele tinha sido provincial e por isso eu o venerava. Era um provincial muito sério, muito severo, da ala administrativa, vindo da Alemanha. De repente, foi nomeado diretor da Editora Vozes, num momento em que a editora estava em dificuldades econômicas. Frei Ludovico foi lá e tomou as rédeas na mão. Ele foi um diretor de peso, mas se deixou se levar por outras pessoas que eu não apreciava, sobretudo havia lá uma senhora, uma tal Muraro. Ela era sem dúvida nenhuma inteligente e queria levar as coisas e Frei Ludovico se deixou guiar um pouco por essa mulher e eu não gostava. Então isso me distanciou de Frei Ludovico. Claro, ele era o diretor, eu sempre o respeitei, mas por causa dessa Muraro eu fiquei mais distanciado. Depois veio o Leonardo com as mesmas ideias ou mais até do que a Muraro e o Ludovico abraçou os dois, a Muraro e o Frei Leonardo, e eu fiquei fora, não participei. (ANDRADES, 2001b, p. 90-91).

Frei Ludovico era respeitado, inovador e foi coerente com sua proposta de mudanças dentro da Editora, apesar das contrariedades causadas por sua administração. Para termos uma ideia, vamos analisar um pequeno percurso de publicações.

Alguns livros merecem ser destacados, como os que tratam sobre o universo feminino: *Mulher na construção do Futuro*, *Mulher na construção do mundo do futuro*, *Automação e o futuro do homem*, de Rose Marie Muraro. Livros que tratam basicamente da relação de opressão dos países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos. Essa opressão se dá principalmente nos campos econômico, político, social e cultural. De forma análoga, ela trata da opressão masculina sobre a mulher e inaugura um "movimento feminista" no Brasil. Esse movimento feminista, ou a elaboração intelectual efetuada por Muraro, se dá na valorização da mulher de frente ao homem, a superação da submissão feminina, procurando libertar-se do estigma da mulher "escrava" e por vezes fútil (MURARO, 1983).

O que chama a atenção é como a editora abordou temas sobre a sexualidade. Tema tabu dentro da Igreja, por ser pecaminoso. O livro *Sexualidade da Mulher Brasileira*, com o subtítulo *Corpo e Classe Social no Brasil*, que foi fruto de uma pesquisa de campo, feita sobre a coordenação de Rose Marie Muraro, com a

contribuição de Yeda Wiarda, Maria Bethânia Dávila, Sônia Correa e Albertina Duarte. O livro é consequência de entrevistas feitas com as classes dominantes da capital carioca, que serviam de modelos às telenovelas que entravam nas casas das famílias brasileiras.

Ainda a editora publicou o livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan, *Mulher: objeto de cama e mesa*, de Heloneida Studart, *De Mariazinha a Maria*, de Sandra Mara Herzer e *Conversando sobre sexo*, de Marta Suplicy (ANDRADES, 2001b). O último livro teve grande repercussão e foi um marco na editora, pois abordava temas como puberdade, virgindade, masturbação, fecundação, anatomia sexual, gravidez, disfunção sexual e homossexualidade, dentre outros. Assuntos ligados à sexualidade, o que demonstrava maturidade e compromisso de uma editora com todas as realidades humanas.

A Editora Vozes adquiriu um perfil de vanguarda nacional, estabeleceu guerras de posição, especialmente nesse período, para surgimento e manutenção do ideário de forma intensa. Para a comemoração dos setenta anos da Editora (1971), frei Ludovico manifestou o desejo de convidar uma personalidade internacional, do mundo literário, que pudesse fazer conferências em todo o país. Foi quando Rose Muraro sugeriu o nome de Betty Friedan²⁹, feminista conhecida que, chegando ao Brasil, ganhou as manchetes dos principais órgãos de comunicação e concedeu entrevista à *Rede Globo* e à revista *Veja* (ANDRADES, 2001b). No livro *A Mística Feminina* (1971. p. 7), Rose Marie Muraro faz a apresentação e comenta que:

Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, neste livro, Betty Friedan, psicóloga e escritora, denuncia a manipulação da mulher americana pela sociedade de consumo. Contudo, a denúncia de Friedan não se aplica apenas aos Estados Unidos. Com a costumeira defasagem, a sociedade brasileira também se aproxima dos padrões mais elevados do consumo, principalmente nas grandes cidades. O problema por ela levantado começa, também, a ser o problema da mulher brasileira urbana.

Vale salientar que as ações do feminismo de Betty Friedan têm um caráter de denúncia ao capitalismo, a forma de vida da mulher norte-americana que se submete a um comportamento que o mercado lhe impõe. Este comportamento imposto é a valorização da mulher que cuida da sua feminilidade, a dona de casa, que cuida de todos os afazeres, incluindo o marido e os vários filhos, como um modelo ideal de mulher. As mulheres nos anos 60 e 70 eram orientadas por:

²⁹ Betty Friedan foi uma famosa feminista norte-americana que abordou a relação da mulher com o mundo capitalista e como este a usava em momentos de crise.

Especialistas ensinavam-lhe a agarrar seu homem e a conservá-lo, a amamentar os filhos e orientá-los no controle de suas necessidades fisiológicas, a resolver problemas de rivalidade e rebeldia adolescente; a comprar uma máquina de lavar pratos, fazer pão, preparar receitas requintadas e construir uma piscina com as próprias mãos; a vestir-se, parecer e agir de modo mais feminino e a tornar seu casamento uma aventura emocionante; a impedir o marido de morrer jovem e aos filhos de se transformarem em delinquentes (FRIEDAN, 1971, p.17).

Os livros eram diversificados, os assuntos os mais variados possíveis. No catálogo constavam livros religiosos e universitários (ANDRADES, 2001a). O livro *O Acaso e a Necessidade* do biólogo Jacques Monod, cujo tema era a filosofia natural da biologia moderna, foi de grande aceitação dentro do mundo acadêmico. O livro trata de uma questão fundamental na filosofia, que é o lugar do homem dentro do universo. Porém, é um livro que causou espanto, pois o autor sustenta a teoria de que a vida é fruto do acaso, o que contraria o criacionismo. Mais contrariados ficaram alguns membros eclesiásticos, por não aceitarem que uma editora "católica" viesse a publicar um livro com esse teor.

Foram lançados os livros de Leonardo Boff como: *Jesus Cristo Libertador*, em 1972, um dos marcos na produção intelectual sobre a Teologia da Libertação, especificamente na área de Cristologia no Brasil e, em 1982, a obra *Igreja: Carisma e Poder*, que rendeu ao autor sanções por parte do Vaticano. (ANDRADES, 2001b). Estes causaram polêmicas dentro da Igreja. O primeiro livro trata de dois temas polêmicos: o primeiro tema é sobre o Jesus histórico, que teve dor, fome, raiva, riu, amou, chorou e que, ao longo da vida, foi compreendendo e adquirindo consciência de que era o Messias, filho de Deus³⁰. O segundo tema aborda o Jesus da fé, isto é, interpretado pela comunidade nascente que faz uma leitura teológica sobre a vida e os atos do Cristo, à luz do evento Pascal. Leonardo Boff foi acusado de negar a divindade de Jesus Cristo e esvaziar o sentido transcendental da fé.

O segundo livro aborda uma eclesiologia que reflete, dentre outras coisas, a estrutura hierárquica da Igreja. Aborda o que significa de fato poder dentro das estruturas eclesiais. São tratadas temáticas como: a violação dos direitos humanos dentro da Igreja, patologias e sanidade em sua estrutura, o papel do leigo e se, de fato, o "fundador" da Igreja, Jesus Cristo, quis esse tipo de estrutura hierárquica vigente ainda hoje. Como a Igreja usa um modelo de organização estatal com base no império

³⁰ Existe um debate na teologia se Jesus, desde a sua infância, tinha pleno conhecimento de sua divindade. Alguns sustentam que sim, ele já tinha consciência desde criança; outros alegam que essa consciência foi sendo adquirida ao longo de sua vida.

romano, que nada tem a ver com o proposto no evangelho, o livro propõe a conversão da hierarquia, com o poder como sinônimo de serviço e doação e não de opressão e exclusão. Questões ligadas ao poder são as mais delicadas em todos os setores da sociedade e dentro da Igreja não é diferente. Esse livro, por questionar o poder constituído, rendeu-lhe mais problemas que o anterior, que tratava de assuntos doutrinários.

A Editora Vozes posicionou-se diante do regime militar, com coragem e resistência às atrocidades cometidas pelos militares. A editora tornou-se as "vozes" de muitos, através das diversas publicações que denunciavam e condenavam o regime militar, contribuindo assim, com a redemocratização da sociedade brasileira. Como atesta o Cardeal Paulo Evaristo Arns:

Quando só o reverendo Jaime Wright e eu éramos os únicos a sabermos da publicação do: *Brasil: nunca mais*, (mesmo o texto estando pronto, ninguém mais estava a par do que havia sido feito e de como havia sido feito, só o reverendo Wright e eu), então nós combinamos que seria publicado pela editora Brasiliense, pela qual eu já tinha publicado alguns livros, que tinham uma enorme saída. Então eu fui falar com o Diretor, ele leu o texto, ficou muito comovido, e disse que não tinha coragem de publicá-lo porque provavelmente seria confiscado, ele seria preso, etc. Bom, eu não fui mais a outros. Depois, o frei Ludovico veio me ver, a meu pedido, então eu ofereci a frei Ludovico e ele mandou que o Leonardo Boff lesse o livro, e o Leonardo logo disse: o livro deve ser publicado, porque é um livro histórico, que vai marcar época em toda a história do Brasil, e vai ser um dos livros mais indispensáveis para entender o que se passou com o golpe militar (ANDRADES, 2001b, p. 69-70).

A inteligência e o tino editorial dos freis Ludovico e Leonardo Boff que, de um lado, utilizavam-se da influência da imprensa para combater o autoritarismo militar, e, por outro lado, demonstravam a preocupação com a documentação por meio de um livro dessa envergadura, vislumbrando seu valor quanto à compreensão do que de fato ocorria em tempos de repressão. Ao publicar o livro *Brasil: nunca mais*, que trata sobre os bastidores do regime militar, a editora ofereceu ao público uma edição que se tornou histórica e ao mesmo tempo um documento para a memória de um passado sombrio na vida do país.

Brasil: nunca mais, foi uma das obras mais importantes publicadas pela Vozes no período. A partir de relatos de processos recolhidos nos arquivos do Superior Tribunal Militar, o livro denuncia 283 formas diferentes de torturas praticadas em 242 locais do território brasileiro pelo sistema repressivo instalado com o regime militar de 1964. A decisão de publicar esse livro ilustra a coragem e o compromisso de Frei Ludovico e seus assessores com a verdade (...) (ANDRADES, 2001b, p. 90).

Tanto este último livro quanto os demais, que foram citados aqui, são apenas uma pequena amostragem de como a Editora Vozes, com frei Ludovico,

Leonardo Boff e a Rose Marie Muraro, alcançaram um prestígio editorial que poucas editoras conseguiram. Aliado ao trabalho de redatores, escritores e dirigentes, desempenharam o papel de intelectuais comprometidos organicamente com a sociedade. Gramsci entendia a importância da imprensa e, em particular, dos periódicos, como vimos anteriormente, como meio de atuação política e instrumento para a transformação do mundo. De fato, a Editora Vozes favoreceu o debate nas mais diversas áreas do saber e, na política, foi decisiva nesse período em temas polêmicos que, por vezes, tivera a rejeição de setores conservadores da Igreja e da sociedade (TANNÚS, 2008).

Além disso, a Editora Vozes, bem como a REB, com aliados como, por exemplo, o cardeal Paulo Evaristo Arns, homem de inteligência, coragem e perspicácia, que percebia os perigos do regime, não se atrelava e nem era subserviente com o poder vigente e ilegítimo. O próprio Cardeal Paulo Evaristo Arns testemunha.

Mas o Frei Ludovico foi extremamente esperto. Ele me obrigou a assinar um documento onde toda a responsabilidade pelo que se publicava não era da Editora Vozes, mas era minha, pessoal. Eu não queria onerar a Arquidiocese de São Paulo, apesar de ser Arcebispo Metropolitano e de ter todo o Conselho de Presbítero e o Conselho de Leigos a meu favor, mas eles não sabiam do livro, então eu assumi sozinho a responsabilidade e, de fato, tive dois processos (ANDRADES, p. 70, 2001b).

Nesse cenário, observa-se uma postura interessante, entre o diretor/ editor da Editora Vozes com alguns personagens do grupo da REB. Além da questão comercial de livros e revistas, a editora tinha um papel social importante. Podemos compreender esse aspecto, quando Gramsci afirma que a imprensa, e especificamente o periódico, torna-se um centro difusor de ideias, em que ocorrem as batalhas e as práticas políticas são divulgadas (COUTINHO, 1999).

É de se perguntar o porquê da ousadia da Editora Vozes e do grupo da REB em relação ao regime militar e também em relação à Igreja romana, que via com desconfiança as obras sobre a Teologia da Libertação. Como uma editora com esses posicionamentos e o grupo da REB puderam subsistir durante tanto tempo, tendo como "adversários", por vezes, setores retrógrados e conservadores da Igreja e com regime opressor e violento à espreita.

A Editora Vozes publicou uma coleção chamada Teologia e Libertação. O cardeal Paulo Evaristo Arns, ao comentar sobre essa coleção, fornece pistas para compreender como a editora se manteve.

É, na Teologia da Libertação eu devo confessar a você que eu não estava mais na Editora Vozes, porque eu fui feito bispo em maio de 66, mas tinha sido enviado a Roma em fevereiro de 66, para adaptar as Constituições Franciscanas ao texto do Concílio Ecumênico. Então, eu estive fora desde

fevereiro de 1966 e não voltei mais para a Editora Vozes. Só que depois, a Editora Vozes me pediu, por intermédio do Bispo de Petrópolis, que eu desse o *Imprimatur* dos livros da Teologia da Libertação, porque eles eram muito observados ou criticados por diversas correntes da América Latina, que tinham muita influência em Roma. Então, um *Imprimatur* dado por um Cardeal, e dado em São Paulo, e dado após o exame da Comissão da Doutrina da Fé da CNBB, tinha um grande valor, um valor quase definitivo. Mesmo mais tarde quando um dia o Secretário do Papa me chamou para conversarmos a esse respeito, ele sempre dizia que, figurando o meu nome como aquele bispo que deu o *Imprimatur*, então era muito respeitado, porque eu mandava observar estritamente aquilo que a Comissão de Doutrina recomendava, eu dizia que o autor poderia falar comigo em caso de dúvida, mas que não poderia nunca fugir ao que a Comissão de Doutrina achasse útil naquele momento, porque Teologia e Magistério andam juntos (ANDRADES, p. 67, 2001b).

Assim, A Editora Vozes e, conseqüentemente, o grupo da REB tiveram vida longa. Evidentemente que frei Ludovico, para a editora, foi peça fundamental, mas existiu todo um cenário que foi favorável a esse sucesso. Houve cumplicidade e fidelidade incomum a uma causa maior. O que podemos concluir é que alguns aspectos convergentes contribuíram para esse sucesso:

- um ideário que os motivava, a teologia da libertação e sua causa: a opção preferencial pelos pobres;
- a administração dinâmica, com publicações diversificadas e marketing, trouxe respeito e prestígio para a editora;
- o sucesso administrativo e a entrada de capital, que tornaram a Editora Vozes e Frei Ludovico com poder e, portanto, respeitáveis;
- o apoio da CNBB, que foi fundamental, já que "em nenhum outro país aconteceu que a maioria da Conferência Episcopal manifestasse, de maneira prudente, sua simpatia pela teologia da libertação" (LÖWY, 2000, p. 230);
- o apoio e adesão da alta hierarquia da Igreja como Cardeais, Paulo Evaristo Arns, Aloísio Lorscheider e seu primo Ivo Lorscheider, além de bispos como Helder Câmara, Luciano Mendes de Almeida. Pedro Casaldáliga, entre outros.

Gramsci, de fato, ajuda-nos a entender o papel da imprensa e, particularmente, das revistas quando elas se tornam um órgão difusor de uma nova mentalidade e cultura (COUTINHO, 1999), como a Teologia da Libertação. Assim, a chamada "reforma intelectual e moral", dentro da sociedade, pelas mudanças culturais e políticas, dá-se de forma particular pelas guerras de posição, demarcação de espaços, isto é, pelas ideias que foram posicionadas nos periódicos. Identificamos algumas

batalhas travadas no período em que Frei Ludovico esteve à frente da editora, informação necessária para compreender nossa pesquisa.

3.3.6 Frei Arcângelo Buzzi (1987 - 1991)

Nesse período, Frei Arcângelo procurou fazer uma gestão por meio de um colegiado. A primeira iniciativa foi expandir a Editora Vozes. Foram comprados "uma impressora *Speed Master*, uma guilhotina Guarani, de fabricação nacional, e outras máquinas usadas (Heidelberg) para fazer capas" (ANDRADES, 2001a, p. 171). Foram abertas novas lojas em Fortaleza, Goiânia, Juiz de Fora, Blumenau, Pelotas, Novo Hamburgo, Bauru e Rio de Janeiro.

Novas coleções foram publicadas, como: "Clássicos do Pensamento Político, com obras de autores como John Locke, Joaquim Nabuco, Stuart Mill, *Marsílio de Pádua*" (ANDRADES, 2001a, p. 174). *Foram publicadas obras de Santo Agostinho, Heidegger, Hegel; as obras completas de Jung, além da coleção Teologia da Libertação, que tornou a "Editora Vozes conhecida como exportadora de teologia"* (ANDRADES, 2001a, p. 174).

A Editora Vozes passou por algumas dificuldades, como as greves, que "podem ter sido expressão do descontentamento dos funcionários da Sede da Editora ao arrocho salarial provocado pela situação econômica do país e a expansão comercial da Editora, abrindo mais lojas" (ANDRADES, 2001a, p. 175). Outra dificuldade foi a intervenção do Vaticano, em 1991, feita por um visitador, o Frei Félix Neefjes, porque "as autoridades romanas manifestaram, mais uma vez, seu descontentamento com publicações da Editora Vozes" (ANDRADES, 2001a, p. 176). A publicação mais visada foi a Revista de Cultura Vozes, dirigida por Leonardo Boff. (ANDRADES, 2001a). No mesmo ano Leonardo Boff deixa as atividades da revista e se afasta da Editora Vozes.

3.3.7 Frei Vicente Bohne (1991 - 1995)

Diante das dificuldades, Frei Arcângelo pediu renúncia, assumindo, como gerente da Editora Vozes, Frei Vicente Bohne, que teve uma administração marcada pela "modernização e centralização" (ANDRADES, 2001a, p. 176). Na década de 1980, a Editora Vozes havia empreendido uma forma empresarial de primeira linha.

No entanto, para os anos 1990, essa estrutura não respondia mais às mudanças que ocorriam no país, principalmente no mundo empresarial.

Foi diante do cenário de uma empresa que vivia na década passada, sucateada, com péssimas instalações, que Frei Vicente promoveu modernização, substituindo antigas máquinas de datilografar pela informatização da editora, dando uma característica moderna e novo formato estético, como a mudança de materiais para as publicações (ANDRADES, 2001a).

Tais mudanças causaram muitos conflitos e descontentamentos. Houve demissões, arrocho salarial, corte de despesas consideradas desnecessárias. Foi feita também uma auditoria para se ter um diagnóstico administrativo-financeiro, para ulteriores tomadas de decisões como:

Centralizou na matriz, em Petrópolis, controles contábeis, administração financeira, folha de pagamento de funcionários, *marketing* etc. Centralizou também todo o serviço de compras de produtos de terceiros em um depósito, na cidade de São Paulo, com o objetivo de fazer um rigoroso controle de estoque e desativou, no início, 11 estoques pequenos (filiais) espalhados pelo Brasil (ANDRADES, 2001a, p. 184).

Algumas mudanças merecem ser ressaltadas nessa administração. Houve mudanças nas áreas: comercial, no *marketing* e na profissional. Nesse período, foi impresso a *Liturgia das Horas* e, como destaques no ano de 1995, grupos de funcionários participaram de duas importantes feiras, na Alemanha. A primeira, na área gráfica em *Düsseldorf*, conhecida como FRUPA; e a segunda, a Feira do Livro, em *Frankfurt*. Foi a primeira vez que a Editora Vozes participou de feiras (ANDRADES, 2001a).

As mudanças surtiram efeito na modernização da Editora Vozes, mas trouxeram problemas no campo administrativo. Dívidas, descontentamento por parte de funcionários e frades e, conseqüentemente, uma editora que se tornara ineficiente (ANDRADES, 2001a).

3.3.8 Frei Estêvão Ottenbreit (1996 - 1997)

Com as dificuldades das administrações passadas, Frei Estêvão Ottenbreit assumiu a Editora Vozes, em 1996, como diretor-presidente, com o encargo de sanar os problemas financeiros e reerguer a empresa que se encontrava em dificuldades. A administração de Frei Estêvão é marcada pela aproximação com os funcionários, pois eles possuem uma verdadeira ligação de interesse com a editora.

Assim, a participação dos funcionários tornou-se um dos pontos centrais em sua administração. Como bom líder, interessava-se pelo lado humano, o que lhe rendeu admiração por parte desses.

Em conjunto com os conselheiros, Frei Estevão tomou várias medidas. A primeira foi "um trabalho de conscientização e de implantação de um sistema participativo nas decisões da empresa" (ANDRADES, 2001a, p. 196). Dessa forma, buscou-se integrar diversos setores, descentralizando as decisões, para que o público alvo, isto é, o cliente fosse sempre bem atendido. Uma segunda medida foi a "definição da identidade visual das Livrarias e Distribuidoras Vozes e a agressividade na política de vendas" (ANDRADES, 2001a, p. 196). Houve reestruturação, alterando o ambiente nas lojas, tornando-as mais modernas e acolhedoras e, concomitantemente, seus assessores fizeram "diversas viagens de visitas aos livreiros, clientes e concorrentes" (ANDRADES, 2001a, p. 197), com a intenção de estimular as vendas. No ano de 1997, Frei Estêvão foi eleito Vigário-Geral da Ordem dos Frades Menores, "o segundo cargo mais importante da Ordem no mundo" (ANDRADES, 2001a, p. 197)

3.3.9 Frei Gilberto Piscitelli (1997 - 1998)

O novo diretor-presidente, Frei Gilberto, assumiu a Editora Vozes, justamente por sua experiência administrativa, junto à Universidade São Francisco na cidade de Bragança Paulista. Frei Gilberto encontrou-se com todos os gerentes das filiais, procurou "ouvir os anseios de cada filial e prometeu reforma e melhorias imediatas" (ANDRADES, 2001a, p. 203).

No ano de 1997, Frei Gilberto anunciou a volta de Leonardo Boff, podendo publicar novamente na Editora Vozes. Nesse mesmo ano, Leonardo Boff publicou o livro *A águia e a galinha*, que veio a ser um *bestseller*. Foi publicado também pelo mesmo autor o livro *O despertar da águia*, que se tornou um sucesso de vendas. Outras publicações importantes foram: a *Coleção zero à esquerda*, que ganhou o Prêmio Jabuti e o livro *Poder e dinheiro*, que figurou como o melhor livro na área de Administração e Economia (ANDRADES, 2001a, p. 205).

Uma importante e polêmica obra *O câncer tem cura!* de Frei Romano Zago, apresentou "uma fórmula terapêutica à base de folhas de babosa, mel e um cálice de bebida destilada" (ANDRADES, 2001a, p. 206). Outro livro publicado foi *O ser e o nada*, de Sartre.

Além dos livros, houve investimentos e dois exemplos mais conhecidos a inauguração de uma mega-livraria em São Paulo e uma filial em Lisboa. (ANDRADES, 2001a, p. 208). O trabalho de Frei Gilberto e seus editores era de excelente qualidade, porém, alguns assessores:

Criavam “mecanismos de controle, como os formulários: “solicitação de compra de produtos de revenda”; autorização para compras”; "autorização para consignação de produtos". Nenhum gerente podia comprar nem receber em consignação mais nada sem código de autorização fornecida pela Divisão Operacional. Nem mesmo um livro encomendado por um cliente, que já tivesse venda garantida (ANDRADES, 2001a, p. 184).

Dessa forma, a empresa começou a entrar em crise novamente, as vendas despencaram e começou a haver um descontentamento geral, que "se tornou quase insustentável quando o salário do mês de outubro de 1998 e a primeira parcela do 13º, que a empresa costumava pagar em setembro, atrasaram" (ANDRADES, 2001a, p. 211). Com a crise, devido ao excesso de burocracia, falta de autonomia por parte dos gerentes e uma administração desarticulada, Frei Gilberto renuncia à direção da Editora Vozes. No ano de 1998, assumem como diretores da editora os freis Antônio Moser, Volney Berkenbrock, Ludovico Gurmus e Vítório Mazzuco (ANDRADES, 2001a, p. 211).

3.3.10 Colegiado Administrativo (1999 - 2001)

Este grupo de Freis encontrou a Editora Vozes em dificuldades financeiras e administrativas. O fundamental nessa administração foi a ação conjunta, formando um colegiado, que era distribuído por setores, a fim de tornar a empresa eficiente, reestruturando-a. Uma atitude que contribuiu para o bom desempenho administrativo foi a atitude de ouvir os funcionários, para captar melhor o que ocorria ali dentro. Outra atitude necessária foi que:

Em pouco tempo, reestruturaram o quadro administrativo da empresa, colocando nas funções principais dedicados funcionários ou ex-funcionários bons que haviam sido dispensados. Também dividiram entre si, funções e responsabilidades (ANDRADES, 2001a, p. 211).

Dessa forma, a empresa tornou-se funcional e houve uma valorização da capacidade e da experiência dos antigos funcionários, que começaram a participar ativamente das decisões e promoveram uma comunicação eficiente na empresa (ANDRADES, 2001a). Para tornar a administração mais eficiente e com menos erros, foi criado "um comitê executivo, convocado excepcionalmente nos momentos de

tomada de decisões estratégicas, como a abertura de uma nova filial" (ANDRADES, 2001a, p. 220). A redução de gastos tornou-se também uma marca nessa administração. Gastos com passagens, hotéis, e carros para os diretores e funcionários foram reduzidos ao máximo, para a contenção de despesas.

A informatização da editora foi um grande passo na eficiência, das vendas de produtos. Foram comprados 100 computadores novos, todos ligados à rede mundial de comunicação (ANDRADES, 2001a). A Editora Vozes prosseguiu com duas vertentes: a fé, a cultura, concomitantemente, mostrando o aspecto pluralista, ligada às diversidades existentes na sociedade (ANDRADES, 2001a).

3.3.11 O centenário (2001- 2009)

No ano de 2001, foi celebrado o centenário da Editora Vozes. Para comemorar essa data, foi lançado um importante livro, 'Editora Vozes 100 anos de história', utilizado e citado diversas vezes neste trabalho. O livro narra toda a história da editora, com pesquisas documentais e entrevistas, com personagens que compõem e que fizeram parte da empresa.

Segundo o site da editora, em 2005, houve o lançamento do selo Vozes Nobilis, para "publicações especiais"³¹, que mantém a tradição da empresa e, simultaneamente, procura aumentar a qualidade das obras. E esse selo "possui obras de cunho existencial, filosófico e espiritual", que procuram relacionar teoria e prática na vida dos leitores. No ano de 2009, a Editora Vozes, com a intenção de modernização, adquire "uma impressora quatro cores de última geração. Uma *offset Speedmaster Heidelberg*, da Alemanha, com capacidade para imprimir 13 mil folhas por hora"³².

Atualmente a Editora Vozes, com sede em Petrópolis, conta com uma ampla distribuição de seus produtos, num total de 13 pontos de distribuição. Suas publicações se estendem a todo território do Brasil e também de Portugal. São diversificadas as áreas do conhecimento como: Pedagogia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Dinâmicas de grupo, metodologia de ensino e pesquisa, História, Comunicações, Letras, Serviço Social, Ecologia, Saúde,

³¹ <http://www.universovozes.com.br/editoravozes/web/view/Historia2000.aspx>

³² <http://www.universovozes.com.br/editoravozes/web/view/AEmpresa.aspx>

Teologia, Sagrada Escritura, Liturgia, Espiritualidade, Literatura de autoconhecimento, Franciscanismo, Devocionais, Catequese, Pastoral e Ensino Religioso”³³.

3.4 As Revistas

Dentre as grandes publicações da Editora Vozes, encontram-se os periódicos que, ao longo de sua existência, foram sendo lançados com o objetivo de contribuir na sua formação permanente estabelecendo um diálogo intelectual e possibilitando a divulgação de ideias e pesquisas sobre diversos assuntos e temas. Os periódicos publicados pela Editora Vozes, segundo o site oficial, além da revista *Cultura Vozes* são:

- A. A revista *Concilium*, publicada cinco vezes ao ano em sete línguas³⁴, com um total de 150 páginas, foi elaborada em 1965 por um grupo de teólogos europeus como: E. Schillebeeckx, H. Küng, Y. Congar e J.B. Metz. Hoje, além dos teólogos europeus, também colaboram latino-americanos, asiáticos, americanos e africanos, que são responsáveis pela publicação da revista. A *Concilium* é uma revista eminentemente teológica e a cada número trata de um tema específico, com importância para a reflexão teológica. O público alvo da revista são os padres, estudantes de teologia, teólogos, bispos, cientistas da religião. A revista é confeccionada na Fundação *Concilium* com sede na Holanda. A Editora Vozes possui os direitos de publicação em língua portuguesa.
- B. A revista *SEDOC* é criada em 1968 e, na realidade, é um serviço de documentação que, inicialmente, foi feito na revista *REB*, coloca o leitor em contato com os documentos oficiais da Igreja e está dividida em sete seções: *Sedoc Santa Sé*; *Sedoc Sínodo dos Bispos*; *Sedoc Internacional*; *Sedoc Ecumenismo e Diálogo Interreligioso*; *Sedoc América Latina* e *Sedoc Brasil*. Os documentos são selecionados de acordo com sua relevância, sendo de responsabilidade da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, com a colaboração do Instituto Teológico Franciscano. É publicada *ipsis litteris*, somente com uma pequena introdução, isenta de quaisquer comentários. A

³³ <http://www.universovozes.com.br/editoravozes/web/view/AEmpresa.aspx>

³⁴ A tese de doutorado *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*, de Solange Ramos de Andrade David, informa que a referida revista é publicada em dez idiomas, o que contraria o site do Instituto Teológico Franciscano, que fala de sete línguas: português, francês, inglês, alemão, holandês, italiano e espanhol.

SEDOC é trimestral e cada fascículo possui 128 páginas. Destina-se principalmente a bispos, padres, religiosos (as), estudantes de teologia e todos que se interessam em conhecer os documentos eclesiais.

- C. A revista *GRANDE SINAL* tem circulação bimestral. Criada em 1947, chamava-se *Sponsa Christi*, por ter como leitor alvo as religiosas católicas. Devido aos interesses dos religiosos, sacerdotes e de cristãos leigos, houve a mudança de nome em 1967. É uma revista sobre espiritualidade e a mística, não só ao cristão católico, mas a todo aquele que pretende viver e compreender essa dimensão.
- D. A revista *RIBLA* tem por finalidade colaborar na hermenêutica bíblica, por isso os seus textos possuem os recursos metodológicos das ciências humanas e bíblicas. A *RIBLA* tem dois pontos fundamentais: primeiro, a Bíblia como dado revelado; e, segundo, como este pode ser compreendido num contexto histórico-cultural da América latina e do Caribe. A revista possui um caráter ecumênico, pois exegetas, biblistas, sacerdotes, pastores e estudantes da Bíblia, católicos, luteranos e metodistas são seus colaboradores. A periodicidade é quadrimestral, tendo, como público alvo, biblistas, exegetas, sacerdotes e pastores.
- E. A revista *Estudos Bíblicos* é de publicação trimestral e, assim como a *RIBLA*, possui um caráter ecumênico, sendo elaborada pelas Igrejas Católica, Luterana, Metodista e Anglicana. A revista em questão tem a dimensão hermenêutico-exegético-homilético, mas, ao mesmo tempo, procura ter uma linguagem mais popular pelo aspecto pastoral da revista. A revista não tem um público alvo específico, e apresenta linguagem acessível, mas, ao mesmo tempo, destina-se também a sacerdotes, pastores, agentes de pastorais etc.
- F. Por fim, a revista *REB*, objeto de estudo deste trabalho, e por isso analisada com maior propriedade.

3.5 A Revista REB

Segundo Andrades (2001a), a pedido do então cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, Frei Tomás Borgmeier fundou a revista *COR: Revista Eclesiástica Brasileira*, no ano de 1939. Frei Tomás, que era conhecido pelos seus artigos científicos na “Vozes”, foi professor do Instituto Teológico Franciscano, fazia pesquisas no Instituto Biológico de São Paulo e no Museu Nacional do Rio de

Janeiro. Este havia fundado, em 1931, uma revista de *Entomologia* (que se ocupa do estudo dos insetos).

A revista, idealizada pelo cardeal Leme e Frei Tomás, devia ser teológica e direcionada a todo clero, um ponto de convergência, que possuísse cientificidade e prática, e que tivesse em consonância com os desafios de seu tempo. A “COR” da revista faz menção ao Sagrado Coração de Jesus, símbolo de modelo de coração sacerdotal. Na capa de cada revista havia estampado um coração³⁵, com o subtítulo REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (REB).

Existem algumas divergências a respeito do nascedouro da revista COR. A primeira é com relação à receptividade da revista, de acordo com Andrades (2001a). Este entende que “a aceitação da COR foi muito boa, sendo em pouco tempo assinada e divulgada por quase todos os bispos, padres e bibliotecas católicas”. Por outro lado, David (2000) afirma que “a revista não teve a projeção nacional estimada e dentre as possíveis causas apontadas pelos teólogos estaria o fato de sua dupla finalidade: primeiro, como órgão nacional e, segundo, como boletim regional do Rio de Janeiro, o que talvez tenha diminuído a força de penetração em todo território nacional”. Por sua vez Schlenker (2011), compartilha da mesma opinião quando afirma que “a COR foi publicada durante dois anos (1939 e 1940), todavia, não obteve a visualização nacional que esperavam seus editores e que a REB viria a desenvolver nos anos seguintes”.

A segunda divergência, de acordo com David (2000), é que a revista COR teria sido criada por dois sacerdotes mineiros: pelo Cônego José Xavier de Maria e o Padre Guilherme Boering. Compartilhando dessa informação, o site do Instituto Teológico Franciscano dá a entender que o Frei Tomás Borgmeier fundaria a revista somente no ano de 1941, e que a COR (1939-1940) seria realmente de responsabilidade dos dois clérigos mineiros.

Diferente disso, em sua extensa e muito bem elaborada obra, Andrades, (2001, p. 79a) comenta: “uma das primeiras realizações editoriais de Frei Tomás na Vozes foi a fundação da REB: Revista Eclesiástica Brasileira, em 1941, em substituição a revista COR, que ele mesmo fundara dois anos antes”. A referida obra, publicada pela Editora Vozes, tanto a COR, quanto a REB foram realizações de Frei Tomás. Outra dissonância é que D. Leme teria simplesmente sido consultado sobre a revista COR,

³⁵ Curiosamente na capa do primeiro número da revista não aparece a figura do coração, mas pode ser visualizada nas outras revistas.

dando a sua aprovação e anexando a ela o Boletim Arquidiocesano do Rio de Janeiro, e não uma solicitação, como mencionado acima (DAVID, 2000).

Em nossa pesquisa, constatamos que, na revista *COR*, datada em 15 de janeiro de 1939, não aparece nenhum editorial para traçar os objetivos e os rumos do periódico, como se sente também a ausência de um sumário e de um redator. Há, contudo, uma menção dizendo: “Com a aprovação e bênção de Sua Eminência Revma. O Sr. Cardinal³⁶ Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra”, demonstrando a ciência de um dos representantes máximos da Igreja no Brasil e, ao mesmo tempo, seu papel de idealizador.

No entanto, de forma documental, a primeira página, onde consta o *nihil obstat*,³⁷ é de Frei Frederico Vier que, segundo David (2000), tornar-se-ia um dos elaboradores da revista *COR*, juntamente com Frei Inácio Hinte e Frei Cândido Schutsal. Já o *Imprimatur*³⁸ é do bispo de Niterói, José Pereira Alves, que consta também ter sido auxiliado por uma comissão especial.

Nas revistas *COR* que pesquisamos, datadas de 1940, verifica-se o sumário dividido da seguinte maneira:

- **Atos da Santa Sé.** Esses atos estão relacionados principalmente às ações do Papa. Encíclica aos bispos norte-americanos, cartas ao cardeal Leme, mensagens radiofônicas aos católicos dos EE.UU, carta ao presidente Roosevelt.
- **Atos das Sagradas Congregações.** Alguns decretos do **Santo Ofício**, como a proibição de algumas formas de culto, sobre a esterilização, proibição de livros e também **De Propaganda Fidei**, instruções sobre ritos.
- **Teologia Dogmática.** Que trata sobre diversos temas como, Ecclesiologia, Cristologia, Mariologia, Teologia Fundamental, tratado sobre a Graça, a Santíssima Trindade etc. Como se vê, a dogmática teológica não se trata de um simples enrijecer da religião, mas uma explicitação do que a fé aceita.
- **Teologia Moral.** A revista faz referência à questão da eutanásia, ao serviço religioso nos hospitais. Matrimônios nulos, alguns casos de batismo de judeus casados.
- **História.** Sobre os acontecimentos nas dioceses e paróquias do Brasil

³⁶ Este termo Cardinal aparece na revista bem como em outras do ano de 1940. Pode ser usado tanto o termo Cardinal como Cardeal. Atualmente utiliza-se tão somente o termo Cardeal.

³⁷ *Nihil obstat* (pode ser impresso) trata-se de uma autorização eclesiástica concedida por superior de uma ordem religiosa para publicar alguma obra.

³⁸ *Imprimatur*: pode imprimir, é dado pelo ordinário do local, no caso o bispo.

- **Sociologia.** Assuntos como O clero e a Ação Social, A escolha do campo de ação, 3º Congresso Nacional dos Círculos Operários.
- **Homilética:** que são sugestões para as homilias (sermões) dominicais.
- **Liturgia:** Instruções sobre a liturgia como, por exemplo, o significado de algumas vestimentas sacerdotais, a música sacra.
- **Secretariado Nacional de Defesa da Fé.**
- **Livros:** Indicação de algumas obras.
- **Cúria do Rio de Janeiro.** Notícias da Arquidiocese.
- **Notícias.** Esta tem um caráter bem diversificado, em relação ao que acontece em toda a Igreja no Brasil.
- **Nossos Mortos.** Notifica o falecimento dos clérigos e de leigos mais conhecidos.

Como vimos, nos comentários de alguns autores e no primeiro exemplar, a revista *COR* apresenta algumas contradições a respeito das suas origens. Porém, analisando os periódicos, é possível constatar que os franciscanos estavam à frente, com grande afinco, e que o Cardeal Leme se empenhou bastante para tornar possível esse empreendimento. Porém, é de se observar que a revista *COR* precisava de um novo “fôlego”, e assim foram feitas algumas mudanças a fim de que a *REB* ressurgisse como uma tribuna, na qual intelectuais pudessem estabelecer um diálogo no “território” brasileiro. Tendo algumas informações da então revista *COR*, que foi a precursora da Revista Eclesiástica Brasileira (*REB*), passaremos a analisar esse periódico com maior profundidade por se tratar do *corpus* de nossa pesquisa.

3.6 Análise Bibliométrica

Depois de termos feito um breve percurso histórico, procurando compreender a trajetória da Editora Vozes, e especificamente da *REB*, apresentaremos, nesta parte da Tese, dados levantados do período próprio desta pesquisa, que compreende do ano de 1972 a 1986. Com a finalidade de oferecermos um conteúdo de dados com base científica, utilizaremos da análise bibliométrica, que tem sido utilizada em diversos estudos científicos³⁹, com a finalidade de levantar dados, para aprofundar diversos objetos de estudos.

³⁹ "Para as diversas áreas do conhecimento estão sendo realizados esforços para se quantificar os fenômenos: econometria, para a economia; sociometria, para as ciências sociais; psicometria, para a

O interesse nesta pesquisa não é o de discutir a ciência bibliométrica, mas de utilizá-la com a finalidade de um levantamento quantitativo, como requer a natureza dessa técnica de pesquisa. Por Bibliométrica, entende-se "a parte definida que se ocupa da medida ou da quantidade aplicada ao livro" (OTLET, 1986, p. 20). Assim, procurou definir-se a aplicação estatística e matemática ao livro, em um processo de mensuração, em que dados quantitativos levantados pudessem servir para captar elementos não perceptíveis na pesquisa, que é somente bibliográfica.

Neste trabalho, utilizamos a bibliometria aplicada à revista, um valioso instrumento, "fundamental para a interpretação e contextualização dos dados obtidos" (SILVA, 2012a, p. 73). De fato, os dados levantados serão analisados à luz do que foi publicado, isto é, a publicação da revista torna-se uma exposição da visão de mundo dos autores, apresenta o contexto no qual os fatores foram vivenciados como um fator de forte influência na produção intelectual da época e, claro, a crítica necessária de quando se olha a totalidade da realidade.

É necessário salientar que os dados obtidos, seja na própria revista, como também em consultas ao sistema Lattes, a sites de pesquisas para obtenção de dados, foram interligados, a fim de obtermos um panorama que nos permita aprofundar na pesquisa da revista. Existem relações entre os dados que não podem ser ignorados, pois, como em uma forma de método indutivo, de fenômenos particulares, podemos abraçar noções universais que demonstram a "face" da revista.

3.7 Análise Bibliométrica Aplicada à REB

Para o levantamento de dados, utilizamos, como ferramenta, a planilha no programa do *Microsoft Office Excel*. A planilha feita do ano de 1972 a 1986 conta com os seguintes itens: Ano, Mês, Artigos/Comunicação, Título do artigo, Formação acadêmica, Vínculo institucional, Titulação e Categorização. Houve algumas dificuldades em levantar alguns dados, principalmente em relação à Formação acadêmica, ao Vínculo institucional e à Titulação. Essas dificuldades aconteceram porque esses dados nem sempre constavam na revista, por alguns autores não possuem

o currículo Lattes e pela ausência de informações, mesmo na rede mundial de comunicação.

Foram 584 autores que escreveram na revista e selecionamos os quinze que mais publicaram, por esses darem a tônica da revista⁴⁰. Como se observa na Tabela 1, Leonardo Boff, o redator, foi quem mais escreveu na revista, seguido de Clodovis Boff, que também publicou de forma expressiva. E Eduardo Hoornaert, José Comblin e João Batista Libânio completa o grupo dos cinco que mais tiveram publicações. É necessário observar que esses cinco primeiros, juntamente com Alberto Libânio Christo (Frei Betto) e José Oscar Beozzo, que aparecem na Tabela 1, são considerados grandes expoentes da Teologia da Libertação⁴¹. O ideário da revista foi anunciado no primeiro editorial e foi se consolidando, com a adesão de teólogos ligados a essa corrente. Dessa forma, compreende-se que o desenvolvimento intelectual, ao redor da revista, foi orientado por um grupo de intelectuais que compartilhavam de uma teologia, por meio da qual procuravam elaborar seus trabalhos com clareza e solidez teórica à luz da fé e do Magistério Eclesiástico (LIBÂNIO, 2011).

Tabela 1: Autores com mais de 6 artigos publicados entre 1972 e 1986

Autores	Nº de artigos	Porcentagem do total
Leonardo Boff	36	6,16%
Clodovis Boff	23	3,94%
Eduardo Hoornaert	21	3,60%
José Comblin	17	2,91%
João Batista Libânio	12	2,05%
Pedro A. Ribeiro de Oliveira	11	1,88%
Antônio Moser	11	1,88%
Hubert Lepargneur	10	1,71%
Riolando Azzi	10	1,71%
José Oscar Beozzo	10	1,71%
Luiz Alberto Gómez de Souza	9	1,54%
Francisco C. Rolim	9	1,54%
Antônio da Silva Pereira	7	1,19%

⁴⁰ Elaboramos uma pequena biografia de cada autor, apresentada no Apêndice.

⁴¹ A informação destes teólogos ligados à Teologia da Libertação se encontra no site de João Batista Libânio. <http://www.jbllibanio.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=162>

Bernardino Leers	7	1,19%
B. Beni dos Santos	6	1,02%
Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto)	6	1,02%
Demais autores	379	64,90%
Total	584	100%

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1972 a 1986

Para confrontar o período pesquisado, fizemos um levantamento de "um período anterior", que compreende de 1965 a 1971⁴², utilizando novamente a planilha no programa do *Microsoft Office Excel*. A escolha desse período se dá por dois motivos: primeiro que o ano de 1965 foi o encerramento do Concílio Vaticano II, acontecimento fundamental para mudanças dentro da Igreja e 1971 foi o último ano de frei Boaventura Kloppenburg à frente da REB. E o segundo motivo é para compreender quem deixou de publicar, quem continuou publicando e aqueles que começaram a publicar na revista. Como surgiu uma nova orientação nos rumos da revista, segundo o editorial da primeira revista de 1972, este dado pode revelar ou confirmar quem deixou de "falar" e quem começou a "falar", dando novas diretrizes. Frei Boaventura Kloppenburg confirma as mudanças na REB.

Como eu já lhe escrevi na carta, entreguei a direção da REB em 1971. Um pouco depois, quando eu estava em Medelín trabalhando no CELAM, eu tinha um livro que era muito vendido pela Vozes: O cristão secularizado. Porém, por influência do Leonardo, a Vozes me comunicou: "Seu livro não vai ser mais comercializado, se o senhor quiser comprar tudo nós lhes damos 60, 70% de abatimento", Então comprei. Quando eu voltei como bispo em 82, passei em Petrópolis e perguntei onde estavam os livros que eu tinha comprado e ninguém tinha ideia desses livros. Quando eu voltei mais uma vez, afinal descobrimos num quarto lá no convento dos franciscanos os livros todos amontoados, fora do comércio, porque não entravam na Teologia da Libertação. Eu nunca na minha vida encontrei um censor mais terrível que o Leonardo Boff. Ele que não aceita censura, a mim me censurou de maneira tremenda. O próprio Ephraim me disse que lá no elenco dos artigos que publicam ao longo do ano, qualquer artigo meu não podia entrar nessa lista. Era proibido publicar o meu nome na *Revista Eclesiástica Brasileira*. Leonardo Boff mandou tirar da Editora Vozes os meus livros, não queria publicar nada e os que tinham foram confundidos com papel velho (ANDRADES, 2001b, p.89).

De fato, na Tabela 2, constatamos que, de 1965 a 1971, Boaventura Kloppenburg foi o que mais escreveu, com 28 artigos, sendo que o segundo, José Comblin, aparece com 11 artigos. De fato, parece que as palavras de Boaventura Kloppenburg são confirmadas pelos números, pois, no período entre 1972 e 1986, ele publicou somente 5 artigos ao longo de 14 anos.

⁴² Neste período pesquisado não encontramos a revista de dezembro de 1970.

No período de 1965 a 1971, Leonardo Boff escreve somente 5 artigos, num período de 7 anos, o que proporcionalmente ele escreveu mais que Boaventura. O que chama atenção é que José Comblin e Eduardo Hoornaert estão entre os que se mantiveram de forma contínua na produção intelectual na revista. Entre os dois períodos, foi feito o levantamento de quantas mulheres escreveram na revista. No período de 1965 a 1971, aparece somente uma mulher que escreveu no periódico. Já entre 1972 e 1986, um total de 19 mulheres publicaram no periódico, sendo que Maria Clara Luccjetti Bingemer⁴³ escreveu 3 artigos e Ivone Gebara,⁴⁴ 2 e as demais, um artigo somente. A pouca presença feminina na revista, hipoteticamente, possa ser explicada pelo ambiente masculino, próprio do universo eclesialístico ou pela pouca participação das mulheres na vida acadêmica da época.

Tabela 2: Autores com mais de 4 artigos publicados entre 1965 e 1971

Autores	Nº de artigos	Porcentagem do total
Boaventura Kloppenburg	28	10,61%
José Comblin	11	4,16%
Eduardo Hoornaert	9	3,41%
Alberto Beckhäuser	7	2,65%
Jaime Snoek	7	2,65%
A. Bugnini	6	2,28%
Arlindo Rubert	6	2,28%
Leonardo Boff	5	1,89%
Jesús Hortal	4	1,51%
Valfredo Tepe	4	1,51%
Demais autores	177	67,05%
Total	264	100 %

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1965 a 1971

⁴³ Maria Clara Luccjetti Bingemer, doutora em Teologia Sistemática, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, foi decana na PUC-RJ, durante seis anos e pesquisa sobre a espiritualidade, a mulher e a violência.

⁴⁴ Ivone Gebara é religiosa, com doutorado em filosofia pela PUC-SP, ligada a uma corrente da Teologia da Libertação, chamada Teologia Feminista. Professora no Instituto Teológico do Recife (ITER) no Recife, durante 17 anos, com Dom Hélder Câmara. O Instituto Teológico foi fechado em 1989 por ordem do Vaticano. Foi condenada ao silêncio obsequioso por ser contrária à moral da Igreja, especialmente sobre a questão do aborto. *Veja* ed. n° 1308, 6 de outubro de 1993, p. 7. <http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>

Outra informação importante se dá na distribuição dos artigos por autor/ano. Esses dados se encontram na Tabela 3, em que é possível visualizar o interstício das publicações e suas frequências, como também as datas em que alguns começaram a publicar. Leonardo Boff publica de forma frequente, tendo ficado ausente no ano de 1985, por estar submetido ao "silêncio obsequioso"⁴⁵, imposto pela Santa Sé. O redator, juntamente com Clodovis Boff, Eduardo Hoornaert, José Comblin e João Batista Libâneo apresentaram a problemática da libertação, de acordo com os editoriais e artigos, que serão analisados com maior profundidade mais à frente. Isso nos ajudará a entender posteriormente a terceira seção que tratará da consolidação do ideário, isto é, da Teologia da Libertação, com base no Cristianismo de Libertação⁴⁶, na revista, nos anos de 1972 a 1975. No ano de 1976, aparece o primeiro artigo de Clodovis Boff, que posteriormente terá presença contínua nas publicações. Clodovis Boff, em conjunto com os demais autores, vão refletir de forma mais específica (nos anos de 1976 a 1979), problemáticas acerca da sociedade civil, como o regime militar, questões econômicas e sociais. Esse período específico formará a quarta seção, no qual usaremos os conceitos de Gramsci, de sociedade civil e as guerras de posição. Já no período de 1980 a 1986, o teólogo João Batista Libâneo publica somente no último ano, permanecendo constante a presença dos outros quatro autores. Nesse último período, que vai compor a quinta seção, constatamos uma contínua preocupação com as CEBs, na qual identificaremos o princípio educativo e, de forma dialética, a contínua presença do cristianismo de libertação.

Algumas curiosidades sobre alguns autores que publicaram nesse período podem ajudar a compreender algumas ausências, mas apenas de caráter especulativo e não absoluto. O escritor, poeta, militante político, o dominicano Carlos Alberto Libâneo Christo, conhecido como Frei Betto, esteve preso pela ditadura militar, entre os anos de 1969 a 1973⁴⁷, o que pode explicar, o porquê não publicou nos cinco primeiros anos. O teólogo belga José Comblin, radicado no Brasil, foi expulso do país em 1971 e exilado no Chile, de onde também foi expulso pelo ditador Augusto Pinochet, no ano de 1980.

⁴⁵ Trata-se de uma sansão eclesialística em que a pessoa fica vetada de pregar ou divulgar conteúdos contrários à doutrina cristã. No caso específico de Leonardo Boff, deixou de lecionar e publicar por um ano.

⁴⁶ O Termo "cristianismo de libertação" será utilizado por Michael Löwy, como um movimento anterior à Teologia da Libertação. Eram movimentos sociais, pastorais que, na década de 60, possuíam um caráter social. Esse conceito é proposto por ter um maior alcance do que os termos "Igreja" e "Teologia". Cristianismo de libertação implica a fé e a prática, isto é, a "fé" não é intimista, mas possui um conteúdo necessariamente social. Esse termo será tratado com mais atenção na tese.

⁴⁷ Frei Betto esteve preso em um período de 15 dias, em 1964.

Mesmo com essas intempéries, José Comblin foi o quarto autor que mais escreveu na revista, o que, por vezes, é assinalado nos editoriais fazendo-se referência ao seu exílio.

No ano de 1984, Clodovis Boff e Antônio Moser foram proibidos de lecionar na PUC do Rio de Janeiro, por ordem do Cardeal e príncipe da Igreja, D. Eugênio Sales. Clodovis Boff foi silenciado pela sua elaboração e ensino sistemático acerca da Teologia da Libertação e Antônio Moser, por ser suspeito de ir contra a moral católica. A informação sobre estes dois teólogos podem ser apreciados nos editoriais.

Tabela 3: Distribuição dos artigos por autor/ano

Autores	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	Total geral
Leonardo Boff	3	2	2	2	3	3	3	2	3	2	2	3	3		3	36
Clodovis Boff					1	1	3	2	4	2	1	2	2	1	4	23
Eduardo Hoornaert	2	2	2	1	2	2	1		2	3			2	1	1	21
José Comblin	1	2	2	1	2	1	1		1	2	1	1		1	1	17
João Batista Libânio	1	2	1		1	1	1	1	2	1					1	12
Pedro A. Ribeiro de Oliveira	1		1		2				2	2		2	1			11
Antônio Moser		2		1	1	1	1		2			1	1	1		11
Hubert Lepargneur	2					1	1		1	1	1	1	1	1		10
Riolando Azzi			2	3	1	1	1				2					10
José Oscar Beozzo				1		1	1				3	1			3	10
Luiz Alberto Gómez de Souza							2	1	1	1		1		1	2	9
Francisco C. Rolim		2			1					2	1		1		2	9
Antônio da Silva Pereira	2	2					1			1				1		7
Bernardino Leers			1	1							1		2	2		7
B. Beni dos Santos	1	1	2	1					1							6
Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto)						1		2			1	1			1	6

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1972 a 1986

Na Tabela 4, constata-se uma predominância de autores com formação em Teologia e Filosofia. Isto se deve à exigência de estudar estas duas disciplinas no mundo eclesiástico. Em um universo de 482 autores, 70,13% possuem formação filosófica e teológica, com formação somente teológica 9,12%, perfazendo um total de 79,29%. Aparece um número expressivo de "sem informação" da formação acadêmica

(20,75%). A ausência desses dados se dá pelo fato de muitos autores não possuírem o currículo na Plataforma

Lattes e, portanto, informações, tanto na revista, como em sites, não estarem disponíveis.

Tabela 4: Formação Acadêmica

Formação	Nº de autores	Porcentagem
Filosofia e Teologia	338	70,13%
Teologia	44	9,12%
Sem informação	100	20,75%
Sem informação	482	100%

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1972 a 1986

Outro dado relevante refere-se à titulação dos autores que publicaram na revista. Na Tabela 5, dos 310 de que tomamos ciência da titulação, 85,81% possuem doutorado. Corroborando dados da Tabela 3, doutores, na área de Filosofia e Teologia, possuem considerável predominância. Um dado a ser considerado é a presença de doutores "em outras áreas das Ciências Humanas", com 11,93%, demonstrando uma diversidade dialogal, nos problemas abordados na revista. Nas décadas de 1970 e 1980, não havia muitos doutores. Como referência a essa escassez de títulos de doutores, nas Universidades federais, no ano de 1973, havia 1298 doutores e, no ano de 1988, 7260 (SCHWARTZMAN, 1993, p. 17). A quantidade de doutores demonstra o aspecto de uma revista composta por intelectuais. O tipo de intelectual será abordado posteriormente, quando utilizaremos a concepção gramsciana de intelectual. É necessário ainda compreender que esses autores estavam inseridos na vida acadêmica, refletindo sobre as concepções de mundo a partir do viés da libertação.

Tabela 5: Titulação

Titulação	Nº de autores	Porcentagem
Doutor em outras áreas das Ciências Humanas	37	11,93%
Doutor na área de Filosofia	23	7,43%
Doutor na área de Teologia	206	66,45%
Doutor nas áreas de Filosofia e Teologia	44	14,19%
Total	310	100%

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1972 a 1986

Além da titulação em diversas áreas, outro aspecto que demonstra a abrangência da revista é a multiplicidade de instituições que aparecem no periódico. Na

Tabela 6, é possível visualizar que a maioria dos autores estão vinculados às instituições de ensino superior. Existe uma predominância de Universidades e Institutos (faculdades) católicos, pela própria natureza eclesial da revista. É possível visualizar conceituadas Universidades federais, dando consistência ao aspecto de abertura da revista na produção do pensamento intelectual.

Tabela 6: Vínculo Institucional

Vínculo institucional	Nº de autores
PUC - Várias	123
Instituto Filosófico e Teológico Franciscano - RJ	73
Instituto de Teologia do Recife - PE	25
Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - MG	14
Comissão de Estudos da História da Igreja - SP	10
UFJF - MG	10
UFRJ - RJ	10
Universidade Católica de Louvain - Bélgica	8
Centro Universitário São Camilo - SP	7
Universidade de München - Alemanha	6

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1972 a 1986

Na Tabela 7, apresentamos os temas mais abordados, que revelam, por um lado, o aspecto religioso da revista e, por outro seu aspecto social. A fim de fazer uma primeira distinção, podemos afirmar que temas como Pastoral, Teologia, Igreja, Bíblia, Sacramento, Revelação e Documento, à primeira vista parecem ser temas de cunho exclusivamente religioso, isto é, sem conotação sócio-política. Já temas como Política, Ética, Educação e Filosofia possuem conotações sócio-políticas, em si mesmas. Merece ressaltar que, em se tratando de um período de consolidação de um grupo de intelectuais que se propõe a uma teologia voltada para a práxis, essas temáticas possuem um alcance social e político, pelas quais entendemos que "o relacionamento entre prática religiosa política é mais profundo" conforme afirma Löwy (2000, p.64).

Como se relacionam a religião e a política nesse tipo de movimento? Como assinalou Daniel Levine em seus últimos trabalhos, as teorias de "modernização" - que supõe uma especialização funcional cada vez maior e uma diferenciação institucional entre religião e política - não estão em contato com a realidade no continente. Tal modelo de interpretação só funciona se a "religião" pudesse ser reduzida ao culto e a "política", ao governo. No entanto, na América Latina, ambas têm um significado muito mais amplo e, mesmo quando permanecem autônomas, desenvolve-se um elo verdadeiramente dialético entre elas. Conceitos tais como "trabalho pastoral"

ou "libertação" têm um significado que é tanto religioso quanto político, tanto espiritual quanto material, tanto cristão quanto social (LÖWY, 2000, p.62).

Para Löwy (2000), existe uma relação dialética, e até intrínseca entre religião e política e, na América Latina, esse ligame é ainda mais profundo, devido ao próprio caminhar histórico do continente e sua estruturação e construção político-religiosa. Podemos afirmar que são dois lados de uma mesma realidade, no entanto, é impossível desassociar as duas concepções, que serão postas como "cristianismo de libertação", para se compreender como o cristianismo trabalha com essas realidades. (LÖWY, 2000). A concepção de religião e de questões sociais, na Igreja da América Latina, ganha um novo significado, quando mediante a tomada de consciência, pela fé, constata-se a perversidade do sistema, que cria exclusão e pobreza devido a um "tipo de organização elitista, de acumulação privada, enfim, da própria estrutura econômico-social do sistema capitalista" (BOFF, L, 1981, p. 24)⁴⁸.

Tabela 7: Temas mais Abordados

Temas	Nº artigos	Porcentagem
Pastoral	162	27,8%
Teologia	157	26,93%
Política	87	14,92%
Igreja	69	11,83%
Ética	18	3,1%
Bíblia	14	2,4%
Sacramento	13	2,23%
Educação	12	2,1%
Filosofia	8	1,37%
Revelação	6	1,0%
Documento	6	1,0%
Outros temas	31	5,32%
Total	583	100%

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1972 a 1986

⁴⁸ Leonardo Boff assina todos os editoriais, bem como vários artigos na revista e ainda são citados vários livros de sua autoria. Para que o texto fique explícito, vamos adotar a seguinte metodologia: para os editoriais vamos usar "EDITORIAL". Como são publicados quatro periódicos anuais, utilizaremos as letras: a, b, c, d, para as revistas de , junho, setembro e dezembro, respectivamente. Assim como utilizaremos "CRÔNICAS" e "DOCUMENTAÇÃO", para seções que algumas revistas trazem sem assinatura. Ainda faremos a seguinte distinção: para os artigos e livros de Clodovis Boff, usaremos (BOFF,C.), para o seu irmão Leonardo Boff (BOFF,L.).

Selecionamos quatro temas na Tabela 8, que dão a tônica às principais discussões que se fazem na revista. Analisaremos estes temas, pois nos ajudarão a compreender o alcance social-político desta simbiose entre religião e política, que se consolidou ao longo da estruturação do grupo REB, pela relação povo e intelectuais.

Os dois primeiros temas aparecem juntos, a pastoral com 34,11% e a teologia com 33,05%. A revista tem um aspecto profundamente teológico. A teologia apresentada na revista possui uma leitura crítico-histórico, devido à influência da Doutrina Social da Igreja, da Tradição e das Ciências Sociais. A teologia, diferentemente do senso comum, não é uma reflexão alheia à realidade. Toda elaboração teológica é fruto de um momento histórico, pois a sociedade impõe problemas e dificuldades, e a teologia auxilia a Igreja a dar uma resposta satisfatória a determinado acontecimento ou momento.

Tabela 8: Principais temas

Principais temas	Nº artigos	Porcentagem
Pastoral	162	34,11%
Teologia	157	33,05%
Política	87	18,31%
Igreja	69	14,53%
Total	475	100%

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir da revista REB, no período de 1972 a 1986

Tanto Michael Löwy (2000) quanto Leonardo Boff (1981) concordam que, a partir dos anos 60, houve mudança de postura diante do subdesenvolvimento, causador de pobreza na América Latina. Postura essa que não foi feita por teólogos, mas por cristãos, que fazem uma nova leitura da realidade e sugerem mudanças. A Teologia da Libertação nada mais é do que a reflexão crítica dessas novas posturas dos cristãos frente aos problemas do subdesenvolvimento e da dependência dos países ricos⁴⁹. Nesse sentido, Gustavo Gutiérrez corrobora este pensamento, dizendo:

Foi nesse contexto que surgiu e amadureceu a teologia da libertação. Ela não poderia ter surgido antes de um certo desenvolvimento do movimento popular e da maturidade de sua práxis histórica de libertação. Essas lutas constituem o lugar de um novo modo de ser do homem e mulher na América Latina e, por isso mesmo, de um novo modo de viver a fé e o encontro com o Pai e os irmãos (GUTIÉRREZ, 1975, p. 279).

⁴⁹ É claro que para se fazer teologia existe a fundamentação em todo um referencial anterior, mas isso não exclui de forma alguma a entrada de outras referências teóricas nesta ciência. Assim como foi utilizada a Filosofia no início do cristianismo, pode-se fazer o mesmo com outras ciências, para a compreensão teológica contemporânea.

Se antes a teologia era legitimadora de sistemas vigentes, agora passa a fazer uma análise crítica da própria realidade social. Para que isso aconteça, é necessário assimilar um conteúdo político das análises históricas e sociais.

Para falar teologicamente delas, precisamos, previamente, apropriar-nos de um conhecimento adequado, caso contrário incorremos simplesmente em *ignotatio elenchi*. Para isso o teólogo precisa se adestrar na leitura de textos analíticos das várias ciências positivas e histórico-sociais. Emerge um novo dialogante para a teologia, as ciências do homem e da sociedade. Sobre a leitura científica e crítica se faz a interpretação teológica e ética (BOFF, L, 1981, p. 24).

No entanto, a teologia reflete, junto com a comunidade, o que fazer diante de determinadas questões que emergem ao longo da caminhada. O "que fazer", chamamos de pastoral que, de fato, é a práxis refletida, posteriormente. Que se torna um movimento dialético, isto é, a teologia se alimenta de uma fonte popular e histórica, reflete, elabora e retorna à base, dando sustentação para a prática pastoral. É da reflexão teológica que suscita a prática pastoral, com fundamentação anterior.

Dessa forma, a pastoral se torna coerente com sua teologia e assim compreendemos por que, na América Latina, ocorre um fenômeno diferente, como observamos nas páginas da REB. É uma pastoral imbuída e voltada a questões sociais pertinentes à contemporaneidade, que assola o continente e é coerente com um discurso cristão, sem dissonância.

A incidência na pastoral da Igreja se faz notar nas várias práticas de muitas Igrejas periféricas em seu empenho na defesa dos direitos humanos, especialmente dos pobres, na denúncia das violências do sistema capitalista e neocapitalista, na constituição das comunidades de base, onde o povo expressa, alimenta e articula sua fé com as realidades da vida que os oprimem (BOFF, L, 1981, p. 40).

Existe, por parte dos teólogos da libertação, a preocupação da teologia tornar-se uma práxis, e isto só acontece mediante a pastoral que compreende a ação, o compromisso com o outro, como forma de propor e promover mudanças na sociedade. (GUTIÉRREZ, 1975).

O terceiro tema é a política, tema que, na visão da Teologia da Libertação, está intimamente ligado à ação pastoral. É pela política que se torna possível o bem comum, apregoado pela Igreja, como forma de vida digna e justa. A ação política do cristão é fundamentada na noção de que a vida e o mundo não podem estar alheios ao compromisso cristão. É simplesmente impossível separar os atos humanos, inclusive a ação cristã, da prática política, pois o não posicionar-se político é uma atitude política. A vida é política, no entender da Teologia da Libertação, por isso, não existe

neutralidade política, pois a aparente neutralidade é, na verdade, uma participação política passiva. A denúncia que se faz é que, em nome de neutralidade, a "Igreja não se intromete" em questões políticas, seja como manutenção dos *status quo*, isto é, torna-se legitimadora de sistemas, por vezes perversos (BOFF, L, 1981), seja por acomodação, para viver em uma zona de conforto. A suposta neutralidade da Igreja, como denuncia Gutiérrez (1975), é uma forma de manter interesses e privilégios.

Oficialmente⁵⁰, a Igreja pronunciou-se a favor desta prática, como sendo coerente com a vida cristã.

A política é uma maneira exigente-se bem que não seja a única - de viver o compromisso cristão, ao serviço dos outros. Sem resolver todos os problemas, naturalmente, a mesma política esforça-se por fornecer soluções, para as relações dos homens entre si. O seu domínio é vasto e abrange muitas coisas, não é porém, exclusivo; e uma atitude exorbitante que pretendesse fazer da política algo de absoluto, tornar-se-ia um perigo grave. Reconhecendo muito embora a autonomia da realidade política, esforçar-se-ão os cristãos, solicitados a entrarem na ação política, por encontrar uma coerência entre as suas opções e o Evangelho e, dentro de um legítimo pluralismo, por dar um testemunho, pessoal e coletivo, da seriedade da sua fé, mediante um serviço eficaz e desinteressado para com os homens (OCTOGESIMA ADVENIENS nº 46).

Os intelectuais da REB entenderam que, de fato, é missão dos cristãos interessar-se por política, pois este é o caminho pelo qual a justiça, a liberdade, a igualdade, os direitos humanos, os valores fundamentais da pessoa humana são implantados como valores evangélicos. E o quarto tema é a Igreja. Deve observar-se como essa temática emerge dentro de um grupo politizado. Durante muito tempo, foi entendida não como estrutura hierárquica, perfeita, mas como "povo de Deus". Nesse sentido todos são membros da Igreja e cada qual possui funções diferentes. Porém, a Igreja que se percebe e encontra-se na América Latina é semelhante àquela das origens: uma Igreja que nasce do povo. A Igreja, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), torna-se o espaço do compromisso político, de conscientização, de desenvolvimento da consciência crítica e lugar de democracia, que supera e/ou confronta a Igreja hierárquica no modelo do império romano.

Os pobres aqui não são compreendidos apenas como aqueles que possuem carências; eles as têm, mas possuem também força histórica, capacidade de mudança, potencial evangelizador. A Igreja acede a eles diretamente; não passa pela mediação do Estado ou das classes hegemônicas. Por isso aqui não se trata mais de uma Igreja para os pobres, mas *de* uma Igreja de pobres e *com* os pobres. A partir desta opção e inserção nos meios mais pobres e populares é que a Igreja define sua relação para com os demais estratos sociais. Ela não perde sua catolicidade; dá-lhe um conteúdo real e não

⁵⁰ A Igreja Católica pronuncia-se oficialmente através de seus documentos oficiais, tais como: Código de Direito Canônico, Compêndio do Vaticano II, das Constituições dogmáticas, de Encíclicas Papais etc.

retórico; dirige-se a todos, mas a partir dos pobres, de suas causas e de suas lutas. Daí ser a temática essencial desta Igreja a mudança social na direção da convivência mais justa, direitos humanos, interpretados como direitos das grandes maiorias pobres, justiça social, libertação integral, passando principalmente pelas libertações sócio-históricas, serviço concreto aos deserdados deste mundo etc (BOFF, L, 1981, p. 26).

Esse tema eclesiológico tornou-se crucial na teologia da libertação, uma vez que o modelo adotado iria influir não só na nova reflexão teológica mas também nos rumos pastorais e políticos. A divergência de modelo eclesial será sentida ao longo do texto e dará uma das tônicas na guerra de posição. Os modelos de Igreja conservadora e progressista vão se chocar, numa disputa por hegemonia contínua. Esse modelo progressista, proposto e colocado em prática na América Latina e especialmente no Brasil, ganhou contornos especiais e originalidade.

O grande problema que iremos afrontar adiante é que, apesar do discurso ser em favor da prática política em busca de soluções contra a miséria e todo tipo de injustiça, houve por parte da Igreja uma acomodação com a classe dominante, para manter o próprio prestígio diante e junto à elite burguesa. O assistencialismo tornou-se uma forma de apaziguar consciências e conflitos, no entanto, uma leitura mais profunda das origens do cristianismo, do próprio Magistério, da Tradição e da própria bíblia, feita pela teologia da libertação, identificada na REB, vai apontar para outra postura, que é a "opção preferencial pelos pobres" (DOCUMENTO DE PUEBLA, 1979, p. 278).

Esses dados ajudam a identificar o perfil dos autores ou intelectuais envolvidos na produção e elaboração da revista. Primeiro, a constância com que esses intelectuais escreveram na revista, como foi visto, demonstra comprometimento com uma causa, ou com o ideário. Segundo, que esses intelectuais estavam inseridos em conflitos ou nas guerras de posição com o Estado, em especial com o regime militar, que suspeitava de suas atividades, como sendo subversivas. Terceiro, que a própria Igreja era ponto de apoio para a busca da libertação e, ao mesmo tempo, um inimigo a ser combatido.

Dessa forma, percebemos que existia uma aliança entre os intelectuais envolvidos. Outros dados importantes foram: formação, titulação acadêmica e vínculo institucional, que nos permitem visualizar a atuação desses intelectuais dentro da sociedade civil. O que fortaleceu ainda mais esse grupo foram as temáticas abordadas com frequência. Temas como teologia, pastoral, política e igreja demonstraram que, de fato, foi consolidado um ideário que, na visão desses teólogos, deu-se na práxis das CEBs.

4. O EDITORIAL, OS ARTIGOS E O REDATOR: A RUPTURA E A CONSOLIDAÇÃO DO IDEÁRIO (1972 A 1975)

4.1 O Redator e o Editorial: Um Panorama geral

Para aprofundarmos no estudo da revista, analisamos os editoriais e os artigos, procurando conhecer a proposta dos redatores e o conteúdo das ideias que foram debatidas. A proposta é demonstrar o pensamento e a trajetória intelectual dos homens que contribuíram para que a REB pudesse ter o alcance e a importância de uma tribuna de excelência, como a conhecemos hoje. Primeiro, são estudados os editoriais, que iniciam e terminam um período, isto é, quando um redator deixa o periódico e outro assume, pode emergir outra orientação, o que mudará os rumos da publicação; pode ocorrer também que haja simples continuação e pequenas mudanças. O mais importante a ser analisado são as ideias em questão, que demonstram o “tipo” de intelectuais atuantes na REB. Em seguida, fizemos um estudo de todos os editoriais e os artigos selecionados que compreendem o período da pesquisa (1972 a 1986). Eles são selecionados com fundamentação nos editoriais e demonstram tonalidades de guerras de posições, isto é, os confrontos que se seguiram ao longo da produção literária da revista. Ainda, particularmente nesta seção, fizemos um estudo da elaboração teórica do ideário do grupo, isto é, a Teologia da Libertação, suas fontes e fundamentações.

4.2 A Ruptura no Primeiro Editorial

A revista REB, lançada em março de 1972 (Volume 33 – Fascículo 132), mudou o perfil desse periódico durante muito tempo. Durante 20 anos, a revista havia ficado aos cuidados do Frei Boaventura Kloppenburg, que foi um insigne redator, projetando ainda mais a revista, como se almejava nos seus primórdios. Contudo a transição de redatores não parece ter sido muito amistosa, pois houve conflitos ideológicos que mudaram o perfil da revista, pois o novo redator rompeu com uma tradição conservadora e imprimiu-lhe outro caráter. Semelhante ao que aconteceu com *L'Ordine Nuovo*, anunciada por Gramsci, como vimos no início do trabalho, houve também na revista REB, o "golpe de redação". Estabelece-se, desta forma, nova orientação e cambiam os destinos do periódico, o que provoca uma ligação profunda

entre os intelectuais e o povo com a realidade ou a problemática social e política da América latina.

O seu novo redator, Frei Leonardo Boff, no primeiro editorial, tece elogios a Frei Boaventura.

Com rara competência teológica que o fez como articulista e autor de inúmeros livros internacionalmente conhecido. Com acurado engajamento eclesial que o tornou talvez um dos teólogos brasileiros mais especializados na problemática teológico-pastoral de nosso país. Com fidelidade ao sentire cum Ecclesia *pré-conciliar, conciliar e pós-conciliar* que jamais arrefeceu no préstimo de seus serviços à Igreja do Brasil e da América Latina. Sem subversão teológica, mas também sem subserviência, propôs corajosamente e defendeu ardentemente opiniões teológicas que a vida e não a especulação o exigiam (EDITORIAL, 1972a, p. 3).

As palavras de Boff demonstram que Frei Boaventura foi um teólogo ligado ao dogmatismo eclesiástico, apologeta de fato, mas não se prestou, ao mesmo tempo ao servilismo teológico. Foi capaz de pronunciar que as transformações feitas pelo Concílio colocavam os seus fundamentos doutrinários em ruínas. Porém, com a sua capacidade teológica, fez a releitura de suas próprias convicções. Leonardo Boff de fato reconhece a grandiosidade do seu antecessor quando afirma que: “o novo Redator, seu discípulo, cresceu à sua sombra” (EDITORIAL, 1972a, p. 3), mas essa serenidade anunciada no editorial não revela os conflitos de pensamentos teológicos e ideológicos entre o discípulo e mestre.

As contradições são demonstradas, ainda que nas entrelinhas, quando lemos “os tempos mudaram. Não à fé. As orientações teológicas aqui e alhures se abriram para novos horizontes e se orientam por outras estrelas” (EDITORIAL, 1972a, p. 3). A alusão em relação às mudanças do tempo implica a fé comprometida com questões sociais, engajamento político e desenvolvimento da consciência crítica. Mas a problemática na mudança do redator se encontra não só nos cambiamentos dos tempos, mas também, sobretudo, nas “orientações teológicas”. Os “novos horizontes” mencionados tratam certamente de uma Teologia Política, voltada para assuntos da vida social, como a questão da pobreza, do subdesenvolvimento e da relação com os países do Norte, isto é, a relação de dependência e de subserviência por parte dos países de terceiro mundo (BOFF, C, 1980b). Essa Teologia Política tornar-se-ia, na América latina, a Teologia da Libertação, a chave ou o novo paradigma a interpretar a realidade.

De fato, era essa nova orientação teológica, que estava por detrás dos conflitos entre o predecessor e o sucessor da revista REB.

Como consta literalmente do meu diário de 30 de novembro de 1971, “eu não combino com o modo de pensar dele (de Frei Leonardo, declarado adepto da

teologia da libertação. Para mim seria praticamente impossível continuar a trabalhar com ele, sem que nos desentendamos em coisas fundamentais. E assim, para não brigar, é melhor que eu me vá. Mas é dominante. Quero vê-lo daqui a vinte anos. Eu disse ao Frei Ludovico que, se, em alguns anos, a REB andar para trás em matéria de assinantes (pois desconfio que com a nova orientação vai perder leitores), e se então necessitarem outra vez de uma mão firme e ortodoxa, estarei disposto a ajudar ou a retomar a direção. Mas faço votos de que isso não aconteça. Nos meus vinte anos de REB, não tive nenhum problema grave com autoridades eclesíásticas, apesar dos tempos difíceis e delicados pelos quais passamos”. (KLOPPENBURG, 2007, p. 511-512).

Ainda no editorial, Leonardo Boff agradece a Frei Boaventura e enfatiza a sua saída de forma gentil, demonstrando admiração por ele. “À sua saída como Redator, ela quer prestar a Frei Boaventura Kloppenburg sua homenagem de gratidão. Cremos que essa gratidão encarna também os sentimentos de seus leitores por todos esses anos” (EDITORIAL, 1972a, p. 3).

Em outro fragmento de seu artigo, contradizendo a cordialidade do então Redator, Frei Boaventura demonstra descontentamento, se não certa mágoa com os acontecimentos passados, que ocorreram tanto na Editora Vozes como na própria revista REB.

Como professor de teologia dogmática, eu me sentia cada dia mais superado. Assim sendo, pensava que será melhor deixar as preleções sobre teologia (como professor eu não podia expor a doutrina, mas apenas indicar o tema e os próprios estudantes, sem a presença do docente, discutiam o assunto) e a REB em mãos mais novas. Propus que Frei Leonardo Boff assumisse minhas aulas e a direção da revista (...). E foi assim, quase fugindo, que abandonei a minha querida Editora Vozes de Petrópolis e minhas preleções de teologia no convento franciscano. Meus livros começaram a ser retirados do catálogo. Não só não queriam publicar outro livro meu, mas a própria REB ficou até proibida de mencionar meu nome na lista de artigos publicados em outras revistas. Fui rigorosamente censurado pela direção da própria Editora e simplesmente silenciado por meu sucessor. E não era apenas um silêncio obsequioso de um ano. Minha exclusão fora total e brutal. (KLOPPENBURG, 2007, p. 514).

Apesar de Frei Boaventura fazer afirmações de exclusão e de proibição em relação às suas obras e pesquisas, consta, de sua autoria, no ano de 1973, na revista número 33, fascículo 130, um artigo intitulado *Conversações Ecumênicas sobre o Ministério* e na revista de 1974, número 34, fascículo 134, é publicado outro artigo, *As Razões do Coração*, fundamentado na filosofia de Pascal. No ano de 1975, número 138, fascículo 138, na seção de Comunicações, é publicado a *Análise do Consenso entre Luteranos e Católicos estadunidenses sobre o primado Papal*.

4.2.1 O Itinerário Intelectual de Leonardo Boff

Um dos motivos da escolha do recorte de pesquisa na REB se dá pelo fato de Leonardo Boff ter sido o redator. Assim, nos propomos a apresentar o seu itinerário intelectual, em que vida e obra se identificam. Nascido a 14 de dezembro de 1938, em Concórdia – SC, Genézio Darci Boff, nome de batismo e civil, filho de Mansueto Boff e Regina Fontana Boff, adota o nome religioso de Leonardo Boff que, conseqüentemente, torna-se seu nome literário. Entra para a Ordem dos Frades Menores em 1959 e é ordenado sacerdote em 1964. Estuda Filosofia na Faculdade de Filosofia (Seminário Maior) da Província da Imaculada Conceição, Curitiba – PR, e Teologia na Faculdade de Teologia dos Franciscanos de Petrópolis - RJ. Doutora-se em Teologia, pela Universidade de Munique, na Alemanha, com a tese: *A Igreja como sacramento no horizonte da experiência do mundo: tentativa de uma fundamentação estrutural-funcional da eclesiologia*, e em Filosofia da Religião, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo o site oficial, é autor e coautor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e em vários países, com traduções em diversos idiomas como: alemão, austríaco, castelhano, catalão, chinês, coreano, croata, espanhol, francês, húngaro, inglês, italiano, japonês, polonês, yugoslavo⁵¹. Dentre os diversos livros destacamos: *O Evangelho do Cristo Cósmico*; *Jesus Cristo libertador: Ensaio de Cristologia crítica para o nosso tempo*; *Vida para além da morte: o futuro, a festa e a contestação do presente*; *Mínima Sacramentalia: os Sacramentos da Vida e a Vida dos Sacramentos*; *Teologia da libertação e do cativo*; *Eclesiogenese: as comunidades Eclesiais de Base reinventam a igreja*; *Paixão de Cristo - Paixão do Mundo: O fato, as interpretações e o significado ontem e hoje*; *O rosto materno de Deus: ensaio interdisciplinar sobre o feminino e suas formas religiosas*; *O Pai-Nosso: a oração da libertação integral*; *Igreja - carisma e poder. Ensaio de eclesiologia militante*; *A trindade, a sociedade e a libertação*; *E a Igreja se fez povo - Eclesiogeneses: a Igreja que nasce da fé do povo*; *500 anos de Evangelização na América Latina*; *Dimensão política e teológica da Ecologia*; *Ecologia, mundialização e espiritualidade*; *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*; *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*; *O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade*;

⁵¹ <http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>

Saber Cuidar - Ética do humano - compaixão pela terra; Ética da Vida; São Francisco de Assis, ternura e vigor.

Com intensa atividade docente, trabalha como professor titular de teologia fundamental, sistemática e ecumênica no Instituto Filosófico-Teológico Franciscano de Petrópolis durante 22 anos, no Centro de Estudos Teológicos e Espirituais (CETESP) e na Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), ambos no Rio de Janeiro. Foi professor visitante na Universidade Católica de Lisboa, no MACC-Mexican American Cultural Center-San Antonio, Texas, USA, na Universidade de Salamanca-Espanha, Universidade de Basel, na Suíça, Universidade de Lund, Suécia; Universidade de Oslo, Noruega; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade de Harvard, Universidade de Barcelona, na Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, Universidade de Heidelberg, Alemanha; e professor concursado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Foi assessor teológico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) Confederação Latino-Americana de Religiosos (CLAR), em Bogotá, na Colômbia, das CEBs em âmbito nacional e co-fundador do Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

Outro dado importante é sua aproximação no trabalho com periódicos. Foi redator das revistas: *Revista Eclesiástica Brasileira* (1972 - 1986), da *Revista Internacional de Teologia Concilium*, que é publicada em diversos idiomas. *Revista de Cultura Vozes* (1989 - 1992) e dos *Cadernos de Fé e Política* (1992 -1993). Leonardo Boff contribui também como conselheiro em diversas redações, participa e coordena movimentos ligados a direitos humanos, movimentos sociais, sendo assíduo em congressos, conferências, palestras e encontros. Foram-lhe conferidos vários títulos acadêmicos e prêmios por sua atuação política, pela defesa dos direitos humanos e pela sua produção literária, principalmente na área da teologia. Em seu currículo, é citado o processo que sofreu em 1984, por parte do Vaticano, devido às teses apresentadas no livro *Igreja: Carisma e Poder*. Em 1985, é condenado ao "silêncio obsequioso", sendo impedido de exercer suas funções no magistério e editoriais, no campo eclesial.

Leonardo Boff herda de seus estudos na Alemanha uma nova concepção teológica, que tem seus fundamentos principalmente na teologia de Johann Baptist Metz, que pensa uma nova reflexão teológica para o mundo moderno (ABBAGNANO, 2000). Essa teologia tem por ponto de partida o antropocentrismo cristão, que permite estabelecer uma nova concepção humana. Quando compreende o humano como

construtor da sua própria realidade, como sujeito de sua história em sua concretude, isto vale dizer que o ser humano não é entendido em seu intimismo, mas, sobretudo, como um ser social que está inserido no mundo, repleto de sua mundaneidade. Este aspecto do mundano, isto é, o humano só se projeta e se realiza mediante o mundo, é uma forma de se fazer crítico-criativo, em que as promessas da tradição bíblica como a paz, a justiça, a liberdade, a igualdade não podem ser concebidas somente como espera ou desprovidas de qualquer conotação social (ABBAGNANO, 2000).

Essa elaboração teológica, Metz a denomina de Teologia Política, que concentra em si, ainda que de forma embrionária, a Teologia da Libertação. Com isso, Metz quer superar e afrontar dois problemas provenientes da teologia tradicional. A primeira questão é a *transcendental-idealístico* que, para Metz, não sustenta a identidade cristã, já que utiliza categorias que não tratam sobre a realidade. A segunda é a *recordação-narração*, isto é, a forma como o cristianismo trata os problemas atuais, como se a simples “atualização”, narrativa dos acontecimentos passados pudesse suprir necessidades presentes. Esses dois problemas suscitados acima não permitem fazer uma interpretação da realidade atual, tornando a teologia estéril. A metafísica consolidada, desde então, não é suficiente para interpretar e atualizar a Revelação, assim como a tentativa de se aplicar em as “concepções existencialistas e personalistas⁵²” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 763) torna-se insuficiente, pois a salvação e a fé permanecem no âmbito individual, privado. Para Metz, é evidente que, nas origens do cristianismo, a salvação tem o caráter comunitário, portanto, social. Metz propõe que a teologia seja fundamentada no sujeito e na prática, superando, assim, o aspecto simplesmente racional, voltando-se dessa forma à realidade. Ademais, pensar Deus, para o teólogo ou para qualquer cristão, já é uma prática. Dessa forma, entende-se que a teologia é em si mesma prática, por isso deve assumir a sua condição de ser política, em assumir a dialética histórica, tema que será de grande importância à Teologia da Libertação.

Parto aqui, naturalmente, da hipótese de que uma política de inspiração socialista só é possível e só pode ser justificável, em nossa sociedade centro-europeia, pela via democrática, ou seja, por conseguinte, sob a forma de um socialismo democrático que não renegue as conquistas da história burguesa de liberdades, mas a assuma na dialética histórica e, justamente deste modo, salve a herança burguesa que não pode ser abandonada. Seja como for, trata-

⁵² As teologias contemporâneas seguiram ou mesmo utilizaram como referencial teórico algumas categorias filosóficas de seu tempo. No século passado surgiram diversas correntes teológicas, como a teologia da morte de Deus ou teologia radical, que se baseiam na filosofia “empirista e anglo-saxônica”, vinculada à filosofia da linguagem. A teologia da esperança está ligada ao pensamento “hegeliano-marxista”, entre outras.

se, por conseguinte, de uma política que inclui uma reconhecida divisão de poderes, o direito à oposição, a liberdade de pensamento e de expressão, e a soberania popular etc (METZ, 1984, p. 100).

O teólogo Metz acentua a importância de se assumirem as conquistas históricas feitas pela burguesia que, de fato, são várias. O próprio Lênin reconhece a importância de se assimilar e compreender a cultura burguesa, sobretudo no que tange à educação/instrução.

É preciso ter isso em conta quando falamos, por exemplo, da cultura proletária. Sem compreender com clareza que só se pode criar a cultura proletária conhecendo com precisão a cultura conhecida pela humanidade em todo o seu desenvolvimento e transformando-a; sem compreender isso, não podemos cumprir nossa tarefa. A cultura proletária não surge de fonte desconhecida, não é uma invenção dos que se proclamam especialistas em cultura proletária. Isso é uma estupidez. A cultura proletária tem de ser o desenvolvimento lógico do acervo do conhecimento conquistado pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista, da sociedade latifundiária, da sociedade burocrática. (LÊNIN, 2000, p.12).

É claro que Lênin fez críticas à construção burguesa da sociedade, mas não deixou de dar a devida importância ao que ele chama de “velha escola”, que “era livresca” (LÊNIN, 2000, p.11), quando afirma que “Marx se apoiava na base dos conhecimentos humanos adquiridos no capitalismo” (LÊNIN, 2000, p.12). Uma nova concepção de teologia emerge com Metz, como “uma nova cultura política” (METZ, 1984, p. 100) que será referenciada pelas ciências humanas, concepções de mundo e sistemas políticos que darão embasamentos metodológicos a essa Teologia Política. Assim que se deve buscar “uma ‘inspiração socialista’, neste sentido, da consciência política não é mais simplesmente estranha nem mais considerada simplesmente como anticristã dentro de nossa Igreja” (METZ, 1984, p. 98).

4.2.2 O ano de 1972 e a Postura de Descontinuidade

O ano de 1972 foi decisivo nos rumos tomados pela revista REB. Além do primeiro editorial, que se tornou um marco divisor na concepção e no paradigma da revista, outros editoriais acentuariam ainda mais o ideário a ser seguido pelo grupo de intelectuais, o que não significa que aqueles, não ligados à “nova” teologia não pudessem publicar e nem participar do debate.

No periódico do mês de setembro, o redator publica na íntegra o capítulo X de seu polêmico livro *Jesus Cristo Libertador*, como forma de resposta às críticas feitas a seus escritos. A resposta foi dirigida, de forma direta, ao então Cardel-Arcebispo

de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que teceu duras críticas ao autor do livro por meio da imprensa.

O primeiro ensaio "Jesus Cristo, verdadeiro Deus, verdadeiro Homem", é a transcrição literal do capítulo X do livro *Jesus Cristo Libertador*, da autoria do Redator desta revista, acusado por uma alta autoridade eclesial de negar a divindade de Cristo e o dogma de Calcedônia. O leitor da REB merece um esclarecimento. E é em nome da justiça que o fazemos. A simples transcrição do mais longo capítulo do livro irá mostrar a improcedência de tal juízo (EDITORIAL, 1972c, p. 513).

Antes de transcrever o mencionado capítulo⁵³, o redator teceu comentários às críticas feitas ao seu livro, e procurou se defender de acusações que são pertinentes à doutrina cristã. Ele foi acusado de negar a natureza divina do Cristo e da união substancial das duas naturezas divinas e humanas na pessoa de Jesus Cristo⁵⁴. O redator procura mostrar que não é contrário à doutrina cristã e, ao mesmo tempo, afirma que a produção da ciência teológica deve-se atualizar, pois aconteceram mudanças no mundo e também na linguagem, no sentido de que a semântica possa auxiliar no explicitamento da compreensão teológica.

E como entre Calcedônia (451) e nós vão 1542 anos, onde supomos que tenha acontecido alguma coisa no mundo e na Igreja que as palavras tenham assumido significados diversos, tento no meu livro aprofundar a verdade irreformável de nossa fé sobre Jesus, verdadeiro Deus e verdadeiro Homem, dizendo: "Tentaremos, dentro do horizonte da compreensão do que significa para nós hoje homem-pessoa, reler a mensagem de Calcedônia a fim de conquistar para a nossa linguagem o sentido profundo e verdadeiro da fórmula, conciliar que afirma que em Jesus subsiste simultaneamente o *verus homo* e *verus Deus*" (BOFF L, 1972c, p. 516).

Ao fazermos abordagens com relação a questões doutrinárias internas ao cristianismo, não queremos chamar atenção a questões dogmáticas, que tratam de problemáticas teológicas, mas destacar como essas questões levantadas demonstram uma mudança de direção e de mentalidade dentro da revista. É evidente que essas tomadas de posição iriam influenciar o ideário elaborado, trabalhado e exposto na REB.

O que chama a atenção é que uma das acusações feitas pelo cardeal Vicente Scherer seria uma das características marcantes da Teologia da Libertação.

Os princípios da nova teologia entre cujos arautos se coloca Frei Leonardo Boff, por força de lógica, querendo ou não querendo seus defensores, **levam ao total esvaziamento do cristianismo, de seu caráter transcendente e da perda das dimensões que ultrapassam o limitado espaço e tempo reduzido da existência terrena do homem** (citado segundo o texto

⁵³ Leonardo Boff fez uma espécie de introdução ao texto transcrito, em forma apologética, o que não é comum nos demais artigos da revista.

⁵⁴ Estas questões sobre a divindade e a união hipostática do Cristo (natureza humana e divina, numa só pessoa) foram causa de controvérsia, discussão e disputas durante séculos na Igreja. Estes problemas doutrinários foram resolvidos nos Concílios de Éfeso (431) e principalmente no de Calcedônia (451).

publicado no Correio de Povo de 29 de agosto: Cardeal critica livro de Padre Francisco) (BOFF, L, 1972c, p. 515) (*Grifo nosso*).

O caráter imanente da teologia da libertação seria determinante na sua elaboração teológica. Por isso, o cardeal acentua que os teólogos da libertação não se interessam por aquilo que é transcendente, ou seja, que está além da compreensão humana e situa-se fora do espaço e tempo. A imanência definida como a “presença da finalidade da ação na ação ou do resultado de uma operação qualquer na operação” (ABBAGNANO, 2000, p. 539), isto é, a ação que tenha a finalidade em si mesma, o fazer humano ligado à sua realidade terrena. Preocupar-se com a imanência significa, em última instância, cuidar de questões sociais, políticas, econômicas etc. Com isso, o interesse da reflexão teológica tomará outros rumos, fundamentados na Teologia Política de Metz, como foi visto acima, porém não perderá as suas fundamentações, como afirmou o Cardeal Dom Vicente Scherer.

O redator cita uma apreciação⁵⁵ feita pelo teólogo Karl Josef, afirmando que para “uns a teologia do livro é um vivo testemunho de fé, e, partindo de Jesus, conduz seguramente ao Ministério Divino” (BOFF, L, 1972c, p. 515). De fato, Romer (1972) analisa de forma conclusiva na seção de Apreciações da REB.

A Obra de Leonardo Boff comunica amplo e profundo conhecimento; reflete uma teologia responsável, comprometida com a fonte, orientada pela Tradição autêntica, questionada e questionante a respeito do homem moderno. Escrito numa linguagem agradável, o trabalho que oferece, não poucas vezes, ideias fascinantes, supõe uma certa preparação da parte do leitor. O livro merece ampla divulgação. Agradecemos o autor por esta teologia que é um vivo testemunho da fé, e – “partindo de Jesus” – conduz seguramente ao seu Mistério Divino (ROMER, 1972, p. 493).

Os comentários feitos acima demonstram o comprometimento do redator da REB com a doutrina cristã, sem perder o novo foco teológico. Vale ressaltar, ainda, o apoio a sua obra por parte de outros teólogos, que seguem o mesmo viés de uma teologia comprometida com questões sociais.

No editorial da revista do mês de junho, surgem novas menções à nova forma de elaboração teológica, com questionamentos e referências a elaborações e ações embrionárias do novo ideário da revista.

A REB quis estar presente nas comemorações do Sesquicentenário. Apresenta dois estudos da lavra de conhecidos pesquisadores: o primeiro de Eduardo Hoornaert, do Recife, sobre As relações entre a Igreja e o Estado na Bahia colonial. Trata-se de um estudo histórico, orientado porém por uma preocupação mais fundamental, à qual somos hoje muito sensíveis: pode a Igreja realmente evangelizar de **forma libertadora** quando ela se

⁵⁵ Na REB, existe uma seção “Apreciações”, de livros, artigos de revistas ou jornais e demais publicações, feita por diversos intelectuais.

mancomuna com o poder? O segundo do acadêmico e famoso historiador José Honório Rodrigues sobre O Clero e a Independência ressalta a participação incontestada do clero no processo e na instauração da Independência do Brasil. “Um povo abandonado pela metrópole, desiludido, não educado pelo governo, o pouco que aprendeu deve-se ao clero... As grandes causas sempre tiveram ao seu lado os combatentes religiosos”. **A participação atual do clero na arrancada do ajustamento social** brasileiro se inscreve dentro de nossas tradições mais beneméritas. (EDITORIAL, 1972b, p. 273) (*Grifo nosso*).

O cenário intelectual da revista começa a tomar uma nova forma. Aborda questões de libertação, termo chave para a teologia que insurge nas páginas da REB. Faz releituras da relação do Estado e da Igreja, o trono e o altar, as alianças, por vezes perversas, com o poder instituído, e nem sempre de forma legítima. Por outro lado, tem o olhar da participação eclesial em questões sociais, ainda que de forma tímida e assistencial, e projeta, ao mesmo tempo, uma nova sociedade, fundamentada em uma teologia social. Começa a formar um novo grupo, com interesses semelhantes, com postura social e política. Assim podemos compreender a REB, a partir de 1972.

4.2.3 Os anos de 1973 a 1975: Diversidade Cultural e a Formação do Ideário

Os anos de 1973, 1974 e 1975 podem ser compreendidos tanto do ponto de vista da diversificação cultural como da estruturação de um ideário dentro da revista. Em nossos estudos dos editoriais e artigos, observamos um emaranhado de situações que leva a compreender como a revista, juntamente com seus intelectuais, está imbuída de uma força social que esboça uma nova perspectiva política inserida na sociedade.

Primeiro deparamo-nos com a mentalidade de militância e, conseqüentemente, de grupo quando o redator felicita Dom Paulo Evaristo Arns, quando este é elevado à condição de cardeal. (EDITORIAL, 1973a, p. 03). O cardeal Arns, “por longos anos colaborou com a revista e militou com o grupo de professores de Petrópolis que a mantêm” (EDITORIAL, 1973a, p. 03). A militância por parte de membros da Igreja, especialmente pelo alto clero, representada na pessoa de um cardeal, refere-se à tomada de posição, em especial de um grupo. Este posicionar-se é constatado em situação de conflitos, em particular, com o regime militar, e também demonstra a sua relação com um grupo de professores, os intelectuais de Petrópolis, isto é, da REB.

Na famosa obra *Brasil Nunca Mais*, é narrada a postura do cardeal Arns em relação ao regime militar: “o recém-empossado arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, pôde avistá-los no DOPS, constatando serem vítimas de 'ignominiosas

torturas', conforme registrou na homilia lida e afixada nas igrejas da Arquidiocese no domingo seguinte" (BRASIL, 1985, p. 152). As referidas vítimas são Padre Giulio Vicini, que levava consigo uma “matriz para imprimir panfletos denunciando ‘Prisões em massa de Operários em Mauá e Santo André’” (BRASIL, 1985 p. 152), e da leiga Yara Spadini que, quando presa, portava “um jornalzinho intitulado ‘Luta Metalúrgica’” (BRASIL, 1985, p. 152).

Foram vários os atingidos e perseguidos pelo regime militar que, com sua neurose anticomunista, se posiciona “contra tudo e todos” (BRASIL, 1985, p. 85): os partidos de esquerda, os dissidentes das forças armadas, os movimentos sociais, sindicalistas, estudantes, políticos, jornalistas e religiosos. Uma das curiosidades do regime militar são as chamadas “atividades visadas” (BRASIL, 1985 p. 155), que ofereciam uma longa margem de interpretação para que os agentes de segurança pudessem atuar sobre os suspeitos de serem contrários ao regime. A primeira atividade visada era daqueles que mantinham vínculos com o governo anterior, isto é, ministros, prefeitos, vereadores, diplomatas ou quaisquer pessoas que manifestassem pensamentos contra ideológicos. Outra atividade suspeita é a chamada “Propaganda Subversiva” (BRASIL, 1985 p. 159), conceito utilizado abusivamente pelos militares, "como se ele tivesse um conteúdo absoluto, invariável, sagrado” (BRASIL, 1985, p. 152). Assim, é possível compreender que essa noção de “subversão” aplicava-se a uma diversidade de atividades que eram logo associadas a manifestações comunistas. Dessa forma, a "subversão" teve grande impacto na imprensa, na arte e na cultura como “aulas, atividades artísticas, publicações, edição de livros, panfletagens e pichamentos de paredes” (BRASIL, 1985, p. 159).

A terceira atividade suspeita é a “Crítica à autoridade”, na qual o Estado, ou como chamavam, a Segurança Nacional, teria “sido violada por palavras e atitudes de cidadãos que teceram críticas, ofensas ou ataques a autoridades constituídas” (BRASIL, 1985, p. 164). Em nome da Segurança Nacional, foi utilizado o autoritarismo, nos mais remotos lugares do território nacional ou nos grandes centros. O interessante foi como esta atividade se torna abrangente.

O conceito de autoridade se tornou tão elástico, nessa utilização da LSN (Lei de Segurança Nacional) como porrete de brigas interioranas, que houve casos em que um mero funcionário do Departamento de Estrada e Rodagem figura como investido de tal condição (BRASIL 1985 p. 164).

Ainda com relação ao regime militar, é destacado no editorial que o conceituado teólogo belga, José Comblin, “que no exílio muito ama o Brasil⁵⁶, conclui seus três estudos sobre a Atualidade da Teologia da Missão” (EDITORIAL, 1973c, p. 545). Na revista de dezembro de 1974, é feita uma referência ao citado teólogo acima. “Embora não lhe sendo mais permitido viver no Brasil, J. Comblin continua a amar a Igreja que aqui vive e sofre” (EDITORIAL, 1974d, p. 769).

4.2.4 O Despertar do Ideário

O teólogo José Comblin (1974d), na revista dezembro de 1974, em seu artigo "*A Missão Profética da Igreja nos Tempos Modernos*", inicia, após a ruptura mencionada anteriormente, dentro da revista, de forma explícita, o que este grupo de intelectuais elaborou de forma teórica, tomou corpo e formou um conjunto de ideias culminando na solidez de um ideário. O autor traz à tona uma temática adormecida dentro da estrutura eclesial, que é deslumbrada no documento do Concílio Vaticano II: o profetismo. Com essa temática, o autor faz uma releitura dos acontecimentos ulteriores e atuais que despertam no seio do cristianismo duas novas perspectivas: a teologia da libertação e as CEBs.

Contudo, hoje em dia, o tema do profetismo recuperou vigor suficiente para que o Concílio Vaticano II o levasse em conta e o introduzisse na constituição *Lumen Gentium*. Diz a *Lumen Gentium*: "O Povo santo de Deus participa também do múnus profético de Cristo" (nº 12); Cristo, o grande Profeta que proclamou o Reino do Pai, quer pelo testemunho da vida, quer pela força da palavra, continuamente exercer seu múnus profético até a plena manifestação da glória. Ele o faz não só através da Hierarquia que ensina em seu nome e com Seu poder, mas também através dos leigos. "Por esta razão, constituiu-os testemunhas e ornou-os com o senso da fé e graça da palavra, para que brilhe a força do Evangelho na vida cotidiana, familiar e social" (nº 35) (COMBLIN, 1974d, p. 171-172).

Este tema do profetismo é desenvolvido por Comblin (1974d) como fundamentação para a ação, e desta surge uma elaboração teórica que justifica a ação libertadora. Comblin (1974d) vislumbra uma conjuntura que se forma no interior do cristianismo, que também é visualizada por teóricos como Michael Löwy e Leonardo Boff, porém a partir de outros conceitos. Na verdade existe uma série de acontecimentos que vão culminar no profetismo, tema antigo na história eclesiástica, porém que ressurgiu com vitalidade, e dela o teólogo belga faz uma associação com os

⁵⁶ Provavelmente é uma referência ao slogan “Brasil, ame ou deixe-o”, muito utilizado na época do regime militar.

acontecimentos que levam a elaborar e reelaborar o tema da libertação. O tratado sobre o profetismo vai desembocar necessariamente na questão da libertação. Esta vai ser tema chave para a nova teologia e para a vivência da comunidade cristã. O profetismo aparece como sendo missão do cristianismo, que se identifica com a libertação integral⁵⁷ do ser humano. Porém, essa missão parece esquecida no seio do cristianismo. É verdade que de tempos em tempos surgem pessoas que chamam atenção aos problemas atuais. Comblin (1974d) observa que, na diversidade teológica contemporânea, há não só o velamento como também o desvelamento do profetismo.

Dado o lugar de destaque que ocupa o profetismo nos dois testamentos, provoca surpresa o pouco interesse da teologia contemporânea de modo geral. Existem exceções. Citamos algumas. Porém não deixam de ser exceções que de modo algum infirmam a regra. Significaria o silêncio da teologia que o assunto não traz muita luz sobre os acontecimentos contemporâneos e não seria útil à Igreja atual? Ou, pelo contrário, a ausência de interesse seria efeito de uma certa inércia intelectual e da tendência de repetir indefinidamente os mesmos temas eclesiológicos ainda que as situações tenham mudado? A teologia não está isenta desse defeito de toda a ciência que consiste em permanecer fiel ao seu aparelho conceptual ainda que não forneça mais ajuda para interpretar situações novas. Portanto, do silêncio bastante impressionante da teologia comum não podemos concluir que o tema do profetismo seja certamente inatual nos tempos de hoje (COMBLIN, 1974d, p. 171-172).

Comblin, na revista de dezembro de 1974d, verifica de forma precisa que a função profética dentro da Igreja tem sido deixada em segundo plano, pois a hierarquia tem desempenhando esse papel pelo "ensino" da doutrina. Repete-se de novo o antigo e busca amiúde uma simples transmissão de conteúdos doutrinários, às vezes, aplicada à vida pessoal, intimista. No entanto, essa função educativa não é a mesma profética. O que ocorre, de fato, é a acomodação e por vezes alianças da Igreja com governos e regimes em diversas situações. Nos momentos de crise ou de acomodação, sempre surgem pessoas que mostram um novo horizonte a ser vislumbrado e, no caso do cristianismo, trata-se do profeta, que recorda o princípio originante do ser humano, que é de liberdade e libertação.

O cristianismo, em suas origens, não nasce atrelado a nenhum poder constituído e nem menos é subserviente a nenhuma forma de regime e melhor, diferentemente disto, ele está ligado à liberdade. Em outra análise, que não cabe aqui explorar, a mensagem do Cristo não se encerra ou se atém a determinado sistema ou tradição religiosa. A mensagem evangélica originalmente não é institucionalizada, ela

⁵⁷ A libertação não se restringe somente ao pecado em vista da salvação eterna, mas para ser integral precisa estender-se a libertação da escravidão socioeconômica, política e cultural. Assim, libertação compreende as diversas dimensões da vida humana (ANTONCICH, 1989).

assim se torna quando é atrelada ao império, ao poder vigente (REGIDOR, 1996, p. 36-37).

Na contemporaneidade, a função profética emerge de uma leitura da realidade, que os intelectuais da REB começam a elaborar a partir de um pressuposto anterior. Em um momento histórico, devido ao seu contexto, surgem as "minorias proféticas", conceito utilizado por Maritain (1998) para designar pessoas "que foram reconhecidas vozes proféticas e tiveram a descendência numerosa; foram destacadas por poucos primeiro, e depois, por grupos cada vez mais importantes" (COMBLIM, 1974d, p. 774).

Assim, o profetismo emerge novamente, em uma roupagem contemporânea. Ele sai do gueto, segundo Gutiérrez (1975), e abre-se para o mundo em uma forma dialogal e contestadora e, conseqüentemente conflitiva. Por isso usa de elementos das ciências para tomar consciência dos meandros perversos dos sistemas de dominação. Particularmente, a figura do profeta pode ser traduzida por teólogo ou, de forma similar, por um intelectual orgânico, uma vez que a palavra profeta tem grande conotação política, com denúncias e exigências às mudanças sociais. Podemos afirmar que o profeta atua conectado à realidade presente, vinculado aos problemas políticos e sociais, e não simplesmente como especialista, mas, de fato, inserido na vida prática (GRAMSCI, 2011b)

Certas ordens religiosas, tais como os Jesuítas e Dominicanos, são verdadeiras redes de intelectuais "orgânicos" na Igreja, envolvidos em um intercâmbio e em diálogos constantes com o mundo intelectual acadêmico e "profano" - um mundo que, na América Latina, é substancialmente influenciada pelo marxismo (LÖWY, 2000, p.74).

Neste mesmo sentido, Gutiérrez (1975) compartilha com Löwy (2000) a aproximação do teólogo da libertação com o intelectual orgânico.

Se, porém, parte a teologia dessa leitura e contribui para descobrir a significação dos acontecimentos históricos, é para fazer que seja mais radical e lúcido o compromisso libertador dos cristãos. Só o exercício da função profética, assim entendida, fará do teólogo o que, usando expressão de A. Gramsci, pode chamar-se um novo tipo de "intelectual orgânico", alguém desta feita comprometido pessoal e vitalmente com fatos históricos, datados e situados, através dos quais países, classes sociais, homens pugnam por libertar-se da dominação e opressão a que os submetem outros países, classes e homens (GUTIÉRREZ, 1975, p. 25).

Portanto, Gutiérrez (1975) identifica o teólogo libertador como profeta, isto é, intelectual orgânico. O sentido de profeta distancia-se daquele místico e

assemelha-se ao intelectual identificado e pretendido por Gramsci (1968), que se reconhece no seu grupo social.

O profeta não prevê futuro, com previsões catastróficas, como normalmente é concebido na mentalidade do senso comum. Diferentemente disto, o profeta é o homem que está "além" de seu tempo. Ele possui a "sensibilidade de seu tempo e de seu povo" (COMBLIN, 1974d, p. 776) e é capaz de visualizar sofrimentos que afetam a maioria, que nem sempre é consciente de seus males. O profeta tem a percepção da injustiça cometida e que arruína a vida humana. Ele não se cala diante dos malefícios, por isso desempenha um papel na sociedade que o torna comprometido com a causa do povo.

Os fatos lembrados até aqui mostram que os novos conceitos de profetismo surgiram na Igreja como respostas a situações novas e reflexões sobre as novas forças que atuam dentro da Igreja e da sociedade como fatores de transformação. Ninguém teria pensado em dar a essas novas formas de atuação o nome de profetismo se não pudéssemos constatar na Igreja uma nova leitura dos profetas da Bíblia e uma nova compreensão do seu papel no seu tempo. A teologia cresce a partir dos novos conceitos surgidos dos novos desafios históricos e também a partir de uma nova leitura dos livros sagrados. Ambos os fatores interferem constantemente no decorrer do processo. A leitura renovada da Bíblia orienta e ilumina os acontecimentos e estes obrigam a uma mudança no modo de ler a Bíblia, tirando dela aspectos esquecidos ou nunca explicitados (COMBLIN, 1974d, p. 783).

De fato, na Igreja surge uma nova forma de profetismo. Este profetismo acontece de forma singular e inédita, por assimilar conteúdos do pensamento moderno e contemporâneo. Por se tratar de um período contemporâneo, haverá uma diversidade de fatores congruentes que fará surgir um movimento, um partido ou um grupo de intelectuais que fornecerá uma nova configuração. Existe a evidência de "continuidade profética nos movimentos contemporâneos contra o racismo, a marginalização das nações pobres, a dominação, a guerra, a miséria" (COMBLIN, 1974d, p. 783). Vale ressaltar que a utilização de termos *profetismo* e *profeta* se faz necessária pela semelhança com o político, ainda que de forma precária. Por outro lado, aqueles que denunciam e orientam a história como "bons" políticos têm sempre algo de profético. Por profetas, entendemos pessoas que viram uma realidade composta de miséria e injustiça e que a denunciaram elaborando propostas e alternativas à sociedade.

Como foi dito anteriormente, o profetismo foi desenvolvido de forma diferente, como fizeram, por exemplo, Michael Löwy e Leonardo Boff. A proposta agora é demonstrar como os diversos caminhos proféticos, confluentes, dão sustentação e origem à Teologia da Libertação e as CEBs. Existe uma série de fatores que foram

percorridos dentro da sociedade e da Igreja e que contribuíram para tal nascimento. Estas vias não são contraditórias entre si; são complementares e demonstram a missão do cristianismo baseado no profetismo, que caminha necessariamente rumo à libertação.

Interessante observar que esses teólogos começaram a tomar consciência da missão profética, o que na própria revista pode ser visualizado quando perguntam "será que entendemos nossa missão como a de um grupo (...) de testemunhas de uma interpelação radical a todo homem que vem a este mundo, o que nos projetaria bem para além do nosso particular sistema religioso?" (SOARES; BOFF, L. 1976a, p. 263).

4.2.5 Uma nova conjuntura

Nos próximos temas a serem desenvolvidos, como a Uma Nova Conjuntura, Os Primórdios, A Influência Europeia e a Releitura, utilizamos outros autores e obras, juntamente com a revista, a fim de obtermos uma maior compreensão do cenário e do contexto em que nasceu e se desenvolveu esse movimento libertador.

É necessário salientar que os seres humanos normalmente realizam ações e se comprometem com determinada causa sustentados por princípios ou fundamentos ulteriores que deem significado a determinadas ações e comportamentos. Assim faz a ciência experimental com seus métodos de aplicação: os marxistas se fundamentam na doutrina de Marx; o Iluminismo, na razão etc. A elaboração pode ocorrer posteriormente à ação, mas comumente isso não acontece; ocorre por diversas vezes uma noção pré-elaborada por teóricos que visualizam contradições na realidade, consequência de fatores históricos e ideológicos.

Habitualmente, o homem não é capaz de agir sem ter consciência do significado de sua ação. Sem essa consciência, a própria ação não se constitui, não consegue tomar forma de ação organizada, eficiente. Daí, a necessidade de uma expressão verbal ou de uma representação da ação: neste momento intervém a teologia. (COMBLIN, 1974d, p. 794).

Alguns fatores históricos bem como alguns personagens ou profetas, com suas elaborações teóricas, contribuíram para o surgimento da teologia da libertação e das CEBs no Brasil e em toda a América Latina. Ao abordarmos essa temática, vamos adentrar questões que dizem respeito a todo um continente e que repercutiram em várias partes do mundo. Não se trata de um movimento romântico e idealista, como pensam

alguns marxistas ortodoxos, dogmáticos e simplistas; é evidente que este grupo busca um horizonte utópico⁵⁸.

Sintetizando, é sempre no horizonte utópico da libertação que continuamente germinam as possibilidades reais da criação do novo. Este horizonte é plasmado como espaço fértil, onde se dá a articulação entre utopia e possibilidades emergentes da história. A favor desta articulação, pode-se deduzir que "as possibilidades reais sem a utopia são cegas e a utopia sem as possibilidades reais são vazias" (SILVA, 2012b, p. 268)

Mas, de fato, um movimento profético/libertador que gera, de certa forma, mudanças na sociedade provoca conflitos. A busca por hegemonia incita, ainda que de modo relativo, a reforma intelectual e moral pretendida por Gramsci. O movimento captou possibilidades reais de transformação na sociedade, mas não se absteve do utópico pensar libertador, pois, sem este, permanecer-se-ia estático diante de regimes excludentes e opressores.

Existe um processo gestatório da Teologia da Libertação, que são as suas várias fontes e que, em determinado momento, vão se encontrar para que, na ocasião oportuna, ocorra o nascimento. Esse momento de gestação, Richard (1989) chama de nascimento e sinaliza como sendo de 1960 a 1986. Porém, o próprio autor avisa que se trata muito mais de um aspecto epistemológico do que cronológico. Preferimos chamar de gestação, pois, de fato, é anterior a essa corrente teológica, em que o "feto" começa a tomar forma e a se fortalecer, para depois vir a nascer. Todo este cenário anterior, que veremos a seguir, oferecerá à Teologia da Libertação uma significação, que desperta para a ação e para a elaboração teórica.

4.2.6 Os Primórdios

A Teologia da Libertação fundamenta-se primeiramente na tradição bíblica. Alguns acontecimentos e citações bíblicas tornaram-se marcos para fundamentar que o Deus que se revela na história preocupa-se com o povo oprimido e lhe garante o direito de lutar por sua libertação. Assim, acontece com a famosa libertação do povo de Israel, no Egito, onde, escravo, sobre o jugo do Faraó, será libertado por Moisés (Deuteronômio, 6, 20-25). A leitura que se faz desse fato é sobre a importância do gesto libertador e como o povo encontrou a terra prometida. Porém, esse

⁵⁸ O horizonte utópico significa que as possibilidades de mudanças e transformações das sociedades estão abertas, ainda que os cenários sejam hegemônicos. Para os teólogos da libertação, trata-se da possibilidade ou esperança de realizar o Reino de Deus, que é justiça, igualdade e libertação, com a contribuição dos subalternos.

fato, para os intelectuais da REB e para as CEBs, não é simplesmente para ser lembrado e recontado, mas para ser relido mediante novas situações de opressão. Assim, acentua-se o caráter histórico da libertação do povo da Bíblia, a fim de demonstrar que a religião e a fé geram mudanças necessárias.

Existe na tradição cristã, em suas origens, uma noção primária socialista, de que "eles tinham tudo em comum" (Atos dos Apóstolos 2, 44). Essa noção, por mais religiosa que pareça, tem uma conotação política fortíssima, pois a noção de igualdade e, inclusive, de liberdade e fraternidade será extraída de dentro do cristianismo. Além disso, o cristianismo nasce como movimento, contrário ao regime estabelecido (não adorar ao imperador) e, portanto, perseguido por dizer que todos são iguais perante Deus. (COSTA, 1994, p. 224).

Na Patrística⁵⁹ o tema foi abordado com frequência, e com certa sistematização. Michael Löwy (2000), ao abordar o tema religião e política, comenta que Rosa de Luxemburgo:

afirmou que os socialistas modernos são mais fiéis aos princípios originais do Cristianismo que o clero conservador dos dias de hoje. Como os socialistas lutam por uma ordem social de igualdade, liberdade, fraternidade, padres, se é que honestamente desejam implementar, na vida da humanidade, o princípio cristão "ame seu vizinho como a si mesmo" deveriam acolher o movimento socialista com prazer. Quando o clero apóia os ricos e os que exploram e oprimem os pobres, estão agindo em contravenção explícita aos ensinamentos do Cristo: não estão servindo a Cristo e sim ao Bezorro de Ouro. Os primeiros apóstolos do Cristianismo eram comunistas dedicados e os Pais da Igreja (S. Basílio o Grande e João Crisóstomo) denunciavam a injustiça social. Hoje, essa causa foi adotada pelo movimento socialista, que leva aos pobres o Evangelho da fraternidade e da igualdade e exorta o povo para que estabeleça o Reino da Liberdade e o amor ao próximo na terra. Em vez de conduzir uma batalha filosófica em nome do materialismo, Rosa Luxemburgo tentou resgatar a dimensão social da tradição cristã para o movimento trabalhista (LÖWY, 2000, p. 23-24).

De fato, Rosa de Luxemburgo tem razão, pois São Basílio é conhecido por ter tido uma atividade intensa a favor dos pobres. Foi o primeiro bispo a construir hospital, asilos e orfanatos aos necessitados. De forma lúcida, conhecia os processos que geravam pobreza em sua época. A riqueza não é graça concedida, para que os ricos exerçam a caridade e doem esmola aos pobres. A pobreza é consequência da ganância e injustiça, exercida de forma ilícita, como o uso de mão de obra escrava e pela apropriação indevida de propriedades, aumentando o poderio econômico. São João Crisóstomo também compartilhava das ideias de seu contemporâneo, com relação à

⁵⁹ A Patrística ou a filosofia e a teologia cristã dos Padres da Igreja, nos primeiros séculos, depois dos apóstolos; elaboraram o primeiro pensamento teórico para sistematizar a doutrina cristã, principalmente conta as heresias.

pobreza, além de ser reconhecido por sua atenção e afabilidade aos pobres. É dele a noção de que o pobre é o próprio Cristo, ou seja, não existe diferença em doar ao pobre ou ao Cristo. Crisóstomo afirma que a sociedade pode basear-se na comunidade primitiva, como citado anteriormente sobre os Atos dos Apóstolos. Essa doutrina será reelaborada ao longo do tempo, o que não cabe tratarmos aqui, já que esta apresentação é apenas um esboço e início da elaboração da Igreja em relação às questões sociais. (REALE; ANTISERI, 2001).

A doutrina social da Igreja, principalmente esboçada na encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891, aborda e denuncia problemas sociais, principalmente as condições subumanas dos trabalhadores no período da Revolução Industrial. São abordados outros temas como o direito dos trabalhadores se organizarem em sindicatos e o direito à propriedade privada, que lhes deve ser assegurada. Ao tratar da justiça social, o Papa lembra a importância de melhor distribuição das riquezas e a intervenção do Estado na economia. Apesar de suas limitações, já que nada é absoluto e perfeito no campo das produções científicas e em nenhuma outra área, essa encíclica foi um marco importante para o despertar da Igreja quanto aos problemas sociais, como possibilidade de mudanças e não como simples assistencialismo.

É necessário citar ainda dois documentos oficiais que deram continuidade à encíclica *Rerum Novarum* e ao processo de "evolução" do pensamento social na Igreja. O primeiro documento, a encíclica *Populorum Progressio*, de 1967, tornou-se uma contribuição importante, ao tratar de assuntos globais como, a cooperação entre os povos, propondo um fundo mundial de bem-estar, mantido com verba destinada a usos militares. Critica o chamado neocolonialismo, que acentua a pobreza dos países subdesenvolvidos. Paulo VI reconhece, em sua encíclica, o direito dos povos à insurreição revolucionária, em casos de violação de direitos fundamentais da pessoa e de longas e explícitas tiranias que atentassem contra o bem comum e a liberdade dos cidadãos.

Com relação à propriedade privada, que gera várias preocupações e discórdias, Paulo VI salienta que ela não é um bem absoluto e incondicional. O bem comum deve sobrepor-se à propriedade privada, porque a terra é herança de todos e não privilégio de alguns poucos. Essa legitimização por parte de um pontífice gerou repúdio e críticas dos setores mais conservadores da Igreja. Evidentemente, o conceito revolução e a relativização da propriedade privada geram nos conservadores

preocupação e medo de uma possível aproximação com os marxistas. Estes últimos repudiados por diversos setores eclesiais.

O segundo a *Octogesima Adveniens*, de 1971, de Paulo VI, em comemoração aos 80 anos da *Rerum Novarum*, é um documento basilar para a Doutrina Social da Igreja, pois tem como tema principal a atuação dos cristãos no mundo contemporâneo e junto dele busca-se a justiça social. O Papa trata de assuntos relacionados à questão da urbanização, dos jovens, das greves, da emigração e da discriminação. Aborda também problemáticas referentes ao marxismo, ao liberalismo, ao capitalismo e à democracia, sendo esta última importante para o desenvolvimento humano, segundo o pontífice.

Juntamente com a carta *Octogesima Adveniens*, o documento sobre a *Justiça no Mundo*, do sínodo dos bispos em Roma, de 1971, delinea como deve ser a atuação dos cristãos no mundo que já sinaliza uma nova configuração, chamada mundialização. O sínodo visualiza que a missão da Igreja extrapola seus muros, como podemos perceber no referido documento⁶⁰(1971).

A situação atual do mundo, vista à luz da fé, faz-nos um apelo no sentido de um retorno ao núcleo mesmo da mensagem cristã, que cria em nós a consciência profunda do seu verdadeiro sentido e das suas urgentes exigências. A missão de pregar o Evangelho requer, nos tempos que correm, que nos comprometamos, em ordem à libertação integral do homem, já desde agora na sua existência terrena. Se, efetivamente, a mensagem cristã sobre o amor e a justiça não mostra a sua eficácia na ação pela justiça no mundo, muito dificilmente ela será aceitável para os homens do nosso tempo.

Essa exigência da consciência coletiva de que a Igreja tem como missão adentrar as diversas categorias do "profano" espalhou-se em diversos setores eclesiais e foi constituindo a legitimação para que as "minorias proféticas" encontrassem respaldo para compreender seu escopo na sociedade. A "libertação integral do homem", citada pelo sínodo, exige um conhecimento profundo, não só da própria realidade bem como da aproximação das ciências como fundamento para entender os mecanismos sociais, históricos e econômicos que geram miséria e aprisionam o homem, tornando-o escravo de sistemas opressores e perversos. José Comblin resume o documento do sínodo da seguinte forma:

'A sua missão implica a defesa e a promoção da dignidade e dos direitos fundamentais da pessoa humana'. Esses quatro trechos do documento sinodal evocam a missão da Igreja no mundo. Como fundamento os bispos salientam um princípio geral: a missão de 'pregar', de anunciar 'a mensagem evangélica'. Numa palavra, a missão da Igreja é evangelizar. Ora, quais são as

⁶⁰ <http://posta.libero.it/cp/WindMailPS.jsp?rndPrx=1181947729&ssonc=590559761>

determinações que profluem imediatamente desse dever de evangelizar? Os textos enunciam as fórmulas seguintes:

- a) compromisso com a libertação;
- b) proclamação da justiça como princípio e como exigência no concreto;
- c) denunciar as injustiças;
- d) viver a justiça com testemunha das obras;
- e) promover e defender os direitos humanos (COMBLIN, 1974d, p. 793).

As afirmações citadas acima não configuram um pensamento religioso intimista e alienante. A implicação política social dessas fórmulas projeta para um pensamento de vanguarda que o próprio documento sugere e a sua atualidade só é possível aplicada de fato à vida prática. Dessa forma, os cristãos sentem-se embasados para o compromisso com a libertação integral do homem; que foi assumido pela Teologia da Libertação e pelas CEBs, como sustentáculo para a perspectiva de uma nova sociedade. A compreensão desses documentos torna-se fundamental para a compreensão da nova teologia emergente e das comunidades de base. Os documentos, bem como a tradição eclesial no tocante às questões sociais, foram uma bússola a guiar a nova caminhada da Igreja, de modo singular na América Latina.

4.2.7 A Influência Europeia

Nesse cenário, visualizamos alguns países europeus que, com seus intelectuais e ações, contribuíram de forma categórica para o nascimento e, por vezes, para o amadurecimento da Teologia da Libertação e das CEBs. A França pode ser considerada propulsora desse pensamento, devido ao número de intelectuais que se dispuseram a elaborar um conteúdo social de longo alcance, questionando:

Por que esse movimento nasceu no Brasil? Como explicar que teve mais sucesso neste país do que nos outros países da América Latina? Existem mais comunidades eclesiais de base no Brasil do que no restante do continente e em nenhum outro país aconteceu que a maioria da Conferência Episcopal manifestasse, de maneira prudente, sua simpatia pela teologia da libertação. Esta 'diferença' é produto, como vimos acima, de diferentes causas históricas. Uma das mais importantes, porém, é, na nossa opinião, a ligação privilegiada entre a Igreja Católica francesa e a brasileira. Ao passo que no restante da América Latina as igrejas locais dependiam da igreja espanhola e italiana, a do Brasil, que não pôde receber uma ajuda suficiente de Portugal, ligou-se progressivamente, a partir do século XIX, à igreja francesa (LÖWY, 2000, p.230-231).

A Igreja da França, no final do século XIX, desenvolve uma elaborada crítica anticapitalista, ou seja, faz uma análise de que na tradição católica existe uma hostilidade em relação ao capitalismo. Essa incompatibilidade se dá primeiramente porque no mercado não é possível estabelecer uma ética de relações, devido às leis e à

sua própria racionalização, por serem impessoais e frias. As relações humanas, por mais degradantes que sejam, possuem um mínimo de normas possíveis, devido à personalidade das relações existentes, o que se torna impossível no capitalismo. Ademais, como vimos anteriormente, nas origens do cristianismo, o aspecto da distribuição igualitária e a atuação do próprio Cristo, pobre com os pobres, acentuando a centralidade da pessoa humana, de fato, não é condizente com o capitalismo (GUTIÉRREZ, 1975).

Essa é uma análise extremamente inovadora, que nos ajuda a entender tanto a oposição dos católicos progressistas da América Latina à natureza fria e impessoal das relações capitalistas como sua luta, em nome da justiça profética, contra a dominação das comunidades camponesas pela patriarquia tradicional. Embora o movimento tenha adotado, como veremos mais tarde, uma forma inteiramente nova, ele tem raízes profundas naquela tradição católica dupla (ou ambígua) (LÖWY, 2000, p.39).

Por outro lado, apesar dessa aversão ao capitalismo, existe ambiguidade no interior da Igreja Católica; diante de movimentos socialistas e de trabalhadores, ela esteve ao lado da burguesia. Sendo assim, existe uma acomodação por parte da instituição eclesial ao capitalismo. É evidente que a Igreja, com seus negócios, posses, patrimônios, insere-se nos meandros do capitalismo. Porém, essa postura mostra-se evidentemente oposta aos princípios do cristianismo, que se pauta por valores éticos, como a valorização do ser humano como ser único com objetivo transcendente. As relações pessoais possuem valores inerentes que, teoricamente, não poderiam ser substituídos ou anulados por qualquer outra coisa. A dicotomia entre cristianismo e capitalismo se dá justamente porque este último conduz à coisificação dos significados mais importantes para a religião cristã.

Segundo Löwy (2000), a Igreja não teve a intenção de eliminar o capitalismo, mas se utiliza de métodos paliativos como a caridade, o assistencialismo e as obras sociais como forma de amenizar as atrocidades deste sistema, uma vez que ela abandonou sua missão profética. No entanto, continua enraizada na Igreja a postura anticapitalista que, algumas vezes, vai aparecer sobre forma de condenação ao sistema econômico, ao liberalismo e à sua forma devastadora de exclusão. Para compreender esta relação Löwy (2000, p. 34), retoma Max Weber, que diz que "a Igreja Católica é um ambiente muito menos favorável - se não completamente hostil - ao desenvolvimento do capitalismo que as seitas calvinistas e metodistas". Portanto, na Igreja vive-se a tensão entre voltar às suas origens e ser um instrumento favorável a mudanças em favor dos menos favorecidos ou manter o seu *status* alinhada com regimes, muitas vezes nada democráticos.

Este é um tema que merece ser aprofundado, em outra ocasião, mas foi levantado para demonstrar que existe uma recusa do catolicismo, em relação ao capitalismo. Com isso, podemos compreender por que a Igreja da América Latina se aproximou da esquerda. É certo que essa abertura à esquerda ou ao socialismo se dá também devido às concessões que a Igreja fez ao capitalismo e ao liberalismo. Apesar das condenações no *Syllabus*⁶¹ (1864) à modernidade, no final do século XIX, a Igreja dá sinais de que aceita a chegada do capitalismo (LÖWY, 2000).

É difícil definir precisamente quando houve as congruências entre catolicismo e socialismo, no entanto Löwy (2000) é categórico em afirmar que "foi precisamente no momento da (real ou aparente) "reconciliação" da Igreja com o mundo moderno e surge, sobretudo, na França, um novo tipo de socialismo católico que se tornou um fator minoritário significativo na cultura católica francesa" (2000, p. 51). Entendemos as dificuldades, devido aos diversos fatores intelectuais e históricos que envolvem esse momento de encontro dessas duas vertentes. Existe, dentro do cristianismo, como vimos, o desejo intrínseco de uma sociedade igualitária e da atuação do Cristo libertador em favor dos pobres. O cristianismo primitivo e os escritos patrísticos levam a compreender que o socialismo, numa versão religiosa, se encontra nas entranhas do cristianismo.

Defrontamo-nos aqui com o tipo de fenômeno descrito pelo sociólogo francês Henri Desroche como "reativações mútuas do espírito messiânico e revolucionário". Mas, em vez de "amalgama" ou "cumplicidade" (termos utilizados por Desroche) parece-me que seria mais útil usar aqui o conceito de afinidade eletiva [Wahlverwandschaft] de Weber, para entender como essas duas dimensões se relacionam na cultura do cristianismo de libertação. Voltarei a essa questão mais adiante (p. 115-118). Por enquanto, permitam apenas que eu levante a hipótese de que essa afinidade eletiva baseia-se em uma matriz comum de crenças políticas e religiosas, ambas enquanto um corpo de convicções individuais e coletivas que estão fora do domínio da verificação e experimentação empíricas... mas que dão sentido e coerência à experiência subjetiva daqueles que as possuem (LÖWY, 2000, p. 62-63).

Essa afinidade eletiva tomou formas e se desenvolveu, sobretudo, na França, como vimos anteriormente, e é corroborada por Comblin (1974d, p. 773), quando afirma que "pudemos verificar, parece que se começou a falar de novo de profetas na Igreja da França a princípios do século XX". José Comblin usa o termo profetas para se referir aos pensadores franceses que propuseram uma nova leitura do catolicismo diante do capitalismo. Esses profetas tiveram a percepção da miséria e

⁶¹ Quando o Papa Pio IX publicou a encíclica *Quanta Cura*, que tem mencionados ou condenados os erros da modernidade, tais como: a separação da Igreja e do Estado, a liberdade de pensamento e expressão, a liberdade religiosa, o liberalismo e que o Papa pôde se reconciliar com o liberalismo e com a modernidade.

destacaram, ainda que de forma indireta, a incompatibilidade do capitalismo e suas dilacerações à civilização moderna, com relação ao cristianismo.

Ora, desde o final do século XIX a França é um país onde se desenvolve, dentro do catolicismo, uma corrente crítica, anticapitalista, atraída pelo socialismo, que vai de Charles Péguy à CFDT dos anos 60, passando por Emmanuel Mounier, pelos Cristãos Revolucionários da Frente Popular, pelo "Testemunho Cristão", pela revista *Esprit*, pela JEC e a JUC, etc., etc. Na década de 1950 há uma grande efervescência na igreja francesa, que vê surgirem as correntes teológicas que levam ao Vaticano II (Henri de Lucac, Yves Congar, Christian Duquoc), bem como outras tendências com sensibilidade social como os padres operários ou 'Economia e Humanismo'. Nada comparável (salvo exceções) ocorreu na Espanha ou na Itália. Por isso não é de admirar que a igreja latino-americana mais próxima do catolicismo francês seja também a que chegou à maior abertura e radicalização. (LÖWY, 2000, p. 231).

A "efervescência da igreja francesa" teve sua agitação sentida na igreja do Brasil. Uma figura singular, que teve participação nesse desenvolvimento da consciência político-social foi o dominicano Louis-Joseph Lebret, conhecido somente por Padre Lebret, fundador de um movimento chamado "Economia e Humanismo", que se tornou a mola propulsora do que viria a ser parte da esquerda no Brasil. A primeira visita de padre Lebret ao Brasil foi para ministrar um curso de três meses, que consistiu em três etapas:

A primeira desenvolve a história das doutrinas econômicas e políticas com as quais o Movimento precisava entrar em diálogo: o marxismo, em primeiro lugar, com longas citações de Marx, de Engels e de Lenin; o anarquismo de Kropotkin, com os calorosos elogios a que nos referimos; o corporativismo do Estado Novo português, o fascismo italiano, a ditadura racista do nacional-socialismo; o estatismo soviético sob Stalin. É um quadro didático extremamente bem informado. A segunda parte é uma tentativa de articular textos de precursores das ideias de Economia Humana, a começar dos Padres da Igreja que sucederam às primeiras comunidades cristãs. O público agora é de intelectuais, a maioria cristãos, mas alguns também agnósticos e simpatizantes da Esquerda ligados à Universidade de São Paulo. Enfim, a terceira parte, propriamente teórica, trata dos fundamentos da Economia Humana, uma economia voltada para as necessidades básicas do ser humano em sociedade, e avessa tanto ao puro jogo do mercado como ao planejamento férreo do Estado. Era a terceira via, que preconizavam então os líderes europeus da nascente democracia cristã; diziam mas não faziam, pois, pressionados pela guerra fria e pelo confronto eleitoral com os comunistas, acabaram nos braços do capital industrial e financeiro (BOSI, 2012, p. 255-256).

A amplitude do pensamento de Padre Lebret é impressionante, pois a sua teoria abordaria temas como o diálogo com as ciências sociais, as ideologias, principalmente o marxismo e liberalismo nas suas formas mais concretas; o Estado e a economia voltada para o ser humano, e não centrada simplesmente no mercado. Inclusive seu pensamento influenciaria a Teologia da Libertação. O interessante é que a fundamentação de seu pensamento origina-se primariamente na Patrística e nas

comunidades primitivas. Apesar de se encontrar na linha desenvolvimentista, Lebret critica a própria estrutura do capitalismo, com sua lógica perversa que procura o desenvolvimento da civilização em seu discurso, mas que de concreto gera pobreza. Dessa forma, devem-se atingir os males, isto é, as raízes do capitalismo e não simplesmente proporcionar paliativos sociais, que geram um círculo de dependência. Aliás, o tema ou a "teoria da dependência", que veremos posteriormente, será uma das grandes problemáticas, abordadas pelos teólogos da libertação, e causa de luta na transformação da sociedade, através das CEBs e das pastorais sociais (ANDRADE, 1993). Esse pensamento de Padre Lebret produziu uma verdadeira transformação na vida intelectual e das bases brasileiras.

"Economia e Humanismo" terá um impacto durável sobre o pensamento do bispo do Rio, Dom Helder Camara, que considerava Lebret como um verdadeiro profeta, e sobre intelectuais católicos conhecidos como Alceu Amoroso Lima e Cândido Mendes. Entre seus partidários estão também os dominicanos - principalmente em São Paulo - como Frei Benvenuto Santa Cruz, o principal colaborador brasileiro de Lebret, ou o teólogo e biblista Frei Gorgulho e os principais quadros da JUC desde o começo dos anos 50 (Plínio de Arruda Sampaio, Francisco Whitaker) até 1958/1960 (Luís Eduardo Wanderley e Vinicius Caldeira Brandt) (LÖWY, 2000, p. 235).

Outro personagem citado por Comblin foi Charles Pèguy, figura eminente com seu pensamento anticapitalista, contra a acumulação e a sociedade burguesa. A sua crítica foi voraz, sobretudo por ser a miséria seu ponto de partida. O pensamento de Pèguy foi decisivo para muitos autores posteriores e grupos como: Emmanuel Mounier, com seus seguidores, o periódico *Esprit*, O Movimento dos Cristãos Revolucionários etc. Serviu de fundamentação para o que seria o mais importante pensamento, que iria influenciar vários grupos específicos dentro do cristianismo e, sobretudo, da Igreja Católica da América Latina. A figura eminente influenciada por Pèguy foi Emmanuel Mounier que "reelaborou a mensagem de Pèguy numa linguagem de ação social e reflexão sobre a sociedade e a revolução do século XX" (COMBLIN, 1974d, p. 774). De fato, Mounier, com seu "socialismo personalista", fez uma crítica contundente ao "imperialismo do dinheiro, à autonomia do mercado [...] e à negação da personalidade humana" (LÖWY, 2000, p. 53). Outros franceses também influenciaram o pensamento social dentro do mundo católico, anterior a Mounier, o filósofo neotomista Jacques Maritain, com seu Humanismo Integral e com o conceito de bem comum, teve grande relevância no pensamento doutrinário político e social de Paulo VI.

Ainda no panorama da contribuição francesa, o jesuíta Jean-Yves Calvez publicou em edição portuguesa dois volumes intitulados *O Pensamento de Karl Marx*, sobre a principal obra de Marx, *O Capital* em que ele procura elaborar uma sistematização detalhada, seguindo, passo a passo, o percurso feito pelo autor. Ao mesmo tempo, faz uma leitura crítica sobre as contradições de Marx. Esse livro foi um dos primeiros contatos de vários estudantes e intelectuais brasileiros com o pensamento marxista (LÖWY, 2000).

Outra fonte importante veio da Alemanha, principalmente com a Teologia Política de Metz, que influenciou de forma decisiva na elaboração da Teologia da Libertação. Como foi dito anteriormente, contribuiu com a formação intelectual de Leonardo Boff. Em uma entrevista, o próprio L.Boff cita sua tradição intelectual.

O personalismo filosófico exerceu grande influência na teologia da libertação. Dentre as influências filosóficas em sua obra o personalismo constitui uma marca importante? R/ Nunca me inscrevi dentro do personalismo. Isso é coisa dos teólogos e intelectuais leigos de formação francesa. Minha formação foi antes influenciada pela reflexão filosófica alemã, da escola de Frankfurt e da analítica existencial de Heidegger (JESUS, 2009, p. 135).

De fato, a Alemanha teve um papel significativo dentro da Teologia da Libertação, como vimos quando tratamos do Itinerário intelectual de Leonardo Boff. A teologia alemã possuía um aspecto antropológico, isto é, dava ênfase à pessoa humana, no lugar de uma teologia transcendente, sem nenhuma ligação ou participação com o imanente.

Toda essa conjuntura apresentada nos remete ainda à Ação Católica criada no pontificado do Papa Pio XI. Segundo Luiz Alberto Gómez de Souza (2004), foi a precursora das Conferências de Medellín e Puebla. A Ação Católica acentuava a participação dos leigos junto à hierarquia católica, sem estar vinculada a algum partido político. No Brasil, impulsionado especialmente pelo então padre Helder Câmara, na década de 50, houve as especializações da Ação Católica como, por exemplo: A JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), estudantes secundários, JOC (Juventude Operária Católica), como atesta Oscar Beozzo (1975d, p. 843). etc. A Ação Católica contou no Brasil com a presidência de Alceu Amoroso Lima e seus mentores intelectuais na Europa foram, principalmente Jacques Maritain, Emmanuel Mounier, como vimos anteriormente. Alguns temas que eram então ignorados na Igreja começaram a ser trabalhados, como compromisso e engajamento dentro das universidades, questões sociais e aproximação com a parcela da sociedade

mais pobre e a descoberta da consciência histórica. O desejo de participar na mudança das estruturas da sociedade brasileira desembocou em Medellín (1968), com a opção preferencial pelos pobres, o que inevitavelmente dará origem às Comunidades Eclesiais de Base e à Teologia da Libertação (SOUZA, 2004).

4.2.8 A Releitura

Existe ainda uma interessante narrativa de um fato histórico, que descreve a reunião de alguns bispos estabelecendo uma aliança, sobre o impulso de João XXIII, que se disseminou mundo afora. Esse fato ocorreu em 16 de novembro de 1965, nas catacumbas de Santa Domitila, fora de Roma.

Quarenta bispos do mundo inteiro, inspirados pelas ideias da Igreja dos pobres de João XXIII e animados pelo espírito profético de dom Helder Câmara, reuniram-se nas catacumbas fora de Roma. Lá onde se sente ainda hoje o espírito originário da comunidade fraternal que era o cristianismo em seus primórdios. Firmaram um pacto da Igreja servidora e pobre, o qual se expressou por uma clara opção pelos pobres. Proclamaram a Igreja dos pobres e com os pobres. Formularam um voto: ao retornarem as suas pátrias iriam se despojar dos símbolos do poder sagrado, deixar seus palácios episcopais e viver pobrementemente (L. BOFF, 1996, p. 9).

O ano de 1965 foi marcado pelo encerramento do Concílio Vaticano II, que abriu a Igreja para novas possibilidades, inclusive para o diálogo com o mundo moderno e com as ciências e, sobretudo, para questões sociais, tema de nossa pesquisa. Mediante a essa abertura eclesial, foi possível fazer uma leitura dos acontecimentos de forma realista. Isso ocorre principalmente na América-Latina, continente marcado pela pobreza e por problemas sociais gravíssimos.

Vale ressaltar que, impulsionados pelo Vaticano II, documentos conciliares, encíclicas papais e influência do pensamento social europeu, houve uma releitura da questão da pobreza nos países de terceiro mundo. Gramsci, de fato, já compreendia que se faz necessária uma nova concepção de mundo, pois esta já é uma mudança significativa para possíveis transformações estruturais, o que podemos entender como uma guerra de posição (GRAMSCI, 2011c).

A opção pelos pobres não foi um modismo ou coisa de intelectual, como afirmavam conservadores, mas uma nova abordagem da realidade. A explicação e legitimação para a pobreza tradicional mencionavam um possível aspecto cultural, isto é, a simples mentalidade ou a índole própria de um povo que não se desenvolve devido à sua própria natureza de acomodação à pobreza (ANDRADE, 1993). Esse ponto de

vista, evidentemente, leva a subjugar, a manter a opressão aos países subdesenvolvidos, como sendo a pobreza algo inerente a algumas nações. Aliada a essa mentalidade de superioridade cultural, a afirmação do atraso econômico levou a uma nova elaboração do que de fato gera o subdesenvolvimento, isto é, a pobreza e suas mazelas.

Apresentava-se, nas décadas de 50 e 60, uma visão alternativa à desenvolvimentista que se tornou conhecida como "teoria da dependência". Segundo esta visão a situação de subdesenvolvimento dos países de terceiro mundo deve-se principalmente não a um atraso em seu desenvolvimento, mas a uma situação de dependência econômica e cultural diante dos países do primeiro mundo que se desenvolveram e continuam a se enriquecer graças a um processo de exploração dos países pobres. Esta situação de dependência e opressão refletir-se-ia também no interior dos países do terceiro mundo onde uma próspera elite, muitas vezes inclusive aliada ao capital internacional, enriqueceria à custa da transferência para si dos bens produzidos por ampla parcela da população, formando no interior destes países uma realidade de riqueza típica do primeiro mundo ao lado de bolsões de misérias típicas do hoje chamado quarto mundo (ANDRADE, 1993, p.16).

De fato, dessa análise da teoria da dependência e das teorias crítico-conflitivas, com base na leitura dos conflitos sociais, é que se revelam as causas reais da pobreza. Essas análises são desenvolvidas no nascedouro da Teologia da Libertação e se desenvolvem ao longo dos anos 1970 e 1980. Essa crítica ao capitalismo latino americano é importante, mas o fundamental para essa teologia é ser a opção preferencial pelos pobres. Aliás, é a partir dessa opção que se desenvolve ainda mais a crítica ao sistema capitalista, a seus mecanismos e às consequências de empobrecimento e marginalização de todo um continente (ANDRADE, 1993).

Nesse cenário, observamos que as vicissitudes desses acontecimentos convergiram em favor do nascimento dessa corrente teológica e do fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base. Como ponto de encontro e momento histórico, os teólogos são unânimes em afirmar que:

Em julho de 1968, o teólogo Gustavo Gutiérrez usou pela primeira vez a expressão *teologia da libertação*. Ele mesmo apresentou um projeto articulado em seu livro *Teología de la liberación. Perspectivas* (lançado em Lima em 1971), estimulando um debate coletivo que produziu também as elaborações paralelas de Hugo Assmann, Juan Luis Segundo, Segundo Galilea e do protestante Rubem Alves. Esse processo cristão-eclesial era influenciado por movimentos populares e pela esquerda. Houve naqueles anos uma vitória política da teoria da dependência, que foi assumida criticamente também pela TdL (REGIDOR, 1996, p. 19).

De fato, houve um movimento anterior libertador. Os movimentos populares, a própria esquerda, leigos, padres e bispos engajados com a causa da libertação.

Antes de a TdL ter despontado, no final dos anos 60, já havia na Igreja da América Latina toda uma práxis libertadora. Antes do teólogo da libertação

tivemos o bispo profético, o leigo comprometido e Comunidades libertadoras. Isso já é principalmente nos inícios dos anos 60. A teologia, portanto, veio num *segundo momento*. E veio como *expressão* dessa prática libertadora da Igreja. Isso significa que a TdL é *a teologia de uma Igreja de libertação*, de uma Igreja que opta preferencialmente e solidariamente pelos pobres. Evidentemente, a TdL não é mero reflexo de uma fé de libertação. É também reflexão dessa fé, e, por isso, esclarecimento, purificação, aprofundamento, sistematização. Quer dizer: a TdL ilumina e estimula a vida e a prática da Igreja concreta. (BOFF, L; BOFF, C, 1985, p.15-16).

Essa análise é importante, pois a Teologia da Libertação nasce das bases, para depois chegar a uma elaboração sistematizada da teologia. A este movimento anterior deu-se o nome de "Cristianismo de Libertação" (LÖWY, 2000), que nos ajuda a compreender tanto a dimensão libertadora da teologia como a atuação na prática, que gerou conflitos e guerras de posição.

A chamada Teologia da Libertação foi um conjunto de escritos, produzidos na década de 1970, em um contexto de transformação experimentadas pela Igreja Católica na América Latina. Surgiu como teoria por meio do trabalho de teólogos progressistas que sentiam a necessidade de refletir sobre o processo de conscientização e organização política nascida da prática dos movimentos religiosos leigos, das intervenções pastorais de base popular e das comunidades eclesiais de base, as CEBs. Segundo, o próprio Boff, a Teologia da Libertação foi "ao mesmo tempo, reflexo de uma práxis anterior e uma reflexão sobre a práxis" (LÖWY, 2000, p.56). Esse corpo de textos foi, contudo, a expressão de um vasto movimento social - o "cristianismo de libertação" - muito antes das novas obras de teologia (SILVA, 2012b, p. 248).

Os "textos produzidos" só têm significado expressivo no "contexto de transformação" que vivia a Igreja da América Latina, isto por ser uma teologia que surge da base, isto é, a tomada de consciência que, na compreensão de Gramsci, trata-se de fomentar uma nova concepção de cultura que abarque as classes subalternas. O que ocorreu de fato foi o abraço, ou o encontro profundo entre a fomentação das bases populares e o despertar intelectual de um grupo que procurava visualizar a possibilidade real de transformação, o que culminou na Teologia da Libertação. O Brasil tem um papel preponderante nessa conjuntura, já que Gustavo Gutiérrez, quando escrevia a obra *Teologia da Libertação: perspectivas* (1975), viajou ao Brasil para "entrevistar alguns antigos dirigentes da JUC sobre suas experiências no começo dos anos 60" (LÖWY, 2000, p. 253-254), para compreender como ocorria a atuação destes atores na transformação da sociedade.

O movimento social que surgiu primeiramente entre os grupos que estavam localizados na interseção desses dois grupos de mudanças: os movimentos laicos (e alguns membros do clero), ativos entre a juventude estudantil e nas comunidades mais pobres. Em outras palavras, o processo de radicalização da cultura católica latino-americana que iria levar à formação do cristianismo de libertação não começou, de cima para baixo, dos níveis superiores da Igreja, como a análise funcionalista que aponta para a busca de influência por parte da hierarquia sugeriria, e nem de baixo para cima, como argumentam certas

interpretações "de orientação popular" e, sim, da periferia para o centro. As categorias ou setores sociais envolvidos no campo religioso-eclesial que iriam se tornar a força impulsora para a renovação eram todos, de um jeito ou de outro, marginais ou periféricos em relação à instituição: movimentos laicos e seus consultores, especialistas laicos, padres estrangeiros, ordens religiosas (LÖWY, 2000, p.70- 71).

Nesse contexto compreendemos melhor o cristianismo de libertação, pois este possui um movimento dialético, pois surge da base, dos movimentos populares, de alguns setores da hierarquia da Igreja, porém periféricos, sem alcance no interior de uma instituição conservadora e por vezes inflexível. No entanto, essa experiência periférica é vivenciada e fomentada e, depois elaborada de forma sistematizada e crítica.

Se a teologia da libertação é, como afirmam seus autores, uma reflexão a partir de uma prática prévia, essa prática foi, no Brasil, a dos militantes cristãos da JUC, da JOC e da Ação Popular, bem como, mais tarde, das comunidades de base. Uma prática que se defrontou, a partir de 1964, com o regime militar, que exercerá uma pressão impiedosa contra os cristãos comprometidos (LÖWY, 2000, p. 253-254).

Assim, essa teologia, depois de trabalhada de forma teórica, retorna às bases como fundamento consistente, para a ação. E, nas bases, fomenta novamente novas proposições que retornam para a reelaboração teórica. Existem também os picos dialéticos, nos quais aparecem atuações expressivas dentro da sociedade, em forma de guerras de posição, que ocupam espaços e posições, e também picos de grandes momentos de elaboração teórica. Assim, como também aparecem momentos de desesperanças, como a perseguição e a não compreensão que a luta pela libertação é, sobretudo, evangélica.

Esses picos ou momentos de grande expansão ou retração estão presentes neste trabalho de doutoramento. O período entre 1972 a 1975, de que se ocupa esta seção, é um momento de difusão e elaboração do ideário da revista, em vista de um diálogo profundo com outras ciências. O que Gramsci chama de fazer um exame crítico da realidade, ou seja, deve "educar-se" para diversos saberes da vida humana (GRAMSCI, 2011, p. 202-205).

Como visto, a década de 1970 significou a consolidação das ideias da Teologia da Libertação na história política recente do Brasil e América Latina. Apesar de mudanças anteriores, foi somente nesse período que a Igreja Católica brasileira passou a ser mais uma das progressistas do mundo e a ter um significativo impacto na política. Lançou documentos incisivos e adquiriu uma importância sem precedentes no catolicismo internacional. (SILVA, 2012b, p. 264)

De forma aproximativa, apresentamos como alguns teólogos entendem esse momento dialético da Teologia da Libertação. De acordo com Leonardo Boff e

Clodovis Boff (1986, p.24) a Teologia da Libertação aparece como sendo uma árvore. Na copa, aparece o que eles chamam de “**teólogos profissionais**”, os intelectuais dessa corrente teológica; depois, no tronco, que são os pastores (diáconos, padres, bispos e agentes de pastorais), a chamada “**Teologia da Libertação pastoral**” e, por fim, a raiz, que são as comunidades, conhecidas como “**Teologia da Libertação popular**”, que é a “reflexão vital”, onde se pensa e se vive a fé libertadora. Nesse momento dialético, lembramos que é função da raiz captar os nutrientes e nutrir a árvore como um todo; além disso, a raiz se adapta ao solo, isto é, se insere nas mais diversas realidades da vida humana. Dessa forma, compreende-se que se faz Teologia da Libertação nesses três momentos dialéticos e não só como teólogos “profissionais”, como comumente é compreendido em relação à teologia tradicional.

Quadro 1: Descrição Dialética da Teologia da Libertação

	Teologia da Libert. Profissional	Teol. da Libert. Pastoral	Teol. da Libert. Popular
Descrição	Mais elaborada e rigorosa	Mais orgânica em relação à prática	Mais difusa e capilar, quase espontânea
Lógica	De Tipo científico: metódica, sistemática e dinâmica.	Lógica da ação: concreta profética, propulsora	Lógica da vida: oral, gestual, sacramental.
Método	Mediação sócio-analítica, Mediação hermenêutica e Mediação prática	Ver, julgar e agir	Confrontação: Evangelho e vida
Lugar	Institutos teológicos, seminários	Instit. Pastorais, centros de formação	Círculos bíblicos, CEBs, etc.
Momentos privilegiados	Congressos teológicos	Assembleias eclesiais	Cursos de treinamento
Produtores	Teólogos de profissão (professores)	Pastores e agentes de pastorais: leigos, irmãs etc.	Participantes das CEBs com seus coordenadores
Produção oral	Conferências, aulas, assessoria	Palestras, relatórios	Comentários, celebrações dramatizações
Produção escrita	Livros, artigos	Docum. Pastorais, mimeografados vários	Roteiros, cartas

Fonte: (BOFF L; C BOFF, 1986, p.24)

Nas páginas da revista, encontramos a corroboração dessa dialética, que afirma de fato a cientificidade da Teologia da Libertação, mas que ela só se realiza com um momento anterior e posterior, em um fluxo e refluxo contínuo de acontecimento. Assim, a Teologia da Libertação nada mais é do que a explicitação, fundamentação e reflexão diante de uma realidade manifesta. Evidentemente, a reflexão vai auxiliar nas

estratégias, que são necessárias nas guerras de posição quando se busca a hegemonia. O próprio Leonardo Boff confirma na revista de dezembro de 1975.

Passou-se com a teologia da libertação aquilo que ocorreu e continua sucedendo com a maioria das ciências: na raiz de tudo sempre jaz uma grande intuição e uma experiência nova da realidade. A ciência, e em nosso caso a teologia da libertação, constituiu-se no esforço por traduzir criticamente a racionalidade presente na experiência primigênia em termos de diagnóstico, de causalidades, de processos e dinamismos estruturais, funcionamentos e tendências do sistema aí anunciado. A teologia da libertação é por conseguinte resultado e não realidade primeira. Resulta da experiência de libertação, que é bem mais rica que a teologia da libertação. Esta se entende e conserva a sua validade enquanto reflete a libertação-ato e leva ao enriquecimento do processo de libertação (BOFF, L., 1975d, p. 855-856).

Outro elemento que alguns autores insistem em afirmar foi o possível encontro entre teologia/cristianismo e marxismo de forma simbiótica que levou a uma nova concepção de mundo, a uma reforma moral e intelectual.

A reunião de Medellín, na Colômbia, foi o marco da explicação da Teologia da Libertação formulada pelo teólogo Gustavo Gutiérrez, leitor de Mariátegui: marxismo e cristianismo numa articulação cuja base é a histórica das lutas dos pobres, entre eles o próprio Cristo. A compreensão do sentido da injustiça, ampliada pela nova maneira de entender a religiosidade, impulsionou a revisão dos textos teológicos e filosóficos. Em O velho testamento, a alegria de Javé e o messianismo judaico; em Marx, a filosofia da contestação, da luta de classes, um revolucionarismo radical entendido como tarefa mística e de construção do Reino que começaria no tempo vivido e não no pós-morte. Nessa perspectiva, o marxismo passou a ser o instrumento analítico para o entendimento da sociedade contemporânea. (IOKOI, 2007, p.113).

Essa "análise marxista" vai ser um ponto de congruências dentro da Teologia da Libertação e, ao mesmo tempo, um motivo de controvérsias com setores conservadores que vão repudiar essa análise, afirmando a incompatibilidade desse pensamento com a teologia. Essa discussão tornar-se-ia acalorada, principalmente na revista de dezembro de 1984, em que vemos, de forma mais explícita, as questões que envolvem cristianismo e marxismo. O intuito não é fazer um aprofundamento dessa questão, mas ver como esta problemática causa enfrentamentos e posições diversas, despertando a ira em setores eclesiais, bem como do Estado totalitário.

É claro que existem questões de ordem teológica, questões clássicas que são desenvolvidas pela teologia, que não são tratadas nesta tese, por não ser seu objetivo. Mas, ao longo do texto, vamos esbarrar em questões, ou guerras de posição, em que a ala conservadora irá acusar os teólogos da libertação de imanentismo e horizontalismo, afirmando que esse movimento perdeu a dimensão espiritual. Também

não iremos aprofundar tal temática, por ter um caráter platônico, que neste momento não merece atenção.

Nesta seção compreendemos que os anos de 1972 a 1975 foi um período de fortalecimento do grupo e de seu ideário dentro da revista. Como afirma Gramsci, o periódico torna-se fomentador de uma nova concepção de mundo, isto é, "uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas" (GRAMSCI, 2011b, p. 205).

De forma alguma, este período é fechado e absoluto no sentido de que esse fortalecimento tenha ocorrido somente nesse intervalo de tempo. Observamos, de forma explícita e implícita no nosso estudo, que a Teologia da Libertação e seus intelectuais continuarão a se organizar organicamente. José Comblin confirma esse período quando afirma:

Não se poderia dizer que a teologia da libertação fosse oficializada pela Igreja. Pelo contrário ela foi diversas vezes considerada como suspeita, sobretudo entre 1972 e 1975. Houve uma forte campanha contra ela na América Latina e junto às altas autoridades da Igreja. Essa campanha não desembocou em nada. Parece que agora a tempestade se afastou e os ventos mais favoráveis estão soprando. Em todo caso, as reuniões internacionais em 1975 mostraram claramente que, fora da teologia da libertação, na América Latina simplesmente não há teologia nenhuma. A teologia da libertação forneceu a única problemática existente. (1976b. p.302).

Como observamos, existe a consciência de um grupo de intelectuais e da existência de um ideário, a Teologia da Libertação. Há também forças contrárias que lutam contra esse ideário. Dessa forma, vai se formando uma disputa de posição e espaços a serem tomados, o que se constata, na citação acima, com o trecho "reuniões internacionais", comprovando-se a originalidade e a relevância dessa corrente teológica. Apesar dos ventos favoráveis, descrito por José Comblin, o olhar da Igreja de Roma está atento a um suposto perigo ideológico da Teologia da Libertação. O que teme a Igreja conservadora de Roma? A formação de um grupo de intelectuais orgânicos, com o seu ideário, é fácil de ser vislumbrado. Por que poderia ser tão perigoso para o mundo e para a Igreja um grupo "revolucionário" que surge no seio de uma instituição tradicional e altamente conservadora? Por hora vamos nos ater ao diálogo do grupo da REB, com as ciências, o que também pode significar um perigo e, na próxima seção, quando veremos a consolidação do ideário do grupo e a intensificação das guerras de posição, o que ajudará a responder a essas questões.

4.2.9 Diálogo com diversas ciências

No editorial do mês de junho de 1975, é feita menção, novamente, sobre o exílio do teólogo Comblin que, com seus escritos, burla o regime e continua presente, no Brasil, ainda que ausente do nosso país. “José Comblin continua presente no Brasil, mediante seus ricos artigos”. (EDITORIAL, 1975b, p. 259). Por se tratar de um intelectual, Comblin pode ter sido classificado como subversivo, por estar ligado à imprensa, em especial a REB, e ter meios de comunicação à sua disposição, como o microfone em suas exposições.

O periódico demonstra consistência, ao apresentar, por parte dos intelectuais, uma série de artigos com conteúdos religiosos, específicos da revista, que dialogam com questões de embasamento científico tais como antropológico, cultural, filosófico, sociológico, educacional, psicanalítico dentre outros, o que nos leva a constatar o rigor e profundidade desse periódico:

O artigo dos professores C. A. de Medina e P. A. Ribeiro de Oliveira sobre uma perspectiva sociológica da Igreja Católica no Brasil, também pronunciado como conferência, na III Semana Teológica, se reveste de grande importância, por mostrar como estruturalmente funciona a Igreja-Sociedade dentro do eixo bispo-padre-fiel e, com esse esquema, entrou, nos tempos modernos, numa profunda crise. Apresentam, à luz do Concílio Vaticano II, uma alternativa possível e fiel à tradição essencial na linha da circularidade bispo-padre-fiel (EDITORIAL, 1973a, p. 03).

O fragmento acima refere-se ao artigo intitulado: *Igreja Católica no Brasil: Uma perspectiva sociológica*, que toca em dois pontos nevrálgicos dentro da Igreja. Primeiro, a relação de poder, uma vez que, como a Igreja é uma sociedade hierárquica, numa acepção monárquica, pensar democraticamente torna-se incompatível, este poder é instituído a partir da legitimação da autoridade eclesiástica. A comunicação que trata sobre *Poder e Autoridade no Cristianismo*, (EDITORIAL, 1973a, p. 03), “oferece uma reflexão profunda, a partir do pensamento radical, sobre o relacionamento difícil entre Autoridade e Poder, fundado numa articulação concreta e, por isso, sempre limitada da Autoridade” (EDITORIAL, 1973a, p. 04). A problemática é que a autoridade na Igreja, na sua origem, significa serviço, o que pode ser divergente em uma instituição hierárquica, isto é, o poder pode tornar-se opressor e a autoridade, autoritarismo acarretando a infantilização, principalmente do leigo.

Desenvolvendo ainda a mesma temática, na revista de setembro de 1974, no artigo sobre a *Evangelização, segundo a Tradição Guadalupana* (EDITORIAL, 1974c, p. 513), surgem questionamentos sobre “a partir donde evangelizar? A partir do

centro, da instituição, ou a partir da periferia e da pobreza?” (EDITORIAL, 1974c, p. 513). Estas questões levantadas nos remetem novamente à questão do poder, cuja evangelização, o “educar” na fé, possui uma preponderância a partir das estruturas eclesiais, isto é, vindo de cima e sendo imposta às pessoas. A observação proposta no editorial sugere rever a evangelização, a começar pelas bases, pelo povo, principalmente os pobres.

O segundo ponto, por se tratar de uma análise sociológica e não eclesiológica, foge da reflexão própria da teologia e desloca a questão à análise da ciência, compreendendo a Igreja como uma sociedade humana e como o “eixo bispo-padre-fiel” (EDITORIAL, 1973a, p. 03) se relacionam e quais as suas dificuldades. A pertinência da temática se dá quando uma revista católica discute problemas eclesiais a partir das ciências sociais, o que demonstra uma significativa abertura de um grupo de intelectuais, que têm interesses diversos e convergentes.

No editorial da revista de junho de 1973, é mencionado um artigo de Frei Antonio Moser, que trata sobre a “teologia do trabalho” (EDITORIAL, 1973b, p. 273). Tema que foge da teologia tradicional e mergulha no mundo dos problemas modernos, sobre as relações do trabalho, o desenvolvimento da técnica e a inserção do ser humano no mundo do trabalho. Em uma mesma linha social, no editorial de setembro do mesmo ano, surge uma polêmica sobre Política Econômica:

Da documentação damos especial realce às reflexões do Arcebispo D. Fernando Gomes dos Santos sobre o direito que assiste à Igreja de opinar sobre Política Econômica. Estas reflexões visam elucidar as ambiguidades surgidas pela alocação do Card. D. Vicente Scherer no programa radiofônico, A Voz do Pastor, e reproduzidas pela imprensa sob o título "Não cabe à Igreja opinar sobre Política Econômica" (EDITORIAL, 1973b, p. 273).

No texto acima, observamos duas posturas no interior da Igreja em relação aos problemas sociais. Por um lado, a postura de um bispo progressista, que afirma que a Igreja tem o direito de opinar sobre questões econômicas. Por outro lado, um cardeal com uma posição extremamente conservadora, defendendo que a Igreja deve se abster de questões ligadas à política econômica, como se a Igreja estivesse desvinculada da realidade do mundo.

Dentro dos editoriais, encontram-se ainda outros temas pertinentes à revista. No mês da primavera em 1974, verificam-se comentários, referindo-se ao Pe. José Comblin, ainda no exílio, que escreve um artigo “comemorando, o 7º centenário da morte de Santo Tomás de Aquino, mostra a atualidade do pensamento tomista como feliz síntese entre ciência e fé, revelando sua contribuição para a problemática social e

antropológica que hoje nos desafia” (EDITORIAL, 1974c, p. 513). Na revista de dezembro do mesmo ano, é mencionado ainda outro artigo do jesuíta Francisco Taborda, que “aborda um tema difícil, mas importante: “Teologia e ciências no diálogo interdisciplinar”” (EDITORIAL, 1974d, p. 769), em que a “teologia é convocada a ser sal crítico no esforço de manter a inteligência sempre aberta à sua destinação superior que é a Transcendência” (EDITORIAL, 1974d, p. 769). Ao abordar temas dessa natureza, a REB retoma um conhecido embate desde na Idade Média, que é a questão entre fé e razão. Nesse diálogo com as ciências, a aproximação da estrutura epistemológica da teologia, com as demais ciências, tanto humanas como exatas, chama a atenção para o alto nível do debate intelectual.

Na realidade, a Teologia, enquanto ciência, caracteriza-se pela mesma estrutura epistemológica, que as "ciências exatas" e as "ciências humanas": aplicação de "paradigmas", "modelos", "categorias" à realidade que se lhe apresenta como objeto, a automanifestação de Deus na história. Ou dito de outra maneira: Deus se automanifesta na história em determinadas "categorias" próprias à respectiva época. E nem pode fazê-lo de outra maneira. À Teologia compete refletir sobre a revelação já assim "categorizada" e, pelo discurso crítico-científico sobre ditas "categorias" que deixa a mesma realidade de Deus em sua autocomunicação livre com o homem aflore em novos "jogos linguísticos" no contexto mudado das novas etapas históricas. Seu "interesse epistemológico" poderia caracterizar-se, plagiando a Habermas, como "interesse emancipatório", no sentido de que sua tarefa é pensar a fé que salva. Mas esse "interesse emancipatório" da ciência teológica deve ser ainda especificado como "transcendente", porque a "emancipação" aqui entendida é do da Liberdade libertadora, que chamamos Deus, e visa a essa mesma Liberdade e desta forma jamais se esgota em realizações humanas da liberdade (TABORDA, 1974d, p. 835)

Ao abordar temas dessa natureza, a REB retoma um conhecido embate desde na Idade Média, que é a questão entre fé e razão. Contemporaneamente, fé e ciência entram na pauta em busca de diálogo. O editorial acena também para duas questões que envolvem as ciências sociais, que tratam da questão social e da antropológica⁶². Na revista do mês de março de 1975, é citado “um sério ensaio sobre religiosidade popular, utilizando-se de uma metodologia científica que lhe permite descobrir os verdadeiros mecanismos da mentalidade religiosa de nosso povo” (EDITORIAL, 1975a, p. 03).

Na mesma revista, trata-se do sincretismo religioso, em que a “pesquisadora, Marie Madeleine Breeveld, tenta rever, em sua aplicação à religiosidade vigente no Brasil, o conceito de sincretismo” (EDITORIAL, 1975, p. 259), que trata de

⁶² A Antropologia aqui referida trata a respeito do problema entre corpo e alma, mas especificamente desta última, o que os gregos entendiam como Psicologia, uma vez que a Antropologia das Ciências Sociais é um conceito moderno.

questões culturais, que é abordada na revista de dezembro de 1974, quando menciona sobre o “Sagrado e a Cultura: o problema do demoníaco no mundo moderno” (EDITORIAL, 1974, p. 769). É apresentado “um paralelo entre a experiência do diabólico na cultura do século XVII e a experiência em nosso século” (BOFF, L, 1974, p. 769). O interessante é que o editor, comentando o artigo, vislumbra um horizonte utópico e, quando relata o “fenômeno, desvenda o desequilíbrio cultural e o secreto desejo de uma nova ordem” (EDITORIAL, 1974, p. 769), fazendo menção ao desejo de estabelecer mudanças sociais profundas.

A revista de março de 1974 aborda especialmente questões éticas, sobre a “Hermenêutica do Ethos⁶³” (EDITORIAL, 1974a, p. 03) e mostra que “na Moral Fundamental vigora a preocupação de deslindar o horizonte específico do *Ethos* que entra nas concreções e as determina” (EDITORIAL, 1974a, p. 03). Além da questão da hermenêutica, que se encontra no campo da filosofia da linguagem, observamos também que a ética é problema eminentemente de caráter filosófico.

Além do mais, vemos discorrer sobre o Ethos cristão e, sobretudo, “como é vivido pelo povo cristão no Brasil” (EDITORIAL, 1974a, p. 03). Este valoroso tema se desenvolve de forma ainda mais profunda no artigo do filósofo “Henrique C. de Lima Vaz” (EDITORIAL, 1974a, p. 03), intitulado: “O Ethos na Atividade Clínica” (EDITORIAL, 1974d, p. 769), em que o editor, com propriedade, o qualifica como “enorme erudição do pensamento clássico e moderno” (EDITORIAL, 1974d, p. 769). Nas comunicações, observamos a abordagem da “difícil problemática da Lei Natural e Ética de Situações” (EDITORIAL, 1974a, p. 03). Nos temas filosóficos vemos, ainda, um trabalho sobre o filósofo francês Blaise Pascal, “As razões do coração” (EDITORIAL, 1974b, p. 259).

A Psicanálise adentra nas questões pertinentes à Igreja, sobretudo no artigo de Frei Antônio Moser sobre “Pecado, culpa e psicanálise” (EDITORIAL, 1975a, p. 03), que nos “introduz na problemática geral do pecado, situando-se face às contribuições da psicanálise. É uma feliz combinação entre o dado experiencial, bíblico, psicanalítico e teológico” (EDITORIAL, 1975a, p. 03).

⁶³ A palavra “Ethos”, possui dois significados. “No primeiro caso – além de exprimir residência, a moradia ou o lugar da habitação – essa palavra indicava fundamentalmente o caráter, o modo de ser, o estilo de vida que cada pessoa quer dar à sua existência. Na segunda acepção, ela fazia referência aos atos concretos e particulares pelos quais se leva a efeito esse projeto” (AZPITARTE, 1995, p. 50).

É um tema espinhoso e de difícil aceitação, por gerar polêmicas em períodos de cerceamento, como a repressão militar. A questão dos direitos humanos mencionada nas páginas da REB de dezembro de 1975 aparece no editorial.

O serviço da Igreja ao Homem é uma reflexão de um teólogo chileno, Ronaldo Muñoz, especialmente para a REB. Aproveitando a situação de seu país⁶⁴, redescobre dimensões novas da pastoral da Igreja, especialmente na defesa dos direitos humanos (EDITORIAL, 1975d, p. 769).

Na área da educação, o editorial da REB, de dezembro de 1973, é dedicado a Alceu Amoroso Lima, em comemoração aos 80 anos de vida.

A REB de dezembro é dedicada especialmente ao grande pensador católico leigo Alceu Amoroso Lima. O testemunho de sua atividade ao longo de quase cinquenta anos de atividade em vários campos do saber honra a inteligência que encontrou na fé não o seu limite mas o ilimitado de sua abertura. Sua Meditação do Ocaso revela, aos oitenta anos, uma juventude que antecipa a eterna juventude dos compreensores. (EDITORIAL, 1973d, p. 817).

Nas páginas da REB, encontram-se, num só “artigo”, ou três escritos em um, “Os 80 anos de Alceu Amoroso Lima”, com o subtítulo “Palavras da Redação”, (EDITORIAL, 1973d, p. 819), escrito por Leonardo Boff; depois, “Palavras de um Bispo”, por D. Epaminondas José de Araújo (ARAÚJO, 1973, p. 820); por fim, “Palavras de Tristão de Athayde sobre Alceu Amoroso Lima: Meditação do Ocaso” (LIMA, 1973, p. 823).

Dermeval Saviani (2010), ao escrever sobre Alceu Amoroso Lima, informa que ele nasceu e faleceu na cidade de Petrópolis, local de origem da Revista REB. Dessa forma, entendemos quando Leonardo Boff fala de sua presença da “cidade de Pedro”, nos “80 anos de Alceu Amoroso Lima”:

Quantas vezes, estudante ainda com outros estudantes de teologia, nos metíamos no coro da Igreja franciscana do Sagrado Coração em Petrópolis para ver o Dr. Alceu na missa da 7 da manhã, com sua cabeça branca, sempre voltado para o Altar ou segurando o missal e o livro de meditação (EDITORIAL, 1973, p. 819-820).

O envolvimento com a Igreja torna-se evidente quando “converte-se ao catolicismo em 1928” (SAVIANI, 2010, p. 256) e “podendo ser considerado o maior líder intelectual católico do século XX no Brasil” (SAVIANI, 2010, p. 256). A sua atividade de intelectual católico é confirmada na sua atuação apologética, que quando esteve “em defesa da primazia da Igreja no exercício da função educativa, deu especial atenção ao problema da formação de líderes intelectuais impregnados do espírito

⁶⁴ Faz referência ao regime militar que se instaurou no Chile no ano de 1973, sobre o comando de Augusto Pinochet.

católico” (SAVIANI, 2010, p. 257). E, de fato, esse compromisso é exaltado nas páginas da REB:

Fidelidade como escritor que procura pautar o seu pensamento pelos ensinamentos da Igreja e, de modo particular, pelos dos Sumos Pontífices, de quem se tornou um grande comentador, entre nós. Fidelidade no respeito à Hierarquia, sem jamais cortejá-la. Nele, o homem de fé firme e esclarecido aparece sempre (ARAÚJO, 1973, p 820).

Apesar de acentuar a relevância da pessoa de Alceu Amoroso Lima e de sua importância de intelectual, ao que tudo indica, era um conservador, nas palavras de Gramsci, um intelectual tradicional. A REB demonstra, nas suas páginas e, de modo particular, nos editoriais, a gratidão por seu empenho como intelectual, em defesa dos interesses católicos.

Na revista de março de 1973, o editorial, quando faz referência aos estudos feitos numa Semana Teológica, sobre o Novo Testamento, menciona que o resultado foi “libertador” (EDITORIAL, 1973a, p. 03). Já no ano 1975, na revista de junho, tratando ainda sobre o Novo Testamento, especificamente sobre o evangelho de Lucas, detectamos no editorial uma indagação: “A Igreja, uma Comunidade Libertadora e Criadora?” (EDITORIAL, 1975b, p. 259). No editorial de dezembro do mesmo ano, é feita uma menção sobre a Teologia da Libertação pelo próprio redator, acentuando a elaboração teológica latino Americana.

Que é fazer teologia, partindo de uma América Latina em cativeiro? É um ensaio programático do Redator da REB, nascido de confronto entre realidade sócio-analítica e fé cristã que busca ser eficaz e libertadora. Pretende aprofundar o estatuto metodológico da teologia da libertação (EDITORIAL, 1975d, p. 769).

Com esta postura em se fazer teologia a partir da própria realidade, com o intuito de se consolidar um “estatuto metodológico”, começa-se a clarificar o ideário de um grupo de intelectuais que pretendem elaborar de forma sistemática a Teologia da Libertação e a REB torna-se o campo promissor para esse debate. Ainda no ano de 1975, é feita uma homenagem ao fundador da REB. “No dia 11 de maio do corrente, faleceu no Rio de Janeiro o fundador da *Revista Eclesiástica Brasileira*, Frei Tomás Borgmeier⁶⁵, na idade de 83 anos” (EDITORIAL, 1975b, p. 257). O redator refere-se a ele como “homem de extraordinário amor à Igreja e ao clero que fundou a revista em

⁶⁵ “Em 1931 fundou a *Revista de Entomologia*, posteriormente denominada *Studia Entomológica*, onde foram recolhidas suas grandes produções científicas. Frei Tomás era considerado um dos maiores entomólogos do mundo. Publicou cerca de 250 trabalhos científicos, cobrindo 5000 páginas. Descobriu e descreveu cerca de 1000 novos insetos, 75 gêneros de forídeos, 100 espécies de formigas, além de algumas dezenas de coleópteros mimocófilos” (EDITORIAL, 1976b, p. 258).

1941” (EDITORIAL, 1975b, p. 257). E, por fim, a sua vida foi de “dedicação ao trabalho e à unidade viva entre ciência e fé que constituem o legado precioso dessa revista e a todos que nela trabalham” (EDITORIAL, 1975b, p. 258).

Nesta seção visualizamos o aparecimento e amadurecimento do ideário, elaborado pelo grupo da REB, com a liderança de Leonardo Boff, que já no primeiro editorial da revista aponta com uma ruptura. A descontinuidade é atestada por conflitos ideológicos sobre questões sociais, da libertação e dogmáticas. O ideário da libertação tornou-se mais evidente com a temática e com a identificação do grupo com o profetismo. Neste sentido, apontou-se para uma nova direção, fundamentada na tradição cristã sobre questões sociais, na influência, sobretudo francesa, e no cristianismo da libertação, para solidificar o conteúdo libertador. Desta forma, fez-se necessária a releitura da realidade, de pobreza e principalmente a respeito da teoria da dependência. Com o intuito ainda de demonstrar coesão do grupo, visualiza-se o diálogo com as diversas ciências, demonstrando a solidez destes intelectuais com as realidades humanas.

5. AS TRINCHEIRAS: A IGREJA, A SOCIEDADE CIVIL E AS GUERRAS DE POSIÇÃO (1976 A 1979)

Nas páginas da REB, é possível visualizar o nascimento de um grupo de intelectuais, o surgimento de um ideário que se torna a mola propulsora da ação pastoral e política, como novidade no cenário latino americano. No período de 1976 a 1979, contemplaremos a consolidação e fortalecimento do grupo da REB, com maior sistematização e ousadia, propondo mudanças profundas e radicais no interior da Igreja e da sociedade. Uma temática recorrente nas publicações, não só da REB, mas também em livros dos principais autores da Revista, é o da libertação. A libertação é um dos temas chaves, que dá a tônica central ao processo da reforma intelectual e moral, isto é, na busca da hegemonia. Assim, buscou-se compreender as ambiguidades sobre a libertação e definir como o grupo compreende sobre esse conceito que norteia as guerras de posição. Estas acontecem especificamente no período do regime militar, que persegue, silencia e tortura, impedindo manifestações e reivindicações. A Igreja se posicionará de forma ambígua defronte ao regime; já o grupo da REB, que representa outro setor eclesial, se posiciona de maneira clara levantando a bandeira ou evocando os direitos humanos, na forma de denúncias de violência institucionalizada. Por fim, outra guerra de posição se dá na luta desses intelectuais na consolidação da libertação e na reafirmação da opção preferencial pelos pobres em Puebla, como elementos chaves para interpretação e mudança da realidade.

5.1 Fortalecimento do Grupo: uma nova perspectiva

Nos editoriais dos anos de 1976 e 1977, vemos consolidar as características de um grupo de intelectuais que fortalecem ainda mais o seu ideário: a Teologia da Libertação. Aparecem de forma nítida a elaboração e propagação, nas páginas da REB, da formulação dessa teologia latino americana. As publicações de livros e os que ainda estão no prelo são apreciadas na revista⁶⁶. De acordo com o editorial da revista de março de 1976, foi “totalmente dedicada ao Catolicismo Popular” (EDITORIAL, 1976, p. 03) e, conforme o costume, a revista é dividida em seções das

⁶⁶ Como ocorreu na revista de dezembro de 1976, em forma de artigos que tratavam das teses de doutorado, de Clodovis Boff “estudo Teologia e Prática” apresentada na Universidade de Louvaina e de Benedito Ferraro “A Significação Política da Morte de Jesus”, defendida em Friburgo, na Suíça. (EDITORIAL, 1976d, p. 573). As duas obras foram lançadas posteriormente pela Editora Vozes.

quais contemplamos somente os artigos que foram “as contribuições da "V Semana Teológica de Petrópolis realizada nos dias 17-20 de fevereiro do corrente ano” (EDITORIAL, 1976a, p. 03).

As revistas dos meses de junho de 1976-77, nos editoriais, trabalham com temáticas que são convergentes aos interesses do grupo assim como, por exemplo, o Catolicismo Popular. José Comblin, em 1976, trata sobre o tema liberdade e libertação e nele estabelece “uma crítica do conceito liberal e totalitário de liberdade e libertação” (EDITORIAL, 1976b, p. 281). Seguindo a mesma linha, o teólogo Eduardo Hoornaert faz uma “releitura da história eclesial no Brasil à luz das preocupações da teologia da libertação que privilegia o lugar do pobre e do oprimido” (EDITORIAL, 1976b, p. 281). Frei Betto, na revista de 1977, analisa a “Igreja que nasce do Povo” (EDITORIAL, 1977b, p. 241), numa perspectiva de libertação. Em setembro de 1976, o “Pe. José Comblin completa um estudo publicado no último número da REB sobre os conceitos cristãos de liberdade e libertação. É uma colaboração muito útil à teologia da libertação” (EDITORIAL, 1976c, p. 537).

Numa análise mais profunda, observamos nos artigos como o grupo se posiciona de uma forma sistemática, ousada, que causaria uma verdadeira reviravolta na reflexão teológica, mas, sobretudo, no que se propõe a fazer esses intelectuais; a elaboração de uma análise da realidade. Para tanto, utilizam-se de um "método" para procurar dissipar as falsas compreensões da realidade, afastando-se de explicações pueris, que desfocam o campo de análise, fornecendo uma visão turva da missão do cristianismo.

Primeiramente, na revista de março de 1976, há uma leitura autocrítica do grupo, e precisamente da instituição a que pertence.

Talvez seja útil lembrarmos-nos de que não há identificação entre Evangelho e Religião, mesmo cristã ou católica. Devemos ter, talvez, uma consciência mais clara - e não só teórica, mas também afetiva - de que cristianismo ou Evangelho não coincide com determinado sistema religioso, mesmo que se chame de "autêntico", o que é uma expressão tremendamente problemática que implica um julgamento de valor a partir de um certo lugar... Não se pode esquecer que todo sistema religioso é sempre criação cultural: tentativa humana de representar em instituições, pessoas, mitos e ritos, a relação do homem com o mistério cujo Nome é impronunciável. Como se deve lembrar que Evangelho - Cristo, Palavra de Deus - é uma interpelação radical à Vida humana, à ação vital, que passa *também* pela mediação da religião (SOARES, BOFF, L, 1976a, p. 263).

À primeira vista, parece que existe um esvaziamento da própria instituição ou certa aversão a ela. É uma crítica ferrenha, dura, uma vez que a Igreja se

declara portadora, intérprete e divulgadora das verdades do Cristo. De fato, o Evangelho, de acordo com muitos teólogos da libertação, não coincide com o que é a Igreja. A ironia se dá no fato de a Igreja atribuir a si mesma a autenticidade da mensagem do Evangelho, o que implica necessariamente que esta missão se irradie de um "certo lugar", que é o centro e não a periferia. Em um conhecido e polêmico documento, *Dominus Iesus*⁶⁷, a Igreja ratifica a sua posição de séculos.

Os Padres do Concílio Vaticano II, debruçando-se sobre o tema da verdadeira religião, afirmaram: "Acreditamos que esta única verdadeira religião se verifica na Igreja Católica e Apostólica, à qual o Senhor Jesus confiou a missão de a difundir a todos os homens, dizendo aos Apóstolos: 'Ide, pois, fazer discípulos de todas as nações, batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinai-lhes a cumprir tudo quanto vos mandei' (Mt 28,19-20). Por sua vez, todos os homens estão obrigados a procurar a verdade, sobretudo no que se refere a Deus e à sua Igreja, e a abraçá-la e pô-la em prática, uma vez conhecida".

Esta afirmação possui caráter absoluto, pois a Igreja torna-se portadora ou detentora exclusiva de uma verdade absoluta e de um paraíso vindouro. As formas de legitimação deste dogma não cabem ser discutidas aqui, mas o que de fato nos chama atenção, e nos interessa, é a postura do grupo, que tem a mentalidade de uma razão crítica, que "afronta" o princípio da autoridade, oriunda do mundo medieval. Assim sendo, a preocupação dessa teologia não consiste em simplesmente explicitar categorias passadas, mas revestidas de uma mentalidade moderna ou, por vezes, liberal, na busca de demonstrar que na contemporaneidade não há lugar para absolutismos.

Isso se torna evidente quando as categorias antropológicas adentram a análise da religião e afirmam que "todo sistema religioso é sempre criação cultural" (SOARES, BOFF, L, 1976a, p. 263), o que suscita certo relativismo com as posições da Igreja. Como toda construção humana é cultural, e a cultura é dinâmica, evidentemente um enrijecimento seria nada mais nada menos que uma manifestação cultural como tantas outras. Apenas a representação de uma realidade simbólica, mutável, com aspecto absolutista.

Mas esse questionamento remete a uma questão mais profunda, em que o Evangelho, fundamento principal do cristianismo, "é uma interpelação radical à vida humana" (SOARES, BOFF, L, 1976a, p. 263), o que vale dizer que esse mesmo Evangelho situa-se para além de qualquer forma de religião, apesar de passar pela

⁶⁷ Este documento é de 2000, ainda no pontificado de João Paulo II, e por influência do então cardeal Joseph Ratzinger, suposto autor do texto. No entanto esta doutrina é ensinada nos antigos catecismos na forma de perguntas e respostas, como vemos a seguir. "Pode alguém salvar-se fora da Igreja Católica, Apostólica, Romana? Não. Fora da Igreja Católica, Apostólica, Romana, ninguém pode salvar-se, como ninguém pôde salvar-se do dilúvio fora da arca de Noé, que era figura desta Igreja".

mediação de uma, porém, não pode ser apropriado por nenhuma forma religiosa específica. A interpelação da radicalidade da vida humana não deve ficar circunscrita apenas à forma religiosa. A proposta evangélica é de liberdade e libertação, tema desenvolvido por José Comblin (1976b) na revista, detectando possíveis inimigos desses dois conceitos, que veremos mais tarde. Nesse sentido, pergunta-se qual o papel do grupo da REB.

Será que entendemos nossa missão como a de um grupo que se encarrega de 'manter o santuário', algo assim como uma casta 'sacerdotal' em torno de um Templo, ou de testemunhas de uma interpelação radical a todo homem que vem a este mundo, o que nos projetaria bem para além do nosso particular sistema religioso? (SOARES, BOFF, L, 1976a, p. 263).

Esse grupo de intelectuais se mantém apenas na conservação, manutenção e na acomodação de seus privilégios, nas alianças e certezas absolutas ou de fato são testemunhas? Ou se declaram a favor de uma interpelação radical, que requer transformações profundas? Os problemas levantados, anteriormente, nos levam "a percepção de que a questão do catolicismo se situa no seio de uma questão mais ampla e mais radical: um processo de conflito de poder, e não só poder religioso, mas simultaneamente econômico, social e político" (SOARES, BOFF, L, 1976a, p. 262).

Esse conflito em que se encontrava o grupo da REB nos remete novamente a Gramsci, a fim de se entender que se deve fazer "guerra de posição" toda vez que um grupo, partido e os subalternos buscam a hegemonia (GRAMSCI, 2011c, p. 24). De forma significativa, José Comblin (1976b) sugere que esse grupo, não só da REB, mas de teólogos latino-americanos formam um movimento.

Na realidade, foi só na América latina que surgiu um movimento teológico até certo ponto homogêneo e contínuo, sob o nome de teologia da libertação. Apareceu em 1970, apesar de que seu temário estivesse já presente desde os anos 1966/7, de tal modo que a sua influência sobre Medellín não se pode discutir. Na Europa as várias expressões de uma teologia da libertação não constituíram até agora nenhuma corrente contínua nem homogênea. Há uma multiplicidade de escritos e folhetos, sobretudo de folhetos ou panfletos circunstanciais de pouco alcance, e limitado demais pelo concreto atual (COMBLIN, 1976b, p. 302).

Pelo que se sabe, formou-se, de fato, um movimento teológico, que teve várias manifestações em diversos países, principalmente na América Latina. De certa forma, houve uma organização, que não muito orgânica, mas com penetração em diversos setores sociais, tais como: partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações de bairros, as CEBs etc. Antonio Gramsci nos ajuda a compreender esse movimento, pois o intelectual orgânico estabelece uma nova concepção crítica dentro de seu bloco cultural. Assim, esse grupo supera a simples eloquência do intelectual

tradicional e se move pela criatividade e pela realidade de suas próprias circunstâncias. (DEL ROIO, 2006).

A formação desse movimento teológico é atestada por Michael Löwy, quando ele afirma:

Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um órgão "integrado" e "bem coordenado", mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia, etc.) uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns (2000, p. 57).

O que aparece no periódico, contudo, é que esse grupo persiste em uma nova postura e, por vezes, insiste em mudanças nas estruturas eclesiais. Uma mistura de ousadia e senso crítico leva a perguntar se o "poder e a instituição na Igreja podem se converter?" (BOFF, L, 1982b, p. 230). A palavra conversão, vinda do grego, *metanoia*, significa mudança de mentalidade, de rumo, de direção que, na concepção desse grupo, não se trata de algo simplesmente intimista, mas mudanças nas estruturas que se atrelam ao poder hegemônico e com ele compactuam.

O resultado de semelhante articulação do poder na Igreja que gera marginalidade eclesial, tênue e autêntica comunicação entre todos, verdadeiro subdesenvolvimento religioso e evangélico, é a imagem de uma Igreja demasiadamente, quase diríamos neuroticamente, preocupada consigo mesma e, portanto, sem interesse real pelos grandes problemas dos homens. Não se pense, entretanto, que a Igreja-instituição não fale e não faça apelos à conversão e deixe de, eventualmente reconhecer seus erros históricos. O Concílio Vaticano II explicitou em vários lugares a permanente necessidade da conversão da *Ecclesia semper reformanda*. Contudo, a conversão recebe uma interpretação que permite ao sistema de poder permanecer exatamente onde está. Confere-se um sentido intimista privatizante à conversão: os membros devem converter-se, isto é, viver uma vida moralmente santa e chegar à pureza das intenções. As instituições com suas estruturas que perpetuam iniquidades, discriminação e falta de participação etc. não são atingidas. Elas possuem sua densidade própria e independem da boa ou má intenção dos indivíduos (BOFF, L, 1981, p. 96-97).

De fato, a Igreja com seu discurso de "origem divina", possui um tipo de poder que se legitima como sendo "incontestável", praticamente absolutista, que mantém a radicalidade evangélica excluída de suas práticas. Ao descrever essa realidade latente, os teólogos da libertação, certamente, não pretendiam afrontar o poder, mas despertar a Igreja para a sua real origem e missão. Se a Igreja se abre aos pobres, proclama a libertação, deve fazer de fato, isto é, mediante a práxis, e não em simples formas discursais. A isto a religião cristã possui um termo específico que é o testemunho, que significa fazer com, e na própria vida o que se ensinou.

É próprio da natureza dos movimentos propor mudanças, na maioria das vezes, radicais. Somado ao que acabamos de observar, o grupo possui um horizonte

mais amplo, isto é, se propõe a transpor os limites e barreiras de uma denominação religiosa, apesar de estar dentro de sua estrutura fechada e tradicional. Um movimento dessa natureza desperta receio do poder central. Este grupo, de forma relativa, busca a hegemonia dentro da Igreja e também as mudanças na sociedade diante do Estado, isto é, na estrutura e na superestrutura respectivamente, segundo a concepção gramsciana (2011c, p. 73).

Evidentemente que essa postura acarretará desconfianças por parte da Igreja e do Estado. Anteriormente observamos que a Igreja possui um discurso social, prega a justiça e, em seu bojo, na sua essência, ela é libertária. No entanto, é de se observar que a prática eclesial é outra, é dada ao poder e acostumada às benesses. Existem alguns motivos que explicam tais procedimentos, mas se torna explícito que a religião cristã afastou-se de seu ideal libertador, o que ocasiona uma Igreja longe dos pobres, atrelada aos poderes e que se utiliza do assistencialismo como forma de apaziguar a própria consciência. A Igreja afastou-se de suas origens, a partir do momento em que se atrela ao poder.

A Igreja parece que não estava, apesar das perseguições, preparada pra enfrentar evangelicamente os desafios próprios do poder. Ela não aboliu a ordem preexistente. Assumiu-a e adaptou-se a ela. Ofereceu ao Império uma ideologia que sustentava a ordem vigente e sacralizava o cosmos pagão. "A religião que marcou o Ocidente não foi propriamente a mensagem cristã", concluía um estudioso moderno a pesquisa sobre as origens da cristandade e da religião do Estado. Com a entrada na Igreja dos funcionários do Império que deviam assumir a nova ideologia estatal, processou-se antes uma paganização do cristianismo do que uma cristianização do paganismo (L. BOFF, L, 1981, p. 87).

Essas posturas dos teólogos da libertação levaram a uma "guerra de posição", dentro da própria instituição, e com o Estado. No interior da Igreja, foi feita de forma dura e, muitas vezes, sem compreensão, por parte da hierarquia, do que se passava na realidade brasileira. Em uma entrevista à revista *Caros Amigos*⁶⁸, Leonardo Boff, relata em um de seus inquéritos, a postura do Vaticano que, e ele...

respondeu dizendo: "Eu estive no Brasil, conheço o teu país, e vocês cometem um erro fundamental que é pensar a partir da prática. Isso não existe, isso fazem os marxistas, não os cristãos. Os cristãos pensam a partir da tradição, a partir do magistério da Igreja, a partir dos documentos oficiais. E vocês tentam dialogar com a ciência a partir da realidade. Então, vocês não fazem teologia, vocês são menores, não têm seriedade no discurso". Eu: "Bom, se não tenho seriedade, por que o senhor me chama aqui, por que questiona os meus textos?" Até o ponto em que ele diz: "Eu conheço o Brasil, aquilo que vocês fazem nas comunidades eclesiais de base não é verdade, o Brasil não tem a pobreza que vocês imaginam, isso é a construção da leitura sociológica, ideológica, que a vertente marxista faz. Vocês estão

⁶⁸ http://www.humaniversidade.com.br/boletins/entrevista_boff_a_igreja_mente.htm

transformando as comunidades eclesiais de base em células marxistas, que, mais do que rezar e militar a palavra de Deus, aprendem a guerrilha. Por isso, vocês, quando começam a conversar, dizem: 'Como vai a luta?' Está vendo? A luta. E, para nós, isso quer dizer como vai a vida, não é?"

É evidente que o Vaticano percebe que existe um grupo que se organiza e se articula no interior da Igreja do Brasil. E esse grupo possui um viés próprio que chama a atenção das autoridades eclesiásticas que se sentem ameaçadas e externam de forma proibitória e condenatória. Segundo o relato acima, o discurso do cardeal é dissonante com o que a Igreja ensina, sobre diálogo com as ciências, a autonomia na pesquisa e, sobretudo, a busca pela libertação. Um questionamento importante, que talvez seja pertinente, é a identificação da ameaça que esse grupo oferece. O que incomoda tanto as autoridades eclesiásticas, para fazer uma nova "cruzada"? Assim como o problema de Galileu Galilei, que não foi só e simplesmente a teoria do Heliocentrismo, mas o poder da Igreja que estava em jogo, uma vez que o cientista de Pisa coloca em questionamento o saber dessas mesmas autoridades, ao dizer:

A Igreja Católica se relaciona com os poderes estabelecidos, mas não com os movimentos populares emergentes, sendo referência à autoridade, especialmente ao papa, sempre presente. Segundo Boff, "o poder religioso não é entendido como uma forma de leitura de toda a realidade, mas uma região delimitada da realidade, cuja competência cabe à hierarquia". A Igreja, não detendo mais os meios políticos para exercer a violência contra os acusados de heresia, como em outros momentos, preservaria, ao menos sua mentalidade essencial. A hierarquia católica se considera como a principal e exclusiva portadora da revelação de Deus ao mundo, com a missão de proclamá-la, defendê-la e mantê-la sempre intacta. Possuiria um complexo de verdades absolutas, discursos infalíveis articulados a uma doutrina absoluta, livre de qualquer dúvida (SILVA, 2012b, p.276)

A proposta de fazer a Igreja repensar a sua hierarquia, apesar de parecer absurda, tem seu fundamento nas origens do cristianismo e, de fato, desponta como sendo uma atitude radical. Contudo um movimento como este poderia despertar outro centro de poder, que colocaria em risco a unidade da Igreja, como um possível cisma cogitado na história do Brasil, influenciado pelo liberalismo e pelo iluminismo⁶⁹. Evidentemente se trata de um caso extremo a possibilidade de se cogitar uma ruptura com a Igreja de Roma. Mas sabemos que, em alguns casos, dissimulados, por motivos "secundários"⁷⁰, como problemas doutrinários que poderiam ser resolvidos, através do

⁶⁹ No final do século XVIII e no início do século XIX, houve, por parte do clero, principalmente dos padres, a aspiração por um modelo de Igreja nacionalista, desvinculada do poder da Igreja de Roma. Estes padres almejavam um modelo mais justo para a sociedade brasileira.

⁷⁰ É claro que, para um teólogo tradicional, a doutrina não é uma questão secundária. O que queremos afirmar é que questões doutrinárias podem ser superadas pelo diálogo e pelo aprofundamento e precisão dos conceitos. Difícil é transpor as barreiras da afirmação de poder e, sobretudo, a soberba daqueles que se dizem portadores da verdade.

diálogo, o que houve de fato foram afirmações de poder e arrogância⁷¹. Essa questão certamente não entrou na pauta desse grupo de intelectuais, mas a Igreja de Roma sentiu-se ameaçada, pois uma reação com perseguição, inquéritos sem possibilidades de defesa e condenações, assemelha-se aos grandes regimes ditatoriais.

A busca por hegemonia, feita por um grupo, como afirma Gramsci, pode levar a superestrutura, isto é, a Igreja a rejeitar e dissolver um movimento que tende a expandir-se. Analisamos algumas batalhas, guerras de posição travadas na revista, para procurar esclarecer melhor esses problemas.

5.2 A Libertação

Em um artigo intitulado *Os Conceitos Cristãos de Liberdade e Libertação*, dividido em duas partes, nas revistas de junho e setembro de 1976, José Comblin levanta questões que serão emblemáticas ao grupo diante da Igreja e do Estado. O tema principal, recorrente, e que vamos abordar, é o da libertação. Apesar de a libertação ter sido apregoada no mundo eclesial, este tema ainda desperta rejeição, por alguns setores da Igreja.

Por sinal, se a Igreja não oficializou a teologia da libertação, pode-se conceber que ela aceitou a problemática da libertação. Para a América Latina, Medellín em 1968 adotou a linguagem da libertação. E as autoridades do CELAM não perdem oportunidade de afirmarem que o CELAM permanece como nunca fiel a Medellín. No nível da Igreja universal, o passo foi dado pelo sínodo dos bispos em Roma em 1971: aí também a linguagem e a problemática da libertação foram assumidas. Viu-se inclusive nessa oportunidade, e, desde então, vê-se cada vez mais claramente que a inspiração procede das igrejas do terceiro mundo. A problemática da libertação abriu-lhes o caminho. Falando-se em libertação, as igrejas do Terceiro Mundo sentem-se mais à vontade: essa linguagem as livra do sentimento de inferioridade frente a uma teologia científica muito mais elaborada pelas igrejas metropolitanas (COMBLIN, 1976b, p. 303).

De fato, as igrejas do Terceiro Mundo se debruçam sobre a temática da libertação e, conseqüentemente, da liberdade. Isso se dá pelo fato de que existe, neste conceito, um referencial que propicia uma leitura da realidade. A temática da libertação favorece um diálogo com o mundo moderno, a aproximação com a cultura

⁷¹ É o caso do cisma do Oriente com o Ocidente. Em 1054, houve uma disputa teológica sobre o filioque, isto é, se o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, como afirma a Igreja do Ocidente, ou se procede do Pai, como afirma a Igreja do Oriente. No entanto, as disputas políticas foram mais determinantes que as teológicas. Questões como o cesaropapismo, em que a Igreja do Oriente se submetia a um governo secular, ao qual a Igreja do Ocidente era contrária e, sobretudo, uma questão de maior impacto, como a autoridade do patriarca de Roma, o Papa, sobre os demais patriarcados, como o de Constantinopla, foi determinante para a realização do cisma.

contemporânea e não um mero oportunismo, com o pretexto da adaptação para a manutenção de seu prestígio eclesiástico. Ao tratar de liberdade e libertação, Comblin (1976b) afirma que essas problemáticas não são estranhas ao cristianismo, pois este sempre esteve na vanguarda da conquista por libertação e liberdade.

O tema da libertação despertou algumas controvérsias dentro da Igreja. José Comblin (1976b) chama a atenção aos falsos problemas, os setores eclesiásticos que levantam pseudoproblemas referentes à libertação. De certo modo, isso também acontece no inconsciente coletivo das pessoas, quando fazem distinções, imaginam falácias. Esses pseudoproblemas são utilizados para legitimar e tentar desqualificar a ação libertadora do grupo e de todos que a ela aderem como, por exemplo, as CEBs. Na verdade, trata-se de uma leitura ou de uma representação da realidade de caráter idealista, que mais obscurece e impede o movimento de libertação.

Nos artigos, identificamos basicamente duas posturas de resistência: a primeira é de uma possível "pureza", quase puritana, que procura evitar a contaminação da Igreja ou da evangelização, pela concepção de que a Igreja deva cuidar das "coisas espirituais",

pois alguns, muito bem intencionados, acham que o problema principal é o perigo de contaminação da evangelização pela libertação. Portanto, acham que o dever principal da Igreja e da teologia consiste em colocar a evangelização num lugar tranquilo bem abrigado contra todas as manifestações possíveis de ideias "temporais demais". Acham que o perigo é a contaminação da Igreja pelo erro, a infiltração dos erros dentro da Igreja. Portanto, o dever primordial consiste em defender a Igreja contra as infiltrações. O perigo são os secularismos modernos. O dever é defender a Igreja contra a contaminação de tais secularismos (entre as quais as formas mais poderosas são o marxismo e o positivismo, por sinal frequentemente misturadas de tal modo que nem sempre se distinguem) (COMBLIN, 1977c, p. 571).

Essa suposta pureza se dá evidentemente por uma longa influência do pensamento grego, de caráter platônico, em que a matéria é um estorvo para as ideias; da mesma forma que a penetração das coisas temporais e dos secularismos levariam a uma distorção da mensagem cristã. Como vimos anteriormente, isso produz uma visão intimista da vida, e a libertação torna-se uma luta interior contra os próprios erros pessoais que a tradição cristã denomina como pecado.

Pois a pureza da evangelização não consiste no seu isolamento da libertação humana. No sentido cristão, a pureza de Cristo não consiste em separar a sua atividade da sua humanidade, e sim em afirmar a unidade hipostática. E a pureza do cristianismo não consiste em colocá-lo fora da realidade humana, e sim em definir a unidade entre evangelização e libertação. O objetivo do debate fundamental é a pureza: o que é "pureza" da evangelização? A tarefa da teologia consiste em destacar o principal do secundário. [...] Ora, desde o Vaticano II, desde Medellín, há uma verdade que a Igreja destacou como

principal: que não se pode separar o que o Verbo Encarnado uniu: evangelização e libertação, que ambos os termos se iluminam e se completam mutuamente dentro da sua unidade (COMBLIN, 1977c, p. 571).

O que se situa no centro dessas questões é o famoso idealismo, que é a segunda postura, de caráter totalmente ideológico. Isso cria verdades e levanta problemas que não existem de fato, mas que se encontram no interior do cristianismo. Estas questões são levantadas principalmente em alguns temas que dificultam o desenvolvimento e, sobretudo, a prática da libertação. Existem algumas proposições manifestantes desse posicionamento por parte dos reacionários da Igreja, como a tradicional e dualística problemática entre Igreja e mundo. A Igreja se faz no mundo, se desenvolve como parte integrante e integral do mundo, em um processo mudanizante, isto é, é própria da instituição eclesiástica ser pertencente ao mundo? Ou ela se situa num mundo "paralelo", ainda que a serviço da humanidade, mas sem a "contaminação" do mundo? (COMBLIN, 1976b). Responder a isso é situar-se num beco sem saída de forma imaginária, isto é, sentir-se perdido sem estar de fato. Se a Igreja se posiciona dentro e com o mundo, logo se impugna, levantando a simplíssima sentença de que a Igreja "deve cuidar de coisas espirituais". Caso a Igreja se "ocupe" só de suas questões "espirituais", é acusada de não se comprometer com as realidades do mundo.

Esse problema do dualismo ou monismo atrapalhou a reflexão latino-americana durante dez anos e ainda há muita gente atrapalhada por ela. Além disso, o pensamento dos cristãos europeus já tinha conhecido debates sem fim (os famosos debates sobre escatologia ou encarnação, humanização e cristianização, humanização ou evangelização etc). Foram, em total, vinte anos de discussões inúteis. Pois todas procediam duma problemática imposta pelo idealismo. O problema de dualismo ou monismo entre Igreja e mundo é um falso problema simplesmente porque o mundo não existe. Existem Estados, nações, ligas de nações, movimentos sociais e políticos, indústria, agricultura etc. Mas o "mundo" não existe: é um nome dado a uma coleção de coisas entre as quais não há unidade (salvo unidade de presença de fato num mesmo planeta). Portanto o problema será: deve haver unidade ou dualismo entre Igreja e Estado? Igreja e tal partido político? etc (COMBLIN, 1976b, p.321).

Da mesma forma que fé e política, práxis libertadora e missão da Igreja tornam-se falsos problemas, "dilemas insolúveis" que, segundo Comblin (1976b, p. 321), "precisamos fazer com que apareça o vazio do dilema, e também a sua raiz ideológica". Esses supostos problemas, na verdade, são dois lados de uma mesma realidade, que não se excluem, mas se complementam. O que existe são realidades que se interagem e que se afetam e por isso devem ser trabalhadas de maneira holística.

Quando Comblin (1976b) destaca que o "'mundo' não existe", refere-se a torná-lo absoluto, numa concepção idealista semelhante à hegeliana⁷².

Clodovis Boff, no seu artigo *A Dimensão Teológica da Fé*, afirma que essa problemática "é sustentada por muitos cristãos pouco esclarecidos, por espiritualistas e por conservadores" (1978b, p. 244). Na verdade, existe o esforço de esclarecimento e convencimento por parte do grupo da REB, na tentativa de derribar esse dualismo que impede a libertação. Mais que legitimação, o grupo procura, na verdade, o consenso, elemento fundamental na busca pela hegemonia. Os intelectuais da REB elaboram, em certa medida, o que Gramsci propôs, em formar um polo que seja fomentador, difusor e propagar de uma nova cultura (DORE, 2007).

Pelo que dissemos acima, é de estranhar que teólogos e hierarcas afirmem que a Fé não pode se vincular a uma doutrina ou a uma prática política determinadas. Ora, a Fé, para ser real, para se realizar, precisa tornar-se coisa. Para existir historicamente, ela precisa se encarnar, tomar corpo, materializar-se em gestos concretos, humanos, temporais, políticos. Senão, ela fica no nível da ideia, do sentimento, da intenção, da vontade abstrata. Na verdade, a questão precisa não girar em torno da realização da Fé, que é sempre necessária para a verdade histórica da própria Fé e que todos aceitam. A questão tão nodal versa sobre a realização autêntica da Fé, ou sobre uma relação perversa. Nisso, realmente se pode discutir com nossos "espiritualistas". Entretanto, os "espiritualistas" entendem toda a relação da Fé com a Política como uma espécie de aberração. De nossa parte, temos que afirmar: no campo social, a Fé tem de se politizar para se aproximar, para se realizar e ser. Não há como. Ou então declaramos a Política inassimilável, irredutível para a Fé. Neste caso, a Política seria uma realidade puramente secular, sem uma dimensão sobrenatural possível (C. BOFF, 1978b, p. 254).

Os espiritualistas que defendem uma posição de neutralidade, encontram-se do outro lado da trincheira, com um discurso aparentemente conciliador, utilizando-se de uma famosa afirmação aristotélica, que a virtude se encontra no meio (PEGORARO, 2006). Evidentemente que essa afirmação aristotélica se dá nas decisões éticas, contudo se aplica também à política, mas não se confunde com o ficar "em cima do muro", como fazem os conservadores. Essa postura faz com que a Igreja permaneça em uma zona de conforto, no afã de agradar a todos, mantendo-se distante, com a aparente superioridade em ser prudente. O que esse grupo denuncia é que essa posição legítima e mantém a opressão por parte da burguesia.

Mas se quisermos ser realistas e coerentes, temos que convir que na América Latina a miséria é uma situação estrutural e sendo assim ninguém pode se julgar mero espectador da tragédia. Todos estamos envolvidos nesse

⁷² Hegel concebe a noção de um sistema absoluto que seja capaz de compreender toda a realidade, que será chamado de Espírito Absoluto. Este mesmo Espírito Absoluto se manifesta na história, em diversas etapas e formas. Uma delas se dá na absolutização, como no Estado, na Filosofia e na Religião. Da mesma forma, aplica-se esse idealismo ao Mundo, à Fé, à Política, à Igreja etc (REALE, ANTISERI, 2003).

espetáculo de subvida e opressão. Solidarizar-se com o marginalizado apenas em nível de compaixão, por mais ativa que ela seja, é não penetrar a verdade do Evangelho nem com a verdade do Continente. Esquece-se da causa última das necessidades das massas e arrisca-se a cooperar com o polo dominante, sempre pronto a iniciativas de beneficência. Nada mais desejado pelos dominadores do que ostentar o altruísmo. Mas, dir-se-á, se a pastoral evita o assistencialismo e desce às raízes do mal, acaba tocando pontos de extrema periculosidade. Vai atingir os interesses dos "grandes". Denunciará conluios nacionais e internacionais. Questionará a própria ação dos governos e hierarquias, terminando por despertar revoltas nos oprimidos. Diante dessas hipóteses, quantos já não optaram pela "neutralidade de classe"! Entre o povo e os poderosos, equilibram-se num "*savoir-faire*" bifacial de progressismo e conservadorismo conjugados. Nasce assim certo tipo de populismo eclesial, que sabe conviver anfibiamente com oligarquias e proletariados, passando generosamente a estes a ajuda que daqueles recebe, como bons esmoleres contemporâneos, a serviço da velha estirpe dos senhores feudais (VANNUCCHI, 1977d, p. 710-711).

Como vimos, os intelectuais da revista, embasados na Teologia da Libertação, procuram superar esses dilemas, que atingem grande parte do clero e do povo e também da alta hierarquia. Transpor essas barreiras significa, em última análise, a conversão por parte da hierarquia católica, o que pressupõe mudanças profundas em sua estrutura e concepção de mundo. É essa conversão da estrutura que Leonardo Boff elucidou em seu livro *Igreja Carisma e Poder*, por colocar em dúvida a autenticidade do exercício atual de tal hierarquia. Evidentemente que o grupo não pensava na maioria hierárquica, o que seria impossível, mas que uma grande parcela pudesse assumir o compromisso com a causa dos pobres. Isso significaria a aceitação da Teologia da Libertação por parte da hierarquia, que se tornaria um novo centro propagador de novas ideias, isto é, polo difusor de uma nova cultura que a REB, como periódico, serve como instrumento para fomentar e organizar uma nova "concepção de mundo" (GRAMSCI, 2011b, p. 205). Nesse processo de elucidação e tentativa de consenso, o grupo recorre às declarações do Magistério da Igreja⁷³ para fortalecer a importância da libertação.

Ora, *Evangelii Nuntiandi* enuncia claramente e com insistência os princípios básicos da Igreja nesta matéria. Os princípios são os seguintes: 1º) Entre Evangelização e libertação há um laço de unidade inseparável; não se pode compreender evangelização sem libertação, nem libertação sem evangelização. Todo o mal e a fonte de todos os erros consiste em separar o que está unido. A Igreja não pode aceitar nem uma evangelização separada da libertação, nem uma libertação sem evangelização. Se esta é a preocupação da Igreja, entende-se que a primeira tarefa da teologia consiste em manifestar o mais claramente possível a unidade entre ambos os termos. Pois a finalidade da Igreja, o centro da sua preocupação é que seja manifesta a unidade e realizada na prática. 2º) O problema da unidade entre evangelização e libertação é uma expressão atual do problema da unidade entre Evangelho e cultura humana. "A ruptura entre o Evangelho e a cultura é sem dúvida o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas" (20). Paulo VI renova assim a preocupação do Concílio Vaticano II em

⁷³ Magistério trata-se basicamente do ensinamento da Igreja e, portanto, de sua palavra oficial.

Gaudium et Spes: "a interpretação da cidade terrestre e celeste" (40); "este divórcio entre a fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves do nosso tempo" (43) (COMBLIN, 1977c, p. 570).

Na questão intelectual, o problema entre evangelização e libertação, ou os dualismos existentes, está superado, ao menos pelos teólogos da libertação. Como visto acima, a preocupação é que a dualidade seja superada na prática, a dicotomia entre "fé professada e a vida cotidiana" (COMBLIN, 1977c, p. 571). O problema agora é superar, na prática, esse dualismo, que o magistério destaca ser "o da separação entre evangelização e libertação, entre serviço de Deus e serviço dos homens, amor a Deus e amor ao próximo" (COMBLIN, 1977c, p. 571).

De fato, a encíclica *Evangelii Nuntiandi* "propõe a superação da separação entre evangelização e libertação" (COMBLIN, 1977c, p. 572), e esse grupo assimila essa concepção, que sempre virá à pauta, pelos conservadores, como tentativa em desqualificar a Teologia da Libertação. Do que se trata efetivamente essa libertação?

Vista deste ponto de vista da luta contra o poder e a dominação, a libertação aparece como sendo uma luta para controlar, limitar ou conter o alcance do poder e da dominação por uma transformação nas estruturas sociais. O princípio fundamental da luta é a seguinte: trata-se de conseguir que as autoridades em todas as áreas se sujeitem a um papel de serviço. Mandar para servir e não para dominar [...] Por outro lado, a libertação é também a luta para conquistar a autonomia, os direitos, as "liberdades" das comunidades e associações. Frente ao Estado, a liberdade do indivíduo isolado será sempre uma ilusão. Sem liberdade para as associações, não há liberdade possível. Por isso, uma estrutura de liberdade consiste praticamente nos direitos, na autonomia e nas garantias que permitem aos cidadãos criar uma vida comunitária ampla. Aliás, somente essa vida comunitária poderá defender e garantir a contenção de poder dentro de certos limites (COMBLIN, 1976c, p. 617-618).

A libertação é tema central desse grupo, pois esta palavra, guardando as devidas proporções, é uma palavra de "ordem", que gera no grupo e nas CEBs o desejo de forjar mudanças nas estruturas sociais. Quando analisamos a ruptura citada no primeiro editorial da revista de março de 1972, vemos que Leonardo Boff menciona que "os tempos mudaram" e que as orientações teológicas se abriram aos novos horizontes (EDITORIAL, 1972a, p. 3). De fato, aqui compreendemos que o grupo da REB, principalmente os editores e redator, iniciou um novo "edifício cultural", isto é, premissas são assumidas (GRAMSCI, 1968) e, às vezes, modificadas, mas contínuas no periódico, caso da libertação. A libertação torna-se tema fundamental desse grupo, pois será a chave de leitura para a busca da hegemonia, com uma pitada de marxismo,

liberalismo⁷⁴ e cristianismo, mas rejeitando a ilusão de uma possível cristandade⁷⁵. Diante desse cenário, surge uma pergunta. Como tornar a libertação possível, viável e efetiva? A essa resposta, dois conceitos fundamentais entram em cena: Pastoral e Política.

Vamos tratar de forma breve, pois na Análise Bibliométrica, na Tabela 7 da seção 3 dos "temas mais abordados", foram comentados esses dois conceitos.

Estamos aqui tratando apenas de mostrar o *princípio* da articulação Salvação - Política. Trata-se, por outras, de evidenciar a possibilidade de conjugar esta dualidade. Pois é evidente que não é qualquer política que é salvadora. Por outro lado, toda política emancipadora ou opressora, tem a ver com a Salvação: como *sím-bolon* dela ou como seu *diá-bolon*. Certo, a Política pode se tornar uma Religião. O Poder pode assumir a forma de antideus. Mas não é esse o perigo hoje em nossa situação. O que nos faz falta precisamente é de política - do exercício da participação política. Certos espíritos religiosos, que se crêem superiores, ostentam um desprezo olímpico pelos "negócios sujos" da política. Ora, nada mais favorece os que precisamente querem se arvorar em deuses onipotentes do rebanho humano. Os cristãos precisam ainda examinar sua consciência quanto à responsabilidade histórica que têm na ascensão dos poderes totalitários: fascistas ou totalitários, pelo fato de sua omissão, ou seja, de sua traição (BOFF, C, 1978b, p. 249-250)

O tema política vai ser uma constante na revista, pois ele se articula com a libertação, procurando-se fazer uma nova articulação entre Salvação e Política. No texto acima, Clodovis Boff trata de três questões, ainda que de forma breve. A primeira que a Política, sendo emancipadora, possui a função *sím-bolon*, isto é, simbólica⁷⁶, de caráter libertador, assim como a Salvação⁷⁷. A segunda questão é sobre os perigos da política, como endeusá-la e colocá-la como o centro da vida cristã, no entanto, esses autores entendem não haver este perigo. A terceira, que merece um estudo posterior e aprofundado, é a dos pactos ou a contribuição que os cristãos dão aos sistemas totalitários, como o fascismo, por exemplo. Uma política voltada aos fundamentos cristãos pode evitar alianças com regimes totalitários. A Pastoral, em conjunto com a Política, torna-se o lugar e/ou instrumentos da libertação. Acentuando

⁷⁴ Parece estranha esta linha dentro da Teologia da Libertação, mas a luta pela liberdade, autonomia, direitos e contra poderes opressores de dominação é de caráter eminentemente liberal.

⁷⁵ Em março de 1978, Clodovis Boff publica na revista um interessante artigo intitulado: *A Ilusão de uma Nova Cristandade*, no qual faz uma crítica ao "Documento de Consulta" em preparação à Conferência de Puebla. Nesse artigo, trata que não é possível o retorno à cristandade e que os tempos atuais exigem outras posturas.

⁷⁶ O símbolo representa aquilo que é, ou seja, o símbolo traduz a realidade como ela é de fato. Assim, a política, sendo um símbolo libertador pode, de fato, garantir a emancipação de várias formas de opressão.

⁷⁷ Trata-se de uma libertação dos sistemas opressores e que, para os cristãos, irá se plenificar com a Salvação eterna, porém é comum que esses teólogos tenham a concepção de que esta mesma Salvação comece aqui. Por isso, a luta Política se faz necessária. Essa é uma questão discutível, pois a religião cristã já foi acusada de "ópio do povo", por entender a Salvação como sendo simplesmente depois e, portanto, os cristãos foram incentivados a aceitar seus sofrimentos como garantia de uma salvação vindoura, isto é, a promessa da vida eterna, o céu.

ainda mais o perfil libertador do grupo, em dezembro de 1977, é mencionada a “Pastoral da Libertação”, por Aldo Vannucchi, que trata “especialmente a pedagogia a ser seguida para que se avance, efetivamente, em uma libertação do oprimido pelo próprio oprimido” (EDITORIAL, 1977d, p. 673). Desta forma, entendemos que:

Nesse contexto é que falamos em pastoral do oprimido, numa nova forma - tão antiga como o Evangelho - de entender e apresentar a missão da Igreja. Não a missão de levar a libertação, mas de levar à libertação. Um jeito de ser Igreja que a todos possibilite crescimento no crer para melhor desenvolvimento do ser. Uma atitude pastoral menos ingênua e menos paternalista, que não manipula homens e mulheres, reduzindo-os a meros objetos de solicitude religiosa, mas respeita-os como sujeitos agentes dentro de um processo global de libertação, onde só Cristo é o Senhor (VANNUCCHI, 1977d, p. 704).

A pastoral, que é a ação do Cristo na Igreja, pode ser entendida de duas formas: a primeira é a pastoral tradicional em que leigos/povo executam o que a hierarquia determina, num caráter de submissão para com a Igreja. A segunda é a pastoral libertadora, que propõe a concepção que todos são Igreja e, por isso, a decisão deve ser comunitária. Essa concepção nos ajudará a compreender o que acontece nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) que é "essa pastoral como um processo contínuo endógeno de emergência popular nas comunidades cristãs, através de um esforço comum de educação dialógica, em todos os níveis da existência humana" (VANNUCCHI, 1977d, p. 704). A educação dialógica nos ajudará a entender como se dá o processo educacional entre intelectuais e povo. Além disso, propõe-se que a pastoral leve à libertação, que significa, em última análise, mudanças nas estruturas da sociedade que consistem na luta por direitos e na busca da liberdade política, social e religiosa (COMBLIN, 1976c, p. 617-618). A relevância da pastoral libertadora e da "expansão" do grupo é sentida pela presença de intelectuais e estrangeiros, como no caso do alemão Norbert Schiffer, “preocupado com a problemática teológica que se depreende da prática cristã, em contexto de subdesenvolvimento” (EDITORIAL, 1976d, p. 777).

Essa libertação, ou a procura por ela, vai relacionar-se e, por vezes, inevitavelmente chocar-se com o Estado.

De tudo aquilo que dissemos até agora, podemos concluir que evangelização e libertação estão estritamente unidas. Coincidem durante toda a parte da trajetória terrestre da evangelização: a salvação de Jesus desemboca no reino de Deus no além, mas ela integra a libertação dos homens oprimidos nesta terra ainda que não possa levar a cabo essa tarefa com toda a plenitude à qual aspiramos: a doutrina do reino de Deus explica o relacionamento entre evangelização e libertação. Há, porém, uma dualidade entre os dois caminhos para a libertação: o caminho de Jesus Cristo, que é a evangelização, e o caminho do Estado ou o caminho político. Não há contradição, mas sempre

distinção entre ambos, e em várias circunstâncias a distinção pode levar a uma verdadeira contradição (COMBLIN, 1977c, p. 589).

Assim, o grupo entende as verdadeiras distinções entre Estado e libertação, mas elas não precisam se excluir, aliás, o caminho da libertação na contemporaneidade só é possível junto ao Estado e à sociedade civil, por ser a única forma estrutural governamental que conhecemos. É evidente que existem regimes totalitários e democráticos, mas, enquanto organização administrativa, o "bem estar" do ser humano se dá inevitavelmente no Estado.

Nas guerras de posição, a Igreja vai se debruçar sobre uma problemática, que é a questão dos direitos humanos, em especial a questão do regime militar, que será uma verdadeira batalha pela libertação e liberdade. Essa questão dos direitos humanos, será analisada pelo grupo com relação ao Estado e no interior da própria Igreja.

5.3 A Igreja e os Direitos Humanos

É reconhecido e conhecido pelo grupo da REB o regime militar, quando tratado e denominado "regime vigente", que não tem a conotação de revolução, como queriam seus mentores. De fato, o golpe militar foi tratado, pelas forças armadas, como sendo uma revolução. A mentalidade de denominar revolução se dá pelo contexto vivido na época que de fato, era de crise e instabilidade. No ano do golpe, em 1964, "à tensão política somava-se um declínio econômico" (GASPARI, 2002, p.48). O Brasil passava por sérios problemas financeiros, houve contração na economia, várias greves, o governo tinha gastos desproporcionais à arrecadação⁷⁸ (GASPARI, 2002, p.48). Juntando a isso, a crise política assolava o país em que o então presidente João Goulart, conhecido desde a infância como Jango, queria impor ao "Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial" (GASPARI, 2002, p.51). Isso por estar "amparado no 'dispositivo militar'⁷⁹ e nas bases sindicais" (GASPARI, 2002, p.51).

Esse clima de instabilidade afetou também as forças armadas, com insatisfação das baixas e altas patentes e atingiu trabalhadores, tanto da zona urbana como rural. Também a classe média se mostra contrária ao governo. Juntamente com

⁷⁸ A Inflação deu um salto de 30% em 1960, para 70% em 1963 (BRASIL, 1985, p. 58). Nos primeiros meses de 1964, havia uma inflação de 140% (GASPARI, 2002, p.48). No mesmo ano "mais de 2 bilhões de dólares foram remetidos para bancos estrangeiros" (BRASIL, 1985, p. 58).

⁷⁹ O general Argemiro de Assis Brasil, que era o chefe do Gabinete Militar, asseverava a João Goulart a lealdade das forças armadas. (GASPARI, 2002, p.48).

estas classes, outras se empenharam para que o golpe se tornasse uma realidade. Assim, observamos que no livro *Brasil: nunca mais* que:

Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático, (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres "marchas da família, com Deus, pela liberdade" (BRASIL, 1985, p. 59).

Dessa forma, o contexto social tornou-se favorável, ao menos na interpretação dos militares, para se estabelecer um golpe, quando, "em 1º de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência" (1985, p. 59). É interessante que essas classes não se deram conta da amplitude e consequências que poderiam tomar esses movimentos, e nem ao menos perceberam que "não tinham condições de enfrentar as forças armadas" (BRASIL, 1985, p. 59).

Com o "Ato Institucional de 9 de abril" (BRASIL, 1985, p. 61), que foi editado seis dias depois do golpe, o então governo Castello Branco "deixou bem claro: 'A Revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma'" (1985, p. 61). Dessa forma, os militares compreendiam os seus feitos como uma "revolução", o que contraria a opinião da sociedade civil e que se confirma no editorial da REB.

Este fato propicia à teologia fazer uma reflexão mais fundamental sobre a estreita vinculação entre direitos humanos e missão evangelizadora. Para que a diligência se revestisse de maior seriedade procedeu-se a aprofundamentos do tema em diferentes níveis: histórico, filosófico, sociológico, político, e teológico. Os resultados, o leitor poderá colhê-los nestas distintas abordagens. Perceberá até que ponto se deve aproximar evangelização e direitos humanos e até que ponto se deverá manter um recuo crítico para não cair em ilusões idealistas que acabam favorecendo exatamente aqueles que violam os direitos humanos (EDITORIAL, 1977a, p. 03).

Nesse período, a revista REB, através de seus intelectuais, posicionou-se diante desta questão difícil, os direitos humanos, demonstrando sua articulação com o povo e de modo particular com seus problemas sociais. Os direitos humanos entram na pauta da REB como forma de denúncia ao que estava acontecendo no país por conta do regime militar e esta não foi tratada de forma superficial. Na verdade, buscaram-se os fundamentos desses direitos, no intuito de legitimar esta batalha, bem como se discutiu a violação dos direitos humanos dentro da sociedade civil e da Igreja. Dessa forma, foi abordada com serenidade a postura da Igreja frente ao regime militar que, em um primeiro momento, se posiciona a favor do golpe e depois denuncia o sistema de forma sistemática e, por vezes, panfletária, como forma de chamar a atenção da população e das autoridades nacionais e internacionais.

Na revista foram tratados os fundamentos dos direitos humanos bem como sua história. No artigo intitulado: *Antropologia e Direitos Humanos*, de Henrique C. Lima Vaz, da revista de março de 1977, procura-se refletir sobre a questão do direito a partir do ser humano.

É impossível, pois, pensar o problema dos direitos humanos sem se referir à filosofia do homem que dá razão desses direitos na sociedade política em que eles são reconhecidos, se não efetivamente respeitados. Vemos, por outro lado, que essa espécie de antropologia política fundamental assume formas diferentes no curso da história, já relativamente longa, das sociedades políticas do Ocidente (LIMA VAZ, 1977a, p. 14).

O ser humano deve ser o problema central nos estudos sobre os direitos, quando Lima Vaz (1977a) discorre sobre as questões clássicas que foram elaboradas ao longo do pensamento humano. Discute, no artigo, sobre a individualidade ou a coletividade do direito, ou seja, se os direitos, principalmente os direitos humanos, vistos a partir do indivíduo, na sua singularidade, ou do indivíduo na sua coletividade. É discutida também a relação direito, lei, política, Estado, moral com relação ao ser humano. Temas interessantes voltados para as questões da Filosofia do Direito, que merecem um estudo aprofundado, mas o que nos interessa aqui é que o direito, especialmente, os direitos humanos devem estar em defesa da pessoa humana.

Como a opção pelos pobres começa a ser o apelo do grupo da REB a questão dos direitos humanos que se estende aos "ausentes da história", que se encontram dentro do Estado, da sociedade civil e da própria Igreja. Os ausentes da história são conhecidos por Gramsci como subalternos, os que estão às margens da sociedade.

Mas o conceito 'direitos humanos' pode também significar outra coisa: pode significar a própria conquista do direito pelos 'ausentes' da história, os ausentes do direito, os ausentes dos discursos elitistas, os considerados ignorantes e passivos, as vítimas do sistema colonial e capitalista que são contudo o alicerce dele, a base de toda a construção de nossa sociedade, os nossos irmãos, as nossas irmãs. Ora, esta conquista não é apenas um assunto jurídico, é um processo pedagógico, é um projeto político, é um diálogo, é a revelação do Outro, de Deus, na face magra, deformada, abatida, cansada, de 'outro', do silencioso, do 'ausente' de nossa sociedade (HOORNAERT, 1977c, p. 467).

Os ausentes dentro da Igreja são tratados no artigo: *Teoria e Práxis. Os Direitos Humanos ao Interno* da Igreja de Leonardo Boff, em março de 1977. De forma explícita, o autor descreve como os direitos humanos são violados no interior da própria Igreja.

Mas a despeito da defasagem inevitável entre proclamação e implementação, há uma outra defasagem que resulta de mecanismos de poder, de insuficiências institucionais, de distorções práticas e teóricas herdadas de

modelos não mais adequados à realidade, implicando a violação dos direitos fundamentais da pessoa. Há violações de direitos humanos no interior da Igreja. Referimo-nos aqui não àqueles que são fruto de abusos pessoais de poder e que, por isso, possuem um caráter fortuito, mas àqueles que são consequência de uma determinada maneira de compreender e organizar a realidade eclesial em que, por causa disso, tem um caráter permanente (BOFF, L, 1977a, p. 144).

São levantadas as causas da violação dos direitos humanos dentro da própria Igreja que, na verdade, é um paradoxo, pois ao mesmo tempo apregoa a garantia de tais direitos, no entanto, viola-os dentro de seus limites. A centralidade monárquica, junto a uma concepção de herança divina de poder, faz com que a instituição eclesiástica centralize todas as suas decisões, negando ao próprio clero (padres) e a muitos fiéis qualquer possibilidade de decisão comunitária, ou participativa, basta lembrar que bispos possuem autoridade ilimitada, de forma que, as decisões se encontrem em suas mãos. Esse sistema vicioso e perverso se dá pelo fato de que seus "dirigentes são escolhidos por cooptação dentro de um círculo restrito daqueles que detêm o poder eclesial, impostos às comunidades, marginalizando a imensa maioria dos leigos (BOFF, L, 1977a, p. 145).

Um direito básico é negado ao clero, como o de se reunir, fazer associação para tratar de assuntos que dizem respeito às suas vidas. Aqui não nos referimos a reuniões estereis de pastoral, mas de assuntos que versam sobre celibato, padres casados, o próprio sustento e a escolha democrática de seus próprios superiores. Outra questão são os padres que voltam ao estado laico. Além de não poder participar da liturgia, não lhes é permitido lecionar em faculdades, seminários e/ou em institutos religiosos, afetando-lhes o próprio sustento, como uma forma de punição⁸⁰. O Direito Canônico, de forma genérica, comenta que a "autoridade competente" deve afastar aqueles professores que não possuam "probidade de vida". O próprio direito canônico fala que essa "autoridade" é a própria conferência episcopal, mas pode-se imaginar no texto que se trate simplesmente do bispo local. Fica então a cargo de uma "autoridade" indeterminada, de forma subjetiva, arbitrária e por vezes não coerente e hipócrita.

Cabe à autoridade competente, de acordo com os estatutos, o dever de providenciar que nas universidades católicas sejam nomeados professores que sobressaiam, não só pela idoneidade científica e pedagógica, como também pela integridade da doutrina e probidade da vida, de modo que, faltando-lhes esses requisitos, sejam afastados do cargo, observando-se o

⁸⁰ O Papa PIO XI assinou em conjunto com o ditador Benito Mussolini o famoso Tratado de Latrão, em 1929, onde se reconhece a Igreja como religião oficial do Estado italiano, a obrigatoriedade do ensino confessional nas escolas públicas, a proibição do divórcio e que os padres que deixassem o ministério não poderiam assumir cargos públicos.

modo de proceder determinados nos estatutos (DIREITO CANÔNICO, 1997, P. 367).

A violação de direitos humanos, com relação às mulheres, também é tratada nas páginas da revista. As mulheres são a maioria na participação das assembleias, assim como as religiosas são em número maior que os padres, mas "são, juridicamente, consideradas incapazes para quase todas as funções de direção na Igreja com escassíssima presença nos Secretariados romanos, nas Comissões e Sagradas Congregações" (BOFF, L, 1977a, p. 146).

Outra prática comum é com relação à doutrina e à disciplina. Quando um teólogo é acusado de heresia, não lhe é dado o direito de defesa e monta-se um processo obscuro, sem acesso, e que a parte acusada não tem advogado e como se defender. Na verdade a arbitrariedade chega ao extremo, por "tratar-se de um processo doutrinário kafkiano⁸¹, no qual o acusador, o defensor, o legislador, e o juiz é a mesma Sagrada Congregação e as mesmas pessoas" (BOFF, L, 1977a, p. 149). Nesse aspecto a Igreja de longe respeita o direito sagrado "que todos são inocentes até que se prove o contrário", na verdade, para ela, o acusado é culpado, mesmo que se prove o contrário. Na modernidade, a Igreja não tem poderes para as torturas de outrora, mas ainda exerce uma tortura psicológica e moral, dos mais perversos inquisidores e torturadores. Os intelectuais da REB atuam dentro de um dilema, pelo fato de se encontrarem numa instituição conservadora que, por vezes, está pactuada com o poder. Ao mesmo tempo, este grupo tem a pretensão de que ela se converta e retorne às suas origens.

Nossa intenção não é denegrir a Igreja dentro da qual nos situamos com um trabalho que supõe uma adesão explícita ao seu valor sacramental. A vontade de autoafirmação da Igreja não pode se recusar à autocrítica, antes exige, pois, embora "sendo santa, ela é ao mesmo tempo e sempre necessitada de purificação" (LG 8c/22). A credibilidade de seu anúncio dos direitos humanos e da denúncia de suas violações depende do respeito que a Igreja mesmo realiza ao interior de sua própria realidade. O documento *A Justiça no Mundo* da 11ª Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos (1974) enfatiza o que estamos asseverando: "Se a Igreja deve dar um testemunho de justiça, ela reconhece que, seja quem for que deseja falar aos homens de justiça, deve ele próprio ser justo aos olhos dos mesmos homens. Convém, portanto, que nós mesmos façamos um exame sobre os modos de agir, sobre as possessões e o estilo de vida que se verificam dentro da Igreja" (n. 40) (BOFF, L, 1977a, p. 144).

De fato, a preocupação do grupo é que a Igreja tenha uma postura de autocrítica e ao mesmo tempo libertadora. Diferentemente de governos que violam os direitos humanos, contrários à concepção cristã e até mesmo de uma visão

⁸¹ Faz referência ao escritor tcheco František Kafka. A utilização dos termos "kafkiano" possui a conotação *complicado, surreal*, como se encontra nas suas diversas obras.

simplesmente antropológica. Dentro dessa lógica, acontece um novo debate ou constatação da Igreja com relação aos direitos humanos.

5.3.1 A Igreja do Brasil e os Direitos Humanos

Nos artigos, surge a constatação de que a Igreja, em determinado período, posiciona-se em favor do regime militar e depois grande parte da Igreja tem postura contrária ao golpe. Na revista de março de 1977, Riolando Azzi publica um precioso artigo intitulado *A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos*, que mostra a relação da Igreja com os direitos humanos, no Brasil, desde os primórdios até no período do golpe militar. Diante da questão dos direitos humanos, existem três concepções de Igreja, que norteiam essa relação: a primeira da Igreja-Cristandade; a segunda é a Igreja-tridentina e a terceira, a Igreja povo de Deus.

5.3.2 Igreja Cristandade

Na concepção Igreja Cristandade, a defesa da Igreja está ligada à proteção que o Estado faz à religião. No velho casamento entre trono e altar, o Estado defende os interesses da religião e vice-versa. O Estado, através do regime militar, declarou "guerra ao comunismo ateu, a ele compete castigar e eliminar, se necessário, os inimigos da pátria e da fé (AZZI, 1977a, p. 122).

A carta finaliza expressando "votos de íntima colaboração do poder espiritual com o civil e militar, para a grandeza do Brasil cristão". Poucos dias depois, a 22 de julho⁸², era distribuído à imprensa um "manifesto ao povo brasileiro" assinado por D. Antônio Morais, de Niterói, D. Sigaud, de Diamantina, e D. Castro Mayer, de Campos. Os signatários dirigiam-se ao povo brasileiro "a fim de alertar contra manobras subversivas que nos últimos meses vêm sendo realizadas nos meios católicos por um grupo minoritário de eclesiásticos e leigos". Evidentemente o que importa dentro dessa concepção de Igreja é defender a ortodoxia da fé católica nos moldes tradicionais. O grande direito a ser preservado é o da afirmação da religião mediante a vitória contra os inimigos da Igreja (AZZI, 1977a, p. 124).

Nessa concepção, os interesses de preservação e conservação da instituição eclesial estão somente em primeiro plano, mas também são os únicos interesses defendidos por um grupo de bispos. Assim, "enquanto as frequentes denúncias de violação dos direitos humanos preocupavam grande parte do episcopado, esses bispos continuavam a ver no atual regime o baluarte da fé contra o comunismo"

⁸² No ano de 1968.

(AZZI, 1977a, p. 124). Existe todo um contexto para essa concepção, mas, analisado de forma mais profunda, este se choca com a visão cristã. Entramos em um campo de análise que é o da ética. A Igreja tem ciência, ou consciência, de seus valores e de que estes devem favorecer os seres humanos. No entanto, a mesma instituição parece esquecer-se ou abandonar a sua missão, adotando na prática atitudes contrárias à sua consciência, aos seus valores e à sua própria missão. Na REB, esta temática é abordada de forma crítica, porém sem perder a dimensão da importância da instituição.

A atual estrutura de poder na Igreja é devedora de representações de poder que possuem séculos de existência e que nela convergiram. Duas especialmente cabe ressaltar: a experiência com o poder romano e com a estrutura feudal. Deles assumiu costumes, títulos, expressões, símbolos de poder. A hierarquia como palavra e como concepção é resultado deste processo. Esta necessária "mundanização" da Igreja era condição de sua continuidade no mundo e, como encarnação, pode-se dizer, teologicamente, é também querida por Deus. O estilo romano e feudal de poder na Igreja, sem conotação pejorativa, perdura até hoje e, ao nosso ver, constitui uma das principais fontes de atrito com consciência que desenvolvemos dos direitos humanos (BOFF, L, 1977a, p. 152).

De forma lúcida, constata-se que a Igreja possui uma história, a qual assimila grande parte da cultura de cada época, e ao mesmo tempo ela foi impregnando o mundo Ocidental com seu pensamento. Os pactos entre Igreja e Estado, na maioria das vezes, foram desastrosos e, segundo observamos na REB, contribuíram para que o cristianismo perdesse umas das suas grandes aspirações: "Vós sabeis que os chefes das nações as oprimem e os grandes as tiranizam. Mas entre vós, não deve ser assim" Marcos, 10, 42-43.

A posição do Jovem Marx de que o "Estado Cristão" é uma *contradição* viva, pelo fato de ligar direitos seculares gerais (Estado) com privilégios religiosos (Cristão), pode ser tachada de radicalista, mas à custa de penosas experiências históricas, a humanidade chegou enfim à convicção de que Igreja e Estado e, mais largamente, Religião e Sociedade não estão e nem precisam estar obrigatoriamente unidos. Não o postula nem a razão nem a fé ("Dai a César..."). A história o desaconselha. (BOFF, C, 1978a, p. 11).

Desta forma, o grupo da REB desaprova o saudosismo que alguns bispos e padres têm da Cristandade, pois a própria história demonstra ser um processo desastroso e danoso e, além do mais, é irreversível o distanciamento entre Igreja e Estado, isto é, a secularização tornou-se inevitável. Isso porque a secularização está associada ao desenvolvimento urbano-industrial e econômico, ao progresso técnico-científico, ao crescimento demográfico e "à exploração intensiva de novos recursos naturais (BOFF, C, 1978a, p. 9).

5.3.3 A Igreja Tridentina⁸³: A Sociedade Perfeita

A concepção de Igreja de um ponto de vista tridentina, isto é, de uma instituição que se auto-intitula Igreja-Sociedade Perfeita, teve papel fundamental na legitimação do regime militar por parte da Igreja. Essa concepção é sustentada por aqueles que "partem geralmente da consideração histórica do longo período de colaboração efetiva entre Igreja e Estado, e dos benefícios advindos para a Igreja desta situação" (BOFF, C, 1978a, p. 9). Alguns elementos ajudam a entender como o episcopado brasileiro, ou parte dele, imbuído desta mentalidade, permaneceu aliado ao Estado e conseqüentemente ao regime militar.

Primeiro é o "entendimento entre Igreja e Estado", e este último, respaldado por um regime de exceção se tornou "um baluarte contra o comunismo" (AZZI, 1977a, p. 125-126).

Por ocasião do VIII Congresso Eucarístico Nacional realizado em Brasília em maio de 1970 D. Eugênio Sales, legado do Papa, teve um encontro com o presidente Médici. Nos bastidores governamentais comentava-se que o 'encontro do Presidente Médici com o cardeal Eugênio de Araújo Sales poderia marcar oficialmente o que extra-oficialmente foi ativamente trabalhado em Brasília nos últimos 30 dias: um novo tipo de relacionamento entre Igreja Católica e o governo brasileiro' (AZZI, 1977a, p. 125).

Segundo é que a alta hierarquia católica decididamente se posicionou ao lado do poder, a favor do regime militar, pois "um dos princípios aceitos da tradição católica era que a Igreja deveria estar disposta a colaborar com qualquer tipo de governo, como representante do poder constituído, desde que este respeitasse os direitos eclesiásticos (AZZI, 1977a, p. 126). A aceitação ficou evidente nas diversas declarações proferidas pelas altas autoridades eclesiásticas. Em um pronunciamento em maio de 1964, a CNBB exalta o feito militar.

Atendendo à geral e ansiosa expectativa do povo brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Forças Armadas acudiram em tempo e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa terra [...] Rendemos graças a Deus que atendeu as orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorrem para a libertarem do abismo iminente (BRUNEAU, 1974, p. 311).

⁸³ Tridentino refere-se ao Concílio de Trento (1545 - 1563), conhecido também como Concílio da Contra Reforma, devido à Reforma Protestante. Vários decretos doutrinários foram confirmados e reafirmados, tais como: os sacramentos, a presença real de Cristo na Eucaristia, a hierarquia, a autoridade Papal, o celibato, os livros da bíblia considerados autênticos etc. Trata-se de um Concílio que procura reafirmar e defender a fé católica juntamente com seus dogmas, do protestantismo nascente.

Em nome da defesa dos "valores cristãos", da democracia e da luta contra um inimigo comum, o comunismo, a Igreja, principalmente na figura do cardeal D. Agnelo Rossi, preocupa-se muito mais com a ordem estabelecida, com as relações entre Igreja e Estado, do que com cristãos católicos, leigos e da hierarquia, que buscavam a justiça e, sobretudo, o respeito aos direitos humanos. Apesar do discurso sobre "valores cristãos e humanos", a preocupação com a manutenção dos benefícios e privilégios fez com que essa parcela da Igreja simplesmente ignorasse prisões, perseguições e torturas de seus membros que, numa linguagem teológica, são filhos da Igreja.

Interessante observar que se torna difícil saber qual é a voz oficial da Igreja no Brasil. Em um jogo de neutralidade, os bispos conservadores e defensores do regime, simplesmente, desqualificam os pronunciamentos dos bispos considerados progressistas, afirmando que estes não representam a voz oficial da Igreja. Em maio de 1973, os bispos e superiores religiosos do Nordeste publicaram o documento: *Ouvi os clamores do meu povo*, que versava sobre a situação social da nação. No entanto, em junho de 1973, referindo-se ao documento, o cardeal Dom Vicente Scherer, na alocução *A Voz do Pastor* declara que:

Não manifesto opinião sobre o planejamento econômico adotado e seguido em nosso país. Há defensores e impugnadores, ardorosos e exacerbados, que todos supomos sinceros e convictos. Não cabe à Igreja proferir juízos neste assunto. Quem o faz, como no referido documento que apresenta uma crítica de total repulsa e condenação, o faz como cidadão, não porém em nome e com a autoridade da Igreja que considera este setor fora de sua própria e direta competência (AZZI, 1977a, p. 129).

A ironia nessa guerra de posição é que a própria Igreja ensina que os bispos são sucessores dos apóstolos, mestres da doutrina e possuem autonomia sobre as suas respectivas dioceses, portanto, os bispos, principalmente reunidos (colégio episcopal) falam em nome da Igreja (DIREITO CANÔNICO, 1997). Neste contexto, a "voz" da Igreja se torna "oficial", a partir de posicionamentos ideológicos, os quais possuem duas facetas: a primeira, dos que aderiram ao regime e procuram manter privilégios e prestígios e a segunda dos que denunciam a violência institucionalizada e pensam na luta pela igualdade social, justiça e libertação.

Terceiro, existe a concepção de que a Igreja cuida das questões espirituais e o Estado, da política e da economia. Tradicionalmente a Igreja se pautou pela distinção de que a Igreja se ocupa das questões religiosas, transcendentais e ao Estado cabe lidar com as questões de ordem social, econômica e política, isto é, o

profano. Muitos bispos se apoiaram nessa linha de pensamento, o que foi externado diversas vezes. Em 1970 o cardeal Eugênio Sales afirmou:

Nossa missão é espiritual; não é política. Mas aqueles que constroem a cidade dos homens necessitam para ela de uma alma sem a qual teremos cadáveres e não seres vivos. É nesse campo específico - o espiritual - que nós nos comprometemos a dar, dentro de nossas limitações, mas com todo o entusiasmo uma efetiva ajuda ao progresso e crescimento deste país (AZZI, 1977a, p. 128).

Contudo, a Igreja exorta "o governo para que efetue as reformas políticas e sociais necessárias para melhorar a vida do povo brasileiro". Essa "contribuição" da Igreja é para que com as reformas, uma vez executadas com "a orientação do governo, se evite a presença de movimentos perturbadores da ordem constituída no país" (AZZI, 1977a, p. 129).

Dessa forma, "diante das violações dos direitos humanos, a Igreja atua junto aos poderes constituídos para que se faça justiça" (AZZI, 1977a, p. 130). Atuar junto ao Estado significa evitar qualquer conflito que coloque em perigo a ordem vigente e as relações entre o poder religioso e o poder civil e militar. Portanto, o papel da Igreja não é denunciar os abusos contra os direitos humanos, mas apontar tais violações a fim de que sejam sanadas, sem causar maiores danos aos governantes. Por mais que a Igreja "denuncie" ou aponte as violações dos direitos humanos, ela permanece ao lado do Estado, dando respaldo às autoridades constituídas.

5.3.4 Povo de Deus: A Igreja que se converte

No período do regime militar, ao lado da concepção eclesial tridentina, vigorava outra concepção, que é Igreja Povo de Deus. Esta visão de Igreja baseia-se na Tradição, na Doutrina Social, no Vaticano II, na Assembleia de Medellín e em documentos pontifícios e sinodais. O tema da libertação aparece de forma intensa, pois a problemática levantada por vários bispos é a libertação do povo brasileiro (AZZI, 1977a, p. 131). O ideário, isto é, a Teologia da Libertação desponta como mola propulsora, para que parte da Igreja, o clero e o povo tenham um posicionamento de denúncias e rejeição às violações do regime militar. Em 1973, os bispos do regional Centro-Oeste da CNBB publicaram o documento *Marginalização de um povo*, no qual se afirmava:

Existe um povo que é marginalizado. Não inventamos. É o pessoal com quem vivemos e a cujo serviço nos consagramos. É a grande maioria, a quase totalidade do nosso "povo fiel", "povo de Deus", "povo reunido", "Igreja de

Cristo", como tantas vezes se exprimia o Concílio. É a Igreja de Cristo plantada em nossa região. Com os olhos e os ouvidos vemos e ouvimos, todos os dias, essa gente [...] Nenhuma outra categoria, nenhuma outra classe tem tanta sede de justiça e tanta vontade de libertação. Por isso concluímos: só ele, o povo dos sertões e das cidades, na união e no trabalho, na fé e na esperança, pode ser essa Igreja de Cristo que convida, essa Igreja que faz a libertação. E é só na medida em que entramos nessas águas do Evangelho que nos tornamos Igreja, Igreja-povo, Povo de Deus (AZZI, 1977a, p. 131-132).

Foi feita ainda uma leitura da realidade que demonstra certo oportunismo por parte das autoridades que usavam do pretexto em combater o comunismo para a implantação da estrutura capitalista opressora (AZZI, 1977a). A implantação do capitalismo, para o "desenvolvimento e o progresso" do país, se dá na forma de dependência, como vimos anteriormente, de grupos internacionais sendo que apenas uma pequena parcela da população é favorecida, pois

só podem fazer e de fato o fazem uma política economicista, sobrepondo o produto aos produtores, a renda nacional à capacidade aquisitiva da população, o lucro ao trabalho, afirmação da grandeza nacional à vida dos brasileiros, a pretensão de hegemonia sobre a América Latina ao crescimento harmônico do continente. Já está mais do que provado e disto nossas autoridades não fazem segredo, que foi aceito o caminho do "capitalismo integrado e independente" para o nosso "progresso". Mais provado ainda está que o "modelo brasileiro" visa a um "desenvolvimento" que é só um enriquecimento econômico de uma pequena minoria. Este enriquecimento da minoria será fruto da concentração planejada da riqueza nacional que, em termos mais simples, é o roubo do resultado do trabalho e do sofrimento da quase totalidade da população que progressivamente se irá empobrecer (AZZI, 1977a, p. 133).

Embasados nesse novo modelo eclesial, o grupo da REB identifica uma mudança na orientação da Igreja na América Latina, na busca por libertação. Como parte da Igreja, no modelo tridentino, aceita e compactua com o regime vigente, isto é, o militar, também aceita o sistema capitalismo como sendo apropriado para o país. O que se há de perguntar é por que membros da Igreja optam por um sistema opressor e o legitimam, e abominam um sistema que pensa na igualdade e na justiça que se assemelham ao cristianismo⁸⁴. A partir da identificação de que o capitalismo é a grande causa das mazelas da população brasileira, a Igreja dá sinais de conversão, ao menos um grande grupo de cristãos começa a compreender o papel libertador do cristianismo. É o que expõe D. Helder Câmara.

A Igreja, na América Latina, colaborou longo tempo com a ordem, as autoridades. Eu bem sei que não temos o direito de julgar o passado com a mentalidade do presente. Mas, finalmente é uma constatação: durante três

⁸⁴ Esta temática merece um estudo mais aprofundado, mas questões como o ateísmo, as lutas de classes etc, são alguns temas que muitos rejeitam no marxismo. Porém, devem-se analisar ainda os pactos entre Estado e Igreja e os benefícios que esta última recebeu, o que pôde levar a uma acomodação com o sistema.

séculos a Igreja aceitou a ordem social. Na medida em que compreendemos que esta ordem é somente a estratificação de injustiças, percebemos essa culpabilidade. Pregávamos a paciência, a prudência. Num dado momento, percebemos que dávamos razão a Marx: a Igreja era uma força alienada que se alienava a si mesma. E convencemo-nos de que era preciso, ao contrário, 'conscientizar as massas' (AZZI, 1977a, p. 135).

O mais importante e o grande momento da Igreja no Brasil, como um pensamento renovador e revolucionário, é quando esta "rompe com o poder político, questiona a própria ordem estabelecida e coloca-se ao lado dos pobres e oprimidos" (AZZI, 1977a, p. 135). O que acontece no Brasil nem sempre acontecia em outros países da América Latina, como observa Michael Löwy:

De um país ao outro podemos encontrar orientações não só diferentes como às vezes totalmente opostas: por exemplo, na Argentina, durante a ditadura militar e sua "guerra suja" (trinta mil assassinados ou "desaparecidos") contra "subversão", a Igreja tolerou, com seu silêncio subserviente, a política do regime; hoje ela pede o "perdão" dos torturadores e assassinos da Forças Armadas e mobiliza toda a sua força contra o verdadeiro perigo que ameaça o país... o divórcio. Da mesma maneira, na Colômbia, a Igreja continua comprometida de corpo e alma com o sistema oligárquico e, em nome da religião, legitima a guerra contra o comunismo ateu. Por outro lado, no Brasil, a partir de 1970, a Igreja denunciou o regime militar e, no decorrer dos últimos vinte e cinco anos, deu apoio à luta dos trabalhadores e camponeses por melhores salários e pela reforma agrária (2000, p.65).

As guerras de posição entre Igreja e Estado ganharam proporções gigantescas, pois o regime via na instituição eclesiástica, principalmente nos padres vermelhos, o perigo a ser combatido, com torturas e perseguições.

5.3.5 A Igreja profética: denúncias

Estas dão origem aos grandes atritos ou às crises entre o Estado e a Igreja e na revista vão aparecendo em forma de denúncias. Na revista de dezembro de 1976, há um aceno a respeito do que vinha acontecendo no Brasil.

Não queremos deixar de ressaltar na parte de Documentação a Comunicação Pastoral ao Povo de Deus emanada da CNBB, onde se consta um ponto alto profético da Igreja mergulhada nos conflitos ineludíveis deste país, sabendo evangelicamente tomar posição em favor dos pisoteados pelo poder opressor. (EDITORIAL, 1976a, p. 03).

A atuação por parte da Igreja libertadora ganhou grandes proporções, na REB, reveladora de algumas denúncias e, ao mesmo tempo, com artigos que relatam denúncias feitas em diversas partes do país e do exterior. Dessa forma, mostra a posição de muitos membros da Igreja, seja do clero ou de leigos.

No ano de 1975, os bispos do Estado de São Paulo publicaram o documento: *Não oprimas teu irmão*, afirmando: "manifestamos nosso desejo de colocarmo-nos sempre ao lado dos que estão sofrendo e de caminharmos juntos com todos os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país". Realmente a Igreja, na pessoa de D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo auxiliar de São Paulo, demonstra que a instituição eclesial está do lado dos que sofrem, ao falar em sua homilia sobre a morte do metalúrgico Manuel Fiel Filho.

Não é lícito, diante de fato lamentável como a morte de Manuel, descarregar a responsabilidade pelo acontecimento num carcereiro ou general, quando, sem excluir culpas pessoais que devem ser provadas, o grande mal nasce da dupla ordem (que não passa de desordem) existente no país: ordem institucional e ordem constitucional, tendo-se aviltado, inclusive, no sistema, o poder judiciário (AZZI, 1977a, p. 136).

Além disso, as denúncias eram feitas em outros países, como a revista *L'Express*, da França, em que D. Helder Câmara relata:

Quando há uma herança de miséria, os povos se deixam arrastar pelo fatalismo. Começamos a querer movimentar. A fazer movimentar os outros. E eis a divergência central na apreciação das realidades. O governo reconhece que as condições são subumanas, mas ele diz que precisa de tempo. Ele pensa que, se nós pedimos ao povo que abra os olhos, somos agitadores, fazemos o jogo dos comunistas. Nós, nossa posição é radicalmente diferente. Dizemos: está escrito na Bíblia - mas nós o esquecemos - que Deus criou o homem segundo a sua imagem. E que ele o encarregou de dominar a natureza e concluir a criação (AZZI, 1977a, p. 137).

Os bispos e muitos outros membros do clero contribuíram com suas denúncias quanto às mazelas do regime militar. Na ânsia em estar com o povo e lutar pela libertação, foram publicados alguns documentos que demonstram o esforço de uma parcela da Igreja em favor dos direitos humanos.

- *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. 10 de outubro de 1971. D. Pedro Calsadálga, bispo de São Félix, Mato Grosso.
- *Testemunho de Paz*. Declaração conjunta do episcopado paulista. Brodósqui, 8 de junho de 1972.
- *Ouvi os clamores de meu povo*. Documento de bispos e superiores religiosos do Nordeste, 6 de maio de 1973.
- *Marginalização de um povo*. Declaração dos bispos do regional Centro-Oeste, 6 de maio de 1973.
- *Y - Juca Pirama. O índio, aquele que deve morrer*. Documento assinado por bispos e missionários da Amazônia, 25 de dezembro de 1973.
- *Não oprimas teu irmão*. Documento do episcopado paulista. Itaici, 30 de outubro de 1975.
- *Comunicação pastoral ao Povo de Deus*. Documento dos Bispos da Comissão Representativa da CNBB. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1976 (AZZI, 1977a, p. 121).

Nesse período, os bispos lançaram diversos documentos e declarações, "tomando atitudes em defesa dos prisioneiros políticos, em defesa da liberdade de

palavra: em defesa dos direitos individuais de cada cidadão; em defesa da classe operária; em defesa dos camponeses e das populações indígenas" (AZZI, 1977a, p. 121).

Na REB, na seção de Crônicas, verificam-se muitos relatos sobre abordagens, maus-tratos, torturas e mortes por parte dos agentes do Estado, sempre em nome da segurança nacional. Numa dessas crônicas intitulada *O sacrifício do Pe. João Bosco*, narra como aconteciam essas atrocidades.

Outro episódio de violência voltou a traumatizar a opinião pública, não só do Brasil como de todos aqueles que, no exterior, se interessam e lutam pela defesa dos direitos humanos. Desta vez foi a morte violenta do Pe. João Bosco Penido Burneir, jesuíta, missionário, que há dez anos se dedicava aos índios Bacairi, na Prelazia de Diamantino, MT, e era coordenador do CIMI (Conselho Indígena Missionário) no norte de Mato Grosso. Foi morto na delegacia de polícia de Ribeirão Bonito, povoado de São Félix no município de Barra do Garças, quando tomava a defesa de duas mulheres maltratadas pelos soldados (CRÔNICAS, 1976d, p. 966).

Episódios⁸⁵ como estes, são relatados nas páginas da REB e, como se sabe eram frequentes em diversas localidades no Brasil. Diante dos acontecimentos, há, na REB, um posicionamento e denúncias de abusos que violem os direitos humanos em diversas esferas do Estado, seja em pequenos litígios ou nas altas esferas do poder, onde há suspeita de subversão.

Na revista do mês de março de 1977, portanto, a primeira do ano, em sua capa vermelha vem estampado o título: *Direitos Humanos e Evangelização*. À exceção da Comunicação feita por Eduardo Hoornaert⁸⁶, todos os Artigos e Comunicações versam, explicitamente, sobre a temática dos Direitos Humanos. O editorial, que aqui analisamos, demonstra os interesses desse grupo de intelectuais sobre a problemática e, ainda mais, sobre a violação desses direitos, prática recorrente no Brasil autoritário.

Nesses últimos anos, a Igreja assumiu uma reconhecida liderança na defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, seriamente comprometidos pelas práticas impostas pelo regime vigente no país desde 1964. Não que somente agora a Igreja viesse a denunciar violações dos direitos do cidadão. Nossa história pátria, que conheceu a escravatura, testemunha o quanto tem sido difícil manter a coerência entre mensagem evangélica e práticas sociais discriminadoras. Mas não se pode negar que nos últimos anos a consciência cristã revelou aguda sensibilidade na defesa dos direitos humanos como uma tarefa da própria evangelização (EDITORIAL, 1977d, p. 03).

⁸⁵ A fim de fornecer maior esclarecimento sobre o assunto, a revista de junho de 1976, relata outro ato de extrema violação aos direitos humanos. "Os métodos brutais de interrogatório aplicados pela polícia de São Paulo provocaram a morte do operário Manuel Fiel Filho, metalúrgico que fora levado ao DOI/CODI para averiguações. Mais tarde a polícia divulgou a versão de que o operário se havia suicidado na prisão (idêntica manobra se aplicara à morte de Wladimir Herzog c.f REB 1975, p. 951-952). Mas essa versão foi contestada, por exemplo, por diversos bispos auxiliares da cidade paulista, como Dom Angélico Sândalo Berardino" (CRÔNICAS, 1976b, p. 453).

⁸⁶ "Para uma História da Igreja no Brasil"

Assim, constatamos o diálogo constante com as diversas ciências, fundamentando, neste caso específico, os direitos humanos e, concomitantemente, tendo cuidado em não se atrelar a uma visão idealista, para que o regime militar não faça dos próprios direitos humanos uma ferramenta de legitimação contra esses direitos fundamentais. A propósito dessa questão ideológica, o teólogo uruguaio Juan Luis Segundo (1977a, p. 101) explicita em seu artigo:

E isto me leva a outro aspecto, talvez o mais desumano e antievangélico da defesa atual dos direitos humanos. Introjaram em nós mesmos uma culpabilidade alheia. Porque mesmo nós, nos países pobres, caímos na arapuca ideológica de imaginar que, por uma tara genética dos países latino-americanos, todas as nossas autoridades são propensas à prepotência, ao sadismo, à tortura. E que os países ricos, dotados provavelmente de melhor carga genética, nos dão o exemplo de como o homem é respeitado em seus direitos.

A aceitação "pacífica" de violações de direitos humanos, achando-as "naturais", denota um suposto aspecto do povo latino americano de submissão e subserviência em relação aos povos do Norte. Esse posicionamento ideológico é utilizado, por vezes, pela classe dominante e pelo aparato do Estado em função de sua "força coercitiva e punitiva" (SADER, 2005. p.121), estabelecendo a dominação das classes subalternas.

As revistas de 1977 continuaram a abordar o assunto dos direitos humanos, como referido nos editoriais. O editorial de junho constata que um bispo jurista analisa criticamente a postura ideológica sobre a questão da segurança nacional, que era utilizada para legitimar ações de prisões arbitrárias e torturas feitas pelo regime contra os suspeitos e subversivos.

Dom Cândido Padin, bispo de Bauru - SP, conhecido e atento crítico da ideologia presente no regime militar brasileiro, coloca as balizas fundamentais para o correto entendimento da Doutrina da Segurança nacional e suas práticas políticas. É o contexto maior dentro do qual a Igreja vê inscrita sua própria pastoral e os conflitos que, eventualmente, pode provocar (EDITORIAL, 1977b, p. 241).

Na REB de setembro não faltaram críticas ao regime vigente sobre as contradições em seu interior, sobretudo na implantação e manutenção e, ao mesmo tempo, detectando-se para que esses direitos sejam de fato respeitados é preciso criar-se condições basilares.

Numa reflexão de grande lucidez, o historiador Eduardo Hoornaert nos chama a atenção sobre as ambiguidades que se ocultam sob as campanhas em defesa dos direitos humanos promovidas pelos mandatários dos países metropolitanos de nosso sistema. Defender os direitos humanos demanda a criação de condições nas quais eles possam ser vividos e respeitados (EDITORIAL, 1977c, p. 465).

Já na última revista do ano, o redator, ao desejar boas festas, relembra que "os tempos que vivemos são desafiadores e, às vezes, maus. Mas não pode haver tristeza quando nasce a vida" (EDITORIAL, 1977d, p. 674). Dessa forma, compreendemos o interesse dos intelectuais nas diversas problemáticas vividas no país. Os direitos humanos tornaram-se uma questão de profunda reflexão pela situação em que o país se encontrava.

5.4 Um Olhar Sobre Puebla, os Pontífices e o Grupo da REB

A primeira revista do ano de 1978 é dedicada a refletir de modo particular sobre a preparação para a 3ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano - CELAM⁸⁷, que ocorrera no ano de 1979. Essa é uma nova guerra de posição travada nas páginas da REB. Com isto, "este número da REB é dedicada à análise dos "*Subsídios para Puebla*"⁸⁸ ao Documento de Consulta para a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino Americano" (EDITORIAL, 1978a, p. 03). Ao falar sobre o documento de preparação para a conferência de Puebla, percebe-se certo pessimismo quanto aos rumos a serem trilhados.

O documento é decepcionante. Não atende às grandes expectativas da Igreja continental que espera ser reafirmada na caminhada dos últimos anos. Sente-se em todas as partes a vontade de frear, de reprimir posições do passado e polemizar. Falta ao texto um senso de realidade em dois sentidos: não detecta com pertinência os problemas sociais do Continente; não se esforça por ir às causas que os explicam e à proposta que oferece para o seu equacionamento, recende a uma velha fórmula, totalmente inviável no contexto do mundo atual: a gestação de uma cultura cristã, de uma civilização do amor (EDITORIAL, 1978a, p. 03).

Ao que tudo indica, há uma grande resistência por parte dos intelectuais da REB com relação ao documento de preparação para a conferência de Puebla. De fato, os intelectuais da REB esperavam que Puebla pudesse consolidar o que havia sido conquistado na conferência de Medellín. O teólogo José Comblin, intelectual presente na REB, observa em seu livro, *Cristãos Rumo ao Século XXI*, que, em Medellín, "a opção pelos pobres quis significar uma transformação da Igreja" (COMBLIN, 1996, p. 33). A constatação do citado livro coincide com os objetivos do grupo da REB, que

⁸⁷ Antes de Puebla aconteceram a 1ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, no Rio de Janeiro, 1955, e depois a 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín, em 1968.

⁸⁸ Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, Itací, 18 a 25 de abril de 1978.

busca uma Igreja que seja "mais acessível aos pobres, a escolha de uma prioridade na ação evangelizadora e a prioridade pela libertação dos pobres, ou seja, pela transformação da sociedade injusta" (COMBLIN, 1996, p. 33). Foi justamente este o receio por parte do grupo da REB: perder as conquistas da Conferência de Medellín. Menciona-se no editorial que

O documento abandona a perspectiva consagrada em Medellín. Aí a Igreja fez grandes opções: pelos pobres, pela libertação integral, pela Igreja particular, especialmente pelas comunidades eclesiais de base. Citam-se muitos textos dos documentos de Medellín. Entretanto a ótica é abandonada. A proposta do texto não é mais a opção pelos pobres que trouxe credibilidade à Igreja e a enriqueceu com inegáveis valores evangélicos, mas é em favor da cultura cristã, alternativa que pretensamente se oferece à férrea divisão do mundo entre "coletivismo totalitário" e "capitalismo materialista", na expressão de consulta. Cremos ser esta a fórmula que os autores do texto encontraram para obviar uma opção mais decidida da Igreja pelos esbulhados milhões de nossos países. A Igreja não opta, dizemos nós, nem pelo capitalismo, nem pelo socialismo. Ela opta pelo povo que, geralmente, está à margem de um ou de outro sistema (EDITORIAL, 1978a, p. 03).

Como se tem observado, negar ou amenizar a Conferência de Puebla, contradizendo a de Medellín, tornar-se-ia um golpe ao grupo de intelectuais, uma vez que essas conferências fortaleciam o ideário do grupo. As reflexões e apontamentos feitos pelos intelectuais da REB tornaram-se de grande valia naquele momento decisivo, tendo em vista que muitos dos bispos que se fizeram presentes na conferência partilhavam de um mesmo ideário.

No ano de 1978, Puebla esteve no centro das atenções dos intelectuais da REB. Na revista de junho, continua o debate sobre essa conferência, não "apenas subsídios, mas colaborações que ganham valor pela objetividade das próprias causas em si mesmas" (EDITORIAL, 1978b, p. 193). No editorial é suscitada novamente a temática pertinente ao contexto, como vemos abaixo:

J. Comblin, consagrado teólogo de nosso continente, reflete sobre alguns eixos básicos da pastoral e teologia latino-americana como secularismo, religiosidade popular, cristologia de libertação, pneumatologia etc. Há sempre algo de novo e de sugestivo nas reflexões de Comblin. José Oscar Beozzo, conhecido historiador e sociólogo, completa com uma minuciosa análise o que estava apenas esboçado no Documento de Consulta para Puebla: quem eram os verdadeiros missionários da Igreja na Colômbia e que tipo de cristianismo foi aqui implantado. (EDITORIAL, 1978b, p. 193).

A insistência por parte do grupo da REB demonstra um exaustivo esforço para manter e estreitar ainda mais os laços intelectuais, com um apelo à práxis, numa "dimensão teológica da prática política" (EDITORIAL, 1978b, p. 193). Aqui aparece uma elaboração que foge de qualquer idealismo, em que "toda a política tem a ver com a realidade do Reino, pouco importa o que pensam e querem os políticos"

(EDITORIAL, 1978b, p. 193). Os intelectuais entendem que a fé e a política são dimensões de uma mesma realidade, portanto, não contraditórias. Assim, ser cristão implica necessariamente comprometer-se com a política, por ser uma exigência da fé.

Com a morte do Papa Paulo VI, no dia 06 de agosto, a Conferência de Puebla, que ocorreria de 12 a 18 de outubro de 1978, foi adiada para que o Conclave se reunisse para a eleição do novo Papa. Já no editorial de setembro faz-se menção à morte do Papa.

Os Papas vão e vêm. A Igreja continua com o Papado na ansiosa expectativa do advento definitivo do Filho do Homem. Paulo VI, cuja memória será guardada, foi providencial para esta quadra difícil da Igreja; foi o Papa da abertura ao mundo, da comunidade cristã que se solidariza com as alegrias e esperanças, angústias e tristezas do nosso tempo; por isso foi o Papa que mais sentiu e sofreu com os conflitos que se espelharam na techedura eclesial; mas soube suportá-los com o espírito de bem-aventuranças. A Igreja inteira lhe é grata pela paciência histórica que demonstrou, mantendo o espaço eclesial unido e aberto às diversas formas de expressões da fé nos dias de hoje (EDITORIAL, 1978c, p. 385).

A continuidade de abertura foi, de fato, característica marcante no pontificado de Paulo VI (1963-1978). O Papa Montini⁸⁹ herdara uma Igreja em profundas transformações, pois o Concílio Vaticano II não havia findado com o início de seu pontificado. Em um período de grandes transformações, "coube a ele dirigir o concílio à bem-sucedida conclusão dos trabalhos, supervisionar a implementação de suas reformas e, enquanto isso, manter unidos conservadores e reformistas" (DUFFY, 1998, p. 275).

Georges Suffert (2001) afirma que Paulo VI havia tomado quatro decisões que iriam marcar o seu pontificado.

- A continuação do Vaticano II e as suas conclusões;
- A reorganização da cúria romana;
- Nas grandes viagens, Paulo VI esteve na divisa entre a Palestina e Jerusalém, além disso esteve em Uganda, Índia, em Nova York, onde fez discurso como chefe de estado.
- E a multiplicação dos encontros ecumênicos como, por exemplo, o patriarca de Constantinopla⁹⁰, e o arcebispo de Canterbury,⁹¹ valorizando a dimensão ecumênica do concílio (SUFFERT, 2001, p. 465-466).

⁸⁹ O Nome de batismo de Paulo VI era Giovanni Battista Montini.

⁹⁰ Nos primeiros séculos do cristianismo eram conhecidos cinco patriarcados, o de Jerusalém, Antioquia, Alexandria, Roma e Constantinopla. Roma foi reconhecida como sendo a sede do patriarcado do Ocidente e os demais patriarcados do Oriente. No entanto, Roma reivindica a supremacia da autoridade sobre toda a Igreja. O encontro entre Atenágoras e Paulo VI foi uma tentativa de aproximação, os dois

Apesar de ser considerado um Papa que se abriu às novas propostas suscitadas no Vaticano II, o pontificado de Paulo VI deixa dúvidas quanto à eficácia de seu reinado. Primeiramente pela crise gerada, em que mais de 20 mil padres deixaram o ministério, sendo 5 mil só na França (SUFFERT, 2001, p. 466). E ainda teve de lidar com "teólogos, padres e inúmeros leigos que tentam lançar as bases de uma aproximação entre católicos e comunistas" (SUFFERT, 2001, p. 466). De fato, Paulo VI foi intitulado o Papa dos pobres, principalmente quando escreve a encíclica *Populorum Progressio*, que demonstra ser "radical a respeito da justiça social" (DUFFY, 1998, p. 276). A encíclica foi muito bem recebida, principalmente nos países de terceiro mundo, quando ele denuncia "o liberalismo econômico irrestrito como um 'sistema gerador de miséria' e exorta os países ricos a utilizarem a 'riqueza excedente' no mundo em benefício dos pobres" (DUFFY, 1998, p. 276).

Esta postura de um Papa "progressista", na verdade, agradara o grupo da REB, por se declarar de forma explícita a favor da justiça social e, ao mesmo tempo, se dispõe a superar uma barreira quase que intransponível, que é a aproximação de marxistas e cristãos. Por outro lado, o Papa reiterou o celibato, demonstrando uma postura conservadora. Este caráter contraditório de seus posicionamentos aparece também na sua personalidade por ser "um homem complexo, afetivo, capaz de amizades profundas e duradouras, porém reservado, vulnerável à magoa" (DUFFY, 1998, p. 280). O seu pontificado demonstra um homem de grande inteligência, mas "extremamente sensível às críticas e tinha consciência aguda da solidão e do isolamento de sua posição" (DUFFY, 1998, p. 280).

No mesmo editorial de setembro, é saudado o novo Papa, João Paulo I, como o homem ideal para governar a Igreja com seus desafios no mundo contemporâneo.

O novo papa João Paulo I emerge como a soma feliz de seus dois sucessores imediatos. Esperava-se um Papa pastor, de grandeza de coração e de exuberante bondade, pois só a bondade convence definitivamente e torna a verdade cristã digna de acolhimento. Aguardava-se um Papa ligado ao caminhar concreto do Povo de Deus, mas eloquente pelos gestos do que pela argumentação, sensível à paixão deste mundo e solidário com os humilhados de nossa história. E Deus ouviu a súplica do povo cristão e da humanidade. Assume o Supremo Pontificado um homem de origens humildes, com um sorriso que transmite confiança e com uma confiança que faz crer na paz e na

"cancelaram a mútua excomunhão que havia séculos separa as Igrejas do Oriente e do Ocidente" (DUFFY, p.276, 1998). Isto devido ao cisma do Oriente com o Ocidente no ano de 1054, provocando uma grande divisão no cristianismo.

⁹¹ O rei Henrique VIII, no ano de 1534, rompeu com a Igreja de Roma, declarando-se o chefe supremo da Igreja da Inglaterra (Igreja Anglicana).

fonte inesgotável da esperança. *Humilitas* é o lema inscrito no seu brasão. A humildade coloca o homem junto ao húmus, no chão, no contanto, com todos. É o significado que transparece das poucas palavras, dos gestos, do sorriso que já lhe granjearam a simpatia dos fiéis e dos homens de boa-vontade. Quer ser um homem a serviço de todos os homens. Quer continuar a diaconia de Cristo para o nosso tempo (EDITORIAL, 1978c, p. 385).

O que se sabe de João Paulo I é que seria de fato um Papa popular, vinculado ao povo e que, ao mesmo tempo, seria capaz de trabalhar com os diversos problemas *ad intra* e *ad extra*, isto é, no interior da Igreja e com o mundo. Como toda sucessão pensa-se no perfil, na política adotada, e o Papa do sorriso, como foi apelidado, encaixaria no que a Igreja precisava naquele momento. Na opinião popular da época, mesmo parte da hierarquia, assim como teólogos e sociólogos afirmavam que "é preciso que o novo bispo de Roma seja um homem tranquilo e doce; que se dedique a resolver os problemas internos urgentes" (SUFFERT, 2001, p. 466). A grande esperança, que se havia tornado realidade, não perdurou por muito tempo. João Paulo I⁹² teve um curto pontificado de apenas 33 dias, sendo encontrado morto nos aposentos papais devido a uma "embolia coronária"⁹³ (DUFFY, 1998, p. 282).

O inesperado aconteceu e, nas páginas da REB, de dezembro, no editorial, é mencionada a morte de João Paulo I com o menor pontificado da história e anuncia-se o seu sucessor, João Paulo II, que viria a ter um dos maiores pontificados de todos os tempos.

Os Papas vêm e vão. Entre o último número da REB em setembro e agora fomos visitados por dois Papas. João Paulo I com apenas 33 dias de pontificado deixou marcas indeléveis na Igreja: revelou a figura de um Papa-homem e muito menos de um Papa-imperador. Sua simplicidade, seu sorriso, alguns gestos de total espontaneidade projetaram a figura evangélica de um Papa desvinculado da pompa e poder que se havia incrustado no papado e comprometido com os humildes. Nisso foi perfeito. Atingida a perfeição, Deus o tomou para si. Havia cumprido a sua missão e dado a mensagem de Deus ao mundo (EDITORIAL, 1978d, p. 577).

Com a morte de João Paulo I, sobe ao trono de Pedro um polonês, o primeiro "não-italiano" (DUFFY, 1998, p. 282) desde 1522, Karol Wojtyła, o Papa João Paulo II, com 58 anos. A sua eleição consta no editorial da REB, e se faz uma possível "previsão" de como será o seu pontificado.

O Papa João Paulo II se apresenta, verdadeiramente, como o Cabeça da Igreja. Herdou de seu predecessor a informalidade e a humildade. Mas, ao mesmo tempo, transmite a imagem de um líder religioso que possui determinação e que pode, com inteligência, conduzir a Igreja pelas

⁹² Houve na época especulações sobre a sua morte por envenenamento, contudo não há nada que comprove esse fato. Tanto Suffert (2001) como Duffy (1998), estão de acordo que essas suposições não passam de especulações.

⁹³ Inflamação nas veias coronárias.

contradições deste mundo que se manifesta também em seu próprio interior. Ele inspira segurança e confiança de que o passo acertado da Igreja a partir do Vaticano II será confirmado e aprofundado (EDITORIAL, 1978d, p. 577).

Os anseios do grupo da REB são postos à mesa de forma cautelosa, como é visto no fragmento acima, porém não se espera, com grande entusiasmo, um compromisso com as questões sociais, como foi manifestada na eleição de João Paulo I. Contudo, vale lembrar que Karol Wojtyła era um "desconhecido", e quando eleito, foi "recebido, no mundo inteiro, com uma ponta de espanto e de simpatia; por que não dizer a verdade: é recebido com ceticismo. O que um polonês vai ter a dizer nessa época de ferro e de mirantes?" (SUFFERT, 2001, p. 473-474).

Apesar dos acontecimentos mencionados acima, a respeito dos pontífices, a REB, no entanto, como atesta o editorial, "quase a totalidade deste número da revista, é dedicada aos grandes temas que serão discutidos em Puebla" (EDITORIAL, 1978d, 577). Assim, o grupo esteve com o olhar atento ao Vaticano e com as mãos a trabalhar em função de Puebla, que certamente iria delinear o viés a ser desenvolvido e aprofundado por esses intelectuais. As preocupações com Puebla se encontram nas "opções de fundo, definir melhor os destinatários (o povo de Deus) e, em função disto, escolher o gênero literário e a linguagem mais adequados" (EDITORIAL, 1978d, p. 577). As opções mencionadas significam posicionar-se diante de questões que urgem de respostas e engajamento por parte dos intelectuais, e a linguagem faz referência à acessibilidade dos leitores e ouvintes, para que não seja vulgar e, ao mesmo tempo, seja inteligível aos destinatários.

5.5 1979: Puebla e a Legitimação do Ideário

O ano de 1979 tornou-se importante para o grupo da REB, pois a Conferência realizada em Puebla trouxe a confirmação, se não a legitimação, do ideário que é trabalhado pelos intelectuais da REB. De fato, o editorial do mês de março salienta que "a REB tem acompanhado ativamente todo o processo eclesial de preparação a Puebla" (EDITORIAL, 1979a, p. 03). O documento, produzido pelos bispos representa uma conquista do grupo, uma vez que esses intelectuais contribuíram para a sua elaboração e "cabe recordar que o texto representa o ponto culminante de toda uma caminhada" (EDITORIAL, 1979a, p. 03). O editorial atesta que:

Podemos dizer que Puebla ratificou as esperanças e desfez os temores de que muitos haviam, não sem razão, levantado nos meses que antecederam a Assembleia. A Igreja saiu fortificada em sua unidade e enriquecida com uma

consciência mais comprometida com o povo de Deus que peregrina em nossos países, especialmente com os mais necessitados, Houve avanços notáveis face a Medellín. Os avanços se fizeram especialmente pelos lados, alargando a base da Igreja e fazendo com que muita gente tenha assumido, oficialmente, os grandes passos que marcaram a Igreja latino-americana saída do Vaticano II e de Medellín (EDITORIAL, 1979a, p. 03).

De fato, Puebla reiterou as propostas feitas em Medellín e acentuou a opção preferencial pelos pobres. Luiz Cechinato (1980, p. 143) esclarece que o "'Pobre' não é só aquele que não tem dinheiro, mas todo homem oprimido, explorado, desprezado, marginalizado, isto é, aquele que não tem nem vez nem voz na sociedade". Salienta ainda que "opção" significa uma "escolha, decisão, tomada de posição entre duas coisas" (CECHINATO, 1980, p. 143). Os pobres têm a primazia, a preferência, uma vez que estão à margem da sociedade.

O grupo de intelectuais da REB se torna tão coeso que o editorial não hesita em afirmar: "o presente número da REB apresenta alguns estudos de teólogos que estiveram presentes em Puebla" (EDITORIAL, 1979a, p. 03). E como postura, nota-se que "importante é assumir Puebla, fazê-la o marco orientador de comunhão e participação de todos na mesma caminhada" (EDITORIAL, 1979a, p. 03).

A opção pelos pobres tornou-se um dos temas chave para os intelectuais da REB, juntamente com o tema da libertação. Outra temática, que figura no documento de Puebla, é sobre o "Povo". O documento traz um capítulo sobre o assunto: *A Verdade a Respeito da Igreja: o Povo de Deus* (Doc Puebla, 1979 p.102). A REB do mês de junho, na capa, porta o título: *Na Igreja, Quem é o Povo?* Num artigo de Henrique E. Groenen "pergunta-se pelo conteúdo analítico da expressão "povo" quando falamos de Povo de Deus" (EDITORIAL, 1979, p. 193). No mesmo artigo, é feita uma análise semântica, afirmando que "a palavra encerra níveis de compreensão muito diversos, correspondendo a níveis diversos da realidade social, compreendidos pela expressão "povo" (EDITORIAL, 1979b, p. 193). E, por fim, como a concepção, a polissemia da palavra "povo" "afeta a realização da Igreja" (EDITORIAL, 1979b, p. 193). Aprofundando a respeito do conceito "povo", Frei Betto também contribui, como atesta o redator:

Frei Betto tem-se mostrado um grande animador e analista da pastoral popular na Igreja do Brasil. Suas observações guardam um caráter testemunhal que ajudará a fazer a História da Igreja a partir dos olhos do povo e, ao mesmo tempo, traz um momento de lucidez em face de tantas ilusões em que pode cair a pastoral voltada para os problemas do povo e feita pelo próprio povo cristão. O presente ensaio é muito útil para experiências afins. (EDITORIAL, 1979b, p. 193).

O "povo" realmente, por vezes, tem uma relação paradoxal dentro da Igreja, principalmente porque existe uma hierarquia eclesiástica. A função do povo, isto é, do leigo, nem sempre foi bem definida, e, por vezes, este foi subjugado e subestimado, visto como ignorante, sem conhecimento necessário para compreender as coisas da fé. O que Frei Betto compreende por "fazer a História da Igreja a partir do povo" (EDITORIAL, 1979b, p. 193) é uma igreja que comece da base, dos anseios da população, isto é, do próprio povo.

Apesar da REB focar em temáticas contemporâneas, com problemáticas que tocam a realidade presente, não deixa de estabelecer seu diálogo com questões intelectuais passadas, que ajudam a compreender as dificuldades atuais. Assim, no editorial, o passado diz algo sobre o presente, quando "Gilberto Vilar de Carvalho fez um estudo minucioso e original sobre a presença ativa do clero nas duas revoluções republicanas de 1817⁹⁴ e 1824⁹⁵" (EDITORIAL, 1979b, p. 193). O presente torna-se consequência do passado por compreender os "ideais libertários de Frei Caneca, Arruda Câmara e de João Ribeiro, sacerdotes que podem ser considerados próceres da Teologia da Libertação no Brasil" (EDITORIAL, 1979b, p. 193).

A revista REB surpreende, no seu diálogo intelectual-cultural, quando apresenta o artigo do jesuíta João Alfredo Rohr sobre: *Os Sítios Arqueológicos Brasileiros e os Problemas de sua Preservação*. O redator no editorial relata o "empenho e a competência do Pe. Rohr na preservação dos nossos sítios arqueológicos, especialmente dos sambaquis⁹⁶" (EDITORIAL, 1979b, p. 193).

A temática Puebla continua a ser objeto de pesquisa, nas páginas da REB, no ano de 1979. Na revista de setembro, são aprofundados dois temas que se encontram no documento de Puebla. O editorial assinala: primeiro, a reflexão "sobre a vinculação entre Igreja e justiça" (EDITORIAL, 1979c, p. 369) e, depois, ressurgem novamente o "compromisso da Igreja com os direitos humanos, especialmente dos mais pobres se deriva de seu seguimento de Jesus e de suas práticas libertadoras" (EDITORIAL, 1979c, p. 369). Num viés de uma teologia mais sistemática, é elaborado como "se articula a graça de Deus, que é dom, com a libertação do homem, que é

⁹⁴ Referência à Revolução Pernambucana, conhecida também como revolução dos Padres.

⁹⁵ Conhecida como Confederação do Equador, teve seu polo principal no Nordeste do país, tido como movimento revolucionário.

⁹⁶ "Os sítios arqueológicos do Brasil são numerosos e variados. Os mais importantes da zona litorânea, sem dúvida, são os "sambaquis", isto é, montanhas de conchas, que podem alcançar até trinta metros de altura por centenas de comprimento (...). Todos os sambaquis, porém, que se elevam acima do nível do solo, são artificiais; isto é, foram construídos por populações pré-históricas, que ocupavam o litoral antes da chegada do homem branco às Américas" (ROHR, 1979b, p. 254).

empenho" (EDITORIAL, 1979c, p. 369). Essa reflexão de Miranda França é embasada "no horizonte da Teologia da Libertação e do documento final de Puebla" (EDITORIAL, 1979c, p. 369).

No constante diálogo com as ciências, Groenen procura explicitar num artigo, "o papel da Igreja junto à religião do povo; combina, de uma maneira feliz, teologia pastoral com ciências sociais e antropologia" (EDITORIAL, 1979c, p. 369). Nas Comunicações desse número, é apresentada "uma ampla pesquisa feita em todo Estado do Rio de Janeiro sobre a chaga do lenocínio promovida pelo grupo de trabalho 'Vida, defesa da mulher marginalizada'" (EDITORIAL, 1979c, p. 369). Findando o editorial, numa apreciação sobre a vida intelectual, é destacado que a "vida precisa de alimento. A vida intelectual exige, para o seu alimento, a serenidade e o rigor das produções" (EDITORIAL, 1979c, p. 369), e exalta o periódico que, "neste número, a REB o oferece abundantemente" (EDITORIAL, 1979c, p. 369).

No último número da revista de 1979, no editorial, aparece uma apologética que o grupo faz ao seu ideário e de sua própria atuação como intelectuais orgânicos. A "acusação de que os agentes de pastoral e os teólogos comprometidos com a libertação dos oprimidos esvaziaram a oração e liquidaram com a mística e a contemplação" (EDITORIAL, 1979d, p. 561). Como resposta, o grupo utiliza-se da própria imersão nas questões sociais, como "espiritualidade de encarnação e de libertação" (EDITORIAL, 1979d, p. 561). Dessa forma, o pensamento teológico "nasce de uma profunda experiência espiritual prévia" (EDITORIAL, 1979d, p. 561). De fato, os teólogos compreendem que a "teologia vem depois, como palavra segunda e como esforço de intelecção e aprofundamento daquilo que foi, primeiramente, vivido na fé e no amor comprometido" (EDITORIAL, 1979d, p. 561).

Ao contrário, é dessa dimensão radical da fé que haurem a inspiração libertadora. À luz disso se entende que as principais produções da literatura espiritual dos últimos anos têm sido, exatamente, fornecidas por aqueles que mais estão inseridos na prática e na teoria com os problemas da libertação. Podemos testemunhar, com alegria, que os bispos, mais engajados com a paixão de seu povo sofredor, são também os mais orantes e os que mais alimentam a paixão por Deus (EDITORIAL, 1979, p. 561).

Essa postura de apologética, feita pelo grupo ao próprio grupo, se dá devido a acusações feitas por segmentos conservadores, que veem na Teologia da Libertação, devido à sua atuação na vida política, um esvaziamento de um fundamento espiritual. Tal tratativa busca desqualificar o discurso libertador, com a função de manter uma Igreja desligada das questões político-sociais, cujo objetivo é, entre outros,

manter o *status quo*, segundo o interesse do poder, em um determinado momento histórico.

Nesta seção, visualizamos, ainda mais, o fortalecimento do grupo da REB, numa perspectiva em que a opção pelos pobres e a crítica feita à própria estrutura eclesial torna-se uma guerra de posição, pois se questiona a hegemonia e simultaneamente a busca na forma de conquista de espaço na própria Igreja e na sociedade civil. Assim, a temática da libertação tornou-se apanágio do grupo, como elemento identificador e condutor de lutas em favor da liberdade e da justiça social. Com esse viés, foi possível travar guerras de posição frente ao Estado, diante do regime de exceção e com a própria instituição eclesial. O grupo, de forma profética e sóbria, foi capaz de denunciar violações aos direitos humanos tanto na sociedade civil como na Igreja. Aliás, a própria Igreja mostrou-se ambígua diante do regime militar, mas a posição de uma Igreja libertadora demonstrou a originalidade do cristianismo, na defesa e manutenção dos direitos e liberdades humanas. Essas batalhas se fizeram de forma particular na Igreja, com a manutenção em Puebla sobre a opção preferencial pelos pobres e a contínua busca pela libertação.

6. O INTERCÂMBIO: AS CEBs E O PRINCÍPIO EDUCATIVO (1980 - 1986)

O engajamento dos intelectuais orgânicos da REB, em conjunto com o povo na forma intercambiável, tornou-se característica específica desse movimento, que provocou desconforto em muitos setores da sociedade civil e eclesial, por ser um projeto ousado, em que se faz teologia a partir de realidades subalternas e fundamentada num referencial, por vezes, marxista, mas sempre evocando a tradição cristã, com impulsos do pensamento europeu. A Teologia da Libertação provocou suspeita e preocupação, por se tratar de uma proposta da reforma intelectual e moral, semelhante ao pensamento de Antonio Gramsci. Dessa forma, constata-se que o princípio educativo gramsciano desponta na REB como educação popular e política nas CEBs. O intercâmbio de saberes entre intelectuais e povo torna-se elemento fundamental para a consistência na atuação política, pelos integrantes das comunidades eclesiais de base. Observa-se ainda que a opção pelos pobres tornou-se a opção fundamental para restabelecer a essência do cristianismo. Esse desejo do grupo da REB tornou-se tão perigoso e subversivo que observamos, em suas páginas, os conflitos, as guerras de posição frente à hierarquia católica no que diz respeito, sobretudo, às questões de poder. Na atuação "subversiva" do grupo, a questão entre cristianismo e marxismo tornou-se um marco e uma batalha que mereceu praticamente um exemplar da revista⁹⁷ sobre essa problemática. A elaboração teórica de que o marxismo pode e deve contribuir com um cristianismo autêntico levou a Igreja a se posicionar, utilizando-se de velhas táticas déspotas, como a perseguição e o silêncio. Aplicaram sentenças aos intelectuais da REB que explicitavam a realidade eclesial e propuseram mudanças profundas numa instituição atrelada ao poder capitalista, com a intenção de manutenção e propagação de seu poder e prestígio.

6.1 Os anos de 1980 e 1981: os Pobres, as CEBs e o intercâmbio de saberes

Os anos de 1980 a 1981 tornaram-se períodos de estruturação para aquilo que chamamos campo de atuação, realização e atualização do ideário Teologia da Libertação, isto é, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) puderam vivenciar, na prática, a luta libertadora advinda da elaboração sistemática dos intelectuais da REB. Esse mesmo grupo, como vimos, utilizou-se de uma fonte anterior, isto é, o cristianismo

⁹⁷ Trata-se da revista de dezembro de 1984.

de libertação, um movimento que é mais amplo que a Teologia da Libertação, como vimos anteriormente e que se tornou a mola propulsora dessa corrente teológica (ASSMANN; SUNG, 2010, p.81).

Nos editoriais dos referidos anos, podemos detectar que a opção preferencial pelos pobres aconteceu de forma privilegiada nas CEBs. Nesse período, torna-se ainda mais explícito o caráter do grupo de intelectuais que partilham do mesmo ideário. No editorial do periódico de dezembro de 1980, vemos claramente o estreitar de interesses comuns.

A Revista Eclesiástica Brasileira sempre pautou sua orientação teológico-pastoral à luz dos grandes marcos traçados pela Igreja no Brasil, pelas decisões maiores do Episcopado Latino-americano e pela referência ao centro de unidade que está em Roma (EDITORIAL, 1980d, p. 593).

A referida "orientação teológico-pastoral" faz menção ao ideário, no entanto demonstra interesses comuns do grupo. O viés teológico é o da libertação, com empenho nas questões das realidades histórico-sociais. A pastoral a visa como um comprometimento com o povo, e principalmente com os pobres, pelos quais fizeram a opção fundamental.

Pequenas pitadas de simpatia demonstram as afinidades dos intelectuais. O redator, ao falar de um integrante do grupo, comenta que o "Prof. Bruno Forte, de Nápoles, e amigo de nossa revista, ofereceu-nos uma reflexão que vem ao encontro deste evento: Eucaristia e Evangelização⁹⁸" (EDITORIAL, 1980b, p. 209). A mesma gentileza a José Comblin, "assíduo colaborador desta revista" (EDITORIAL, 1981b, p. 209) e que:

Já se encontra no Brasil, ajudando a reflexão da fé em termos de compromisso libertador. Saudamos com viva alegria o regresso deste eminente teólogo que como poucos ama este país e lhe auguramos um trabalho frutuoso em nossa Igreja, pois dele todos aprendemos muito. (EDITORIAL, 1980b, p. 209).

Ao dedicar um número da revista a Dom Hélder Câmara, que se tornou um dos principais atores junto às CEBs, demonstra a solidez do grupo, como se lê:

Todo este número da REB quer ser uma homenagem a Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, pelos seus 50 anos de vida sacerdotal. É por causa de seu carisma que os pobres puderam ouvir de novo a bem-aventurança de Jesus dirigida a eles. Dom Hélder está na raiz do evangelismo que pervade grande parte de nossas Igrejas. Sua presença produz aquilo que o evangelho produz: coragem de ser, alegria, sensação de liberdade reconquistada (...). Só assim, pensamos a causa dos direitos dos pobres, a opção por sua libertação integral e por uma Igreja que se refaz a partir da fé

⁹⁸ Refere-se ao Congresso Eucarístico Nacional em Fortaleza - CE.

dos humildes por meio da qual ganham sua plena consagração. (EDITORIAL, 1981c, p. 417).

Na linguagem utilizada, há a identificação do grupo. Expressões como opção pelos pobres, libertação integral, Teologia da Libertação, práxis, entre outros, demonstram que os intelectuais perseguem e trilham o mesmo ideário. A valorização, seja do intelectual, seja do povo pobre, na práxis, é sempre ressaltada nos editoriais.

A opção pelos pobres tornou-se tema constante nas páginas da REB, especialmente pós Puebla, que corroborou com essa tomada de posição. No editorial da revista de junho de 1980, é levantada a questão: "como pode um cristão de classe média ou um intelectual viver a opção de toda a Igreja pelos pobres?" (EDITORIAL, 1980b, p. 209). Na mesma perspectiva, a revista de dezembro do mesmo ano aborda uma temática espinhosa. Trata dos "envolvidos na opção preferencial pelos pobres, especialmente em termos de sua implementação por parte das classes beneficiadas" (EDITORIAL, 1980d, p. 593). E a grande questão suscitada: "Redistribuir a renda é optar pelos pobres?" (EDITORIAL, 1980d, p. 593).

Em novembro e dezembro, o redator desta revista, Frei Leonardo Boff, teve a oportunidade de passar na Diocese do Acre e Purus e participar do movimento das comunidades eclesiais de base. O que aqui se publica é um diário teológico onde se põe a descoberto como, numa confissão, os passos e descompassos da reflexão teológica em contacto com o continente dos pobres. Desde Agostinho, este gênero possui cidadania teológica. (EDITORIAL, 1981a p. 03).

Com a opção preferencial pelos pobres, emergiram duas outras questões importantes. A primeira é se o intelectual ou alguém da classe média faz a opção que a Igreja fez. É uma opção, de fato, que busca a radicalidade da questão que trata da libertação do pobre, e de não o subjugar por toda a vida? A segunda é o que se entende por pobreza, e mais ainda: o que de fato é o pobre? Optar pelos pobres é excluir ricos?

A questão da pobreza pode ser analisada desde o contexto filosófico, sociológico, econômico, e este talvez seja o mais ligado às realidades da vida. Do ponto de vista teológico, como bem lembrou Leonardo Boff, esta questão existe desde Agostinho.

O diálogo com as ciências é contínuo nas páginas da REB. Na Campanha da Fraternidade do ano de 1981, "Saúde para todos", a revista de março ofereceu um material sobre "o lugar da saúde na cultura atual" (EDITORIAL, 1981a, p. 03). Em setembro do mesmo ano, o editorial acena para um diálogo importante "sobre Santo Tomás de Aquino e a teologia da libertação" (EDITORIAL, 1981c, p. 417). Além disso, afirma que "toda verdadeira teologia - como aquela de Tomás - é sempre libertadora

porque lança suas raízes na concretude de seu tempo, aponta-lhes os desafios essenciais e confronta-os com as exigências do Evangelho" (EDITORIAL, 1981c, p. 417).

Por fim, no ano de 1980, na revista de dezembro, uma professora da Universidade de São Paulo, Ecléa Bosi, "apresenta excelente estudo sobre Simone Weil e a condição operária, aquela famosa filósofa judia francesa que sacrificou sua vida na identificação com a paixão dos trabalhadores explorados" (EDITORIAL, 1980d, p. 593). E o mesmo editorial ressalta, na seção de Comunicações, "o estudo do Pe. Beni dos Santos sobre a libertação da mulher" (EDITORIAL, 1980d, p. 593), tema pouco desenvolvido e que se encontra presente nas páginas da REB.

O editorial da revista de março de 1980 faz menção a se "fazer teologia sobre a realidade social, decifrada por um instrumento analítico adequado" (EDITORIAL, 1980a, p. 03). Somado a isso, o redator faz referência ao artigo⁹⁹ de Clodovis Boff, que "monta um discurso rigoroso, e, ao mesmo tempo, prático, sobre questões pastorais, políticas e populares" (EDITORIAL, 1980a, p. 03) o que acentua ainda mais a importância das CEB's e do povo, quando relata que "mais e mais leigos e intelectuais se articulam organicamente como base da Igreja e da sociedade". (EDITORIAL, 1980a, p. 03).

A fim de demonstrar uma maior articulação entre povo e intelectuais, no mês de junho do mesmo ano, o editorial da revista assinala que Clodovis Boff visa a "uma reflexão muito pertinente, nascida de sua própria prática de teólogo e de animador de comunidades eclesiais, acentua, de modo particular, o polo que vai do povo ao agente de pastoral. O povo tem muito a ensinar" (EDITORIAL, 1980a, p. 03).

Na referida revista, encontramos, segundo Clodovis Boff (1980b), elementos sobre o fato de que o povo, em geral, favorece o intelectual/agente a ter uma visão mais crítica da sua realidade, e o povo, simultaneamente, a adquirir essa mesma consciência, e assim estabelece uma troca de saberes que favorece a construção de uma reforma intelectual e cultural. Por isso, compreende-se que o conhecimento se dá em um intercâmbio de saberes que se constroem de forma mútua, pois tanto o intelectual/agente quanto o povo tem o que oferecer, na sua vivência cotidiana, ou seja, com seus saberes na formulação da consciência crítica.

De acordo com Clodovis Boff (1980b), o que o povo tem a oferecer não é só a força econômica, isto é, a força de trabalho, mas também a força política. Dessa

⁹⁹ Artigo: A Igreja, o Poder e o Povo.

forma, a contribuição do saber não se encontra num nível intelectual e abstrato, mas em uma vivência concreta. A práxis no cotidiano faz com que o povo enquanto maioria se reinvente e crie suas próprias formas de luta. O intelectual/agente nem sempre é “capaz” de captar essa sabedoria, que é expressa em ditados populares e expressões em “prosas”, contadas em conversas do cotidiano. O saber do povo se expressa na realidade da vida e, por vezes, é verbalizada, e mesmo não sendo de uma forma sistematizada, não deve ser ignorada, por ser o lugar privilegiado de se conquistarem mudanças substanciais na sociedade. O saber do povo é o saber da prática, o fazer, o sentir e realizar mudanças.

Clodovis Boff (1980b) descreve três níveis de saber que manifestam a contribuição do povo ao intelectual/agente. O primeiro nível é o filosófico: situado na realidade, longe do mundo das ideias, cercado de idealização, como oferece o mundo capitalista, em que o povo está situado no grau zero da existência, onde se inicia a filosofia para buscar a verdade da própria realidade. Como vimos anteriormente, aqui se pode entender de forma ainda que aproximativa a superação ingênua do saber, para alçar ao bom senso, a fim de que se tenha uma concepção de mundo, como afirmou Gramsci (2011a, p. 118).

O segundo nível é o ético: o seu “humanismo originário”, a bondade, o acolhimento e a solidariedade que permeiam a vida do povo. Não se trata de atitude meramente passiva, como sujeição à classe dominante, mas é uma forma de buscar a sua própria consciência crítica, que implica necessariamente a presença de outrem. O terceiro nível é o religioso. Vale ressaltar que se trata de forma específica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em que o olhar histórico da fé, em que Deus age na história, busca um nível de compreensão de sua realidade, criada pela divisão de classes, que o domina e o oprime.

De acordo com Semeraro (2006), em Gramsci, detectamos elementos em que o intelectual orgânico não só ensina mas também recebe conteúdos do povo das classes subalternas. É necessário salientar que o espaço em que o intelectual/agente atua como ator social incide sobre ele, isto é, o ambiente que esse intelectual/agente quer transformar o influencia. Assim, ele age de forma ativa e passiva simultaneamente, recria o seu saber, ensina e aprende. A esse movimento, numa linguagem propriamente filosófica denominamos reflexão crítica, em que o sujeito dá volta em torno do próprio objeto. Porém, essa aceitação de receber e se educar pelo povo só é consentida pelo intelectual/orgânico, isto por perceber “a osmose profunda dos intelectuais com as camadas populares” (SEMERARO, 2006, p. 379). Não é possível dissociar o

intelectual/agente do povo, das massas. Só é possível transformar uma realidade ao conhecê-la de fato e não ao fazer abstrações, sem antes conhecer o próprio meio.

O intercâmbio de saberes é importante, uma vez que desperta no povo a autonomia, a mentalidade de classe, o saber da própria cultura e, ainda mais, este mesmo povo contribui para a formação progressiva do próprio intelectual/agente. Na REB, torna-se claro que:

Isso significa que a grande lição que o povo pode dar aos intelectuais não tem nada a ver com mensagens, mas é a lição da transformação de sua posição social (de sua imagem e de sua prática) no processo de mudança global. O povo ensina mais que aos intelectuais por suas ações e mesmo ameaças, ou então por sua solidariedade concreta, do que por qualquer outra coisa. Colocar a questão do aporte do povo em outro terreno é falsear toda a discussão. Colocá-la no terreno da teoria é colocá-la no terreno favorável ao intelectual. Tal é a tentação deste. E ele tende a isso e ele cai nisso, porque é ele que levanta essa questão, é ele que está preocupado com isso e não o povo (BOFF, C, 1980b, p. 229).

De fato, a questão do povo não se encontra na ordem teórica, das elaborações e abstrações acadêmicas e projeções abstratas que camuflam a verdadeira realidade social. O povo encontra-se no fazer, realizar e superar, em outro significado na práxis da vida. O povo ensina no ser/fazer, pois este transmite o que é e faz. Quem se preocupa com teorias é o intelectual tradicional. Já o intelectual/agente/orgânico é o que apreende com o ser/fazer do povo. Clodovis Boff sugere que essa é uma forma de desalienação do próprio intelectual que, na sua prepotência e idealismos abstratos, pensa estar ligado à práxis, mas, de fato, desconhece o saber do povo.

Foi o racionalismo – em base à divisão do trabalho de corte capitalista – que armou artificialmente e cultivou a divisão e oposição entre conhecimento comum e conhecimento racional, crítico ou científico. E é a sua ditadura que ainda falseia essa relação. Em reação a ele, a fenomenologia cansou de mostrar que a experiência vivida do mundo é o húmus originário de todo o saber científico. Tal vista já se encontra em Aristóteles, para o qual a verdade principiava a “*áisthesis*”, ou na sensação, sendo que só com base nela é que se poderia chegar até ao conceito (BOFF, C, 1980b, p. 236-237).

O intelectual, por tantas vezes, compreende que o povo vive somente no nível do senso comum, a nutrir ignorância, com postura de passividade diante dos fatos da vida. Esta não verdade aceita pelos intelectuais tradicionais é demonstrável na resistência popular, seja por manifestações, protestos, perturbação da ordem pública, seja na criatividade cotidiana capaz de superar as mazelas da vida. Esta resistência à classe dominante compreende um ato de poder, mas, sobretudo do poder do povo.

Porém, a burguesia e os intelectuais tradicionais entendem que o povo vive na pobreza devido à preguiça, à vida ociosa e não faz uso de um processo cognitivo para modificar a própria realidade. Essa visão preconceituosa, própria da classe

dominante ignora a realidade sofrível em que vive o povo. Esta vida preguiçosa, segundo a classe dominante, pressupõe a não capacidade de elaborar de forma sistemática a própria realidade. Na verdade, o povo conhece quem o oprime, de quem deve se libertar e elabora uma reforma intelectual e moral que se estende à vida econômica.

O espírito criativo (SEMERARO, 2006), próprio do povo, que nas suas experiências vivenciadas possui uma visão de mundo, faz uma leitura da própria realidade. É neste sentido que podemos compreender Gramsci, quando ele diz que todos são intelectuais, de uma forma ou de outra, já que a intelectualidade possui o caráter de coletividade. É neste momento que se deve “reconhecer a relação de reciprocidade entre os sujeitos que aprendem e ensinam ao mesmo tempo” (SEMERARO, 2006, p. 379).

Essa visão totalmente inovadora e revolucionária rompe com a concepção do intelectual “superior” e separado, como o filósofo “detentor da verdade” e guia da pólis que se formou a partir da tradição platônica do filósofo-rei. As ideias de Gramsci passam a fundamentar a formação dos novos intelectuais na práxis hegemônica dos subalternos, cujas lutas teóricas e práticas buscam criar uma outra filosofia e uma outra política capazes de promover a superação do poder como dominação e construir efetivos projetos de democracia popular. (SEMERARO, 2006, p. 308).

A educação informal pensada por Gramsci supera a da escola, mas isto não quer dizer que ele não desse a devida importância para a educação escolar. Aliás, Gramsci trata a respeito da escola unitária que superasse a cisão entre o conhecimento/ensino técnico-científico do conhecimento/saber humanístico. Esta superação levaria ao desenvolvimento, não somente especializado, mas ampliaria seus horizontes e levaria o povo (operário) a libertar-se das amarras e do jugo da classe dominante.

É importante salientar que se estabelece uma troca de saberes, não uma hierarquia ou subjugamento, e afirmar que não existe uma forma de conhecimento superior. O que existem são diferenças de saberes que podem contribuir para a formação da consciência crítica. O povo não reflete de modo sistematizado, igual ao intelectual, mas o faz à sua maneira. Compreendem os grandes problemas da vida, como a política, a economia, relações humanas, a morte, dentre outros. Porém, possui a realidade da vida como forma de captar e fazer uma leitura e, tantas vezes, releituras da própria realidade.

O editorial de dezembro de 1981 demonstra a articulação do grupo de intelectuais da REB com o povo, principalmente nas CEBs, cuja importância é observada quando trata da sua diversidade de dimensões. Constata-se que "o fenômeno das CEBs é muito complexo, exigindo distintas abordagens a partir de várias ciências.

Efetivamente entre os assessores¹⁰⁰ estavam, além de teólogos e biblistas, sociólogos, politólogos, pedagogos, antropólogos e outros." (EDITORIAL, 1981d, p. 641).

Encontramos, nas páginas da revista, suas apreciações, dentro de um espírito crítico que ajuda a caminhada e, ao mesmo tempo, profundo engajamento pela causa da libertação integral que ocorre nas CEBs. Além da ciência, existe, nos analistas, fé e compromisso pessoal com esta Igreja que nasce da fé do povo oprimido. **Não existe quase nos membros das comunidades eclesiais de base alergia ao conhecimento teórico.** Ao contrário, nota-se grande fome de saber como exigência dos desafios e das práticas. Por isso estimam sobremaneira aqueles intelectuais que entram em sua caminhada. **O aprendizado mútuo é extremamente frutuoso**, como se pode constatar no teor destes estudos. (EDITORIAL, 1981d, p. 641) (*Grifo nosso*).

O intercâmbio de saberes ocorre dentro das comunidades de base, por iniciativa do próprio povo que começa a tomar gosto por um conhecimento sistematizado. Aqui entendemos que o cristianismo de libertação acontece de forma contínua, como vimos anteriormente, de forma dialética, isto é, a elaboração e a troca de saberes sempre retornam à base, que se reinventa e oferece algo de novo, para ser reelaborado de forma conjunta com os intelectuais orgânicos (LÖWY, 2000). No entanto, vale ressaltar que esse mesmo povo tem muito a oferecer aos intelectuais da REB. Assim, compreendemos que a prática exercida pelo povo, em busca da libertação integral, faz-se com um conhecimento prévio, não só adquirido de forma passiva, mas também construído conjuntamente, povo e intelectuais.

Nesse sentido, a revista de junho de 1981 trabalha com o tema das CEBs, inclusive a capa traz o título: *CEBs: Povo de Deus que se Organiza* e, no seu editorial, aborda três temáticas relevantes ao grupo da REB. Primeiro, o tema da inculturação¹⁰¹, em que se buscam "pressupostos para uma pastoral inculturada de libertação na perspectiva das culturas indígenas brasileiras" (EDITORIAL, 1981b, p. 209); em segundo lugar, traz uma abordagem "sobre o conceito de práxis" (EDITORIAL, 1981b, p. 209), que se tornará "instrumento útil para a teologia interessada nas mudanças sócio-históricas" (EDITORIAL, 1981b, p. 209). A Teologia da Libertação não se situa somente no plano teórico, mas busca, sobretudo, a práxis transformadora; num terceiro momento, as bases se organizam e tomam força, não só dentro da Igreja como também na sociedade, demonstrando uma nova face eclesial, isto é, uma Igreja que emerge do povo, contrariando as estruturas hierárquicas cerradas. O redator constata

¹⁰⁰ Trata-se do IV Encontro de CEBs que ocorreu em abril de 1981, na cidade de Itaipava-SP.

¹⁰¹ Neologismo utilizado na teologia cristã que significa troca de culturas num movimento de mão dupla, em que as partes em questão assimilam as diferenças culturais.

que "uma Igreja está verdadeiramente nascendo da fé do povo que se organiza para a libertação" (EDITORIAL, 1981b, p. 209).

6.2 A Educação Popular e Política

Este intercâmbio de saberes com a libertação leva inevitavelmente à Educação Popular, que, num nível eclesial, trata-se na prática da relação entre fé e política. A Igreja que nasce das bases e que se organiza para buscar melhores condições de vida, por vezes, pensa em mudanças do sistema e até mesmo em revolução do operariado, como foi sistematizado por Gramsci, o qual defende a ideia de que isso se dá por meio da educação, visando à emancipação política (DEL ROIO, 2006).

Vimos que, antes da Teologia da Libertação propriamente dita, existiu o movimento chamado de Cristianismo da Libertação, por ser mais amplo, pois não envolve somente as bases, os pobres e as instituições cristãs, mas um movimento mais amplo que se inspira na cultura e nos valores cristãos. Este movimento "anterior" continua acontecendo nas bases, principalmente nas CEBs, exercendo uma função de gestação de movimentos sociais que vão culminar necessariamente na Teologia da Libertação. Frei Betto (1985)¹⁰² enfatiza que as CEBs surgiram com D. Agnelo Rossi, em Volta Redonda, RJ, e D. Eugênio Sales, quando era bispo de Natal, RN. Essas comunidades originalmente eram para auxiliar o trabalho pastoral de padres, na preparação para os sacramentos como batismo, crisma, matrimônio, reconciliação e primeira comunhão, na zona rural e nas capelas urbanas. Mas foi com o golpe militar que as CEBs ganharam um novo significado na Igreja e na sociedade civil:

A partir de 1964, com o golpe militar, as CEBs passaram a ter uma importância que até então elas não tinham. Isto porque, como quase todos os movimentos populares foram praticamente reprimidos pelo governo, o único espaço que sobrou para as camadas populares se organizarem foi o espaço das CEBs. O poder militar no Brasil se sentiu no direito de interferir em todas as instituições do país - a ponto de nomear um oficial da Aeronáutica para ser reitor da Universidade de Brasília, ou um major para ser diretor de empresa. O que não dava era nomear um general para ser arcebispo de São Paulo! Então, praticamente, a Igreja ficou como único espaço em que as classes populares podiam se reorganizar à sombra de um trabalho pastoral. Isso provocou uma explosão das CEBs no Brasil (BETTO, 1985, p. 28).

As CEBs, como conhecemos hoje, surgiram como uma opção democrática dentro de um sistema opressor e interventor, que procurava silenciar

¹⁰² Trata-se de uma palestra de 1983 que se tornou artigo: *Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular*, publicado no livro *Movimento Popular, Política e Religião*. Nele Frei Betto comenta que naquele momento existiam mais ou menos cem mil CEBs no Brasil.

qualquer manifestação e reivindicação, ainda mais se parecesse ou se os órgãos do governo suspeitassem de "influência" comunista. As CEBs aparecem como uma alternativa de resistência e de organização frente ao regime militar. O governo havia praticamente silenciado os movimentos de esquerda; dessa forma, um movimento de caráter religioso, preocupado com interesses especificamente eclesiais, aparentemente sem importância social, tornar-se-ia lugar de fomentação de movimentos populares.

Essas comunidades, através do trabalho de educação popular, começaram a servir de sementeira para os movimentos populares. Das comunidades que se encontravam para rezar, para nutrir e cultivar a sua fé, surgem movimentos populares, como movimentos por creches, água, luz, defesa da terra (zona rural), custo de vida etc., que vão se formar além das fronteiras da Igreja. Aqui não participa só quem é cristão. Participa quem é o povo interessado em suas reivindicações (BETTO, 1985, p. 28).

A Educação Popular tornou-se uma das características das CEBs, pois, além de se alastrarem, alcançaram um patamar de atuação em cujo interior o elemento educacional encontrava-se solidamente. Gramsci entendia que os trabalhadores da fábrica podiam geri-la (NOSELLA, 1992) e assim também com os membros da CEBs, que se tornam capazes em reivindicar e se movimentar por melhores condições de vida.

Ainda que de forma sutil, a educação nas CEBs tem uma particularidade que é sustentada por Frei Betto (1985) e por Luis Eduardo W. Wanderley (1981d) em uma artigo publicado na REB, com o título: *Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular*. Nesse artigo, o autor faz uma importante distinção: a educação popular possui maior coerência quando produzida *pelas* classes populares; diferentemente daquelas que são produzidas *para* as classes sociais. Ao referir-se à educação que emerge *das e pelas* classes populares Wanderley (1981d), sugere que seus próprios agentes produzem seu conteúdo, diferentemente da educação imposta por agentes externos, de forma tradicional, que represente interesses de uma classe autoritária e elitista. O autor salienta também a existência de "uma educação conjunta com membros das classes populares, através de meios e instrumentos mais democráticos, procurando maior igualdade na relação educador-educando" (WANDERLEY, 1981d, p. 688). Evidentemente, esta distinção na educação "feita" *pela* ou *para* as classes populares evidencia interesses de classes, que são acordados. A educação pela classe popular demonstra empenho nos:

[...] interesses estruturais das classes populares, dados por sua inserção no processo de produção capitalista, tais como eliminar a exploração no trabalho, negar e superar o sistema etc., quando os interesses concretos expressos na luta cotidiana destas classes contra os proprietários dos meios de produção e sua instância representativa máxima - o Estado. Esses últimos interesses variam historicamente, encontram-se em todos os níveis sócio-

econômicos-políticos-culturais, e ligam-se ora mais diretamente com a produção (por exemplo, melhoria das condições de trabalho, dos salários etc) ora mais diretamente à reprodução da força de trabalho, aos meios de consumo coletivos (por exemplo, reivindicações de água, luz, transporte, habitação etc) (WANDERLEY, 1981d, p. 688).

Semelhante ao que Wanderley (1981d) salientou, João Batista Libânio (1981b), no artigo *Igreja: povo oprimido que se organiza para a Libertação*, faz uma distinção entre as CEBs que estão ligadas à hierarquia, considerando-as são mais "fortes", já que ligadas aos sacramentos. Ainda assim, buscam nas reivindicações e nas lutas junto aos sindicatos, dar sustentação aos movimentos sociais. Estas comunidades de base se aproximam daquela noção de educação *para* as classes populares, porém, sem esquecer que estas iniciam uma desvinculação de dependência do clero. Existem, também, e são mais comuns, as CEBs que nascem a partir de círculos bíblicos, em que o cerne é a relação Palavra de Deus com a vida, onde se discutem as "necessidades imediatas e prementes". Existe, nessas duas conjunturas, um elemento decisivo em todas as comunidades que é "articulação fé e vida, compromisso com as lutas e Evangelho, a inspiração da Palavra de Deus e os problemas concretos" (LIBÂNIO, 1981b, p. 287).

O dualismo visto anteriormente entre espiritual/religião e política/economia é superada pelo encontro entre fé e vida. É importante salientar que a concretude da vida nas CEBs fez transcender um pseudoproblema, que agora se tornou a força motriz em favor da libertação. Tanto Libânio (1981b) como Wanderley (1981d) e Frei Betto (1985) concordam que as CEBs desenvolvem-se e ganham vitalidade na tentativa de responder de forma concreta as necessidades que permeiam a vida humana. No entanto, as CEBs, segundo estes mesmos autores, deram passos maiores num processo de conscientização; assim entendemos "que a ideia de educar a partir da realidade viva do trabalhador [...] constituem a alma da concepção educativa em Gramsci (NOSELLA, 1992, p.36)

Logo que as comunidades estão mais estruturadas, as pessoas se conscientizam de elementos condicionantes da realidade local ou mais abrangente, as reivindicações se tornam mais socializadas, as necessidades de formas mais organizativas coletivas mais permanentes ganham corpo: assim surgem as cooperativas, os sindicatos, as comissões de direitos humanos e outras modalidades de associações populares. **Tudo isto tem aspectos pedagógicos evidentes:** elimina-se a "educação bancária", a educação rural inadequada, o elitismo, as ideias vagas e abstratas que não deitam raízes, o oportunismo. Com base nessas necessidades, num segundo passo, passa-se a exigir mais e **melhor conhecimento para desvendar as causas, as estruturas e os processos, e para fornecer elementos que aperfeiçoem as práticas** (WANDERLEY, 1981d, p. 690). (*Grifo nosso*)

Os aspectos pedagógicos saltam aos olhos por alcançar, ainda que de forma aproximativa, o que Gramsci chama de bom senso, ou seja, a superação do senso comum, que é a filosofia primitiva, que se vive em diversos meios culturais. Aliás, o próprio Gramsci constatava e denunciava que a Igreja de seu tempo mantinha a filosofia dos subalternos no senso comum, isto é, numa filosofia primitiva. O bom senso de fato é o que as CEBs realizam, obtendo uma nova concepção de mundo, conhecendo a própria realidade, os mecanismos causadores de pobreza e opressão.

O “bom senso” é outro tipo de concepção do mundo que superou o senso comum, elaborada de forma crítica e consciente, ainda que dentro de limites objetivos restritos, e que participa ativamente e conscientemente na “produção da história do mundo”. Vale salientar que, mesmo os indivíduos não atingindo o bom senso, eles participam da história. Entretanto, é somente através da formação de uma concepção do mundo, crítica e consciente, que o sujeito compreende a sua posição no grupo social e se compreende enquanto protagonista na produção da história. A formação dessa concepção estaria ligada ao trabalho, à vida e à ciência. Daí o papel fundamental que a educação (em sentido amplo e incluindo a escola) desempenha nessa formação. A elevação política de um grupo social implica, segundo Gramsci (1995, p. 14; 36), trabalhar na construção de uma nova filosofia, ou seja, definir sua própria filosofia e combater o senso comum, visando à formação de uma nova concepção do mundo, mais unitária e autônoma, em todos os aspectos da existência. Um trabalho filosófico que deve ser concebido como luta cultural (BAPTISTA, 2000, p. 188-189).

As concepções de mundo elaboradas pelo povo das CEBs ajudam a compreender os mecanismos econômicos e políticos de exploração causadores de pobreza. Para isso desenvolveu-se, no interior das CEBs, uma pedagogia popular para que seus membros "desvendem as contradições e alienações do senso comum, alcancem níveis crescentes de formação, e incorporem criticamente elementos da filosofia da práxis" (WANDERLEY, 1981d, p. 700). Para este desenvolvimento, as CEBs adotaram o conhecido método VER - JULGAR - AGIR. Basicamente o método compreende no VER o estudo da realidade concreta e circundante, seus meios e suas "teias" de relações; o JULGAR deve ser feito à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja e das reflexões teológicas. Aos poucos adentrou outros elementos oriundos de diversas ciências, ainda que de forma elementar. E o AGIR, que trata da aplicação, que é o "fruto direto do modo como se processavam os dois momentos anteriores (WANDERLEY, 1981d, p. 691). Desta pedagogia popular emergem técnicas e processos pedagógicos que auxiliam na elaboração de uma nova concepção de mundo e na busca da reforma moral e intelectual da sociedade.

As CEBs estão elaborando uma *original pedagogia popular*, que utiliza vários desses métodos e técnicas, ademais de outros criativos e imaginosos, adaptados às condições e recursos locais. No IV Encontro, as manifestações dos participantes, objetivando exprimir as conclusões de debates em grupos e

assembléias, através de relatórios escritos em cartazes e com desenhos a guisa de resumo, através de dramatizações, através de músicas, foram de molde a deixar os assessores encantados. Tal era a riqueza, a perspicácia, o humor, que demonstravam, dentro de seus limites, a sabedoria do saber popular (WANDERLEY, 1981d, p.697- 698).

O elemento motivador, aqui, evidentemente é o da fé que, aliás, nas CEBs conjuga-se com o da vida, no cotidiano. Assim, o aspecto de uma fé intimista simplesmente é deixado de lado e acentua-se o aspecto comunitário por meio do qual se toma consciência dos direitos, da política e dos problemas sociais que afetam diretamente a vida humana. Essa tomada de consciência nas CEBs acontece, sobretudo, nas celebrações, que são inicialmente momentos em que se apreende a partir do evangelho a superação entre fé e vida. Dessa forma, nas CEBs constatou-se "que a fé não é nenhum adereço na lapela da vida, mas o horizonte a partir do qual tudo é globalizado sem com isso negar consistência às realidades seculares ou políticas". Assim nessas comunidades supera-se e se "evita o paralelismo e a justaposição do religioso e do secular, do cútico e do ético, tão encontradiço num cristianismo intimista de versão burguesa" (WANDERLEY, 1981d, p. 695).

A partir desta conexão entre fé e vida e da pedagogia popular emergem de forma significativa práticas políticas e sociais libertadoras a partir da reflexão bíblica; os cultos não se restringem somente a ritos sacramentais, mas celebram de fato uma nova concepção de mundo. Dentro dessas práticas libertadoras, destacamos algumas:

- A confrontação da vida concreta com a Palavra de Deus, isto é, a ação na vida social e política são pautadas e iluminadas a partir da mensagem evangélica;
- O despertar das comunidades para questões e problemas sociais reais;
- O desenvolvimento da consciência e reivindicação de direitos dentro da sociedade;
- Capacidade de organizar e mobilizar grupos como: mutirão, grupos de mãe, amigos de bairro, os sindicatos, movimentos populares e partidos políticos;
- A importância do desenvolvimento da consciência crítica e da consciência de si mesmo, dos integrantes das comunidades como pessoa humana, gente e cidadão;

Desse processo, emerge outro que é a educação política, essencial para o desejo das comunidades na transformação social. Essa dimensão política nas CEBs levantou problemáticas de frente à sociedade civil, Estado e Igreja. Na revista de março

de 1983, o Documento intitulado *Comunidades Eclesiais de Base no Brasil* salienta a importância da prática política na vida cristã.

A Igreja tem, igualmente, consciência da dimensão política da pregação do Evangelho. 'A missão da Igreja é evangelizadora e de natureza eminentemente pastoral. Tal missão, entretanto, de nenhum modo a conduz a se omitir a respeito de problemas sócio-políticos do País, na medida mesma em que esses problemas sempre apresentam uma relevante dimensão ética' (Reflexão cristã sobre a conjuntura política - Conselho Permanente 1981, n. 2). 'A igreja não é interprete de aspirações partidárias, nem mediadora de facções políticas. Isto não significa, porém, que ela seja apolítica. Ela sabe que um pretense apoliticismo significa, na prática, uma atitude política de anuência tácita a uma determinada configuração do poder político, qualquer que ele seja' (DOCUMENTAÇÃO, 1983a, p. 156).

Para tanto, há uma preocupação no interior das CEBs sobre a questão política, uma vez que sem esta é impossível o desenvolvimento de uma libertação integral. Como foi visto anteriormente, a Igreja, nessas décadas, tornou-se um lugar onde setores da sociedade, como liberais, populares e esquerdas, podiam encontrar-se e criar um espaço aberto para se reunir e discutir questões sociais e políticas. O espaço privilegiado eclesial se dá, sobretudo, com as CEBs, mas para isto foi necessário o desenvolvimento da educação política.

Os membros das CEBs, juntamente com os agentes de pastorais, preocupam-se em formar-se e, dessa maneira, buscam a autoeducação, que, de acordo com Gramsci, dependia muito mais dos trabalhadores do que dos sindicatos ou partidos. Nas CEBs, apesar dos agentes de pastorais e da atuação dos intelectuais, o povo desenvolveu a *conscientização*, que leva ao conhecimento do mundo e de suas realidades circuncindantes, como do capitalismo e seus elementos ideológicos e mecanismos de produção que geram pobreza e exclusão. Para a tomada de consciência no interior dessas comunidades, é feita a chamada *análise histórica*, com base nos relatos bíblicos em que opressores e oprimidos emergem de forma explícita que são atualizadas no cotidiano.

Sabe-se que os movimentos sociais populares, muitos deles formados a partir da ação das comunidades eclesiais, e as próprias CEBs originam-se quase sempre de problemas locais e em função de interesses imediatos, aglutinando pequenos grupos solidários e marcados pela vivência concreta de uma mesma situação de vida. Eles criam e desenvolvem formas criativas e imaginosas de auto-ajuda e ajuda mútua. Aos poucos, na dependência de fatores internos e externos que os condiciona, eles ampliam suas reivindicações para níveis mais amplos, vão se conscientizando e se politizando, e seus participantes sentem necessidade de resolver os problemas, de desvendar as causas, de encontrar soluções que implicam mudanças qualitativas e estruturais de caráter nitidamente político, muitas das quais escapam às possibilidades locais (WANDERLEY, 1981d, p. 699).

Mediante a conscientização nas CEBs, desenvolveu-se também a *organização política*, e isso se dá mediante a prática educativa, pois busca as alternativas, métodos e estratégias, diante do aparato do Estado, que procura manter a hegemonia e a dominação através de seu aparelho. A organização se trata em "unir as práticas democráticas dos grupos e organizações de base com canais alternativos de representação política" como, por exemplo, "estruturar e recriar sindicatos e partidos políticos que se articulam com o movimento popular, sem manipulá-lo e descaracterizá-lo, e mantendo com ele uma tensão dinâmica" (WANDERLEY, 1981d, p.701-702). Assim, o aperfeiçoamento da educação política, de forma geral, acontece com base na sua pastoral popular.

Nos escritos na REB, aparece de forma clara o que eles chamam de "preparação das CEBs para uma *ação efetiva* (de resistência, de articulação mais ampla entre elas e outros grupos sociais, etc.) face aos Grandes Projetos" (C. BOFF, 1982d, p. 685). Para a realização dessa ação efetiva, é necessária a capacitação intensa dos membros das comunidades, através de incessantes trocas de saberes com os intelectuais e agentes de pastorais. No entanto, vale ressaltar que essa ação efetiva tornou-se presente em algumas comunidades com a participação de seus membros em sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais. Deve-se frisar ainda que as próprias comunidades tornaram-se uma via necessária para a atuação política fundamentada em valores e conteúdos cristãos.

Uma tentação que sempre aflora em qualquer grupo homogêneo: fazer a *sua* política. Não haveria uma política cristã mais autêntica, uma nova terceira via, desta vez de esquerda? Felizmente a tradição democrata-cristã foi débil em nosso país, ao contrário do Chile e da Venezuela, mas sempre surge ainda que tímida a pergunta: se os movimentos populares eclesiais são tão pujantes e põem água na boca dos grupúsculos vanguardeiros em constantes divisões, ou dos mecanismos do poder das classes dominantes, por que não se constituírem em alternativa própria? O "substitutivismo" volta permanentemente: trocar as classes populares, sujeito do processo, tanto pelo partido, pelo sindicato, quanto também, pelo movimento eclesial (SOUZA, 1981d, p. 713).

A alternativa proposta para uma revolução passiva ou a ação efetiva foi pensada e vivida nas CEBs de forma relativamente intensa, pois essas comunidades possuem na sua essência as características cristãs revolucionárias abertas a mudanças, não só subjetivas, mas, sobretudo, sociais, políticas e econômicas, que envolvem a vida humana. Assim, cogitou-se na política cristã, uma alternativa autêntica, na qual muitos intelectuais, agentes de pastorais e membros das CEBs, próximos à esquerda, propuseram uma superação das formas mais perversas de opressão do capitalismo.

Utilizando em parte sugestões derivadas destas colocações, pode-se afirmar que o povo que participa das CEBs vai compreendendo as novas concepções de homem e de mundo com base na fé e, depois que se convence dos argumentos, como uma fé, dada pela confiança em seu grupo e nos assessores mais ligados. Além do mais, usando todo "material ideológico" produzido por elas (folhetins, livretos, cânticos, etc), há uma repetição constante da mensagem bíblica e evangélica dos temas da libertação do povo, que dão consistência ao pensar do povo. E por fim, todo o trabalho nas comunidades mais lúcidas vai no sentido de ampliar o trabalho educativo para círculos crescentes dos setores populares, valorizando a formação de lideranças autênticas, de sujeitos responsáveis e críticos capazes de se autodesenvolverem e as suas comunidades (WANDERLEY, 1981d, p.701).

Desta forma, podemos visualizar dois pontos importantes referentes à educação popular e política desenvolvida no interior das CEBs, numa forma mais abrangente. Primeiro, trata-se de recordar, como o povo da bíblia, os acontecimentos da libertação, isto é, nas comunidades, a "repetição" é didaticamente eficaz para mudar a mentalidade para a ação popular. Este recordar significa a avaliação das conquistas e das derrotas das lutas que as CEBs realizam na sociedade civil. Segundo, o trabalho intelectual deve ser constante, como propôs Gramsci, buscando-se elevar o conteúdo cognitivo das massas populares, a fim de que desponte uma nova camada de intelectuais no meio do povo, isto é, o intelectual orgânico, que participe de suas vicissitudes.

6.3 Os anos de 1982 e 1983: Questões Eclesiológicas (Hierarquia: poder e povo)

O grupo da REB se fortalece, possui uma identidade ainda mais nítida; o ideário vai se abrindo de forma a captar sua essência, mas é importante ressaltar que não se trata somente dos intelectuais. Torna-se explícito que, por meio da insurgência de uma base, a Teologia da Libertação se concretiza. As bases são o povo, conhecido como leigo, que passa a ser consciente de sua historicidade e, portanto, torna-se protagonista dentro não só das estruturas eclesiais fechadas, como também desenvolve o papel de ator social, ou como agente, dentro da sociedade. Aqui observamos que as guerras de posição se acentuam e ameaçam a própria estrutura eclesial. Nesse sentido, no editorial da revista de setembro de 1983, notava-se naquele momento "grande criatividade nas bases da Igreja de onde emergia uma expressão original da Igreja que nascia da fé do povo pobre" (EDITORIAL, 1983b, p. 225).

Essa criatividade choca-se com a hierarquia, cuja prática rejeita que as estruturas de base possam contribuir com o fortalecimento da Igreja. É claro que esse

tipo de postura leva a um maior aprofundamento e, ao mesmo tempo, desperta conflitos de interesses, seja por mudanças ou por manter as estruturas já estabelecidas.

Que imagens espontaneamente afloram quando dizemos Igreja? Muitos têm logo em mente a figura do Papa, dos bispos, dos padres, dos religiosos, quer dizer, daqueles que têm a missão de representação, de unidade e de animação da comunidade cristã. E há verdade neste modo de conceber a Igreja. Outros pensam no Povo de Deus, naquela multidão que o Espírito faz acolher a pessoa e a mensagem de Jesus vivo, morto e ressuscitado, nosso Libertador, multidão reunida na fé, e sinalizada pelo batismo e, em comunhão com seus pastores, organizada dentro das várias sociedades humanas. Nesta evocação a verdade aparece mais plena porque mais abrangente. (BOFF, L, 1982b p. 227).

Neste texto acima, Leonardo Boff, comenta sobre o seu livro *Igreja: Carisma e Poder*, procurando responder, como observamos no editorial, "aos ataques recentes ao livro" (EDITORIAL, 1982b p. 225). Existe um "combate" por setores conservadores da Igreja ao grupo da REB, uma vez que se faz necessária uma resposta a esses, "devido à orquestração que se fez, abandonando o campo estritamente da teologia e envolvendo as instâncias doutrinárias da Igreja" (EDITORIAL, 1982b p. 225). No referido artigo, o autor lembra que, "como o subtítulo indica, não se trata de um livro unitário, mas de uma coletânea de 'ensaios de eclesiologia militante' escritos nos últimos 12 anos" (BOFF, L, 1982b p. 229). A questão do poder é tratada no quinto capítulo em que se levanta a interrogação: "O poder e a instituição na Igreja podem se converter?" (BOFF, L, 1982b p. 230). O carisma é comentado no último capítulo, em que o autor sugere "o carisma como um princípio de organização" (BOFF, L, 1982b p. 230).

O redator da revista não acha oportuno utilizar-se da REB para se defender, mas argumenta que, "dada a gravidade das acusações feitas - não tivesse sido pedido pelo próprio Cardeal Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger" (BOFF, 1982b p. 231), fez-se necessário fazer da REB uma tribuna.

O mesmo embate aparece quando, no editorial, o redator relata que "chamamos a atenção dos leitores para as duas resenhas acerca do livro de Dom Boaventura Kloppenburg, *A Igreja Popular*, uma de um teólogo e outra de um sociólogo. Tentamos desfazer as confusões que este livro, sob a aparência de zelo pela ortodoxia, levantou entre os fiéis" (EDITORIAL, 1983c p. 433). O livro de Kloppenburg é descrito, nas Crônicas da REB, com o título: "Bispo lança livro em momento inoportuno" (CRÔNICAS, 1983c. p. 615). O texto abaixo mostra com quem ele concordava.

O lançamento do livro contou com a presença, entre outros, do coronel Sardenberg, do Estado Maior do 2º Exército, e de membros da TFP. O lançamento, segundo frisa o "Jornal do Brasil", "foi contra o desejo expresso

do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que, em telegrama a Dom Boaventura, considerou o lançamento inoportuno e prejudicial à unidade e à pluralidade da ação pastoral” (CRÔNICAS, 1983c, p. 616).

Dessa forma, vemos uma resistência por parte de setores da Igreja que tentam conter uma comunidade eclesial oriunda do povo. Esses setores, por vezes, estão vinculados ao poder vigente e totalmente contrários aos intelectuais da REB. A postura dos intelectuais da REB, sobretudo seu ideário, era observada e denunciada por setores da Igreja, que não desejavam que as bases pudessem desempenhar um papel político e social e que colocassem em "perigo" as estruturas eclesiais.

Um momento delicado para as bases e para o grupo da REB foi a visita do Papa à América Central, em especial na Nicarágua. O editorial da revista de março de 1983 comentava que a "Nicarágua era um país distinto dos demais: o povo conseguiu se libertar de uma ditadura iníqua que custou 50.000 mortes" (BOFF, 1983a p. 03). Num país com graves conflitos, "o povo esperava palavras de paz e conforto" (EDITORIAL, 1983a p. 03), no entanto houve um discurso que fazia referência aos problemas *intra* eclesiais.

O Papa abordou um tema também conflitivo, aquele das relações difíceis entre um episcopado que se opõe à revolução e de vastos setores da Igreja, especialmente, das comunidades eclesiais de base, que se fazem presentes na reconstrução do país. Houve um lamentável descompasso entre a mensagem expressa pelo Papa e a expectativa dos milhares que enchem a praça (EDITORIAL, 1983a p. 03).

Esta observação da dissonância do discurso papal e da expectativa da população nicaraguense manifesta uma ausência de sintonia entre uma Igreja institucional, hierarquizada e uma Igreja da base que vive a realidade da vida. Porém, o grupo da REB, com a sistematização da Teologia da Libertação, produziu, concomitantemente com a própria base, elementos que pudessem "criar" comunidades oriundas de sua própria estrutura. Aqui vemos emergir novamente o cristianismo de libertação, que sempre retorna de forma dialética esse importante movimento. Vale ressaltar que essas comunidades eclesiais de base nunca se opuseram de forma sistemática ou prática à hierarquia, somente esta última sente-se ameaçada.

Por outro lado, - é sobre isso que insiste meu livro - nota-se na Igreja na base a emergência de um estilo e de um exercício de poder sagrado muito mais participativo, gerando relações mais harmoniosas e mais fraternas entre os fiéis, os fiéis e seus pastores. Longe de mim afirmar, como me atribui Kloppenburg, uma Igreja-comunidade ou Igreja-Povo de Deus "sem instituição, sem poder, sem hierarquia e mesmo sem dogmas e sem direito canônico" (BOFF, 1982b p. 239).

A proposta era de comunidades de base que pudessem participar mais ativamente da Igreja. Nesse sentido, passaria a um estágio de infantilização do povo, do leigo para uma maturação dentro das estruturas eclesiais. Assim, se pensa o que é realmente Povo de Deus. Dessa forma, a participação dos fiéis, ou do povo, tornar-se-ia mais efetiva. A proposta é de uma democratização da própria estrutura hierárquica que, segundo a REB, estaria de acordo com os princípios pensados pelo próprio Cristo. Evidentemente, uma estrutura monárquica rejeita esse tipo de proposta, ainda que seja repensada à luz da originalidade evangélica.

6.4 Cristianismo e Marxismo: uma batalha intelectual

A revista REB com seus intelectuais continuaram elaborando, cada vez mais, de forma crítica e sistemática, a Teologia da Libertação prosseguindo os diálogos com as ciências e se empenhando numa eclesiologia popular que despertava ainda mais a preocupação da alta cúpula da Igreja. Um elemento em particular que preocupava a Igreja de Roma era a "infiltração" do marxismo na teologia Latino-americana. O editorial de março de 1984 salientava que aquela preocupação era elaborada em forma de "instrução". O cardeal Joseph Ratzinger procurou explicitar claramente a grande preocupação com a Teologia da Libertação.

A expressão "teologia da libertação" designa primeiramente uma preocupação privilegiada, geradora de compromisso pela justiça, voltada para os pobres e para as vítimas da opressão. A partir desta abordagem, podem-se distinguir diversas maneiras, frequentemente inconciliáveis, de conhecer a significação cristã da pobreza e o tipo de compromisso pela justiça que ela exige. Como todo movimento de ideias, as "teologias da libertação" englobam posições teológicas diversificadas; suas fronteiras doutrinárias são mal definidas (RATZINGER, 1986, p. 12).

De fato, o texto "*Instruções sobre a Teologia da Libertação*", trouxe muito desconforto para teólogos, bispos, padres e agentes de pastorais. A instrução reconhece a teologia da libertação, mas, ao mesmo tempo, faz objeções a ela, apontando limitações que poriam em perigo a doutrina e a fé cristã. Os intelectuais da REB, sabendo do grande receio da Santa Sé, puseram-se a responder num nível elevado de diálogo intelectual. No editorial de março de 1984, observamos esta tratativa:

Dos Comunicados relevamos particularmente o texto do Cardeal Joseph Ratzinger sobre a teologia da libertação de corte "marxista". Dada a autoridade que representa como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Clodovis e Leonardo Boff apreciam as teses principais desta intervenção, com respeito, mas também com vigor. Finalmente se trata de uma causa

fundamental do Evangelho, aquela dos pobres e sua libertação (EDITORIAL, 1984a, p. 03).

Os teólogos da libertação se defendem, afirmando que "a TdL sempre entendeu usar o Marxismo como mediação, como ferramenta intelectual, como instrumento de análise social. Eis aí o estatuto epistemológico do Marxismo na TdL" (BOFF, 1984a, p. 118).

Como delineamos acima, uma série de condições históricas permitiram um deslocamento da prática de militantes eclesiais cristãos para uma convergência com militantes políticos marxistas. Esta prática social permitiu, incentivou e fomentou uma teologia crítica, na linha profética, não totalmente nova, na medida em que é possível descrevermos momentos diversos de convergência entre o pensar teológico cristão e as lutas de libertação do povo na América Latina.

Claro que essas possibilidades são sempre marcadas pela tensão na aproximação entre o cristianismo e o marxismo, que manifestou dificuldades de aceitação tanto do lado dos cristãos como por parte dos marxistas. Primeiramente em virtude do dogmatismo mútuo que permeia a tradição teológica e a tradição marxista, em especial a linha autodenominada marxismo-leninista, implantado na antiga União Soviética, que constitui o chamado marxismo stalinista.

De um lado, o cristianismo é conhecido tradicionalmente pelo seu atrelamento ao poder, legitimando a classe dominante e elaborando uma filosofia e teologia de caráter escolástico, totalmente enrijecida, dogmatizada pelos séculos, o (CASTILLO, 1984d) que os marxistas entendem como sendo uma forma de idealismo que não possui um alcance real na vida real do povo. Por outro lado, o marxismo stalinista seguiu passos semelhantes ao cristianismo, com rigorismo e dogmatismo tornando-se totalizante e reducionista.

Outro fator de dificuldade corresponde às acusações e condenações recíprocas, proclamadas tanto pelo lado do cristianismo como do marxismo, que perdurou com ênfase até meados do século XX. Por parte do cristianismo, sobretudo na voz da hierarquia da Igreja, a condenação proposta pelo Papa Pio XI, em que afirma que "o comunismo é intrinsecamente mal" (PEREIRA, 1981). Através do simbolismo da figura do Papa, a hierarquia católica majoritária rejeita o marxismo, afirmando que no seu cerne ele é ateu, contrário a qualquer forma de religião, portanto excluindo a instituição da Igreja. Ainda, destaca-se outro fator não menos importante, a crítica geral

do marxismo à propriedade privada, entendida como princípio central de defesa da doutrina social elaborada pelo magistério pontifício durante o final do século XIX.

O marxismo vulgar, por sua vez, entende o cristianismo como sendo alienante, “uma forma de consciência ilusória e paralisante” (CASTILLO, 1984d, p. 782). O cristianismo manifestaria no seu bojo o idealismo latente, levando as pessoas à aceitação e conformismo com a própria miséria, na mais deplorável forma de submissão às classes dominantes.

Na prática, todavia, surgiu aproximação entre cristãos e marxistas. A relativização das divergências se forja nas ações concretas de libertação do povo, em virtude das quais cristãos abertos e marxistas heterodoxos superam ou ao menos amenizam seus aspectos dogmáticos, possibilitando a muitos cristãos adotar uma concepção socialista de cunho marxista, conciliando-a com a fé cristã.

A presença do cristianismo enraizado nas estruturas sociais demonstrava “uma grandeza social e cultural importante nas classes populares, o que constituía um desafio para a prática dos revolucionários marxistas” (CASTILLO, 1984d, p. 782). A busca pelo diálogo e aproximação entre cristãos e marxistas torna-se uma necessidade concreta de ambas as perspectivas.

O Concílio Vaticano II abriu uma nova possibilidade com relação às ciências sociais, o que tornou viável a aproximação e diálogo com a metodologia marxista, bem como com os conceitos gerais da filosofia marxista. Essa aproximação não se deu de forma ingênua. Ela levou em conta a oportunidade de sugerir à sociedade que busca a libertação um nível de sistematização e práxis capazes de realizar tal tarefa.

É de grande valia apresentar uma questão intrigante: como é que o instrumento de análise marxista foi apropriado pela teologia cristã? Podemos afirmar que se pode assumir a análise marxista como compreensão da realidade social, numa busca de libertação (CAVAZZUTI, 1984d p. 760). Algumas correntes procuraram identificar, na concepção social de mundo marxista, elementos que pudessem proporcionar uma compreensão mais acurada na interpretação da realidade sem, porém, cair numa visão ingênua de que este seja o último e único sistema de análise da sociedade.

Uma contribuição da teologia que se está fazendo na América Latina consiste em apelar para a mediação das ciências sociais, a fim de tentar responder aos grandes desafios teológicos que se colocam para as nossas igrejas. Servir-se de conceitos marxistas, desenvolver, inclusive, um pensamento dialético, não desvirtua a teologia de seu caráter cristão. Essa postura teológica parte dos fatos tais como se produzem. Não tenta submetê-los a um “dever ser”

abstrato, irreal, ideal. (...) Para refletir sobre ela, temos que partir do que ela é, através de suas múltiplas manifestações. (SANTA ANA, 1984d, p. 741-742).

Desta forma, deve-se olhar o marxismo de maneira séria, fazer sua análise com critérios epistemológicos contundentes e buscar nessa ciência critérios para a análise social. Não se trata de separar a metodologia marxista de sua ideologia, mas realizar um sério diálogo com toda a visão social de mundo na perspectiva dos marxistas (SUNG, 1994). É bom recordar que fazer ciência, elaborar teorias não é dogmatismo: as conquistas científicas fluem, aperfeiçoam-se, por isso não podem ser fechadas para novas possibilidades de análise.

Esse diálogo leva a enfrentar alguns temas controversos que a REB não pode ignorar. Uma questão a ser ressaltada é o materialismo marxista. O princípio de sua aceção da realidade ou o fio condutor das elaborações de Marx se fundamenta no materialismo histórico. Como pode se ver em sua obra *A Ideologia Alemã*:

A produção das ideias, das representações da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanação direta de seu comportamento moral. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo o povo. (...) A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (...) Não é consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a *sua* consciência. (...) É aí que termina a especulação, é na vida real que começa portanto a ciência real, positiva, a análise da atividade prática, do processo, do desenvolvimento prático dos homens. (MARX, 2001, p. 18-20).

A vida concreta é o fator que gera a análise das formas de consciência. Leonardo Boff (1983) defende que o materialismo histórico deve ser visto como uma prática científica. Desta forma pode se ter uma visão bem mais positiva, pois se trata de “um método de análise sócio-histórica” (L. BOFF, 1998, p. 283). Enquanto teoria, ela se propõe a explicitar a realidade, como diversas formas de pensamento cristão, desde os seus primórdios, se apropriaram de elementos filosóficos para embasar aquilo em que acreditavam e acreditam ser a verdade, seja Agostinho de Hipona, que utiliza de categorias da filosofia grega, ou Tomás de Aquino, que introduz elementos de Aristóteles, assumindo a base de sua tradição filosófica.

Nesse sentido, para Leonardo Boff (1983), quando o cristianismo procura apropriar-se das análises marxistas, afirma sua tradição de compromisso profético e

continua o diálogo com a filosofia secular em seu instrumental teórico de análise. Nos meios cristãos, muitos afirmam que Marx era um ateu convicto. Ora, Platão e Aristóteles eram pagãos, nem por isso a teologia e o pensamento cristão em geral perderam suas características no exercício desse diálogo.

No fragmento citado anteriormente, Marx parte do pressuposto do real, isto é, a matéria, o realismo é que determina toda e qualquer forma de relações. A análise marxista origina-se da práxis, do cotidiano; no entanto, não é uma idealização da própria vida. Isto para entendermos que a vida humana é real; são pessoas reais que transformam a sua realidade material, a natureza e criam as suas condições materiais de vida, as existentes e as que surgirão depois de transformadas.

Justamente no aspecto da práxis é que o marxismo inova e Marx aproxima-se estruturalmente do cristianismo enquanto forma de pensar que se propõe a modificar as estruturas sociais e a forma de viver do ser humano concreto. Também a práxis dos primeiros cristãos ultrapassa a mera idealização. Diz Castillo:

nos documentos do Magistério se fala de cooperação em torno de objetos concretos (luta pela paz, luta contra as estruturas injustas etc.) e em movimentos sociais (nos quais os marxistas tomam parte). (...) Os documentos do Magistério, ao mesmo tempo em que abre espaço para a cooperação, mostram certa cautela e indicam os “perigos” para os cristãos, perigos procedentes do caráter ateu e materialista das doutrinas marxistas. A realidade na AL foi menos cautelosa e ao mesmo tempo mais complexa do que os documentos da Igreja. (...) Além da cooperação em torno de objetivos concretos, o que talvez tenha mais caracterizado a situação latino-americana foi o engajamento de cristãos em movimentos e partidos com matriz ideológica marxista. (1984d, p. 786).

É o desejo mútuo de transformação da realidade política e social, embasada por um potencial utópico radical, que alimenta as possibilidades de cooperação entre marxistas e cristãos, em um processo que envolve a práxis. Isto não significa uma tentativa tranquila e “romântica”, pelo contrário, por vezes é bastante conflituosa.

A superação de uma compreensão limitada e reducionista do materialismo, como foi entendido pelo marxismo-leninismo soviético, permite que esse tema seja abordado numa perspectiva ampla de mútua fecundação entre as diversas formas de ideologias sociais e as relações econômicas de produção da vida material, muito próximas da tradição cristã.

Outra questão bastante discutida é o tema da luta de classes, que desperta controvérsias com o cristianismo. Alguns setores deste afirmam que a teoria marxista pode gerar violência, situação que se choca com a concepção cristã. De acordo com

Cavazzuti (1984d), a classe social é entendida como função social, em que cada classe desempenha o seu papel social para que a sociedade funcione de uma maneira organizada. Porém, Marx entende “a classe social a partir das relações sociais de produção, que, por sua vez, são determinadas pela propriedade ou não propriedade dos meios de produção” (CAVAZZUTI, 1984d, p. 761).

As diferenças das classes sociais se dão, historicamente, pelos meios de produção, devido à propriedade, isto é, em possuí-la ou não, como os meios de produção. A propriedade dos meios de produção sob o domínio de uma única classe social significa subentender a compra do trabalho de outrem, que estabelece a riqueza de uns e a pobreza de outros, que são a maioria da população. Aqui podemos compreender o antagonismo existente nas classes sociais. Isto significa dizer que as classes se contrapõem em seus interesses. Assim, a classe dominante tende a defender seus interesses na manutenção do poder. Por sua vez, a classe dominada busca seus interesses, que é ter uma vida digna. Neste sentido, Cavazzuti (1984d) conclui que o “antagonismo tem um caráter estrutural e não pode ser confundido com uma inimizade pessoal. Esta última, se existir, será uma consequência” (1984d, p. 761).

Nesse sentido, a teoria marxista constata a existência de um conflito estrutural e conceitual como “luta de classes”. Na mesma lógica, Cavazzuti (1984d) busca fundamentação nos escritos oficiais da Igreja nas quais os papas Paulo VI e João Paulo II admitem a existência das classes sociais. Aliás, utilizando análises marxistas, afirmam que existe o mundo do capital, dos que detém meios de produção, e os que são privados desses meios, os trabalhadores, que têm que vender a sua força de trabalho. Nesse sentido, é possível afirmarmos que as classes sociais são uma realidade; portanto, seus conflitos são inevitáveis dentro deste modo de organização social, tanto para o marxismo como para o cristianismo. Como as diferenças ferem também o cristianismo, nas suas origens e essência, é papel dos cristãos buscarem meios para saná-las.

A superação do conflito estrutural que estabelece a luta de classes supõe a busca de meios legítimos e éticos para colocar-se contra as injustiças. As imposições das classes dominantes, que são as beneficiadas pelas diferenças de classes, são muitas vezes aparadas por um sistema político que não defende de modo democrático os interesses da maioria. Assim, se os cristãos colocam-se realmente contra a luta de classes devem manifestar-se contra um sistema político que a legitima e a institucionaliza.

Desse modo, a questão da luta de classes não se reduz pura e simplesmente à promoção de violência. Está associada à lógica de funcionamento social em vigor. Se é verdade, como afirmam setores cristãos, que algumas linhas do marxismo defendem o aprofundamento da violência social como estratégia de superação do capitalismo, há outras que a rejeitam. Também é verdadeiro que, se houve práticas de violência dentro do cristianismo, como “nos tempos da Inquisição, Contra-Reforma, Reconquista, conquista da América, o fascismo italiano ou a guerra do Vietnã...[,] sempre houve pessoas que se opuseram como nós, a que tamanhas monstruosidades históricas fossem achacadas à essência do Cristianismo” (MADURO,1984d, p. 772). Portanto, podemos perceber que diversas acusações mútuas entre setores cristãos e marxistas não estão condicionadas às estruturas fundamentais das duas formas de compreensão da realidade. Do mesmo modo em que historicamente cada uma afastou-se de sua intuição original e que, ainda nas dinâmicas da história, estiveram convergentes em momentos importantes na defesa da dignidade humana.

6.5 Perseguição e Silêncio

Os conflitos e indefinições epistemológicas sobre a Teologia da Libertação foram deixando suas marcas. Uma delas é a de cerceamento da liberdade, principalmente em lecionar ou publicar pesquisas, como é atestado na revista do mês de junho de 1984.

Nos primeiros dias de março, perderam sua *missio canonica*¹⁰³ de ensinar teologia na PUC do Rio de Janeiro, os professores Frei Antônio Moser (Moral), Frei Clodovis Boff (Sistemática), sem maiores considerações ao que prescreve a este respeito o documento pontifício *Sapientia Christiana*¹⁰⁴. O motivo principal alegado contra Frei Moser foi o trabalho feito a pedido da Comissão Episcopal de Doutrina e acolhida por ela: Como se faz Teologia Moral no Brasil hoje. Os leitores poder-se-ão fazer um juízo crítico sobre o texto e julgar por si mesmos se tal conteúdo merece tão penosa punição (EDITORIAL, 1984b, p. 241).

Teorias conspiratórias podem tornar-se uma patologia, mas os fatos demonstravam um aumento do cerco aos intelectuais da REB. Em nome de preservar uma reta doutrina, a Igreja "oficial" começava a fechar-se diante dos desafios crescentes

¹⁰³ A *missio canonica* é um mandato de uma autoridade eclesiástica, no caso o bispo, para lecionar teologia em Universidades e Institutos católicos.

¹⁰⁴ "As Universidades e Faculdades eclesiásticas se regem por uma lei especial, a Constituição Apostólica *Sapientia Christiana*, promulgada (junto com umas Ordenações ou Regulamento da Sagrada Congregação para a Educação Católica) pelo Papa João Paulo II, a 15 de abril de 1979" (Código de Direito Canônico, p. 368).

dos problemas sociais. Por outro lado, acentua-se que "a força desta teologia reside em sua eclesialidade" (EDITORIAL, 1984d, p. 689), a fim de acentuar seu caráter de base. A revista do mês de dezembro de 1984 trata, quase que de modo exclusivo, sobre a Teologia da Libertação e o marxismo.

A Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação teve o mérito de acender vigorosa discussão dentro da Igreja e propiciar um aprofundamento das questões essenciais à missão social da Igreja em contexto de pobreza e opressão. A REB recolhe algumas reações ao documento vaticano. Trata-se de reflexões que procuram resgatar toda a positividade do documento e também chamar a atenção para as suas insuficiências e para os aperfeiçoamentos necessários em vista do bem de toda a Igreja (EDITORIAL, 1984d, p. 689).

Ainda no editorial, de modo genérico, faz-se a defesa do ideário, afirmando que "a teologia da libertação procura refletir esta prática eclesial e popular" e afirma categoricamente que sua "fonte de inspiração não é o marxismo, mas a fé e a própria prática da Igreja" (EDITORIAL, 1984d, p. 689). Essa teologia "se compromete com a libertação integral dos oprimidos, ao lado dos próprios oprimidos que se conscientizam, organizam e se empenham nas mudanças da sociedade" (EDITORIAL, 1984d, p. 689). Para se ter uma ideia dos debates que essa instrução trouxe, vamos transcrever o sumário da revista. Do total de 16 artigos, somente um não tratou sobre a temática, e em relação às Documentações todas as duas tratam da problemática.

Quadro 2: Sumário da Revista Eclesiástica Brasileira. Dez/1984.

Autor	Artigo
Joseph Card. Ratzinger	Instrução sobre a Teologia da Libertação
Dom Luciano Mendes de Almeida	Subsídios para o estudo da ITL
Dom Aloísio Lorscheider	Observações a respeito da ITL
Leonardo Boff e Clodovis Boff	Em vista do novo documento vaticano sobre a TdL
Honório Rito de L. Brasil	Observações acerca da ITL
Júlio de Santa Ana	Luzes e sombras no texto vaticano sobre a TdL
Ronaldo Muñoz	Os dois princípios básicos do documento da Santa Sé
Pablo Richard	Avanços e recuos no documento sobre a TdL
Tomás Cavazzuti	Algumas distinções necessárias na leitura do documento sobre a TdL
Edward Schillebeeckx	A ITL se dirige a um interlocutor errado
Raniero La Valle	A verdadeira refutação do ateísmo pela TdL

Otto Maduro	Nota sobre o marxismo da Instrução vaticana
Giancarlo Zizola	Reações da opinião pública ao documento do Santo Ofício
Fernando Castillo	Os cristãos e o marxismo: um problema com história
Gustavo Gutiérrez	Teologia e Ciências Sociais
D. Clemente J. C. Isnard	O Bispo e a Liturgia

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira. Dez/1984

Quadro 2: Sumário da Revista Eclesiástica Brasileira. Dez/1984.

Autor	Documentação
João Paulo II	A Igreja não precisa de recorrer a ideologias estranhas à Fé
João Paulo II	A opção preferencial pelos pobres

Fonte: Revista Eclesiástica Brasileira. Dez/1984

No centro das discussões dos artigos, está a utilização das ciências sociais, a análise marxista da realidade, e o emprego desta, na elaboração teológica. A luta de classes e o ateísmo são debatidos como incompatíveis com as concepções da teologia cristã (CAVAZZUTI, 1984). Ao final do editorial, o redator faz menção à sua convocação feita pelo Cardeal Joseph Ratzinger, Prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, para dar esclarecimento sobre o seu livro: *Igreja: Carisma e Poder*.

Chamamos a atenção para Crônica Eclesiástica, onde se referem os tópicos principais da convocação do redator desta revista a um encontro com as autoridades doutrinárias da Igreja em Roma, acompanhado pelos Cardeais Dom Paulo Evaristo Ars e Dom Aloísio Lorscheider (EDITORIAL, 1984d, p. 689).

Nas Crônicas da REB, Leonardo Boff narra as polêmicas geradas sobre o seu livro¹⁰⁵ no Brasil, depois que o Cardeal Joseph Ratzinger solicitou a sua presença em Roma e como ocorreu a sua conversa e esclarecimentos sobre a sua obra. A presença dos Cardeais Dom Paulo Evaristo Ars e Dom Aloísio Lorscheider demonstra o grupo de intelectuais da REB e como estes estão afinados com o mesmo ideário.

O ano de 1985 foi decisivo para o grupo da REB, pois as autoridades eclesásticas fizeram calar um dos mais insígnies intelectuais desse grupo orgânico. O último editorial assinado por Leonardo Boff foi o da revista de março de 1985. No editorial do mês de junho, Frei Gentil Tilton¹⁰⁶ assina como Diretor-responsável e como

¹⁰⁵ Trata-se do livro *Igreja: Carisma e Poder*.

¹⁰⁶ A partir deste momento no texto os editoriais são assinados pelo frei Gentil Tilton.

Redator-substituto. Ao final do editorial, cita brevemente o motivo da ausência do redator do periódico desde 1972.

Comunicamos aos nossos leitores que, por ordem dos Cardeais Joseph Ratzinger, da S. C. para a Doutrina da Fé, e Jérôme Hamer, da S. C. para os religiosos e Institutos Seculares, Frei Leonardo Boff foi afastado de suas responsabilidades como redator desta revista. Agradecemos seu labor. (EDITORIAL, 1985b p. 225).

O desfecho se dá de forma totalmente arbitrária. O estranho é que, no ano anterior, como atesta o próprio Leonardo Boff, houve um diálogo, como consta nas Crônicas da REB, que "se criou um precedente feliz para futuras formas de tratamento de semelhantes questões junto à Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé" (CRÔNICAS, 1985c p. 595-604). Esse diálogo fraterno, numa linguagem eclesiástica, pareceu ser somente um pretexto para futuras medidas drásticas. Ainda nas Crônicas, esse encontro era para o autor do livro, poder esclarecer os pontos considerados obscuros e, no entanto, por causa de sua obra, foi condenado ao silêncio obsequioso.

A autoridade, ou o autoritarismo, parece estar acima de tudo. Vale ressaltar o antagonismo existente, pois o Compêndio do Vaticano II¹⁰⁷ assegura a liberdade de pesquisa.

O Sagrado Concílio, retomando os ensinamentos do Concílio Vaticano I, declara que há "duas ordens de conhecimento" distintas, a da fé e a da razão. Portanto a Igreja não pode absolutamente impedir que "as artes e as disciplinas humanas usem de princípios e métodos próprios, cada uma em seu campo". Por isso, "reconhecendo a justa liberdade", afirma autonomia da cultura humana e particularmente das ciências. Todas essas coisas exigem também do homem, observadas a ordem moral e a utilidade comum, possa investigar livremente a verdade, manifestar e divulgar a própria opinião e cultivar a arte que desejar. (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1986, p. 211).

A Igreja, de maneira formal, garante o direito à pesquisa da busca pela verdade e da publicação e divulgação desta. Também o Código de Direito Canônico, as normas oficiais da Igreja, no qual se fundamenta toda a legislação eclesiástica, também abona o mesmo privilégio. Afirmam que todos "que se dedicam ao estudo das ciências sagradas gozam da justa liberdade de pesquisar e de manifestar com prudência o próprio pensamento sobre aquilo em que são peritos" (DIREITO CANÔNICO, 1997, p. 97), mas, na prática, não é assegurado o direito de manifestar publicamente suas pesquisas.

Ao que tudo indica, Leonardo Boff agiu de forma idônea, mesmo porque altas autoridades da Igreja constituíam o grupo da REB e conheciam sua reta intenção.

¹⁰⁷ Este documento expressa de forma oficial o pensamento do Magistério eclesiástico.

Na revista de junho, na seção "Documentações", o então redator faz um esclarecimento¹⁰⁸ sobre sua ausência.

Por decisão de Roma, estou na impossibilidade de pronunciar-me em público durante um tempo conveniente. Antes de entrar neste tempo de silêncio penitencial, parece-me oportuno deixar claras algumas posições passíveis de equívoco:

- 1) Declaro que não sou marxista. Como cristão e franciscano, sou a favor das liberdades, do direito de religião e da nobre luta pela justiça em direção de uma sociedade nova.
- 2) Reafirmo que o Evangelho se destina a todos sem exceção. Entretanto, reconheço que este mesmo Evangelho privilegia os pobres, porque eles constituem as maiorias sofredoras e porque são os preferidos por Deus, de Cristo e da Igreja.
- 3) Entendo que, numa situação de opressão como a nossa, a missão da Igreja deve ser, sem equívocos, libertadora.
- 4) Estou convencido de que as medidas tomadas a meu respeito não anulam a necessidade de, em comunhão com o Magistério, se continuar avançando na elaboração de uma autêntica teologia da libertação.
- 5) Caberá doravante às instâncias competentes fornecer maiores informações (DOCUMENTAÇÃO, 1985b, p. 399-400).

Apesar do silêncio obsequioso acontecer um ano depois, essa decisão já havia sido tomada como se atesta em: "a medida já fora resolvida na mesma data em que se lavrara a sentença (Notificação) sobre algumas opções teológicas expressas no livro 'Igreja: Carisma e Poder'" (DOCUMENTAÇÃO, 1985b, p. 399). Nos últimos dois números da revista de 1985, Leonardo Boff não aparece mais como redator e também no ano seguinte segue a sua ausência em tal função. O interessante é que o site do Instituto Teológico Franciscano, quando propaga as revistas publicadas pela Editora Vozes, assegura que ele esteve à frente do periódico até o ano de 1986.

Como análise dos editoriais da revista REB, observamos a "força social" (CRUZ, PEIXOTO, 2007, p.263) que indica algumas características pertinentes ao grupo da revista REB. Esta análise nos leva a entender claramente como a REB atua como "partido" ou movimento que busca a hegemonia:

- Por se tratar de um grupo estruturado e sólido politicamente, tendo como ideário a Teologia da Libertação;

¹⁰⁸ Antes do esclarecimento de Leonardo Boff, há uma nota explicativa sobre o "Obsequioso Silêncio". "Reproduzimos, em seguida, o pequeno e denso esclarecimento de Fr. L. Boff, OFM, a respeito do "obsequioso silêncio" a que foi convocado por seus superiores hierárquicos, por expressa ordem das Congregações romanas para a Doutrina da Fé e para os Religiosos e Institutos Seculares. A medida já fora resolvida na mesma data em que se lavrara a sentença (Notificação) sobre algumas opções teológicas expressas no livro "Igreja: Carisma e Poder". As medidas disciplinares contra Fr. Leonardo prescreve que ele guarde por um conveniente período de tempo silêncio obsequioso; que se afaste de suas responsabilidades na REB; que renuncie a todas as suas atividades "externas" de conferencista, de membro de assembleias, simpósios etc., entrevistas à imprensa; enfim, que submeta a uma "censura prévia" todos os seus escritos teológicos" (DOCUMENTAÇÃO, 1985b, p. 399).

- Pelo ideário, dialogar com as diversas áreas do saber como a educação, filosofia, sociologia, antropologia, ética, arqueologia, direito, hermenêutica, ciência, fé;
- Por existirem relações de interesses no interior desse grupo, de divergentes e convergentes, tais como a ditadura militar, as questões políticas, sociais, econômicas, o trabalho e a libertação que demonstram um ponto de vista;
- Pela linguagem explícita, estabelecer a coesão do grupo, utilizando expressões como: opção pelos pobres, libertação integral, Teologia da Libertação, práxis;
- Pelos intelectuais orgânicos que estabelecerem o intercâmbio de saberes com o povo, fundado no princípio educativo;
- Pela grande capacidade de mobilização e persuasão, sobretudo quando sofrem influência e também influenciam, conforme o projeto traçado em Puebla;
- Por estabelecer relações hierárquicas, portanto de poder, quando conflitam com a Igreja conservadora;
- Por se tratarem de grupos produtores, pois os franciscanos responsáveis pela REB são os diretores-proprietários da Editora Vozes.

7. Conclusão

Ao realizarmos esta tese, tendo como objeto de pesquisa a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), procuramos demonstrar que o objetivo desta pesquisa é identificar um grupo de intelectuais que se organizam em um movimento orgânico, estabelecendo uma relação de reciprocidade educativa com o povo das CEBs. Na verdade este movimento dialético, portanto contínuo foi denominado como princípio educativo. Evidentemente que esse conceito, oriundo de Gramsci, nos ajudou a compreender a figura do intelectual orgânico em detrimento do intelectual tradicional.

A atuação do grupo de intelectuais, a que nos atrevemos classificar como orgânicos, pois estes de fato estabeleceram relações de aproximação e organicidade junto às massas, provocou debates calorosos que compreendemos como guerras de posição, travadas diante do Estado e da própria Igreja. A ousadia em classificá-los como intelectuais orgânicos se dá pelo simples e complexo motivo que estes intelectuais emergem de uma instituição tradicional. Esta mesma instituição, tradicionalmente ligada à intelectualidade, em sua longa história, contribuiu e contribui para a formação de intelectuais, porém tradicionais, mas desta vez emergem intelectuais orgânicos.

Aqui se pode pensar numa contradição, já que os intelectuais orgânicos são suscitados junto às massas, sabedores de suas realidades, portanto são capazes de trabalhar e estabelecer um princípio educativo no qual o povo ensina o intelectual e vice-versa. Esta aparente contradição pode ser dissipada, a partir do momento em que o conceito de cristianismo de libertação explícita como se formam esses intelectuais orgânicos. Apesar da maioria se encontrar na tradicional Igreja Católica, este movimento de libertação é mais amplo e seu nascedouro se encontra também junto ao povo. Portanto, a Teologia da Libertação, o ideário identificado na tese, não trata de uma imposição oriunda de instâncias superiores, mas das bases, que pensam e forjam uma nova sociedade. O próprio cristianismo nasce dessa forma, num movimento de base que propõe novas estruturas libertadoras.

A revista REB oferece materiais preciosos e documentos importantes para se compreender a relevante relação entre povo e intelectuais. Para tanto, foi preciso estabelecer o recorte na revista entre 1972 e 1986. Esse período foi marcado pela liderança de Leonardo Boff como redator, mas, além desse brilhante intelectual, a marca essencial foi à ruptura editorial ou a mudança progressista da revista. O golpe editorial, a imagem da revista *L'Ordine Nuovo* foi determinante para que o grupo de intelectuais

pudesse se identificar e aprofundar o ideário de libertação de forma sistemática e profunda.

A proposta de se trabalhar tendo como referência um periódico tornou-se relevante a partir do momento em que Gramsci, nos *Cadernos do Cárcere*, propõe o estudo "Tipos de revistas", em que destaca desde o papel administrativo até a propagação e manutenção de uma nova mentalidade. Assim, identificamos que, na revista REB, foi possível, a partir da ruptura do primeiro editorial, a formação de uma nova concepção de mundo, a formação e manutenção do ideário libertador.

De forma contundente, as CEBs tornaram-se o campo de batalha para as guerras de posição. Num momento em que grande parte da América latina e em especial o Brasil passava pela repressão dos regimes militares, a Igreja, e em particular as CEBs tornar-se-ia um dos únicos lugares em que era possível a abertura para o debate político e democrático. Esta articulação dentro das CEBs, só foi possível com a inserção da educação popular e política. Numa forma abrangente, no cotidiano, o povo foi capaz de superar em certa medida a dicotomia entre fé e política.

Assim, formou-se de fato o grupo de intelectuais da REB, na tentativa de se fazer uma reforma intelectual e moral. Os intelectuais alcançaram projeção e expressividade na sociedade civil e dentro do próprio mundo eclesial, ainda que partes desses setores desconfiassem do caráter subversivo do grupo. Essa projeção ganhou grandes proporções e credibilidade dentro e fora do país. Para chegarmos a esta sentença elaboramos um percurso para a compreensão do papel que esses atores desempenharam na sociedade.

No estudo sobre as revistas utilizamos especialmente Antonio Gramsci e Robert Darton, para compreender a importância do periódico para uma nova concepção de mundo. Assim, abordamos a importância que a publicação contínua da revista, pois esta pôde oferecer um debate duradouro que revela no caso da REB, o ideário de um grupo de intelectuais que pensam e trabalham por uma hegemonia junto à sociedade civil. Todo o processo de elaboração do periódico, quando organizado pelos diretores e redatores, leva à intencionalidade de um público específico, para uma formulação e manutenção cultural. Além da qualidade dos materiais produzidos com a finalidade de atrair o leitor, leva-se em conta principalmente a orientação intelectual do periódico que identifica o grupo na construção do edifício cultural. Evidentemente que nem todos periódicos têm a função de construir um ideário, no entanto, a REB possui esta característica, de identificação intelectual do grupo, que se torna evidente

principalmente quando estudamos o gênero editorial, pois este traz o ponto de vista defendido pelo grupo. Assim, compreendemos que a REB tornou-se um centro difusor de ideias, de uma nova concepção de cultura, até mesmo a proposta da reforma moral e intelectual. Para tanto, nas páginas da revista, visualizamos as guerras de posição referidas por Gramsci, com diversos embates, com a finalidade de buscar o consenso e a direção moral e intelectual na sociedade civil. As guerras de posição explicitaram o desenvolvimento intelectual do povo das CEBs, bem como a postura de intelectuais orgânicos da REB. Estes mesmos intelectuais adentraram a vida prática, participando de forma orgânica nas vicissitudes do povo. Deste ponto de vista a REB exerceu de forma aproximativa a função educativa na reciprocidade de saberes.

Ao abordarmos sobre a Editora Vozes, procuramos elaborar um percurso histórico para contextualizar a revista REB, com a intenção de compreendê-la. Assim, abordamos ainda que de forma precária, suas origens na cidade de Petrópolis, a vinda dos franciscanos da Alemanha para o Brasil e a fundação da editora. Com o intuito educacional, os frades trabalharam com afinco para o desenvolvimento e crescimento da editora. Foram diversos os frades que dirigiram a editora, porém, um merece a nossa atenção: Frei Ludovico que esteve à frente dessa empresa pela segunda vez entre 1962 a 1986. Coincidentemente, o ano de 1986 foi o último ano de Leonardo Boff como redator da REB e colaborador da Editora Vozes.

A administração da era Ludovico, foi dinâmica e, do ponto de vista comercial, moderna e ousada. Frei Ludovico, abandonou o amadorismo, cercou-se de profissionais de diferentes áreas para a editora crescer e tornar-se uma das mais respeitadas editoras brasileiras. Nesse período, a editora espalhou-se pelo território brasileiro, com diversas filiais. A propaganda era "agressiva" e a abertura editorial tornou-se um dos elementos principais para a sua expansão. De editora católica, a Vozes tornou-se um centro de difusão cultural e intelectual. As publicações não só se multiplicaram como cresceu a diversidade de temas, assuntos e problemáticas, que fizeram da Vozes uma editora multicultural e quiçá secular.

A polêmica esteve ao lado dessa bem sucedida administração. Foram lançados diversos livros que contrariaram setores conservadores da Igreja, cujos principais temas como sexualidade, evolucionismo, feminismo, doutrina, teologia da libertação, hierarquia católica e até publicação de autores protestantes estiveram no centro de polêmicas e debates. A Editora Vozes publicou obras de intelectuais consagrados dentro e fora do Brasil. Esse dado demonstra a importância e a diversidade

dessa editora. Ainda sobre a editora, foi discutido como um grupo "revolucionário" conseguiu manter-se e alcançar em certa medida a hegemonia numa instituição anacrônica e paradoxal. Chegamos a alguns fatores tais como o poder financeiro conquistado por frei Ludovico através da editora e parte da alta cúpula da Igreja ter-se posicionado a favor do ideário da libertação que norteou esse período de grande efervescência na busca pela reforma moral e intelectual.

Estudando a Editora Vozes, conhecemos melhor a REB, porém, para aprofundar este periódico, utilizamos o método bibliométrico. Mensuramos a revista para selecionar informações de caráter quantitativo e, sobretudo, qualitativo, para explicitar o recorte escolhido. Procuramos interpretar os dados obtidos à luz de Gramsci, para entender a organização do grupo e como eles se articularam nas guerras de posição. Emergiram, neste estudo, os números de artigos publicados, os autores que publicaram entre 1972 a 1986 e, para confrontar essas informações, verificamos os autores que publicaram entre 1965 a 1971. Esses dados nos ajudaram a entender quem publicou e deixou de publicar, a fim de visualizarmos o perfil dos intelectuais.

Foi visto, ainda, os que mais publicaram na revista e os anos em que mais publicaram, dando ideia da formação do grupo de intelectuais. A titulação desses intelectuais demonstra o nível elevado da revista, pois a maioria possuía o título de doutor. As ciências humanas é que mais prevalece, em especial nas áreas de teologia e de filosofia. Esses autores estavam vinculados às Universidades, no entanto, atuantes no mundo acadêmico, sem contudo perderem a vinculação com a práxis. E, nos temas mais abordados, foi possível visualizar a preocupação político-social dos intelectuais na revista.

Ao tratarmos dos editoriais, obtivemos um panorama geral das revistas e principalmente o posicionamento político e ideológico do grupo da REB. De fato, os editoriais têm a função de demonstrar o ponto de vista defendido, os argumentos apresentados e como se seguem os textos apresentados. Para o enriquecimento da tese, utilizamos os artigos que se tornaram, juntamente com os editoriais, a chave de compreensão do grupo na busca pela libertação e na elaboração do princípio educativo. Para tanto, observamos que, no ano de 1972, houve a ruptura essencial, semelhante ao *L'Ordine Nuovo*, como passagem para uma nova orientação ideológica, firmando o ideário da Teologia da Libertação. Nessa ruptura, aparecem, de forma explícita, os posicionamentos, isto é, as guerras de posição, sobretudo, quando na revista sobre a obra *Jesus Cristo Libertador*, na qual discute a imanência do Cristo e principalmente da

teologia. Essa imanência permite fazer a leitura de questões sociais, políticas, econômicas etc. Assim, para a formação, manutenção e continuidade do ideário, foi necessária a presença da diversidade cultural, isto é, as diferenças científicas em diálogo com a Teologia da Libertação.

O despertar do ideário ganhou novo alento mediante o conceito de profetismo, em que intelectuais da REB assumiram como missão própria, em meio a uma realidade de pobreza, miséria, injustiças e exploração. O profetismo contribuiu de forma decisiva para uma nova leitura da realidade, denunciando a própria instituição eclesial, na sua contradição frente ao profetismo. Alinhado ao profetismo, surge uma nova conjuntura ou diversos fatores que confluem para uma nova visão dentro do próprio cristianismo. Assim, a Teologia da Libertação é consequência da confluência de diversos fatores como a própria bíblia, as comunidades primitivas, a doutrina dos primeiros padres, a doutrina social da Igreja, do socialismo e do pensamento europeu. No entanto, apesar desses fatores, existe a originalidade de uma teologia latina americana que se faz a partir da práxis e das bases, para então ocorrer uma elaboração teórica.

Desta forma, o grupo de intelectuais alinhados às ciências sociais, na experiência pastoral/política, explicita a incompatibilidade do cristianismo com o capitalismo. Neste sentido, o grupo da REB, em conjunto com as comunidades eclesiais de base, rejeita a mentalidade de que a pobreza é natural ao ser humano e que o atraso econômico é consequência cultural latino-americana, geradora e justificadora da teoria da dependência. Esta é, sem dúvida, uma nova concepção de mundo, uma forma de elaborar uma reforma cultural e moral, na busca pela hegemonia, pensada a partir de Gramsci. Novamente, visualiza-se nas páginas da revista um posicionamento contrário à ordem vigente. Evidentemente, este fator gerou guerras de posição, fazendo com que parte da Igreja tivesse uma postura voltada às origens cristãs. Para um posicionamento tão sólido foi necessário o diálogo com as ciências, diálogo estabelecido por estes mesmos intelectuais ao longo do período pesquisado.

Ao tratarmos das guerras de posição, nas quais se utilizam as trincheiras no interior da sociedade civil, o grupo aponta uma nova perspectiva, fortalecendo ainda mais o ideário da libertação, das CEBs e dos intelectuais. Nesta nova perspectiva, o grupo faz uma crítica e autocrítica dentro da própria instituição eclesial. Ao questionar o papel e a missão do cristianismo na sociedade contemporânea, o grupo levanta dois questionamentos: o primeiro é que o Evangelho e a proposta cristã originante não se

configuram com a Igreja como a conhecemos hoje. O segundo é o perigo de o cristianismo, em particular a Igreja, se mostrar como detentora de verdades absolutas, sendo ela de natureza cultural, porém, sujeita às relatividades do tempo. Esses questionamentos levaram à compreensão de que nenhuma instituição, do ponto de vista antropológico, pode ser detentora da radicalidade do evangelho, que se preocupa mais com a vida humana do que com as "verdades" religiosas. Evidentemente, esses posicionamentos relativizam a instituição hierárquica, gerando conflitos de poder. Assim, identificamos um movimento de fato, como atestou José Comblin, na revista, e depois Michael Löwy; ainda que faltasse uma maior organicidade, mas este fator não exclui necessariamente o movimento. No entanto, deve-se observar que este mesmo movimento propôs mudanças profundas no seio da instituição eclesial e na sociedade como um todo. Propor e fazer mudanças caracteriza um movimento, pois gera desconforto e insegurança nas instituições hegemônicas. Assim, observamos que houve guerras de posição e que se levantaram trincheiras diante da Igreja e do Estado. Alguns conflitos se destacam ao longo desta tese, pois são evidentes e debatidos pelos intelectuais da REB.

O tema da libertação tornou-se uma disputa não só semântica, mas um "campo de batalha", que envolve posicionamentos de caráter ideológico propondo mudanças profundas, principalmente na instituição eclesial. A libertação torna-se a chave de leitura para a realidade, portanto abre-se ao diálogo com o mundo, com a ciência e com a cultura contemporânea. Mais do que isso, a libertação propicia superar a pobreza, mediante a economia e a política. Outra temática importante e delicada foi a questão dos direitos humanos. Esta não seria tão problemática se estivesse num regime democrático. No entanto, os direitos humanos foram tratados dentro do regime militar, que procurava silenciar, em nome da segurança nacional, os subversivos. O grupo da REB tratou de verificar de forma contemporânea a posição eclesial com relação ao regime de exceção. Foi detectado que a Igreja num primeiro momento se posicionou a favor e, num dado momento, parcela da instituição eclesial se colocou contra o regime. No entanto, é interessante observar que por vezes a Igreja agia de forma ambígua, principalmente os conservadores, que apoiavam ou se omitiam diante de torturas, perseguições e cerceamentos de liberdade. Estas posturas ditatoriais são contrárias à essência do cristianismo; portanto, leva-se a acreditar que os interesses eclesiais e pessoais de poder, prestígios e atitude de subserviência estavam acima dos interesses humanos.

Diante desse cenário, muitos cristãos ligados à libertação, em especial bispos por seus ofícios, denunciaram de forma contundente prisões, torturas, maus-tratos e abusos de poder por parte dos militares. Muitos documentos e declarações foram feitos pelos sucessores dos apóstolos, que demonstraram grandeza e coragem evangélica como requer as origens do cristianismo. Vale ressaltar que, nas páginas da REB, encontram-se denúncias feitas pelos intelectuais sobre a violação de direitos humanos não só contra o Estado, mas também com relação à própria Igreja omissa e violadora de direitos. Ainda na batalha das guerras de posição, a conferência de Puebla tornou-se um dos assuntos de grande relevância para o grupo da REB. Principalmente no que se refere à opção preferencial pelos pobres, pois essa escolha implica necessariamente a transformação da própria instituição eclesial. A crítica feita pelos intelectuais é sobre o documento de consulta, isto é, de preparação para a conferência. Este documento final abandonaria a opção pelos pobres e, conseqüentemente, a opção pela libertação integral, pelas comunidades eclesiais de base etc. Muitos teólogos foram assessores de bispos na conferência e conseguiram influenciar com o ideário, dando continuidade à Conferência de Medellín. A figura de continuidade de um Papa "progressista" como Paulo VI, dando continuidade ao Vaticano II, e o tema da libertação deram sustentação e prosseguimento ao movimento libertador.

Ao tratarmos sobre as CEBs, os Pobres e o Princípio Educativo, isto é, os intercâmbios de saberes entre o povo e os intelectuais, constatamos que a opção preferencial pelos pobres acontece de forma privilegiada nas comunidades eclesiais. Este aspecto foi determinante, uma vez que é identificado na revista que o povo oferece um conhecimento efetivo aos intelectuais e estes, de forma simultânea, ao povo. Desta forma se estabelece uma troca de saberes que se torna favorável na construção da reforma intelectual e moral. Assim, compreende-se que o conhecimento acontece de forma intercambiável, já que os intelectuais orgânicos não só ensinam, mas adquirem conhecimentos do povo, em especial das CEBs. O fazer/ser/saber do povo só é aceito pelos intelectuais orgânicos se realiza a desalienação do intelectual, superando a prepotência e abstrações idealísticas. Neste trabalho doutoral identificamos que a educação supera aquela escolar, como acenou o próprio Gramsci. Esse intercâmbio de saberes acontece de forma privilegiada nas CEBs, nas quais o povo toma gosto pelo saber, estabelecendo de forma dialética a troca de saberes de forma contínua. Um tema importante é sobre a educação popular e política dentro das comunidades eclesiais de base. Existem, nas CEBs, a educação popular que é produzida *pelos* classes, isto é,

surtem pelos seus próprios agentes. Há a experiência do saber produzido em conjunto com os membros das classes populares, que são mais democráticos e evidenciam uma maior relação igualitária educador-educando. Para que essa educação seja eficiente é necessária à articulação entre fé e vida, que supera dualismos, e se realiza em concretude. Dessa forma, de acordo com Gramsci, educar a partir da realidade torna-se a alma educativa do povo. Assim, identificamos que nas CEBs o senso comum é superado pelo bom senso de seus integrantes. Desenvolveram uma nova concepção de mundo que os ajudam a superar alienações e contradições causadas pelos modelos políticos e econômicos. Neste sentido, as comunidades partem para mudanças na vida concreta, estabelecendo ações de reivindicações, como: grupos de mães, mutirão, amigos de bairros, sindicatos, movimentos populares e partidos políticos etc. Os membros das CEBs compreenderam a importância da política, pois, sem essa, não é possível a libertação integral. Desta forma, num processo educativo mais intenso, desenvolveu-se a autoeducação, a conscientização, a análise histórica, a organização política e a ação efetiva, na tentativa de grandes projetos, como a hegemonia.

Emergiram ainda as questões eclesiológicas, quando se levantou a questão do poder dentro da Igreja. Nascia um novo modelo eclesial que se chocava com a hierarquia vigente, pois as CEBs tornaram-se o lugar de atuação do ideário. Assim, a Teologia da Libertação não é somente intelectual, mas, sobretudo, pastoral/política. A Igreja "oficial" enxergou nas CEBs um perigo a ser combatido; conservadores procuraram desqualificar o discurso libertador, associando um possível encontro entre marxismo e cristianismo. Talvez este tenha sido o ponto nevrálgico, pois de fato o marxismo adentrou na reflexão teológica, em que a justificativa é que este pensamento serviria como mediação, ferramenta intelectual e instrumento de análise da realidade social. Apesar da análise teórica, na prática houve o encontro de cristãos e marxistas, na superação de dogmatismos dos dois lados. O que se procurou fazer foi uma análise vigorosa e séria do estatuto epistemológico marxista, procurando-se um diálogo que oferecesse caminhos propícios à libertação. Assim o cristianismo mostra todo o seu vigor e tradição profética, quando procura apropriar-se da análise marxista da realidade. Tanto o marxismo como o cristianismo têm no seu bojo o desejo da transformação da sociedade, por isso, a superação entre marxistas e cristãos é possível, unindo-se na luta pela libertação integral.

Nas formas mais autoritárias de regimes totalitários, a mãe Igreja perseguiu e silenciou vários desses intelectuais, fez campanha em favor de um

cristianismo conservador, com o discurso de neutralidade que, segundo o grupo da REB, significa muito mais arrogância e demonstração de superioridade. Instruções sobre a Teologia da Libertação, inquéritos no Vaticano, silêncio obsequioso, afastamentos de professores de suas cadeiras, censura a livros, seminários fechados, escolha de bispos conservadores e medíocres fizeram a Igreja de Roma triunfar. Porém, parece que faltou a este grupo ir até o fim, talvez, mas a vinculação com a instituição eclesial os fez recuar algumas vezes e, em outras, enfrentar o poder. Mas os efeitos deste movimento se fizeram sentir em diversos setores da vida humana, principalmente no da política, no Brasil e em toda a América latina.

Assim, a tese que procuramos defender é a existência de um grupo de intelectuais orgânicos que escrevem na revista de forma relativamente contínua e que fazem parte de um movimento chamado Teologia da Libertação. Este mesmo grupo estabeleceu a relação educando-educador, na forma de troca de saberes, em que povo e intelectuais estabelecem o princípio educativo. No entanto, esta educação de forma ampla acontece de maneira democrática, principalmente na atuação política. Vale ressaltar que, nas páginas da REB, é explícito que os intelectuais e o povo estabeleceram o princípio educativo, na vivência pastoral e política dentro das comunidades eclesiais de base.

A revista REB forneceu materiais nas quais foi possível identificar o princípio educativo e a formação do grupo, mas vale ressaltar que, como a revista é direcionada ao clero, ela não é acessível à maioria do povo, portanto, ela não tem o mesmo alcance educacional que o periódico *L'Ordine Nuovo*. Na tese, ao abordarmos diversos assuntos, o objetivo foi identificar a prática do grupo e o princípio educativo. No entanto, salientamos que alguns assuntos tratados na tese merecem um estudo posterior como: a questão entre capitalismo e cristianismo, os acordos entre a Igreja e os regimes totalitários, a questão da Igreja e os direitos humanos durante o regime militar no Brasil e os acordos que mantiveram Frei Ludovico à frente da Editora Vozes durante muito tempo. Diante da pesquisa feita, almeja-se aprofundar a questão da relação Igreja, regime militar e direitos humanos, para compreender esta relação tão complexa e paradoxal.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALBALA, Alfonso. **Introducción al Periodismo**. Madrid: Punto Omega, 1970. (Colección Universitaria de Bolsillo).
- ALVES, Rubem. **O Que é Religião?** São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro. **Capitalismo e Socialismo: diálogo entre a doutrina social da igreja e a teologia da libertação**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- ANDRADES, Marcelo Ferreira de. **Editora Vozes: 100 anos de História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- _____. **Do Claustro à universidade: as estratégias editoriais da Editora Vozes na gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1964 – 1986)**. 2001b. 1v. 239p. Dissertação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ANTONCICH, Ricardo. **Trabalho e Liberdade: A Teologia da Libertação e a Laborem Exercens**. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- ARRIGONI, Maria Teresa. **Gramsci: universidade, jornalismo e política**. Perspectiva; CED, Florianópolis, 5 (10), 66-80. JAN/JUN. 1988.
- ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres**. São Paulo, Paulus. 2010.
- AZPITARTE, Eduardo López. **Fundamentação da Ética Cristã**. São Paulo: Paulus, 1995.
- AZZI, Riolando. A atuação da Igreja no Nordeste no século passado. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 165. p. 110 - 119. de Março 1982a.
- _____. D. Manoel Joaquim da Silveira, Primaz da Bahia (1861-1874), e a Luta pela Liberdade da Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 134. p. 359 - 372. Junho de 1974b.
- _____. O movimento da Reforma Católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 135. p. 646 - 662. Setembro de 1974c.
- _____. Os Capuchinhos e o Movimento Brasileiro de Reforma Católica do Século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 123. p. 139 - 308. Março de 1975.
- _____. Dom Antônio de Macedo Costa e a Reforma da Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 139. p. 638 - 701. Setembro de 1975c.

_____. Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo (1851-1861), e o Movimento de Reforma Católica no Século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 140. p. 902 - 922. Dezembro de 1975d.

_____. Elementos para a História do Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 141. p. 95 - 130. Março de 1976a.

_____. A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 106 - 142. Março de 1977a.

_____. Religiosidade Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 152. p. 642 - 650. Dezembro de 1978d.

_____. O cenário da obra salesiana no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 168. p. 759 - 764. Dezembro de 1982d.

BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida Baptista. Práxis e educação em Gramsci. © Filosofia e Educação (Online), ISSN 1984-9605 – **Revista Digital do Paideia**. Volume 2, Número 1, Abril-Setembro de 2010.

BARBUY, Heraldo. **Marxismo e Religião**. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Convívio, 1977.

BASTOS, Guido Coelho de Magalhães. **Ordem e Justiça Social: A Igreja Católica e o Projeto de Reforma Agrária do Governo João Goulart (1961-64)**. 2008. 1v. 129p. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.

BEOZZO, José Oscar. “Grandes questões da caminhada do cristianismo na América Latina e no Caribe”, p.21-136, In. SANCHES (coord.) **Cristianismo na América Latina e no Caribe: trajetórias, diagnósticos, perspectivas**, São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. Atitudes dos Jovens Universitários face à Religião e a Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 140. p. 836 - 852. Dezembro de 1975d.

_____. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 148. p. 741 - 758. Dezembro de 1977d.

_____. A Evangelização na América Latina - Uma visão histórica com vista a Puebla. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 150. p. 208 - 243. Junho de 1978b.

_____. Pastoral Universitária. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 166. p. 331 - 359. Junho de 1982b.

_____. Igreja no Brasil - o planejamento pastoral em questão. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 167. p. 465 - 505. Setembro de 1982c.

_____. Religiosidade Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 168. p. 744 - 758. Dezembro de 1982d.

_____. Situação do negro na sociedade brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 171. p. 558 - 576. Setembro de 1983c.

_____. A dimensão latino-americana no VI. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 183. p. 512 - 526. Setembro de 1986c.

_____. Critério de credenciamento dos observadores (Carta a Dom Amaury). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 183. p. 670 - 677. Setembro de 1986c.

_____. Os desafios das Editoras católicas numa nova realidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 184. p. 832 - 837. Dezembro de 1986d.

BISPOS, DO CENTRO-OESTE. **Marginalização de um povo**. SEDOC, 1973, 6: 993-1021.

BISPOS, E. SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE. **Eu ouvi os clamores do meu povo**. Recife: Salesianos, 2003.

BOFF, Clodovis. Teologia e Prática. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 144. p. 789 - 810. Dezembro de 1976d.

BOFF, Clodovis. O Pecado Social. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 148. p. 675 - 701. Dezembro de 1977d.

BOFF, Clodovis. A Ilusão de uma Nova Cristandade - Crítica à tese central do Documento de Consulta para Puebla. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 149. p. 5 - 17. Março de 1978a.

BOFF, Clodovis. A dimensão teológica da Política - Da Fé e daquilo que lhe pertence. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 150. p. 244 - 268. Junho de 1978b.

BOFF, Clodovis. Comunidades cristãs e Política partidária. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 151. p. 387 - 401. Setembro de 1978c.

BOFF, Clodovis. Puebla: "Evangelização, Ideologias e Política - Ganhos e Questões. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 153. p. 101 - 104. Março de 1979a.

BOFF, Clodovis. A Igreja, o Poder e o Povo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 157. p. 11 - 47. Março de 1980a.

BOFF, Clodovis. Agente de Pastoral e Povo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 158. p. 216 - 242. Junho de 1980b

BOFF, Clodovis. Idéias-força de João Paulo II sobre a Igreja e a sociedade. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 407 - 415. Setembro de 1980c.

BOFF, Clodovis. CEBs e práticas de Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 160. p. 595 - 625. Dezembro de 1980d

BOFF, Clodovis. Santo Tomás de Aquino e a Teologia da Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 163. p. 426 - 442. Setembro de 1981c.

BOFF, Clodovis. Uma Igreja Popular - Impressões de uma visita pela Igreja de Cratéus. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 164. p. 728 - 744. Dezembro de 1981d.

BOFF, Clodovis. "E uma pedrinha soltou-se..." - As bases do Povo de Deus. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 168. p. 659 - 687. Dezembro de 1982d.

BOFF, Clodovis. Santo Agostinho de Hipona e a pastoral da libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 170. p. 93 - 102. Junho de 1983b.

BOFF, Clodovis. Crônica Teológica do V Encontro Intereclesial de CEBs. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 171. p. 471 - 493. Setembro de 1983c.

BOFF, Clodovis. Cinco de observações fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 173. p. 115 - 120. Março de 1984a.

BOFF, Clodovis. Em vista do novo documento vaticano sobre a TdL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 176. p. 709 - 725. Dezembro de 1984d.

BOFF, Clodovis. O caminho da Igreja na Europa. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 177. p. 152 - 160. Março de 1985a.

BOFF, Clodovis. Convocatório geral em prol da libertação (Carta aberta ao Cardeal Ratzinger). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 182. p. 251 - 262. Junho de 1986b.

BOFF, Clodovis. Retrato de 15 anos da Teologia da Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 182. p. 263 - 271. Junho de 1986b.

BOFF, Clodovis. Carta teológica sobre Cuba. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 182. p. 348 - 371. Junho de 1986b.

BOFF, Clodovis. Em que ponto estão hoje as CEBs? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 183. p. 527 - 538. Setembro de 1986c.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BOFF, Leonardo. **O despertar da águia: o dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo. Constantes Antropológicas e Revelação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 125. p. 26 - 41. Março de 1972a.

BOFF, Leonardo. Jesus Cristo, Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 127. p. 515 - 539. Setembro de 1972c

BOFF, Leonardo. A Mensagem Bíblica hoje, na língua secular. - **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 128. p. 842 - 854. Dezembro de 1972d.

BOFF, Leonardo. Quarta Semana Teológica de Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 132. p. 966. Dezembro de 1973d.

BOFF, Leonardo. Os 80 Anos de Alceu Amoroso Lima (Palavras da Redação). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 132. p. 819 - 825. Dezembro de 1973d

BOFF, Leonardo. Tensão entre a Busca de Realização Pessoal e a Obediência Religiosa. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 134. p. 329 - 342. Junho de 1974b.

BOFF, Leonardo. O que Significa propriamente o Sacramento? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 136. p. 860 - 895. Dezembro de 1974d.

BOFF, Leonardo. O Pensar Sacramental. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 139. p. 515 - 541. Setembro de 1975c.

BOFF, Leonardo. Que é fazer Teologia partindo de uma América Latina em Cativo? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 140. p. 853 - 879. Dezembro de 1975d

BOFF, Leonardo. Avaliação teológica crítica. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 141. p. 261 - 272. Março de 1976a.

BOFF, Leonardo. O Pensar Sacramental: Sua Fundamentação e Legitimidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 142. p. 365 - 402. Junho de 1976b.

BOFF, Leonardo. Catolicismo Popular: O que é Catolicismo? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 141. p. 19 - 52. Março de 1976a.

BOFF, Leonardo. Teoria e Práxis. Os Direitos Humanos ao interno da Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 143 - 159. Março de 1977a.

BOFF, Leonardo. História da Igreja no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 146. p. 368 - 372. Junho de 1977b.

BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador - Uma visão cristológica a partir da periferia. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 147. p. 501 - 524. Setembro de 1977c.

BOFF, Leonardo. Maria, Mulher Profética e Libertadora - A Piedade mariana na Teologia da Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 149. p. 59 - 72. Março de 1978a.

BOFF, Leonardo. Comunidades cristãs e Política Partidária. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 151. p. 387 - 401. Setembro de 1978c.

BOFF, Leonardo. Teologia da Libertação - O Mínimo do Mínimo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 152. p. 696 - 705. Dezembro de 1978d.

BOFF, Leonardo. Puebla - Ganhos, Avanços, Questões emergentes. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 153. p. 43 - 63. Março de 1979a.

BOFF, Leonardo. Contemplativus in Libertatione - Da espiritualidade da libertação à prática da libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 155. p. 571 - 580. Dezembro de 1979d.

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**, Petrópolis: Vozes, 1980

BOFF, Leonardo. A visita do Papa - O saldo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 425 - 428. Setembro de 1980c

BOFF, Leonardo. Pastoral dos ricos segundo João Paulo II no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 476 - 487. Setembro de 1980c.

BOFF, Leonardo. João Paulo II - A volta do Carisma. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 403 - 406. Setembro de 1980c.

BOFF, Leonardo. Teologia à escuta do Povo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 161. p. 626 - 655. Março de 1981a

BOFF, Leonardo. Comunidades Eclesiais de Base - povo oprimido que se organiza para a libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 162. p. 312 - 320. Junho de 1981b

BOFF, Leonardo. A estrutura pascal da existência humana. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 165. p. 5 - 11. Março de 1982a.

BOFF, Leonardo. Igreja: Carisma e Poder - uma justificação contra falsas leituras. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 166. p. 227 - 260. Junho de 1982b.

BOFF, Leonardo. Igreja: carisma e poder. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 166. p. 227 - 260. Junho de 1982.

BOFF, Leonardo. A presença de Alceu Amoroso Lima. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 171. p. 437 - 442. Setembro de 1983c.

BOFF, Leonardo. CEBs: a Igreja inteira na base. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 171. p. 459 - 470. Setembro de 1983c.

BOFF, Leonardo. Lutero entre a Reforma e a Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 172. p. 714 - 736. Dezembro de 1983d

BOFF, Leonardo. Cinco observações de fundo à intervenção do Cardeal Ratzinger acerca da Teologia da Libertação de corte marxista. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 173. p. 115 - 120. Março de 1984a.

BOFF, Leonardo. Como pregar a cruz hoje numa sociedade de crucificados? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 173. p. 58 - 72. Março de 1984a.

BOFF, Leonardo. Em vista do novo documento vaticano sobre a TdL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 176. p. 709 - 725. Dezembro de 1984d.

BOFF, Leonardo. **Esclarecimento**. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 178. p. 399 – 400. Junho de 1985.

BOFF, Leonardo. Convocatório geral em prol da libertação (Carta aberta ao Cardeal Ratzinger). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 182. p. 251 - 262. Junho de 1986b.

BOFF, Leonardo. A colegialidade de todo o Povo de Deus - Uma interrogação a partir da prática. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 183. p.650 - 657. Setembro de 1986c.

BOFF, Leonardo. A teologia do Terceiro Mundo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 184. p. 847 - 851. Dezembro de 1986d

BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**, Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

BOFF, Leonardo. (Org.) **A Teologia da Libertação: Balanço e perspectivas**. São Paulo: Editora Ática, 1996..

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder. Ensaio de Eclesiologia Militante**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Da libertação: O sentido teológico das libertações sócio-históricas**, Petrópolis: Editora Vozes, 1985

BOFF, Leonardo. **Como fazer Teologia da Libertação**, Petrópolis: Editora Vozes, 1986

BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**, Petrópolis: Editora Vozes, 1998

BOSI, Alfredo. **Economia e humanismo**. *Estud. av.* [online]. 2012, vol.26, n.75, pp. 249-266. ISSN 0103-4014
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S010340142012000200017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: Maio. 2014.

BORDIGA, Amadeo; GRAMSCI, Antônio. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. 11.ed. Campinas: Papyrus, 2011.

BRASIL: nunca mais. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BRUGGER, Walter. **Dicionário de Filosofia**. 3. ed. Tradução de Antônio Pinto de

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CARVALHO, Francisco de Assis. **O Gênero Editorial e a Polêmica do Ensino Religioso**. 2008. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade de São Paulo, 2008.

Carvalho. São Paulo: E.P.U. - Editora Pedagógica e Universitária, 1977.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio ea marginalização social**. IDC, 1971.

CASTILLO, F. *Os Cristãos e o Marxismo*: Um Problema com História. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v. 44, n. 176, Dezembro, 1984d.

CAVAZZUTI, Tomás. Algumas distinções necessárias na leitura do documento sobre a TdL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v. 44, n. 176, Dezembro, 1984d.

CECHINATO, Luiz. **Puebla ao Alcance de Todos**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CHRISTO, Alberto Libânio. As CEBs como potencial de transformação da sociedade brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 171. p. 494 - 503. Setembro de 1983c.

_____. Tendências Políticas em Puebla. **Revista Eclesiástica**

_____. O Canto do Galo (Relatório pastoral de uma visita à prelazia do Acre e Purus) **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 146. p. 243 - 282. Junho de 1977b.

_____. Ubu - Os Passos de Deus na Trilha do Povo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 154. p. 222 - 244. Junho de 1979b.

_____. Oração, uma exigência (também) política. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 167. p. 444 - 455. Setembro de 1982c.

_____. As CEBs e o projeto político popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 183. p. 578 - 590. Setembro de 1986c.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 10. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

COMBLIN, José. **Um Novo Amanhecer da Igreja?** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Atualidade da Teologia da Missão. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 128. p. 796 - 825. Dezembro de 1972d.

_____. Atualidade da Teologia da Missão. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 129. p. 5 - 34. Março de 1973a.

_____. Atualidade da Teologia da Missão (III). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 131. p. 579 - 603. Setembro de 1973c.

_____. A Atualidade de S. Tomás de Aquino. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 135. p. 600 - 629. Setembro de 1974c.

_____. A Missão Profética da Igreja nos Tempos Atuais. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 136. p. 771 - 805. Dezembro de 1974d.

_____. A Missão do Espírito Santo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 138. p. 288 - 325. Junho de 1975b.

_____. Os Conceitos Cristãos de Liberdade e Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 142. p. 300 - 322. Junho de 1976b.

_____. Os Conceitos Cristãos de Liberdade e Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 143. p. 595 - 620. Setembro de 1976c.

_____. Evangelização e Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 147. p. 569 - 597. Setembro de 1977c.

_____. Temas doutrinários com vistas à Conferência de Puebla. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 150. p. 195 - 207. Junho de 1978b.

_____. O novo ministério de missionário na América Latina. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 160. p. 626 - 655. Dezembro de 1980d.

_____. Algumas reflexões sobre a formação sacerdotal hoje. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 162. p. 320 - 345. Junho de 1981b.

_____. A América Latina e o presente debate teológico entre neo-conservadores e liberais. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 164. p. 790 - 816. Dezembro de 1981d.

_____. Critérios para um Comentário da Bíblia. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 166. p. 307 - 330. Junho de 1982b.

_____. Os "Movimentos" e a pastoral latino-americana. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 170. p. 227 - 262. Junho de 1983b.

_____. A tarefa dos teólogos latino-americanos na atualidade - Contribuição para um diálogo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 177. p. 32 - 62. Março de 1985a.

_____. O tema da reconciliação e a teologia na América Latina. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 182. p. 272 - 314. Junho de 1986.

_____. **Cristãos Rumo ao Século XXI: nova caminhada da libertação**. São Paulo: Paulus, 1996.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Petrópolis: 18. ed. Vozes, 1986.

CONGREGAÇÃO, PARA A. DOCTRINA DA FÉ, **Declaração Dominus Iesus**. "Sobre a unicidade e a universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja." São Paulo: Paulus (2000).

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1994.

CRÔNICAS. Bispo lança livro em momento inoportuno. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 171. p. 615 - 616. Setembro de 1983c.

CRÔNICAS. Censura romana: Teólogo observará silêncio obsequioso. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 179. p. 595 - 604. Dezembro de 1985d.

CRÔNICAS. A missa por Manoel Fiel Filho. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 142. p. 453 - 455. Junho de 1976b.

CRÔNICAS. O sacrifício de Pe. João Bosco. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 144. p. 966 - 968. Dezembro de 1976d.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, Na Oficina do Historiador: conversas sobre a história da imprensa. **Revista do Programa de Estudo Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, SP, nº 35. p. 1 – 411. Dezembro de 2007. ISSN 0102 – 4442.

DAL MOLIN, Débora Cristina. "**Entre cruces e anéis**"; a **Revista Eclesiástica Brasileira e as representações de família (1941-1965)**. 2010. 1v. 125p. Universidade Federal do Paraná.

DARNTON, Robert. **O Beijo da Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

DAVID, Solange Ramos de Andrade. **Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)**. 2000. 1v. 425p. Tese. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis.

_____. **O Catecismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (193-1980)**. 2000. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

DE JERUSALÉM, A. Bíblia. Edições Paulinas. São Paulo, SP, 2002, 1085.

DE PROENÇA SIGAUD, Geraldo. Catecismo anticomunista. Editora Vera Cruz, 1963. Declaração conjunta do episcopado paulista. **Testemunho de Paz**. Brodósqi, 8 de junho de 1972.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a Educação do Educador**. Cad. Cedes, Campinas, Vol. 26, n. 70, p. 311-328, set/dez. 2006.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 2^a ed., 1990.

DIAS, José Fernandes. Comissão Trilateral: a "Nova" face do capitalismo transnacional e dos direitos humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 149. p. 118 - 125. Março de 1978a.

DOCUMENTAÇÃO. Exigências Cristãs de uma Ordem Política. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 188 - 196. Março de 1977a.

DOCUMENTAÇÃO. Alguns aspectos particulares da Pastoral das CEBs. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 169. p. 153 - 161. Março de 1983a.

DOCUMENTAÇÃO. Esclarecimento. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 178. p. 399 - 400. Junho de 1985b.

Documento assinado por bispos e missionários da Amazônia. **Y - Juca Pirama. O índio, aquele que deve morrer**. 25 de dezembro de 1973.

DOCUMENTO DE PUEBLA, **Evangelização no presente e no futuro da América Latina Conclusões da IIIª Conferência geral do Episcopado Latino-americano**, Texto Oficial Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979 Edições Paulinas.

Documento do episcopado paulista. **Não oprimas teu irmão**. Itaici, 30 de outubro de 1975.

Documento dos Bispos da Comissão Representativa da CNBB. **Comunicação pastoral ao Povo de Deus**. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1976.

DORE, Rosemary. Atividade Editorial como Atividade Educativa: Reflexões de Gramsci sobre as "Revistas Tipos". **Revista de Sociologia Política** Nº 29: 79-93 NOV. 2007.

DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores: história dos papas**. Tradução de Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac e Naif, 1998.

DUQUE E; GUTIÉRREZ, G. **Itinerarios de la razón crítica: homenaje a Franz J. Hinkelammert en sus setenta años**, San José: DEI, 2001.

DUSSEL, E. **Teologia da Libertação: panorama de seu desenvolvimento**, Petrópolis: Vozes, 1999.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 125. p. 3. Março de 1972a.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 126. p. 273. Junho de 1972b.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 129. p. 3. Março de 1973a.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 131. p. 545. Setembro de 1973c.

- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 34, nº 136. p. 769. Dezembro de 1974d.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 36, nº 141. p. 3. Março de 1976a.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 36, nº 144. p. 777. Dezembro de 1976d.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 37, nº 145. p. 3. Março de 1977a.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 37, nº 146. p. 241. Junho de 1977b.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 37, nº 147. p. 465. Setembro de 1977c.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 37, nº 148. p. 673-674. Dezembro de 1977d.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 38, nº 149. p. 3. Março de 1978a.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 38, nº 193. p. 241. Junho de 1978b.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 38, nº 151. p. 385. Setembro de 1978c.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 38, nº 152. p. 577. Dezembro de 1978d.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 39, nº 153. p. 3. Março de 1979a.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 39, nº 155. p. 369. Setembro de 1979c.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 39, nº 156. p. 561. Dezembro de 1979d.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 40, nº 157. p. 3. Março de 1980a.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 40, nº 158. p. 209. Junho de 1980b.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 40, nº 160. p. 593. Dezembro de 1980d.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 41, nº 161. p. 3. Março de 1981a.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 41, nº 162. p. 209. Junho de 1981b.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 41, nº 163. p. 641. Setembro de 1981c.
- EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 41, nº 164. p. 641. Dezembro de 1981d.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 166. p. 225. Junho de 1982b.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 169. p. 3. Março de 1983a.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 170. p. 225. Junho de 1983b.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 171. p. 433. Setembro de 1983c.

EDITORIAL. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 172. p. 3. Março de 1984a.

ENFOQUE HISTÓRICO Entrevista de Rose Marie Muraro <http://www.folhadaregiao.com.br/jornal/2003/10/19/cad207.php?PHPSESSID=448767c56f4f5656e0e7bbd320619d7a>.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 113-125.

FORNERO, G., **Protagonisti e Testidella Filosofia**. Varese. Paravia: 2000, Volume D.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Tradução de Selma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Microfísica do Poder**. 29. ed. Tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2011.

Frei Betto. Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular. In: FLEURI, Reinaldo Matias. **Movimento Popular, Política e Religião**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Tradução de Áurea B. Weissenberg. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas: A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Campanhia da Letras, 2002.

GEVAERT, Joseph, **Il Problema dell'uomo: Introduzione All'antropologia filosofica**. Torino: Elledice, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Lettere dal Carcere**. Turim: Einaudi Editore, 1949

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a. Vol 1.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. Vol 2.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c. Vol 3.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GREGORIO, Domenico de. **Metodologia del Periodismo**. Madrid: Ediciones Rialp, 1966.

GRISALES, Jorge Manrique **Enseñar periodismo para leer y narrar la sociedad del siglo XXI**. Pontificia Universidad Javeriana de Cali -de 2012.

GRIZZUTI, Gustavo Félix. La ideología en el género periodístico según el Análisis Crítico del Discurso. **Espéculo. Revista de estudios literarios**. Universidad Complutense de Madrid. 2010.

GROENEN, Henrique Estevão. Na Igreja quem é o Povo? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 154. p. 195 - 221. Junho de 1979b.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A Força Histórica dos Pobres**. Petrópolis: Editora Vozes. 1981.

_____. **Teologia da Libertação: Perspectivas**. Petrópolis: Editora Vozes. 1975.

HOORNAERT, Eduardo. A Evangelização segundo a Tradição Guadalupana. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 135. p. 524 - 545. Setembro de 1974c.

_____. As Relações entre Igreja e Estado. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 126. p. 275 - 308. Junho de 1972b.

_____. O Centenário da Posse de Dom Vital. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 126. p. 365 - 373. Junho de 1972b.

_____. Para uma História da Igreja no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 129. p. 117 - 138. Março de 1973a.

_____. Formação do Catolicismo Guerreiro no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 132. p. 854 - 885. Dezembro de 1973d.

_____. Para uma História da Igreja no Brasil: II **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 133. p. 123 - 131. Março de 1974a.

_____. A Tradição Lascasiana no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 135. p. 379 - 389. Junho de 1975b.

_____. O Catolicismo Popular numa perspectiva de Libertação: Pressupostos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 141. p. 189 - 201. Março de 1976a.

_____. O Padre Católico, Visto pelos Indígenas do Brasil e do Maranhão. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 142. p. 347 - 364. Junho de 1976b.

_____. Para uma História da Igreja no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 159 - 184. Março de 1977a.

_____. Defesa dos Direitos humanos e História do Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 147. p. 467 - 471. Setembro de 1977c.

_____. Comunidades de Base - Dez Anos de Experiência. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 152. p. 474 - 502. Setembro de 1978c.

_____. O Significado histórico do Ciclo Missionário Carmelitano na Amazônia (1693-1755). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 158. p. 320 - 334. Junho de 1980b.

_____. A homília do papa aos camponeses no Recife - Para uma teologia do trabalho. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 488 - 497. Setembro de 1980c.

_____. Para uma História da Igreja na Amazônia. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 163. p. 554 - 563. Setembro de 1981c.

_____. A Missa dos Quilombos chegou tarde demais? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 164. p. 816 - 818. Dezembro de 1981d.

_____. As Comunidades de Base e a Religião Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 164. p. 672 - 680. Dezembro de 1981d.

_____. Missionários italianos no Brasil entre 1700 e 1760. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 174. p. 362 - 373. Junho de 1984b.

_____. Os dez anos da Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina: desafios e perspectivas. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 175. p. 577 - 583. Setembro de 1984c.

_____. O serviço nas comunidades cristãs dos dois primeiros séculos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Junho de 1985b.

_____. Os três fatores da nova hegemonia dentro da Igreja Católica no Brasil: Fatos e perspectivas. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 182. p. 371 - 384. Junho de 1986b.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. As Utopias Românticas. In: (Orgs.) JINKINGS, Ivana;

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Gramsci**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

JESUS, Rodrigo Marcos de. **Religião como Fé e Política: o Cristianismo Libertador em Leonardo Boff**. 2009. 136 f. Dissertação. Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE.

JOSAPHAT, C. **Las Casas: todos os direitos para todos**, São Paulo: Loyola, 2000.

KLOPPENBURG, Boaventura. Bispo Jubilar com suas Vicissitudes Eclesiais. **Revista Teocomunicações**. Porto Alegre, RS, v. 37, nº 158. p. 508-509. Dezembro de 2007.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEÃO XIII, Papa. *Rerumnovarum*. Carta encíclica de sua santidade o Papa Leão, 1891. São Paulo: Paulus, 1973.

LEERS, Bernardino. Moralistas e Magistério. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 179. p. 520 - 560. Setembro de 1985c.

_____.Violência e Reconciliação - Uma perspectiva moral. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 168. p. 688 - 717. Dezembro de 1982d.

_____.O Sacramento da Reconciliação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 174. p. 299 - 322.Junho de 1984b.

_____.Perfil do ministro da reconciliação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 175. p. 477 - 500.Setembro de 1984c.

_____.Moralistas e Magistério. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 180. p. 227 - 244. Dezembro de 1985d.

LÊNIN, Vladimir Ilitch; FIDEL, Castro; BETTO, Frei. **As Tarefas Revolucionárias da Juventude**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

LEPARGNEUR, Hubert. A Igreja e o reconhecimento dos Direitos Humanos na história (I). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 159 - 184. Março de 1977a.

_____.Qual a Função da Igreja Frente à Revelação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 125. p. 60 - 91. Março de 1972a.

_____. Leitura Crítica do Livro de Jacques Monod: O Acaso e a Necessidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 126. p. 374 - 382.Junho de 1972b.

_____.As Alternativas Estratégicas da Evangelização na América Latina. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 152. p. 635 - 631. Dezembro de 1978d.

_____.A moral da pregação de João Paulo II no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 462 - 475.Setembro de 1980c.

_____.Síntese sobre o lugar da Saúde na cultura atual. **Revista Eclesiástica Brasileira**. M v. 41, nº 161. p. 19 - 54. Março de 1981a.

_____.Avaliação moral do abortamento voluntário. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 165. p. 82 - 109. Março de 1982a.

_____.Experimentação clínica na história e na teologia. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 170. p. 351 - 373.Junho de 1983b.

_____.Consciência moral e superego. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 175. p. 583 - 590.Setembro de 1984c.

_____. Metodologia teológica e categorias sociológicas. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 178. p. 310 - 316. Junho de 1985b.

LIBÂNIO, João Batista. **40 anos da Teologia da Libertação: ontem e hoje**. 2011, disponível em <http://www.jbllibanio.com.br/modules/smartsection/item.php?itemid=162>. Acesso em 13 de setembro de 2013.

_____. Pontos de Partida ao Problema da Revelação no Atual Momento Teológico. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 125. p. 5 - 25. Março de 1972a.

_____. Reflexões Teológicas Pastorais sobre Movimentos de Juventude. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 129. p. 139 - 154. Março de 1973a.

_____. Reflexões Teológicas Pastorais sobre Movimentos de Juventude. v. 33, nº 130. p. 391 - 411. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Junho de 1973b.

_____. Pecado e Culpa. **Revista Eclesiástica Brasileira**. dev. 34, nº 133. p. 108 - 122. Março de 1974a.

_____. Critérios de autenticidade do Catolicismo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 141. p. 53 - 81. Março de 1976a.

_____. O Profético e o Político. Sua referência aos direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 41 - 75. Março de 1977a.

_____. A Cristologia no Documento Preparatório para Puebla. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 149. p. 43 - 58. Março de 1978a.

_____. Visita do Papa à América Latina - Chaves de Leitura. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 153. p. 5 - 42. Março de 1979a.

_____. Congresso Internacional Ecumênico de Teologia. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 157. p. 126 - 133. Março de 1980a.

_____. A visita do Papa - Alguns eixos importantes de interpretação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 429 - 444. Setembro de 1980c.

_____. Igreja: Povo oprimido que se organiza para a libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 162. p. 279 - 311. Junho de 1981b.

_____. CEBs: Igreja em busca da Terra Prometida. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 183. p. 489 - 511. Setembro de 1986c.

LIMA VAZ, Henrique C. Antropologia e Direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 13 - 40. Março de 1977a.

LIMA, Alceo Amoroso. Meditação do Ocaso. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 132. p. 823 - 825. Dezembro de 1973d.

LOPES, Antonio de Lisboa Lustosa. **Entre a Colonialidade e a Libertação: Uma análise descolonial dos discursos das e sobre as Ceb's**. Tese. São Bernardo do Campo: Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

LÖWY, Michel. Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTI, M; REIS, D.A. (Orgs.) **História do marxismo no Brasil- Partidos e movimentos após os anos 1960**, v. 6, Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Marxismo e Teologia da Libertação**, São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: RIDENTI, M; REIS, D.A. (Orgs.) **História do marxismo no Brasil- Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**, v. 5, Editora da UNICAMP, 2007.

MADURO, O. *Nota sobre o marxismo da Instrução vaticana*. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v. 44, n. 176, Dezembro, 1984.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio Educativo em Gramsci: americanismo e fordismo**. Campinas: Alínea, 2008.

MARITAIN, Jacques. **La Persona e il Bene Comune**. Brescia: Editrice Morcellina, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República**. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**, São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Caminhando pela História da Igreja**, Belo Horizonte: Lutador, 1996.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e l'educazione degli adulti: possibilità di un'azione trasformativa**. Sassari: Carlo Delfino Editore, 2007.

METZ, Johann Baptist. **Para Além de uma Religião Burguesa: sobre o futuro do Cristianismo**. Tradução Antônio M. da Torre. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

MONDIN, Battista. **As Teologias de nosso tempo**, São Paulo: Paulinas, 1978.

_____, Battista. **O Homem quem é ele?** Elementos de antropologia filosófica. 11.ed. Tradução de R. Leal Ferreira e M.A.S. Ferrari. São Paulo: Paulus, 2003.

MONOD, Jacques. **O acaso e a necessidade**. Petrópolis: Editora Vozes; 1989.

MOURA, d. Odilão. **O.S.B. Idéias Católicas no Brasil. Direção do Pensamento Católico do Brasil no Século XX**. São Paulo: Editora Convívio, 1978.

MOSER, Antônio. Aspectos morais da caminhada das CEBs no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº171. p. 504 - 512. Setembro de 1983c.

_____, Antônio. O compromisso do Cristão com o mundo na Teologia de M.D. Chenu. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 130. p. 275 - 297. Junho de 1973b.

_____, Antônio. O compromisso do Cristão com o mundo na Teologia de M.D. Chenu (II). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 131. p. 604 - 628. Setembro de 1973c.

_____, Antônio. Pecado, Culpa e Psicanálise. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 137. p. 5 - 36. Março de 1975a.

_____, Antônio. Matrimônios Interconfessionais - Um desafio para o ecumenismo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 143. p. 545 - 579. Setembro de 1976c.

_____, Antônio. O Domingo - Que fazer com ele? **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 147. p. 472 - 493. Setembro de 1977c.

_____, Antônio. Situação de Pecado. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 152. p. 672 - 680. Dezembro de 1978d.

_____, Antônio. Novas inquietações na Teologia Moral. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 158. p. 252 - 261. Junho de 1980b.

_____, Antônio. Mais desafios para a Teologia do Pecado. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 160. p. 682 - 691. Dezembro de 1980d.

_____, Antônio. Como se faz Teologia Moral no Brasil hoje? **Revista Eclesiástica Brasileira**. Junho de 1984b.

_____, Antônio. Teologia Moral e Ciências Humanas - Antigos e novos desafios. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 178. p. 227 - 244. Junho de 1985b.

MUÑOZ, Ronaldo. O Serviço da Igreja ao Homem. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 35, nº 140. p. 824 - 835. Março de 1975d.

MURARO, Rose Marie. **Automação e o Futuro do Homem**, Petrópolis: Editôra Vozes, 1968..

_____, **A mulher na construção do mundo futuro**. 7.ed, Petrópolis : Vozes, 1972

_____, Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil. In: **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. Vozes, 1983.

_____, **Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

_____,. **Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil.**(2ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1983.

_____, **Memórias de uma mulher impossível.**Rio de Janeiro: Editora Record, 2000

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** São Paulo: Cortez,1992.

_____**Gramsci e os Educadores Brasileiros: um balanço crítico.** Revista da FAEEBA,Salvador nº 10, jul/dez, p. 9 - 22, 1998.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. "Catolicismo Popular" no Brasil (bibliografia), **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 36, nº 141. p. 272 - 280. Março de 1976a.

_____, Pedro A. Ribeiro de. Religiosidade Popular na América Latina. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 32, nº 126. p. 354 - 364.Junho de 1972b.

_____, Pedro A. Ribeiro de. Evangelização e Catequese: um Problema em formulação. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 34, nº 134. p. 318 - 328.Junho de 1974b.

_____, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo Popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 36, nº 141. p. 131 - 141. Março de 1976a.

_____, Pedro A. Ribeiro de. João Paulo II e a luta pelas transformações sociais. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 40, nº 159. p. 457 - 461. Setembro de 1980c.

_____, Pedro A. Ribeiro de. Oprimidos - A opção pela Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 41, nº 164. p. 643 - 653. Dezembro de 1981d.

_____, Pedro A. Ribeiro de. Igreja hoje - As CEBs. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 41, nº 164. p. 654 - 659. Dezembro de 1981d.

_____, Pedro A. Ribeiro de. O Papa na Nicarágua - Uma análise dos acontecimentos. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 43, nº 169. p. 5 - 9. Março de 1983a.

_____, Pedro A. Ribeiro de. O povo nas CEBs da Arquidiocese de Vitória. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 43, nº 169. p. 93 - 102. Março de 1983a.

_____, Pedro A. Ribeiro de. Comunidade e Massa - Desafios da Pastoral Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira.** v. 44, nº 174. p. 131 - 151. Junho de 1984b.

OTLET, Paul. **O livro e a medida: bibliometria.** In: Otlet P. Bibliometria: teoria e prática. São Paulo: Cultrix; 1986. p. 19-34.

OCTOGESIMA ADVENIENS, PAULO VI, Papa. Carta Apostólica. São Paulo: Paulus, 1971.

POPULORUM PROGRESSIO PAULO VI, Papa Carta Encíclica sobre o desenvolvimento dos povos. São Paulo: Paulus, 1971.

PEGORARO, Olinto. **Ética dos Maiores Mestres: Através da História**, Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

PEREIRA, Antônio da Silva. Igreja Particular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 152. p. 655 - 671. Dezembro de 1978d.

_____. Participação dos fiéis nas decisões da Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 163. p. 443 473. Setembro de 1981c.

_____. Participação dos fiéis nas decisões da Igreja à luz do NT (II). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 180. p. 678 - 690. Dezembro de 1985d.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima. O anticomunismo católico em cena. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**. ISSN 1981-156X, 2009, 11.

PESCHANSKI, João Alexandre. **As Utopias de Michael Löwy: reflexões sobre um marxista insubordinado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

PIVA, Elói Dionísio. Recepção e Divulgação do Vaticano II pelos Franciscanos em Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**.v. 65, nº 295. p. 631 – 655. Julho de 2005.

PIZZANI, Luciana. Análise bibliométrica dos 40 anos da produção científica em Bioética no Brasil e no mundo. **Revista BIOETHIKOS** - Centro Universitário São Camilo - 2010; 4 (4): 453 - 460.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 1977.

QUINTANA, Eduardo Martín. **Aproximación a Gramsci**. Ediciones de laUniversidad Católica Argentina, 2000.

RATZINGER, Joseph. Acerca da Teologia da Libertação de corte marxista. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 173. p.756 – 763. Março de 1984.

_____. **Instruções sobre a Teologia da Libertação**. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. **História da Filosofia: Patrística e Escolástica**. Vol. II. São Paulo: Paulus, 2001.

REALE, G.; ANTIRERI, D. **História da Filosofia**. Vol. III. São Paulo: Paulus, 2003.

REGIDOR, José Ramos, Vinte e Cinco anos de Teologia da Libertação. In: BOFF, L. (Org.) **A Teologia da Libertação: Balanço e perspectivas**. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 17-97.

Revista Veja ed. nº 1308, 6 de outubro de 1993, p. 7.
<http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>

RICHARD, Pablo. (Org.) **Raízes da Teologia Latino Americana**. São Paulo: Edições Paulinas. 1989.

RivistaL'OrdineNuovo. RassegnaSettimanaledi cultura socialista. **Disponível em:** <<http://www.resistenze.org/sito/ma/di/ds/mdds-on130.pdf>>. Acesso em: Jun. 2012.

ROCHA, Zildo (org.). Helder, o Dom: uma vida que marcou os rumos da Igreja no Brasil. 3ª. ed. Petrópolis: EditoraVozes, 2000.

ROHR, João Alfredo. Os Sítios Arqueológicos Brasileiros e os Problemas de sua Preservação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 154. p. 254 – 270. Junho de 1979.

ROLIM, Francisco C. A greve do ABC e a Igreja. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 44, nº 173. p. 131 - 151. Março de 1984a.

_____. Expansão protestante em Nova Iguaçu. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 131. p. 660 - 675. Setembro de 1973c.

_____. Pentecostalismo. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 33, nº 132. p. 950 - 964. Dezembro de 1973d.

_____. Condicionamentos sociais do Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 141. p. 142 - 170. Março de 1976a.

_____. Gênese do Pentecostalismo no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 161. p. 119 - 140. Março de 1981a.

_____. Religião do pobre e seu anúncio. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 164. p. 745 - 776. Dezembro de 1981d.

_____. Igrejas Pentecostais. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 42, nº 165. p. 29 - 60. Março de 1982a.

_____. Max Weber e sua proposta de comunidade fraternal. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 184. p. 795 - 813. Dezembro de 1986d.

_____. O avanço das seitas. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 184. p. 843 - 847. Dezembro de 1986d.

ROMER, Karl Josef. Epreciações sobre o livro Jesus Cristo Libertador. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 32, nº 126. p. 490 - 493. Junho de 1972b.

ROTHEN, José Carlos. **Funcionário intelectual do Estado**: um estudo de epistemologia política do Conselho Federal de Educação. 2004. 240f. Tese (Doutorado em Educação); Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2004.

RUBIO, A. G. **Libertação da Teologia: Política ou Profetismo**, São Paulo: Edições Loyola, 1978.

RUBIO, Alfonso Garcia. **Unidade na Pluralidade: o ser humano à luz da fé e das reflexões cristãs**. 2 Ed. São Paulo: Edições Paulinas. 1989.

RUIZ, Nicolás Gonzáles. **El periodismo: Teoría e Práctica**, Barcelona: Noguer, 1953.

SADER, Emir. (Org.) **Gramsci: Poder, Política e Partido**, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SANTA ANA, J. *Luzes e sombras no texto vaticano sobre a TdL*. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v. 44, n. 176, Dezembro, 1984.

SANTOS, B. Beni dos. Libertação da mulher e Fé. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 160. p. 735 - 743. Dezembro de 1980d.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHETTINI, Bruno. **La formazionede gliadulti come "guerra diposizione" per latrasformazionedellasocietà**. Bonanno Editore, Acireale-Roma 2008.

SCHLENKER, Rodrigo, **Breve História da Revista Eclesiástica Brasileira**, V Congresso Internacional de História, ISSN 2175. **Disponível em:** <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/244.pdf>>. Acesso em: Set. 2012.

_____. A Apresentação da Revista Eclesiástica Brasileira como um Modelo de Discurso Religioso. **Revista Brasileira de História das religiões**. Questões teóricometodológicas no estudo das religiões. Maringá, PR, v. III, nº 9 p. 01-10. Janeiro de 2011. ISSN 1983 – 2859.

SCHWARTZMAN, Jacques, **Universidades Federais no Brasil – Uma avaliação de suas trajetórias. (Décadas de 70 e 80)**. 1993, Disponível em:<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9304.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2013.

SEGUNDO, Juan Luis. Direitos Humanos, Evangelização e Ideologia. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 145. p. 91– 105. Março de 1977a.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “ orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SILVA, Ana Lúcia Calbaiserda. **Encruzilhadas da organização educacional: conceito de administração, de gestão e de gerencialismo na RBPAE**. 2012a. 184 f. Dissertação. São Carlos: UFSCar.

SILVA, Bruno Marques. Cristão, Franciscano e Teólogo: Uma análise da trajetória de Leonardo Boff. In: RODRIGUES, Cândido Moreira; PAULA, Christiane Jalles de. (Orgs.) **Intelectuais e a Militância Católica no Brasil**. Cuiabá: EDUFMT, 2012b. . 247 - 283.

Sínodo dos Bispos: A Justiça no Mundo: Rescrito da audiência concedida pelo santo padre ao cardeal secretário de estado em 30 de novembro de 1971, Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_19711130_giustizi_a_po.html

SOARES, Sebastião A. G; BOFF, Leonardo. Avaliação teológica crítica. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 36, nº 141. p. 261 - 272. Março de 1976a

SOUSA, Socorro Cláudia Tavare de. A organização textual argumentativa em editoriais de jornais. In **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales**. In Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Coleção Leitura, escrita e Oralidade).

SOUZA Luiz Alberto Gómez de. Documento de Puebla - Diagnóstico a partir dos Pobres. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 39, nº 153. p. 64 - 87. Março de 1979a.

_____. Documento de Consulta - Críticas ao Diagnóstico da Realidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 149. p. 18 - 32. Março de 1978a.

_____. Documento de Consulta - Críticas ao diagnóstico da Realidade. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 149. p. 18 - 32. Março de 1978a.

_____. Breve Nota sobre a Análise Marxista. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 38, nº 152. p. 706 - 718. Dezembro de 1978d.

_____. Reflexões à margem da visita de João Paulo II. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 40, nº 159. p. 451 - 456. Setembro de 1980c.

_____. D. Hélder, Irmão dos pobres. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 163. p. 419 - 425. Setembro de 1981c.

_____. A Política Partidária nas CEBs. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 164. p. 708 - 727. Dezembro de 1981d.

_____. Amoroso Lima na permanente preparação da Idade Nova. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 43, nº 172. p. 707 - 713. Dezembro de 1983d.

_____. Ernani Fiori - Um pensamento fértil na consciência latino-americana. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 45, nº 178. p. 256 - 273. Junho de 1985b.

_____. Secularização em declínio e potencialidade transformadora do sagrado. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 182. p. 384 - 395. Junho de 1986b.

_____. O lento e penoso aprendizado da prática democrática (Anotações a partir do VI Encontro Intereclesial em Trindade). **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 46, nº 183. p. 591 - 600. Setembro de 1986c.

_____. **Do Vaticano II a um novo concílio?** O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo. Loyola, 2004.

SOUZA, Ney. **Contexto e Desenvolvimento Histórico do Concílio Vaticano II**, *Revista de Teologia e Cultura*, Edição nº 02 – Out/ Nov/ Dez 2005
Subsídio de Itaici 1978.

STUDART, Heloneida. **Mulher objeto de cama e mesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

SUFFERT, Georges. **Tu és Pedro**: santos, papas, profetas, mártires, guerreiros, bandidos. A história dos 20 séculos da Igreja fundada por Jesus Cristo. Tradução de Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SUNG, Jung Mo “*Teologia da Libertação entre o desejo de abundância e a realidade da escassez*”, *Perspectiva Teológica*, 35 (2003), p. 341-468.

_____, **Teologia e Economia**: repensando a Teologia da Libertação e utopias, Petrópolis: Vozes, 1994.

_____, **Desejo, mercado e religião**, Petrópolis: Vozes, 1998, 2ª edição.

SUPLICY, Marta. **De Mariazinha a Maria**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**: Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

SUSIN, L. C. **O mar se abriu**: trinta anos de teologia na América latina, Soter/Loyola: Porto Alegre/ São Paulo, 2000.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns: um homem amado e perseguido**. Editora Vozes, 1999.

TABORDA, Francisco, Teologia e Ciências no Diálogo Interdisciplinar. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 34, nº 136. p. 824 - 839. Dezembro de 1974d

TANNÚS, Fabiana Vilela. **Vozes católica sobre Ensino Superior**. 2008, Dissertação (Mestrado em Educação), Centro Universitário do Triângulo, Uberlândia, 2008.

TAULOIS, Antônio Eugênio. **História de Petrópolis**. 2007, Instituto Histórico de Petrópolis. Disponível em <http://www.petropolis.rj.gov.br/>. Acesso em 10 de dezembro de 2012

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **Os Encontros Intereclesiais de CEBs no Brasil**. São Paulo. Paulinas. 1996.

VANNUCCHI, Aldo. Pastoral da Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 37, nº 148. p. 702 - 715. Dezembro de 1977d.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Educação Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 41, nº 164. p. 686 - 707. Dezembro de 1981d.

ZAGO, Romano. **Câncer tem cura**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

APÊNDICE (Biografias)

Clodovis Boff nasceu em Concórdia, Santa Catarina, em 1944, sendo neto de imigrantes italianos que vieram da Província do Vêneto. Realizou seus estudos primários e secundários em Concórdia. Possui Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mogi das Cruzes, graduação e doutorado em Teologia pela Universidade Católica de Lovaina. Atualmente é professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná e pesquisa os seguintes temas: teologia, espiritualidade, mariologia, método e missão. Conhecido no mundo intelectual e eclesial por sua elaboração teológica libertadora e atuação junto às CEBs. Publicou vários livros tais como: *Teoria do Método Teológico; Como Fazer Teologia da Libertação; Mariologia social: o significado da Virgem para a Sociedade; Teologia e Prática: Teologia do Político e suas Mediações; Da libertação: o teológico das libertações sócio- históricas*. Dos teólogos da libertação foi o único mais expressivo que se afastou dessa linha de pensamento.

Eduardo Hoornaert nasceu em 1930, em Bruges, Bélgica. Estudou Línguas Clássicas e Teologia na Universidade de Lovaina, como parte de seus estudos eclesiásticos. Foi professor de História da Igreja no Seminário de Teologia de João Pessoa e no ITER - Instituto de Teologia do Recife. Também foi membro fundador da CEHILA - Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina. Coordenador para o Brasil do projeto "História do Cristianismo", pesquisador visitante no Mestrado de História da Universidade Federal da Bahia e assessor das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Escreveu vários artigos e livros sobre História do Cristianismo Antigo, História da Igreja na América Latina e no Caribe. Seus principais livros são: *História do Cristianismo na América Latina e Caribe; Os Anjos de Canudos: uma Revisão Histórica; O Movimento de Jesus; Igreja no Brasil-Colônia (1500 - 1800); História da Igreja na América Latina e Caribe: 1945 - 1995*.

+ **José Comblin** nasceu em Bruxelas, Bélgica em 1923. Estudou Ciências Biológicas e Filosofia, graduou-se e fez doutorado em Teologia na Universidade de Lovaina. Lecionou Química e Física em curso Colegial em Campinas. Foi professor na Escola de Teologia dos Dominicanos em São Paulo, onde teve como alunos Frei Betto e Tito e *Ivone Gebara. Lecionou no Instituto de Teologia do Recife e no curso de pós-

graduação em Missiologia na PUC - SP. Expressivo teólogo da libertação, trabalhou com lideranças populares e tinha a convicção de que a fé não deve abster-se da crítica da realidade. Escreveu por volta de 300 artigos e 65 livros. Entre estes estão: *Le Pouvoir Militaire en Amérique Latine. L'Idéologie de la Sécurité National*; *Teologia da Libertação, Teologia Neoconservadora e Teologia Liberal*; *Teologia da Reconciliação. Ideologia ou Reforço da Libertação*; *Cristãos rumo ao século XXI - Nova caminhada de libertação*; *O Neoliberalismo - Ideologia dominante na virada do século*.

+ **João Batista Libânio** nasceu em Belo Horizonte, em fevereiro de 1932. Sacerdote jesuíta, cursou Filosofia na Faculdade de Filosofia de Nova Friburgo - RJ e Letras Neolatinas na PUC - RJ. Seus estudos de teológicos foram realizados em Hochschule Sankt Georgen, em Frankfurt, Alemanha, e seu mestrado e doutorado, realizados na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Dedicou-se ao magistério na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo - RS, na PUC - MG, na PUC - RJ e em Belo Horizonte - MG na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Sua pesquisa era principalmente sobre a teologia da libertação, modernidade, igreja, pós-modernidade, fé e sociedade. Foi assessor da CNBB e das CEBs. Autor de 36 livros e coautor de aproximadamente 125 livros. Escreveu mais de 40 artigos em periódicos especializados e diversos artigos em revistas e jornais. Destacamos alguns livros: *A consciência crítica dos religiosos*; *Evangelização e libertação: reflexões aplicadas à vida religiosa*; *Teologia da revelação a partir da modernidade*; *Formação da consciência crítica* (3 volumes); *As grandes rupturas sócio-culturais eclesiais: sua incidência sobre a vida religiosa*.

Pedro Assis Ribeiro de Oliveira é graduado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado em Sociologia Université Catholique de Louvain. Atualmente é Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Sociologia e pesquisa sobre Catolicismo Popular, principalmente temas como: Comunidades Eclesiais de Base – (CEBs), Igreja, Fé e Política, Catolicismo, e Consciência Planetária. Foi Assessor da CNBB e um dos fundadores do Movimento Fé e Política e pesquisador do ISER - Instituto de Estudos de Religião no Rio de Janeiro. Autor de vários artigos e livros: *Deus na Sociedade Plural: fé, símbolos, narrativas*; *Religião e Cultura: memórias e perspectivas*; *A opção pelos*

pobres no Século XXI; Consciência planetária e religião: desafios para o século XXI; Autoridade e participação: um estudo sociológico da Igreja Católica.

Antônio Moser nasceu dia 29 de agosto de 1939, em Gaspar, Santa Catarina. Ingressou na Ordem dos Frades Menores em 1959 e foi ordenado sacerdote em 15 de dezembro de 1965. Realizou seus estudos de Filosofia e Teologia, no Instituto Teológico Franciscano, em Petrópolis - RJ. Em Lyon, na França, cursou especialização em Teologia e mestrado na Pontifícia Universidade Lateranense, em Roma, e realizou seu doutorado na Academia Alfonsianum – Roma, cujo tema foi: “O compromisso do cristão com o mundo na teologia de M.D. Chenu”. Professor no Instituto Teológico Franciscano (ITF), na cadeira de Teologia Moral e Bioética. Foi professor de Teologia Patrística na PUC - RJ e professor convidado na Universidade Católica de Lisboa, em Portugal, e na Universidade de Berkeley - USA. Também é membro da Comissão de Bioética da CNBB. Publicou 25 livros e dentre eles destacamos: *O Problema Demográfico e as Esperanças de um Mundo Novo; Mudanças na moral do povo brasileiro; Integração afetiva e compromisso social na América Latina; Teologia Moral: Desafios atuais; O Enigma da Esfinge; Biotecnologia e Bioética.*

Hubert Lepargneur nasceu em Paris, na França, em 13 de maio de 1925. Formou-se em direito e realizou estágio nos Estados Unidos, na Universidade de Cornell. Abandonou a advocacia e entrou para a Ordem dos Dominicanos sendo ordenado sacerdote aos 30 anos de idade, em 1955. Também estudou Filosofia em Caen, Normandia, e Teologia no Saulchoir, em Paris, nos Estados Unidos, na Cornell University e, em Montreal, no Canadá. A convite do provincial no Brasil, veio lecionar nos seminários da Ordem dos Dominicanos. Depois se tornou professor da PUC - SP e das Faculdades e Institutos Teológicos de São Paulo. Foi primeiro diretor do Instituto Superior de Ciências Religiosas - SP e assessor da CNBB. Depois entrou para a ordem dos Camilianos, que trabalham na área da saúde. Publicou diversos artigos em revistas internacionais, além de vários livros dos quais destacamos alguns: *A secularização; Liberdade e diálogo em educação; pesquisa para uma coordenação desses valores; Esperança e escatologia; Os leigos na Igreja particular; Moral e medicina: fundamentos; A Igreja e o reconhecimento dos direitos humanos na história; Teologia da Libertação: uma avaliação; Lugar atual da morte; antropologia, medicina e religião.*

Riolando Azzi nasceu no dia 03 novembro de 1928, em São Paulo. cursou ginásial já como seminarista salesiano no Colégio São Joaquim de Lorena. cursou Filosofia na Faculdade Dom Bosco - SP e Teologia no Pontifício Ateneu Salesiano de Turim, na Itália, e depois História Eclesiástica, na Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Possui Mestrado e Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo como orientador Olinto Pegoraro. Lecionou História da Igreja no Instituto Teológico Pio X, coordenou o Curso de Licenciatura Polivalente de João Monlevade, trabalhou como assessor do Movimento de Educação de Base (MEB). Depois, tornou-se professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui diversas publicações. Destacamos alguns livros: *Ascensão ou decadência da Igreja?*; *Educación sexual, un nuevo enfoque*; *História da igreja no Brasil: primeira época*; *O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos*; *O episcopado brasileiro frente ao catolicismo popular*.

José Oscar Beozzo nasceu em 1941, na cidade de Santa Adélia, no Estado de São Paulo. cursou Filosofia no seminário Central do Ipiranga e graduou-se em Teologia, pela Pontifícia Università Gregoriana, em Roma, Também graduado em Ciências Políticas e Sociais pela Université Catholique de Louvain, Bélgica. Possui especialização em História do Brasil, pela Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras em Lins - SP e em Comunicação Social, pela Université Catholique de Louvain. Mestre em Sociologia da Religião, pela Université Catholique de Louvain e Doutor em História Social, pela Universidade de São Paulo. Professor de História da Evangelização na América Latina e no Caribe, no Curso de Pós-Graduação, em Missiologia, do Instituto de Teologia de São Paulo, ITESP. Membro da Consultoria Científica da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUCCAMP (SP). É autor de vários livros, dentre os quais destacamos: *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965*; *A Igreja do Brasil*; *Cristãos na Universidade e na Política*; *Brasil - 500 Anos de Migrações*; *Política e Comunidades Humanas: Por uma Prática Popular Transformadora*.

Luiz Alberto Gómez de Souza, sociólogo e ex-funcionário das Nações Unidas, nasceu em 1953, em Lavras do Sul, RS. Formou-se em direito e é pós-graduado em Ciência Política pela Facultad Latino-americana de Ciencias Sociales (Flacso), de Santiago do Chile, e doutorado em Sociologia, pela Universidade de Paris, Sorbonne Nouvelle. Foi

professor na PUC-RJ, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi dirigente nacional da Juventude Universitária Católica (JUC) e secretário geral da Juventude Estudantil Católica (JEC) internacional. Atualmente, ele é diretor do Programa de Estudos Avançados em Ciência e Religião, da Universidade Candido Mendes. Autor de diversos artigos e livros como: *A Utopia Surgindo no Meio de Nós; Desafios do Catolicismo na Cidade; Desafios do Século XXI; Classes Populares nos Caminhos da História; O Cristão e o Mundo; Do Vaticano II a um novo concílio?*.

Antonio da Silva Pereira estudou Filosofia e Teologia no Seminário Maior de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, nos Açores. Possui mestrado e doutorado em Direito Canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana Atualmente é professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Departamento de Teologia. Publicou diversos artigos e livros: *Participação dos leigos nas decisões da Igreja; Consciência e práxis das CEBs; Participação dos leigos nas decisões da Igreja à luz do Vaticano I e II; Sacramento da Ordem e ofício eclesiástico, amor matrimonial no pensamento de Paulo VI; A igreja na grande cidade: um estudo das instituições, serviços e experiências eclesiais em áreas urbanas do Rio de Janeiro*.

Bernardino Leers nasceu em 1919, na cidade de Bergen op Zoom, Holanda. Estudou filosofia e teologia e depois cursou psicologia na Universidade de Nijmegen e fez mestrado e doutorado em teologia moral, em Roma. Chegou ao Brasil em 1951, onde lecionou Teologia Moral, no Instituto de Teologia dos Franciscanos, em Divinópolis (MG), na PUC-Minas, na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia e no Instituto Santo Tomás de Aquino, em Belo Horizonte (MG), até aposentar-se. Exerceu o magistério e simultaneamente o trabalho pastoral, principalmente entre o povo rural. Foi conferencista, ministrou diversos cursos em muitos lugares e publicou vários artigos e livros sobre catequese, pastoral e moral. Destacamos algumas obras: *Em Plena Liberdade; Rigorismo moral e humor popular; Ensino social da igreja: caminhos de ação; A moral do burro*.

B. Beni dos Santos nasceu em 15 de janeiro, Lagoinha, no Estado de São Paulo. Realizou seus estudos de Filosofia no Seminário Central do Ipiranga e Teologia na

Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, onde obteve o Bacharelado e Licenciatura em Teologia Dogmática. Fez o Mestrado em Filosofia da Educação e Doutorado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi Vice-reitor do Seminário Diocesano Santo Antônio e vice-diretor do Instituto Diocesano de Ensino Santo Antônio. Foi professor de Teologia Sistemática na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, e professor titular de Filosofia da Educação, na Universidade de Taubaté. Foi bispo auxiliar na arquidiocese de São Paulo e bispo titular de Lorena - SP. Publicou os seguintes livros: *O Espírito pela Região Episcopal Lapa*; *O sentido personalista do matrimônio*; *Família – Libertação: Reflexões sobre o matrimônio e divórcio*; *Moral e medicinas*; *Discípulos e Missionários: Reflexões Teológico-Pastorais sobre a Missão na Cidade*.

Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto, como é conhecido, nasceu em 25 de agosto, em 1944. Dominicano e escritor, estudou jornalismo, antropologia, filosofia e teologia. É um dos principais expoentes da Teologia da Libertação. Foi assessor especial do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2004. Foi coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero e professor na Ordem Dominicana, em 10 de fevereiro de 1966, em São Paulo. Foi preso por duas vezes sob a ditadura militar: em 1964, por 15 dias, e entre 1969-1973. Após cumprir quatro anos de prisão, teve sua sentença reduzida pelo STF para dois anos. Recebeu vários prêmios por sua atuação em prol dos direitos humanos e a favor dos movimentos populares. Foi assessor em Cuba, nas relações Igreja Católica e Estado. Algumas obras: *Cartas da prisão - 1969-1973*; *CEBs, rumo à nova sociedade*; *Batismo de sangue, Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*; *Cristianismo & marxismo*; *O paraíso perdido - nos bastidores do socialismo*.